



Tempo Social

revista de sociologia da usp

ISSN 0103-2070

Sumário

ARTIGOS

Cidades, cultura e gênero	7
Heloisa Pontes	
Questões metodológicas em <i>Guerra e paz</i> : causação, agência e refiguração	29
Jordão Horta Nunes	
Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro	55
Déa de Lima Vidal e Daniel Paraguay Alves dos Santos	
Fazer visíveis as perdas: morte, memória e cultura material	85
Sandra Patrícia e Arenas Grisales	
Agenda suprema:	
interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil	105
Fabiana Luci Oliveira	
Cenas sociais e espaço de trabalho:	
homologias na vida profissional de jovens de classes populares	135
Alicia Beatriz Gutiérrez e Gonzalo Assusa	
Os juristas e o direito em Bourdieu:	
a conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica	157
Soraya Nour Sckell	
Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana:	
reflexões empíricas sobre o caso sul-coreano	179
Rodrigo Luiz Medeiros da Silva	
RESENHA	
Jürgen Kaube. <i>Max Weber: Ein Leben zwischen den Epochen</i>	203
Sérgio da Mata	

Contents

ARTICLES

- Cities, culture and gender 7
Heloisa Pontes
- Methodological issues in War and peace: causation, agency and refiguration 29
Jordão Horta Nunes
- Territorial reality of rural households in the Brazilian semiarid 55
Déa de Lima Vidal and Daniel Paraguay Alves Santos
- Making losses visible: death, memory and material culture 85
Sandra Patricia Arenas Grisales
- Supreme agenda: interests in dispute in judicial review in Brazil 105
Fabiana Luci Oliveira
- Social scenes and work space:
homologies in the working lives of young people from popular classes 135
Alicia Beatriz Gutiérrez and Gonzalo Assusa
- The jurists and the right in Bourdieu:
the conflictive historical construction of legal rationality 157
Soraya Nour Sckell
- Capitalism, confucianism and Weberian theory:
empirical reflections on the South-Korean case 179
Rodrigo Luiz Medeiros da Silva

REVIEW

- Jürgen Kaube. *Max Weber: Ein Leben zwischen den Epochen* 203
Sérgio da Mata

Cidades, cultura e gênero¹

Heloisa Pontes

De uma cidade, diz Italo Calvino, aproveitamos menos as suas sete ou setenta e sete maravilhas e mais “a resposta que ela dá às nossas perguntas” (Calvino, 1990, p. 42). A minha, neste ensaio, deriva das relações entre cidade, produção cultural e gênero (entendido como relações sociais e modalidades expressivas de linguagem). Por serem múltiplas as possibilidades de pensá-las, sigo aqui uma trilha que se inicia com um exemplo: os afrescos da capela Brancacci², pintados em Florença, por encomenda de Felipe Brancacci.

Homem ilustre da cidade, que enriquecera com o comércio da seda, Felipe contratou, em 1423, os pintores Masaccio e Masolino para retratarem as cenas mais importantes da vida de São Pedro. A definição do tema, o tipo de contrato que envolveu a encomenda, a escolha dos pintores, a maneira de dar forma aos assuntos bíblicos, tudo isso que já foi tão bem analisado por Baxandall (1988) está presente na história e na realização desse empreendimento, cuja finalidade, assim como a de toda a arte do período, era instruir, suscitar sentimentos de devoção e induzir os fiéis a meditem sobre a Bíblia e, no caso desses afrescos, a vida de São Pedro.

1. Este ensaio foi apresentado originalmente sob a forma de uma “prova didática”, em 10 de dezembro de 2014, em concurso para professor titular – Departamento de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, na área de “produção simbólica” – com o objetivo de mostrar as marcas da literatura mobilizada ao longo da aula, na construção dos meus objetos de estudo e trabalho autoral.
2. Meus comentários sobre a capela Brancacci, motivados por uma visita a Florença em 2014, apoiam-se na tradução francesa do texto de Elisa Del Carlo (2012).

Neles se mesclam fragmentos da realidade social e cultural de Florença ao tempo mítico e bíblico. Vemos cenas da cidade renascentista, marcada pela distância entre a elite e o povo. Reconhecemos ruas e palácios, pessoas com roupas da época, como os dois homens da elite retratados com seus trajes sofisticados e o *mazzochi* (espécie de turbante) na cabeça, caminhando num cenário tipicamente florentino. Ao lado de personagens e episódios bíblicos, encontramos membros da família Brancacci, chanceleres, um grande senhor de Milão e feroz inimigo da República de Florença, poetas renomados, os três pintores que executaram os afrescos e o mestre de um deles, Sandro Botticelli.

A relação entre a cidade e a sociedade é central para a compreensão desses afrescos. De um lado, porque as convenções pictóricas são produtos culturais que deram corpo, cor e forma às convenções narrativas e religiosas no ambiente social adensado pela vida urbana e pelo mecenato das elites florentinas. De outro lado, porque os contratos, como testemunhos, segundo Baxandall (*Idem*), das relações sociais entre aqueles que encomendavam e pagavam pelas pinturas e os pintores que as executavam, dão a ver aquilo que o historiador Fernand Braudel nomeou como o “alfa e o ômega” do ofício artístico (Braudel, 1994).

As considerações de Braudel e de Baxandall sobre as relações entre arte, vida urbana e sociedade se desdobram em uma série de problemas epistemológicos e metodológicos. Um deles, relativo à materialidade do objeto cultural sob nosso escrutínio. No caso das obras pintadas há mais de cinco séculos – como os afrescos da capela Brancacci –, que continuam vivas e “presentes entre nós” (Salgueiro, 2006, p. 10), elas, por sua condição a um só tempo visual e material, tendem a criar uma relação de falsa familiaridade produzindo, nos termos de Bourdieu (1992, p. 434), a “semicompreensão ilusória”, que “impede-nos de perceber toda a distância entre os esquemas de percepção e apreciação” que lhes aplicamos e o que elas exigem objetivamente para serem decifradas como documento de uma experiência visual e social diversa da nossa. Para escapar dessa armadilha, ensina-nos Baxandall (1988, pp. 153-154), devemos aprender “a ler” um quadro da mesma maneira como devemos adquirir a competência linguística necessária para interpretar um texto proveniente de outra cultura.

Embora toda pintura seja em princípio descritiva, uma vez que ela é arte do espaço e não do tempo, na estética renascentista, mostra-nos Svetlana Alpers (1983, p. xxi), as habilidades imitativas serviam antes de tudo a fins narrativos. A pintura italiana na época em que os afrescos da capela Brancacci foram executados concedia uma primazia à história, usada para comover a alma do observador. Nela, a descrição ocupa um lugar secundário e a ênfase é posta na ação. E isso se exprime simbolicamente pelo uso da perspectiva, que faz do homem o modelo e a medida de todas as coisas.



Figura 1. Dois homens da elite de Florença portando na cabeça o *mazzochi*, em meio a um dos ciclos da vida de São Pedro pintados na capela Brancacci.



Figura 2. Os dois homens da elite de Florença tal como retratados nos afrescos *A cura do enfermo* e *A ressurreição de Tabita*, pintados por Masolino.



Figura 3. Nesse afresco vemos, em meio à cena bíblica, personagens pintados com os traços de figuras eminentes da época, como Galeazzo Visconti, senhor de Milão e feroz inimigo de Florença, Coluccio Salutati, chanceler da República de Florença, e o próprio pintor do afresco, Masaccio.

Por isso, se, no caso da pintura italiana do “quatrocento”, o desafio é nos familiarizarmos com ela e com o mundo social e cultural diverso do nosso, em que ela ganha sentido, o desafio em relação às artes que fazem da descrição e do “deleite dos olhos” a sua razão de ser, como a holandesa, é estranhá-las, para entendê-las. Como nos ensina Svetlana Alpers, as imagens da pintura holandesa do século XVII não dissimulam, tampouco ocultam o sentido por baixo da superfície. Ao contrário, elas mostram que o sentido está contido naquilo que o olho capta. Sendo assim, pergunta-se Alpers, como devemos olhar a arte holandesa desse período? Sua resposta é que devemos olhá-la circunstancialmente, de forma a vê-la para além de uma manifestação social e, assim, acessar as imagens mediante a consideração de seu lugar, papel e presença na cultura mais ampla. Elas são parte de uma cultura especificamente visual, em contraste, por exemplo, com a cultura teatral da Inglaterra no período elisabetano, ou com a cultura textual da renascença italiana (*Idem*, pp. xxiv-xxv).

Essa maneira de abordar todo e qualquer objeto simbólico a partir de sua inscrição e localização em um sistema de relações modeladas por uma cultura mais ampla é essencial para os que, como eu, praticam a antropologia como uma ciência das formas, dos fundamentos sociais do simbolismo e das dimensões simbólicas da vida social. Por isso, e para avançar na compreensão da produção cultural, é preciso examinar também as condições sociais e os constrangimentos que enredam a criação, os grupos, os gêneros expressivos utilizados. Um exemplo notável nessa direção é a análise de Auerbach sobre a dramaturgia francesa no século XVII, apreendida como uma forma condensada de reprocessamento simbólico de uma experiência social (Auerbach, 1976, pp. 321-352).

Na estética clássica que impregna a dramaturgia da época, os temas e as maneiras de tratá-los eram divididos em três categorias rigidamente demarcadas: o trágico, grandioso e sublime; o médio, agradável e suave; o ridículo, o baixo e o grotesco (Auerbach, 2007a, p. 309). No gênero considerado mais elevado, da tragédia, cujos representantes máximos eram Corneille (1606-1684) e Racine (1639-1699), “as personagens trágicas, sempre em primeiro plano, assumem uma atitude sublime, rodeada pelos apetrechos, pelo séquito, pelo povo, pela paisagem e pelo universo” (Auerbach, 1976, p. 334). A consciência do Estado principesco é refundida na própria substância da personagem trágica. A condição de príncipe da personagem é muito mais uma atitude do que uma função prática. Sobre o povo fala-se raramente e por meio de expressões gerais. Nenhuma referência às funções corporais, ao dia a dia, ao comer, dormir, beber, a tudo que possa conspurcar o sublime. O corpóreo e a sexualidade, considerados baixos e impróprios, estavam excluídos da paixão trágica.

Nenhum índice físico da fragilidade e da mortalidade da criatura humana deveria ser mostrado no teatro trágico, apenas na comédia e dentro dos limites da decência. Em nenhuma hipótese um herói trágico poderia aparecer fisicamente debilitado. Ninguém podia ser velho, doente, frágil ou deformado. A separação dos estilos atingiu o ponto máximo nesse tipo de dramaturgia. O distanciamento dos fundamentos econômicos, um ideal de universalidade, hostil a todas as ocupações específicas, está presente também nas comédias de Molière (1622-1673). Nas ricas famílias burguesas de suas peças, a atividade econômica e o ganha-pão são vistos como algo abjeto, sobre os quais não se deve falar (cf. Auerbach, 2007b, pp. 245-264).

Para compreender a dramaturgia desse período é preciso, como faz Auerbach, reinscrevê-la no espaço social que lhe deu sentido, composto pelos dramaturgos, pelo público, pela articulação entre a corte e a cidade, que abrigava a fina camada da burguesia que constituía o público urbano. Sem o entendimento da estrutura social da corte e do absolutismo, da circulação de constrangimentos que enredavam o rei, a nobreza antiga e a nobreza de extração recente (composta pelos burgueses que ascendiam a posições importantes na política e na burocracia pela compra de cargos e de títulos de nobreza, pelo casamento, por decreto real e por usurpação direta), o alcance da nossa compreensão sobre a dramaturgia da época e suas convenções torna-se muito limitado³.

Entrelaçadas, *la cour et la ville* compunham uma unidade cultural, da qual o povo estava radicalmente excluído. Restrito de início a esse círculo, o teatro se converteria, dois séculos depois, no principal entretenimento nas grandes cidades europeias. Como mostra o historiador Christophe Charle, as peças de sucesso no século XIX

3. Para uma análise aprofundada da estrutura social da sociedade de corte, ver Norbert Elias (1974).

difundiram novas representações sociais muito antes e muito além das camadas que tinham acesso à literatura. Romances com tiragens expressivas só apareceram no final do século XIX. Já as peças representadas mais de cem vezes para grandes plateias eram frequentes desde os anos de 1850 (Charle, 2012; Pontes, 2012, pp. 9-18).

Eloquentes na difusão de uma sociedade plenamente burguesa, as peças do boulevard parisiense ofereciam ao público que frequentava o teatro em Paris (e nas demais capitais europeias) mais do que a reafirmação de clichês morais envelhecidos. Como revela Charle, mesmo que a maioria das peças não questionasse a legitimidade dos dominantes, elas funcionavam como “caixas de ressonância de descontentamentos indizíveis”. A encenação de conflitos de geração entre pais e filhos (em torno do casamento, da herança, da carreira escolhida), entre grupos e segmentos de classe produzia algo como um “jogo de liberação simbólica”. “O povo, as mulheres, os jovens, eternos dominados pelas convenções dramáticas anteriores, cada vez mais levavam a melhor e invadiam a cena com suas diversas reivindicações.” (Charle, 2012, p. 254.)

Ainda que enquadradas e limitadas pelas convenções vigentes na sociedade burguesa, essas novas maneiras de representar as relações sociais tinham implicações importantes no imaginário dos espectadores. Tanto pelo que explicitavam como pelo que silenciavam sobre as transformações sociais e simbólicas da sociedade urbana. Novos modos de conceber as relações entre homens e mulheres e, por extensão, as relações conjugais aparecem em cena, propiciando “diálogos públicos” que, em geral, eram “reprimidos na esfera privada ou mascarados pelas aparências da vida social” (*Idem*, p. 232). Essas novas formas de representar as relações de gênero permitiam às atrizes, com o recurso das réplicas cortantes que os autores lhes forneciam, afirmarem-se também fora dele. Projetando-se publicamente numa escala até então desconhecida para as mulheres, muitas se tornaram celebridades, como a francesa Sarah Bernhardt (1844-1923) – o exemplo mais notório da influência e do *status* desfrutado pelas atrizes na época.

Se Paris sediava o epicentro dramático, sua difusão para além da “cidade das luzes” revelava usos e significados inesperados nas demais capitais europeias. Em Viena, como mostra Schorske, o teatro era o centro da “educação sentimental” burguesa. E mesmo quando remodelado na esteira das reformas urbanas promovidas pelos liberais, ele se vinculava, como dramaturgia e espaço de exibição mundana, à tradição aristocrática da “graça” (Schorske, 1998). Enquanto a universidade se afirmava como o lugar por excelência da cultura liberal, assentada na lei e na racionalidade burguesa, o teatro não perdia os vínculos com a cultura plástica e sensual herdada da contrarreforma e da aristocracia.

Talvez, por isso, exista uma ligação tão estreita entre a Viena que se tornou o palco da cultura moderna – a-histórica, ligada à expressão dos sentimentos, aos domínios

obscuros do erotismo e do inconsciente, em revolta aberta contra o legado racionalista – e as proposições estéticas, as convenções formais e o conteúdo substantivo das artes gestadas na cidade. Artes estas que, conforme demonstrado por Schorske, são inseparáveis da experiência social da elite que as produziu (cf. Schorske, 1993).

Também não é aleatório que a experiência urbana das grandes cidades europeias do século XIX tenha propiciado uma alteração radical na percepção do tempo e do espaço. Como mostrou Simmel, “o fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo de individualidade da cidade grande é marcado pela intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores” (Simmel, [1903] 2005, pp. 577-591). Essa intensificação do tempo e do deslocamento, que Simmel teorizou em seus ensaios, aparece também em um sonho intrigante, relatado por Leopoldo Waizbort (2000, p. 309), em que Simmel descobre como sintetizar o tempo. No sonho, Simmel se dirige ao metrô e vê o trem partindo, antes que ele pudesse alcançá-lo. Para remedir o atraso, ele risca um palito de tempo e ganha, assim, o minuto a mais que precisava para entrar no veículo.

O sonho do “tempo sintetizado” – imagem invertida da experiência do *flâneur* – nos conduz ao ensaio de Benjamin e aos exploradores da cidade moderna – como Baudelaire e o anônimo “homem da multidão”, imortalizado no conto célebre de Edgar Allan Poe. Célebres ou anônimos, é preciso notar que são todos homens e que alguns, entre eles, foram apresentados à cidade moderna por suas babás, como Benjamin e Freud⁴. Daí “a convergência entre os projetos da psicanálise e do modernismo”, segundo Anne McClintock (2010, pp. 132-133). Como mostra a historiadora, “foram as babás que os apresentaram, quando crianças, aos choques e visões do espaço urbano”. Mas, antes da cidade, o primeiro espaço que exploraram foi o corpo delas. Assim se “o corpo das babás foi o primeiro espaço para o conhecimento e o autoconhecimento da criança, mais tarde a cidade, como primeiro espaço do autoconhecimento moderno, seria mapeada como um espaço feminino” (*Idem*).

As narrativas perturbadoras das babás evocadas nas memórias de Zola, Freud e Baudelaire aludem ao poder feminino, à cidade como superfície feminina e à transformação da condição das mulheres em espetáculo. Tal transformação é visível também na dramaturgia, repleta de cortesãs, e mais ou menos dissimuladas, na

4. Agradeço ao Leopoldo Waizbort por me lembrar de que Norbert Elias também experimentou a cidade pelas mãos de sua babá, tal como relatado em *Norbert Elias par lui-même*, 1991. Na resenha que escreveu sobre a edição brasileira desse livro, Waizbort também nos lembra de que as narrativas de escritores franceses da época descrevendo como “as crianças brincavam, sob o olhar atento das governantas, nos parques parisienses [se tornaram] um ‘tupos’”. Elias, por exemplo, brincava não nos Campos Elíseos, mas nos jardins de sua cidade natal, Breslau. “A governanta, símbolo do bem-estar da burguesia, zelava pelo menino, quando não protegido pelo interior burguês e pela presença sempre cheia de amor de mamãe.” (Waizbort, 2001).

pintura, pelas convenções pictóricas da época. Por isso, o escândalo produzido pela exibição em 1865 da tela *Olympia*, de Manet, o qual teria sido motivado, segundo o historiador da arte T. J. Clarck, pelo fato de que nesta tela os “significantes do sexo estão ali em profusão, no corpo da modelo e nos seus acompanhamentos” (Clarck, 2004, p. 198). Dispostos, no entanto, numa ordem diversa da que era habitual entre os pintores para retratar as prostitutas, as cortesãs e seus corpos, tais signos indicam lugares totalmente distintos dos esperados para as mulheres da mesma extração social da modelo que se deixou retratar por Manet. A dificuldade maior dos críticos diante da *Olympia* residia, segundo Clarck, no fato de que ela não fazia parte da representação da prostituição tal como autorizada pelos enquadramentos vigentes na pintura – e, acrescentaria, tal como encenada nos palcos na época. Não porque a modelo de Manet não tenha sido pintada como uma prostituta e, sim, por ter sido retratada nessa condição sem subterfúgios, exibindo em sua nudez o signo indelével de sua classe.

Se o quadro de Manet foi mais longe que a grande maioria das peças de teatro encenadas na época, no sentido de romper com a maneira pela qual o “corpo da mulher tinha de ser disposto numa relação precisa e definida com o olho do espectador” (*Idem*, p. 192), nem por isso se deve perder de vista o espaço cultural comum no qual se inscrevem essas representações – cênicas, pictóricas e sociais. Elas revelam a um só tempo a forma dominante de abordagem do nu praticada pela pintura e a apreensão dissimulada da sexualidade feminina no palco (e fora dele).

Por isso mesmo é que, ao delinear a relação entre cidade, produção cultural e gênero, temos que mobilizar antes de tudo “uma história [e uma antropologia] de mediações”. Ou seja, uma história social e uma antropologia das relações voltadas para a apreensão dos condicionantes sociais que dão conta, nas palavras de Sergio Miceli, “do teor ambivalente dos arranjos expressivos e das condições responsáveis pelas continuidades e mudanças” na produção cultural e artística (Miceli, 2004, p. 18). Tanto daquelas que se exprimem com o recurso de cores e formas, quanto das que se valem da linguagem, do corpo dos intérpretes, do trabalho dos diretores, do universo imaginado pelos autores, do encontro e dos desencontros entre a sociedade em cena e a sociedade real do palco.

Se até agora tratei de objetos situados nas cidades europeias que culminam com a experiência da modernidade, passo a seguir a abordar a questão central deste ensaio no cenário de duas cidades latino-americanas: Buenos Aires e São Paulo. A primeira será vista de esguelha, para concentrar o foco na capital paulista. Este deslocamento é acompanhado pela formulação certa de Braudel de que a “história é uma cena de correlações ao mesmo tempo, das quais na melhor das hipóteses só percebemos algumas” (Braudel, 1994, p. 168).



Figura 4. *Olympia*, de Manet (1865).

Para evitar as explicações apressadas e esquemáticas, adoto o pressuposto de Richard Morse de que nem “a América Latina, nem o modernismo são monolíticos” (Morse, 1995, p. 217). Por essa razão, “a comparação de algumas poucas arenas urbanas pode ajudar a particularizar e a aprofundar nossa compreensão da [tomada de consciência] modernista da década de 1920”. E também de seus desdobramentos no plano da cultura gestada nas metrópoles em expansão. O ponto de partida óbvio, para Morse, é São Paulo, “o centro industrial mais atualizado do continente, uma cidade cujos traços coloniais desapareceram, cujas ruas foram inundadas por italianos, sírios e japoneses, cujo céu foi perfurado da noite para o dia por chaminés” (*Idem, ibidem*).

A “Paulicéia desvairada”, de Mário de Andrade, “a comoção” da vida do papa do modernismo brasileiro, pedia, segundo Morse, “um ato de cognição”, e não de “decifração”, como o exigido por Buenos Aires. Apesar de diferentes, São Paulo e Buenos Aires têm um ponto inegável em comum: a capacidade de “nos envolver mais com a sensibilidade urbana do que com as questões nacionais” (*Idem*, p. 219). A afirmativa de Morse atiza a imaginação sociológica. Quem melhor levou adiante o ato de deciframento em relação à modernidade implantada em Buenos Aires foi Beatriz Sarlo. Por essa razão, o que ela propõe (e alcança), em termos da compreensão do tipo de modernidade gestada na capital argentina, pode ser tomado como uma trilha importante para o estudo da cidade de São Paulo.

Defensora intransigente da leitura cruzada a partir de múltiplas perspectivas, Beatriz Sarlo sustenta a tese de que se pode falar de muitas maneiras sobre a cultura, a literatura e a arte, “na contramão das disposições de uma polícia epistemológica que opera em nome da estética, do erotismo, do poder da linguagem e de qualquer outra aura moderna ou pós-moderna” (Sarlo, 1998, p. 9). Seu livro sobre a cultura urbana e a modernidade periférica de Buenos Aires mescla história cultural, crítica literária, história intelectual, história dos intelectuais e das ideais. Esta foi a forma e o partido analítico que Beatriz Sarlo tomou para apreender, interpretar e explicar “de que maneira os intelectuais argentinos, nos anos 20 e 30 do século passado, viveram os processos de transformações urbanas e experimentaram um conjunto de sentimentos, ideais, desejos muitas vezes contraditórios, em meio a um espaço moderno como já era o de Buenos Aires na época” (*Idem, ibidem*).

Em São Paulo, outra analista notável, a socióloga Maria Armanda do Nascimento, movida por desafios similares aos de Beatriz Sarlo, perscrutou as correlações entre o processo acelerado de metropolização da cidade no meio do século XX e suas consequências no plano da cultura. Ao fazer isso, na esteira do legado do livro pioneiro de Morse sobre São Paulo, Maria Armanda oferece uma compreensão renovada do pluralismo cultural da cidade e do complexo entrelaçamento entre modernização, modernismo e modernidade. “Os anos de 1950 [em São Paulo] representam um momento de explosão das diferentes linguagens, um claro sintoma de complexidade do tecido social e de evidente manifestação de enraizamento do Modernismo” (Arruda, 2015, p. 28). A constatação leva a autora a “caracterizar as diversas manifestações do moderno contidas na multiplicidade das linguagens, buscando as relações que entretêm com o movimento profundo de transformação da vida na cidade” (*Idem*, p. 27).

A aproximação da autora com o problema do tempo específico da cultura urbana de São Paulo se deu pela “via da linguagem, quando [percebeu] a possibilidade de estabelecer um trânsito entre a sociologia e outras formas expressivas, no plano exclusivo da construção dos estilos” (*Idem*, p. 33). A apreensão desse trânsito em chave sociológica implica um duplo desafio. De um lado, a busca pela especificidade de cada uma das linguagens que se firmaram no período: a dramaturgia de Jorge Andrade, a sociologia de Florestan Fernandes, o concretismo nas artes, a arquitetura do Parque Ibirapuera. De outro lado, a recomposição da totalidade fragmentada que articula essas novas linguagens no mesmo tecido urbano em transformação. O movimento analítico da autora, inspirado na análise iluminadora de Schorske, permite que ela estabeleça similaridades entre a Viena do final do século XIX e a São Paulo da metade do século XX. Entre elas, “a mesma recusa do passado”, que repõe, nas duas cidades, “a frustração diante da história”, a “invasão do presente pleno de experiências sociais

diversas”, “a fragmentação das linguagens” em meio aos “contextos atravessados por impasses e dilacerados por tensões” (*Idem*, p. 50).

Enquanto Richard Morse buscou o ambiente urbano descrito e experimentado pelos agentes, Maria Arminda perseguiu as transformações urbanas pelo prisma das linguagens e das instituições que lhes deram guarida. Na esteira desses autores, meu interesse, ao estudar a cidade de São Paulo, foi analisar *os intérpretes* dessas novas linguagens. Entre eles, os intelectuais que, no início dos anos de 1940, lançaram a revista *Clima* e tinham como diferencial o fato de serem oriundos da primeira geração universitária formada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. Entre os nomes mais expressivos desse círculo, encontram-se Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Ruy Coelho, Gilda de Mello e Souza⁵.

Nascidos entre 1916 e 1920, eles se conheceram na faculdade e se uniram pelo resto da vida por fortes laços de amizade e por uma intensa sociabilidade. Juntos lançaram-se na cena cultural paulista por meio de uma modalidade específica de trabalho intelectual: a crítica aplicada ao teatro, ao cinema, à literatura e às artes plásticas. Como produtos do novo sistema de produção intelectual implantado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, por intermédio dos professores estrangeiros (franceses, em particular), eles renovaram a tradição ensaística brasileira. Como críticos “puros”, romperam com a concepção de trabalho e com o padrão de carreira da geração anterior (que tinha um pé na literatura e outro na doutrina política). Como intelectuais, diferenciaram-se dos modernistas e dos cientistas sociais com os quais conviveram na Universidade de São Paulo.

Situados entre os literatos, os modernistas, os jornalistas polígrafos e os cientistas sociais, eles construíram seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos, mas pautada por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação. Eles fizeram a “ponte” entre a Faculdade de Filosofia e as instâncias mais amplas de produção e difusão cultural da cidade. Como críticos, inseriram-se na grande imprensa, nos projetos editoriais, nos empreendimentos culturais mais amplos da cidade de São Paulo. Como intelectuais acadêmicos, profissionalizaram-se na Universidade de São Paulo e formularam um dos mais bem-sucedidos projetos de análise da cultura brasileira. O fato de atuarem ao mesmo tempo como críticos de cultura, acadêmicos e professores universitários sinaliza o alcance das transformações que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo e em seu sistema cultural ao longo das décadas de 1940 e 1950. Tais transformações impulsionaram novas maneiras de conceber e praticar o trabalho intelectual.

5. Para uma visão mais aprofundada do grupo e da revista, ver Pontes (1998).

Outra novidade trazida pelo Grupo Clima era a presença de jovens universitárias entre os integrantes do grupo. Apesar disso, apenas uma delas, Gilda de Mello e Souza (1919-2005), conquistou um “nome próprio”, em razão de sua trajetória acadêmica e dos trabalhos que produziu nas áreas de sociologia e estética. Para avançar a compreensão das relações de gênero no campo intelectual marcadamente masculino da época, é preciso comparar as trajetórias das mulheres que se destacaram. O cotejamento entre Gilda de Mello e Souza, a modernista Patrícia Galvão (1910-1962) e a crítica de cultura Lúcia Miguel Pereira (1901-1959) permite aquilatar os condicionantes que modelaram os espaços possíveis para a atuação das mulheres na época e os constrangimentos decorrentes das relações de gênero – apreendidas em relação e na relação com outras dimensões igualmente relevantes para a apreensão da estrutura e da dinâmica específica dos campos de produção cultural⁶. Uma trilha vigorosa nessa direção é a comparação com o que ocorria com as mulheres e os homens ligados à cena teatral nesse mesmo período. O cotejo e a justaposição do campo intelectual à cena teatral da metrópole em expansão permitem ainda ressaltar a urdidura sociológica que os alinhavou sincronicamente em uma mesma trama cultural, entre os anos de 1930 e 1960⁷.

No contexto de implantação das rotinas de trabalho e das concepções artísticas do teatro moderno, o crítico Décio de Almeida Prado (1917-2000), ligado ao Grupo Clima, e a atriz Cacilda Becker (1921-1969) foram uns dos maiores responsáveis pelo dinamismo da cena teatral paulista. Conforme Cacilda Becker crescia como atriz⁸, Décio de Almeida Prado firmava-se como a “consciência privilegiada” (Magaldi, 2002, p. IX) da renovação cênica que teve lugar em São Paulo com os grupos amadores e com o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), criado em 1948. Símbolo do teatro paulista na virada da década de 1940 e referência obrigatória nos anos de 1950, o TBC conferiu às atrizes que atuaram na companhia uma projeção excepcional. O prestígio conquistado por elas e pelos atores com os quais contracenaram deve-se à transferência da autoridade social e cultural do público de extração burguesa que frequentava o teatro. Deve-se também à participação que os intérpretes tiveram no movimento de implantação e sedimentação dos princípios estéticos e das rotinas de trabalho do teatro moderno.

Pelo TBC passaram algumas das maiores atrizes brasileiras (Fernanda Montenegro, Cacilda Becker, Tônia Carrero, Nydia Lícia, Cleyde Yáconis e Maria Della Costa). O renome conquistado por essas atrizes é inseparável de suas parcerias amorosas e

6. Para um desenvolvimento deste argumento, ver Pontes (2008).

7. Para um aprofundamento da comparação entre esses dois campos de produção simbólica, ver Pontes (2010).

8. Sobre a importância da atriz no teatro paulista da época, ver Pontes (2004).

de trabalho. Com essa afirmação não pretendo diminuir o brilho e o talento dessas intérpretes, tampouco minimizar a dedicação com que elas construíram suas carreiras. Essas atrizes viveram uma situação inversa à das mulheres intelectuais na época, que enfrentaram uma série de constrangimentos para se afirmarem e “fazer nome”. Entre elas, a conciliação da carreira com a família, ou, quando casadas com intelectuais de renome, os conflitos advindos de se sentirem ou serem vistas à “sombra” dos maridos. Já as atrizes foram alçadas à condição de protagonistas com a anuência e o respaldo dos parceiros. Seguindo a tradição no meio teatral do autoempresariamento, elas criaram suas companhias, nas quais figuraram como principal chamariz. Enquanto isso seus parceiros atuaram como diretores, intérpretes, empresários, mesclando às vezes as três atividades. É preciso frisar, no entanto, que as razões para o empenho diverso desses parceiros, maridos ou amantes não consistem em disposições pessoais isoladas, explicáveis por “temperamento” ou “boa-vontade”. Residem antes nas dinâmicas particulares dos campos de produção simbólica, mais ou menos refratários às inflexões de gênero e à atuação das mulheres⁹.

Pela mescla de condições objetivas e subjetivas, o contexto era propício para as atrizes, para os atores, para aqueles que sonhavam em fazer da dramaturgia uma profissão. Entre as condições objetivas, sobressaem os novos espaços de sociabilidade e de profissionalização que se abriam em São Paulo e as alterações que se produziam em passo acelerado na estrutura social e demográfica da cidade. Em menos de três décadas, a população de São Paulo quintuplicara, passando dos 579 mil, cifra registrada em 1920, para 2 milhões e 198 mil habitantes na década de 1950. A cidade, “explodindo em número de habitantes, quebrava a sua velha carapaça quatrocentona, internacionalizando-se”, nas palavras de Décio de Almeida Prado (1998, p. 7). A consequência disso era a crença partilhada no futuro, “a substituição simétrica de estilos de vida e não o lento desaparecimento de um mundo cuja agonia se pudesse acompanhar com lucidez” (Mello e Souza, 1980, p. 110), como dá a ver a dramaturgia de maior inventividade encenada nas décadas de 1950 e 1960.

Arte social, arte coletiva, arte da representação, inseparável da vida urbana e da sociabilidade multifacetada, o teatro em São Paulo converteu-se em laboratório voluntário e compulsório dos sonhos acalentados pelas camadas médias e pelas elites. Ele deu forma a assuntos que pulsavam, antecipou comportamentos que se tornaram emblemáticos, forneceu régua e compasso para enquadrar as transformações em curso. Assim, não é aleatório que a sociedade encenada no palco encontrasse tamanha ressonância na sociedade real do público¹⁰. A dramaturgia de Jorge Andrade (1922-

9. Desenvolvo esse argumento no sexto capítulo do meu livro *Intérpretes da metrópole*, 2010.

10. Para o aprofundamento desse pressuposto, enfeixado pela relação entre cidade, teatro, público e socie-

1980) e Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006), para citar dois dos autores mais inventivos do período, sintetizou as representações inquietantes de uma sociedade em fogo morto, sobre a qual sobrevinha a lufada de energias impulsionadas pelos grupos emergentes. Enquanto Jorge Andrade remexeu as feridas dos abastados de ontem¹¹, Guarnieri fabricou uma classe operária povoada pelo ideário dos setores médios em ascensão¹². A derrocada da economia cafeeira engolfou proprietários, linhagens, estilos de vida, critérios de prestígio, valores e certezas. A expansão da metrópole espicou a imaginação social, criou linguagens, produziu novos enfrentamentos e utopias. A cena teatral paulista na década de 1950, atendida com as transformações em curso, abrigou o adeus à civilização do café e a exaltação da sociedade urbano-industrial. Nos palcos da cidade, ganharam tratamento renovado as vicissitudes dos setores médios, o impacto da vida urbana nos costumes e nas relações familiares, a experiência da classe operária, a ascensão dos imigrantes, cuja presença em sucessivas levadas migratórias conformou a paisagem social e urbana da metrópole em expansão¹³.

Na década de 1960, a criação de novos grupos, a consolidação do Teatro Oficina e do Teatro de Arena, a expansão do público jovem, universitário e de esquerda, a sedimentação do “conceito de engajamento artístico de esquerda” (Napolitano, 2001), a estreia de novos dramaturgos, tudo isso, somado, alterou a composição social do palco. A combinação entre “a cena ‘rebaixada’ e um público ativista” (Schwarz, 1978, p. 81), aliada à introdução de novas temáticas e de novas maneiras

dade, ver Auerbach (2007b), Schorske (1998) e Charle (2008; 2012).

11. Na peça *A moratória* (encenada em 1955), a lembrança objetivada do descenso social da família de Jorge Andrade impregna tanto a fala dos personagens como os objetos que os cercam. Antes de tudo, as casas que habitam: a do passado, da opulência e do mando; a do presente, modesta e sem brilho. Ela também se condensa no relógio pendurado na sala de jantar; nos santos nas paredes; na máquina de costura, que serviu de recreio à menina rica do passado e de esteio da família no descenso do presente. Atando significados simbólicos e relações sociais, a casa e os objetos nas peças de Jorge Andrade são mais que peças de cenário. Neles se inscreve a história social da família, que é também a da classe a que pertenceu o dramaturgo – a oligarquia agrária ligada ao café.
12. Na peça *Eles não usam black-tie*, de Guarnieri (encenada em 1958), o título alude à indumentária de gala dos espectadores que frequentavam a companhia de maior projeção no período, o paulistano Teatro Brasileiro de Comédia. No traje de festa sobressaíam as insígnias vistosas da ostentação burguesa, rechaçada pelo público jovem, levemente desalinhado e afinado com o polo mais à esquerda do campo teatral. Sucesso estrondoso, a peça ficou um ano em cartaz, garantiu uma sobrevida inesperada ao Teatro de Arena, alimentou os sonhos de uma geração sobre o potencial da cultura na transformação e reordenação das relações sociais. Por seu intermédio, a classe operária entrou pela primeira vez nos palcos da metrópole, na pegada forte do drama de uma família tensionada pela greve, pelo conflito de gerações e pela luta de classes. Para dar verossimilhança à experiência social de uma classe que não era a sua, Guarnieri mesclou o imaginário de sua geração, alimentado pela militância política no Partido Comunista, à memória por procuração.
13. Para um aprofundamento da análise das peças em tela de Jorge Andrade e Gianfrancesco Guarnieri, ver Pontes e Miceli (2012).

de dizê-las, teve um efeito extraordinário no palco e um acolhimento vibrante do público engajado. O teatro ecoava e a um só tempo vocalizava, nas palavras de Roberto Schwarz, a “relativa hegemonia cultural da esquerda”. Ele era um dos termômetros a medir a alta temperatura cultural do país, que “estava irreconhecivelmente inteligente” (*Idem*, p. 69), apesar da ditadura militar instaurada em 1964. Quatro anos mais tarde – após a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI5), em dezembro de 1968, pela junta militar que comandava o país –, as forças repressivas e conservadoras, impulsionadas pela censura, pela ampliação das perseguições políticas e pela suspensão da liberdade de imprensa, não mediram esforços para desmontar a hegemonia cultural da esquerda e liquidar o sonho da revolução acalentado por uma parcela expressiva da juventude engajada.

O teatro acompanhou de perto a ferocidade desse desmonte, virou um reduto da resistência – comprovando a tese de Schorske de que a dramaturgia é “a forma literária mais adequada à esfera da ação e, portanto, à ética e à política” (1993, p. 40) – e sempre que possível contornou a censura com o recurso da burla e da linguagem cifrada. Os censores não davam trégua e os dramaturgos faziam das tripas coração para manter um controle mínimo sobre o que escreviam. E ainda que a censura tenha sido inclemente, impedindo a montagem das peças ou retirando outras de cena, ela deixou passar assuntos, temas e maneiras inusitadas de abordá-los. Ao que tudo indica por incapacidade e cegueira para perceber a novidade em curso, como as trazidas por Mariazinha e Verônica e pelo universo social que confirmou a existência de ambas¹⁴.

Essas duas personagens foram vistas juntas, quase lado a lado, nos palcos da metrópole paulista pelo público jovem que continuou a buscar refrega na cultura. Jovens, inquietas e destemidas eram também as dramaturgas que as criaram: Leilah Assumpção (1943) e Consuelo de Castro (1946). As duas dramaturgas fizeram valer os trunfos da formação sofisticada recebida na Universidade de São Paulo para driblar as vicissitudes de uma cena cultural ainda hostil e reticente às pretensões de dicção e criação autoral das mulheres. O aprendizado misturado à sociabilidade praticada por inteiro no centro de irradiação da universidade garantiu às jovens estreatantes na dramaturgia a ousadia necessária para assumirem riscos na escrita (e na vida). As peças de estreia que as tornaram conhecidas, calibradas pelo viés das marcas de classe e de gênero, desarrumaram as convenções dramáticas usuais. Em pleno regime militar, elas miraram as experiências desconcertantes das protagonistas femininas e os impasses de toda ordem que as condensavam – materiais, profissionais, sexuais,

14. Para um desenvolvimento da análise dessas personagens, das peças e das dramaturgas que as criaram, ver Pontes (2014).

éticos. Mas no lugar de encapsularem as personagens no quadro estreito da chamada condição das mulheres, elas encenaram relações de gênero. Materializadas nos objetos, no par amoroso, nos estilos de feminilidade e masculinidade, as relações de gênero foram corporificadas também pelas personagens masculinas. Os homens, nessas peças, atiçavam a libido, solapavam as balizas correntes do relacionamento amoroso e escancaravam os limites de todos no mundo social em transformação convulsa retratado nos palcos.

Nas peças com que estrearam como dramaturgas, *Fala baixo senão eu grito* e *À flor da pele* (encenadas em 1969), Leilah Assumpção e Consuelo de Castro arriscaram inovações substantivas em diversas frentes e dimensões. Constituíram as protagonistas femininas em sujeito da ação, o retrovisor das projeções do espectador, o móvel dos dilemas éticos. Fizeram com que a temática feminina invadisse o cerne da trama e se convertesse em filtro privilegiado das mudanças sociais em curso. Mudanças que estavam prensadas entre o desgaste dos modelos tradicionais de classe e de gênero, o influxo de energias represadas, o acerto de contas com as utopias e os desacertos políticos do passado recente. A dramaturgia dessas autoras deslocou a urgência da transformação para o plano das relações amorosas, menos sujeitas às investidas crescentes da ditadura e da censura. Assim como as novas carreiras universitárias nas humanidades impulsionaram “vocações” de moças talentosas, os palcos da metrópole paulista ecoaram experiências de vida até então descartadas pelo crivo da modelagem simbólica em mídias e suportes destinados a um público mais amplo e diversificado. Nesse contexto, o teatro forneceu régua e compasso para o desenho de novos sujeitos e novos regimes de enunciação.

Ato final

Partilhando o pressuposto de Adorno, “a forma como um conteúdo social sedimentado”, procurei enquadrar o assunto central deste ensaio – configurado pelas diversas possibilidades de apreender as relações entre cidade, produção cultural e gênero – a partir do rastreamento da dramaturgia de maior fôlego e inventividade encenada nos palcos da metrópole paulista. Argumentei que ela funcionou como uma caixa de ressonância das transformações que estavam ocorrendo em ritmo acelerado na cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, como agente de produção dessas mudanças. Essa dramaturgia pode (e deve) ser apreendida como a transcrição do gosto, dos valores, da visão de mundo dos artistas e intelectuais que apostaram as fichas na cultura, como meio privilegiado de transformação das relações sociais. Em uma situação bem diversa dos pintores florentinos encarregados do ciclo de afrescos da capela Brancacci, mencionados no início do ensaio, os dramaturgos e as

dramaturgas em São Paulo partilhavam a crença no potencial libertador da cultura. Não porque fossem melhores que os pintores florentinos, Masolino, Masaccio e Filippino Lippi, mas porque as cidades em que se inseriram mantinham relações distintas com a cultura.

O exemplo da capela Brancacci mostra a importância de determinadas manifestações artísticas para a compreensão das cidades que as abrigam. Na Florença do século XV, a pintura era uma das artes de maior prestígio e visibilidade da cidade. Em São Paulo da metade do século XX, o teatro ocupou essa posição em função da centralidade que ele adquiriu na vida cultural da cidade.

Em Florença, no período em que os afrescos da capela Brancacci foram pintados, a arte e o pensamento, como mostrou Braudel, “se orientavam e se decidiam no alto das hierarquias sociais. O resto da população, o ‘*popolo*’, estava fora do jogo” (Braudel, 1994, p. 58). Era a parte alta da sociedade florentina restrita que dava o tom e o tônus da produção cultural na cidade. A Florença daquela época abrigava “uma sociedade fraturada em duas: o pequeno grupo que participava da cultura refinada e a massa” (*Idem*, pp. 57-58), reduzida à condição obscura de espectadora. A “civilização desabrochava no alto da sociedade como um mergulhador que volta à superfície”, para completar o argumento com a frase iluminadora do historiador francês (Braudel, 1994, p. 39). Na São Paulo de meados do século XX, a produção cultural enfeixada nas novas linguagens, que se expressavam na arquitetura, nas artes plásticas, na sociologia e na dramaturgia, revelava uma relação ampliada com a cidade. Ainda que essa produção cultural estivesse longe de atingir as massas, apesar da aposta política de vários artistas e intelectuais de maior vitalidade, ocorreu inegavelmente uma ampliação das bases e do acesso à cultura.

A arte, o teatro e a literatura são uma “linguagem para as sociedades que as falam, que as escutam” (*Idem*, p. 69), que as apreciam em certas conjunturas ou as rejeitam em outras. Por isso, é necessário afinar os conceitos e as ferramentas metodológicas da história, da antropologia e da sociologia para escutá-las. É preciso, ainda, perscrutá-las como documentos transfigurados da imaginação social, especialmente quando inscritas em paisagens urbanas inquietantes e vigorosas como as abordadas neste ensaio, enfeixadas pela formulação precisa de Adrián Gorelik: “as cidades e suas representações se produzem mutuamente” (Gorelik, 2011, p. 138).

Referências Bibliográficas

ALPERS, Svetlana. (1983), *The art of describing: Dutch Art in the Seventeenth Century*. Chicago, University of Chicago Press.

- ANDRADE, Jorge. (1986), *Marta, a árvore e o relógio*. 2. ed. ampl. São Paulo, Perspectiva.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2015), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. São Paulo, Edusp.
- ASSUMPÇÃO, Leilah. (2010), *Fala baixo senão eu grito*. In: _____. *Onze peças de Leilah Assumpção*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.
- AUERBACH, Erich. (1976), “O santarrão”. In: _____. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, pp. 321-352.
- _____. (2007a), “As flores do mal e o sublime”. In: _____. *Ensaio de literatura ocidental*. Org. Davi Arrigucci Jr. e Samuel Titan. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, pp. 303-332.
- _____. (2007b), “La cour et la ville”. In: _____. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, pp. 211-278.
- BAXANDALL, Michael. (1988), *Painting and experience in Fifteenth Century Italy*. 2. ed. Nova York, Oxford University Press.
- _____. (2006), *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1992), *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Editions du Seuil (ed. bras.: *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1996).
- BRAUDEL, Fernand. (1994), *Le modèle italien*. Paris, Flammarion.
- CALVINO, Italo. (1990), *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, Maria Alice. (1994), *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- CASTRO, Consuelo de. (1989), *À flor da pele*. In: _____. *Urgência e ruptura*. São Paulo, Perspectiva/Secretaria de Estado da Cultura.
- _____. (2006), Depoimento audiovisual concedido a Daisy Perelmutter e Luis Francisco de Carvalho, no âmbito do projeto “Memória oral da Biblioteca Mário de Andrade”.
- CHARLE, Christophe. (2008), *Théâtres en capitales*. Paris, Albin Michel.
- _____. (2012), *A gênese da sociedade do espetáculo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CLARCK, T. J. (2004), *A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DEL CARLO, Elisa. (2012), *La Chapelle Brancacci*. Florença, Mandragora.
- ELIAS, Norbert. (1974), *La société de cour*. Paris, Calmann-Lévy.
- _____. (1991), *Norbert Elias par lui-même*, Paris, Fayard.
- GORELIK, Adrián. (2011), *Correspondencias: arquitectura, ciudad, cultura*. Buenos Aires, Nabuko.
- GUARNIERI, Gianfrancesco. (2001), *Eles não usam black-tie*. 12. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LANNA, Ana Lúcia et al. (orgs.). (2011), *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo, Alameda.

- MAGALDI, Sábato. (2002), “Consciência privilegiada do teatro”. In: PRADO, Décio de Almeida. *Apresentação do teatro moderno brasileiro*. São Paulo, Perspectiva, pp. ix-xv.
- MCCCLINTOCK, Anne. (2010), *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp.
- MELLO E SOUZA, Gilda. (1980), “Teatro ao sul”. In: _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo, Duas Cidades, pp. 109-116.
- MICELI, Sergio. (2004), “Por uma história social da arte”. In: CLARK, T. J., *A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet e de seus seguidores*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 9-18.
- MORSE, Richard. (1995), “As cidades ‘periféricas’ como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina”. *Estudos Históricos*, 8 (16): 205-225 (originalmente publicado no *Journal of Urban History*, 1984, 4 [10]).
- NAPOLITANO, Marcos. (2001), “A arte engajada e seus públicos, 1955-1968”. *Estudos Históricos*, 28 (2): 103-124.
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (2004), “A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga”. *Tempo Social*, 1 (16): 231-262.
- _____. (2008), “Crítica de cultura no feminino”. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 2 (14): 511-541.
- _____. (2010), *Intérpretes da metrópole*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- _____. (2012), “Introdução à edição brasileira: sociedade em cena”. In: CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 9-18.
- _____. (2014), “Mariuzinha e Verônica: classe e gênero nos palcos da metrópole”. In: _____. & MICELI, Sergio (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp, pp. 187-209.
- _____. & MICELI, Sergio. (2012), “Memória e utopia na cena teatral”. *Sociologia & Antropologia*, 4 (2): 241-263.
- PRADO, Décio de Almeida. (1998), “TBC – Teatro Brasileiro de Comédia revê os seus 50 anos”. *O Estado de S. Paulo*, caderno 2, p. 7
- RIDENTI, Marcelo. (2000), *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, Record.
- SALGUEIRO, Helena Angotti. (2006), “Introdução à edição brasileira”. In: BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SARLO, Beatriz. (1998), *Una modernidad periférica: Buenos Aires, 1920 y 1930*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- SCHORSKE, Carl. (1993), *Viena fin-de-siècle*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1998), “Grace and the word: Austria’s two cultures and their modern fate”. In: _____. *Thinking with history: explorations in the passage to modernism*. Princeton, Princeton University Press.

- SCHWARZ, Roberto. (1978), “Cultura e política”. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SIMMEL, Georg. ([1903] 2005), “As grandes cidades e a vida do espírito”. Trad. Leopoldo Waizbort. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 2 (11): 577-591.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2000), “Georg Simmel e a Berlim do Segundo Império”. In: _____. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (2001), “Monólogos no exílio”. *Folha de S. Paulo*, caderno Mais!, 15 abr.

Resumo

Cidades, cultura e gênero

Centrado na apreensão das conexões empíricas e das inter-relações analíticas entre produção cultural, cidade e gênero, o artigo visa a um tríptico objetivo: mapear alguns dos modelos teóricos utilizados na análise e interpretação desses fenômenos; discutir uma bibliografia específica sobre cidade, linguagem artística e experiência social; analisar o entrelaçamento dessas dimensões na cidade de São Paulo, nos anos de 1940 a 1960, com foco na dramaturgia e com o auxílio de exemplos retirados de Florença, Paris e Buenos Aires. Entendendo as cidades como arenas culturais, como “lugar de germinação, de experimentos e de combate cultural” (Morse), o artigo partilha a ideia de que “as cidades e suas representações se produzem mutuamente” (Gorelik) e defende o argumento de que determinadas manifestações culturais só acontecem em cidades específicas em função das condições sociais, do potencial e dos constrangimentos que enredam a criação, a autoria, a linguagem e as relações de gênero.

Palavras-chave: Cidade; Produção cultural; Linguagem; Relações de gênero; Dramaturgia; Modernidade; Modernismo; São Paulo.

Abstract

Cities, culture and gender

Focusing on the empirical connections and on the analytical interrelations between cultural production, cities and gender, the article intends to achieve a triple purpose: to map some theoretical models being used in the analysis and in the interpretation of those realities; to argue about a specific bibliography concerning the cities, the artistic language and the social experience; to analyze the intertwining of such dimensions in the city of São Paulo, from 1940 to 1960, mainly through the dramatists in a comparative approach with Florence, Paris and Buenos Aires. Viewing the cities as cultural arenas, as “the place of birth, of experiments and of cultural struggle” (Morse), the article shares the idea that “the cities and their representations are entangled” (Gorelik) and upholds the argument that specific cultural manifestations happen

in specific cities according to social conditions, to the potential resources and to the constraints involving the creation, the authorship, the language and the gender relations.

Keywords: City; Cultural production; Language; Gender relations; Drama; Modernity; Modernism; São Paulo.

Texto enviado em 23/7/2015 e aprovado em 11/11/2015. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.105994.

Heloisa Pontes é professora titular do Departamento de Antropologia da Unicamp e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. É autora de *Intérpretes da metrópole* (2010, prêmio Anpocs “melhor obra científica” atribuído em 2011), *Destinos mistos* (1998, prêmio Anpocs/CNPq de melhor obra científica concedido em 2000), *Antropologias, histórias, experiências* (organizado em conjunto com Fernanda Peixoto e Lilia Schwarcz, 2004) e *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina* (organizado em conjunto com Sergio Miceli, 2014), e de diversos artigos publicados em livros e revistas científicas. Suas pesquisas estão voltadas para a sociologia e a etnografia da vida intelectual, a história social do teatro brasileiro e as relações entre gênero e corporalidade. E-mail: helopontes@uol.com.br.

Questões metodológicas em *Guerra e paz*

Causação, agência e refiguração¹

Jordão Horta Nunes

A guerra é um fenômeno social com graves consequências materiais, objetivamente avaliáveis, mas que também ressoa na memória coletiva e afeta psicologicamente os indivíduos, quer tenham colaborado para sua eclosão, participado ativamente no conflito, vivenciado ou recordado o acontecimento ou simplesmente presenciado narrativas, acompanhado notícias em quaisquer meios de comunicação ou fruído produções artísticas relacionadas com a guerra, como romances históricos. Acompanhado geralmente de sua oposição e condição necessária para que seja identificado, ou seja, a paz, o fenômeno da guerra tradicionalmente é analisado na filosofia (por exemplo, Hegel, 1975; Hobbes, 1997; Kant, 1989) e sobretudo na história. No campo da metodologia das ciências sociais, aqui compreendida como reflexão sobre a prática da pesquisa social em seus aspectos lógico, epistemológico, teórico e técnico, a guerra comparece como um tradicional exemplo de análise em explicações causalistas (Mill, 1999) ou quase causais (Von Wright, 1971). Primeiramente cabe destacar uma mudança que se efetivou desde a identificação de condições ou fatores objetivos a necessariamente vinculados a um conflito bélico, principalmente em análises históricas comparativas, até considerar a guerra um processo ou resultado da agência humana. No último caso, a guerra é relacionada também com elementos

1. Este artigo tem como base uma comunicação apresentada no 37º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2013, no ST-20 (Teoria social no limite: novas frentes/fronteiras na teoria social contemporânea). O texto foi adaptado e reformulado levando em conta as considerações feitas pelos debatedores e colegas presentes.

não objetivos, como intenções, motivações, interesses, pensamentos e até paixões que remetem a indivíduos, ainda que possam, mediante disposições associativas ou representativas, provir de entidades coletivas. Nesse sentido é oportuno retomar a ideia de causa que Robin G. Collingwood estabeleceu em livro póstumo, que se tornou clássico da metodologia das ciências sociais. Na investigação histórica, “a causa do evento significa o pensamento na mente da pessoa por cuja ação o evento foi realizado”; a causa não está fora do evento; é o próprio interior do evento (Collingwood, [1946] 1994, p. 176). Toda história é história do pensamento, é a recriação do pensamento pretérito na própria mente do historiador. Esse tipo de crítica à história obtida a partir de vestígios de eventos ocorridos, objetivamente perceptíveis e explicados por leis gerais, e as tentativas de construir uma história compreensiva das ações humanas orientadas pelos mais diversos móveis, não necessariamente razoáveis ou racionais, já podem ser encontrados em *Guerra e paz*, de Tolstói, obra que, além de romance histórico, incorpora uma reflexão sobre como produzir a história dos feitos humanos.

Guerra e paz é uma obra consagrada na literatura mundial e foi publicada pela primeira vez na íntegra em 1894; compreende o período da invasão francesa na Rússia, a partir de 1805 até a retirada das tropas napoleônicas em 1812. As narrativas de batalhas são entremeadas com ações de centenas de personagens, alguns históricos e outros fictícios, estes pertencentes a cinco famílias da aristocracia czarista. A obra está organizada em quinze partes (ou livros), cada qual composta de cerca de vinte a trinta capítulos, que integram quatro volumes, acrescidos de um epílogo em duas partes. Entretanto, o livro não está circunscrito ao terreno da ficção, pois compreende também, sobretudo a partir do terceiro volume, considerações que se acomodariam aos moldes de um ensaio filosófico-histórico. Tolstói empregou também, na composição da obra, sua experiência pessoal como combatente em um dos conflitos russo-turcos, na Crimeia, em 1854-1855, quando escreveu uma série de apontamentos relatando a vida dos soldados russos e cidadãos durante o cerco de Sebastopol, sendo por isso considerado historicamente um dos primeiros correspondentes de guerra.

Existe uma volumosa literatura sobre Tolstói, sua obra e seu papel como intelectual e líder cultural, em diversos campos, da crítica e teoria literária às ciências humanas em geral, incluindo a psicologia e a psicanálise. Já as análises específicas de *Guerra e paz* que valorizam a filosofia da história que a obra supostamente incorpora, que possam contribuir para uma reconstrução de sua importância para o repertório analítico da metodologia das ciências sociais, são em número mais reduzido (por exemplo, Berlin, 1923; Jameson, 2007; White, 2007).

Um breve resumo do romance é necessário para uma contextualização mínima da argumentação subsequente. No primeiro volume são apresentados os principais

personagens e suas respectivas famílias aristocráticas: Pierre Bezúkhov, que se torna herdeiro de uma grande fortuna, e seu amigo Andrei, filho do príncipe Bolkónski, proprietário rural da região de Montes Calvos. Outra família nuclear importante é a dos Rostóv, que residem em Moscou, composta pelo conde Iliá, sua esposa e quatro filhos: Vera, a mais velha, Natacha, Nikolas e o caçula Pétia. Já neste primeiro livro, cuja narrativa se inicia em 1805, figuram os preparativos para a guerra franco-russa. Andrei decide colaborar como ajudante de campo do general Kutúzov, personagem histórico do romance com importância comparável à de Napoleão Bonaparte. No segundo livro as relações afetivas entre os personagens e os dramas e conflitos existenciais ocorrem em contraponto com cenas da batalha de Austerlitz, com vitória do exército napoleônico. Pierre, já um próspero aristocrata, casa-se com Helena Kuriagin, iniciando uma relação apenas formal, sem correspondência afetiva. Andrei, gravemente ferido na batalha de Austerlitz, retorna à sua casa e perde a esposa em decorrência do parto de seu filho. Após um período de depressão, Andrei se encanta por Natacha e recupera a vontade de viver, retornando a suas atividades militares. Em sua ausência, Natacha é seduzida por Anatole Kuriagin, irmão de Helena, que tenta raptá-la. O ardil é descoberto e os planos de Anatole são frustrados, graças à intervenção de Pierre, que acaba se aproximando de Natacha.

No início do terceiro volume, envergonhada de sua traição, Natacha interrompe a relação com Andrei e adoce por um período. Pierre sai de Moscou e dirige-se ao *front*, tendo a oportunidade de presenciar a sangrenta batalha de Borodinó, com enormes perdas para os exércitos francês e russo. Embora experimentando uma vitória moral diante do invencível exército napoleônico, o exército russo recuou, sob o comando de Kutúzov, abrindo caminho à ocupação de Moscou por Napoleão.

No livro 4, Moscou, incendiada pelos próprios moradores, antes de sua fuga, é ocupada pelo exército napoleônico. Pierre acaba prisioneiro, constrangido a acompanhar o exército francês após sua retirada de Moscou. Torna-se amigo de um companheiro de cela, Platon Karatáiev, um homem que encarna as virtudes do povo russo simples, que vive do trabalho no campo. Pierre testemunha a decadência do moral das tropas napoleônicas, combalidas, quando se retiravam da Rússia em meio a um inverno rigoroso. Andrei, gravemente ferido em batalha, é acolhido pelos Rostóv e fica sob os cuidados de Natacha, até sua morte. No final do romance Pierre, recuperado das lembranças da guerra, retoma com sucesso a administração de suas propriedades e aproxima-se de Natacha, após a morte de sua esposa Helena. Depois de tantas vicissitudes e transformações pessoais, Pierre pensa em desposar Natacha. O romance tem um primeiro final nessa forma aberta, apenas sugerindo o enlace próximo entre os dois personagens, com base em circunstâncias e disposições pessoais apresentadas no decurso da narrativa.

O epílogo, em sua primeira parte, é predominantemente narrativo. Pierre casa-se com Natacha; Nikolas Rostóv casa-se com Mária Bolkonskaya, irmã de Andrei, e passa a administrar com êxito sua propriedade. Compondo um final inesperado em relação a romances históricos que enaltecem virtudes e atos heroicos na construção de seus caracteres e personagens, Tolstói produz um tipo de antropologia familiar com delineamento normativo, em que a educação dos filhos e os arranjos domésticos são mais ligados pela razão, como no casal Mária-Nikolas, ou pela emoção, como no par Pierre-Natacha. Antecipa também alguns elementos do movimento social que viria a motivar, no final da década de 1870, o tolstoísmo: vida simples no campo, ascetismo e um tipo de anarquismo cristão, com rejeição do Estado e de governos corruptos.

A segunda parte do epílogo é composta por considerações históricas e filosóficas, de forma inusitada e que, certamente será privilegiada nesta análise, ainda que, *grosso modo*, Tolstói não consiga demonstrar ou fundamentar, em *Guerra e Paz*, a filosofia da história que propõe, sobretudo no epílogo. No entanto, a obra, em sua unidade, compreende uma solução poética para a tarefa de conferir sentido histórico a um evento histórico como a invasão da Rússia pelo exército francês comandado por Napoleão, ou seja, o livro constitui uma forma de fazer história.

O texto, literário, histórico e filosófico, interessa à metodologia das ciências sociais, no contexto deste artigo, em dois aspectos. O primeiro remonta à antiga distinção, originalmente postulada por Wilhelm Windelband, entre estudos nomotéticos ou idiográficos na pesquisa científica. As abordagens nomotéticas valorizam a formulação de leis gerais para explicar os fenômenos e são aplicadas principalmente nas ciências da natureza. Os métodos idiográficos exploram casos particulares, as singularidades e contingências. O segundo aspecto refere-se à relação entre arte e ciência ou, mais especificamente, entre certos gêneros literários, como o romance histórico e a história como ciência.

História e metodologia das ciências sociais em *Guerra e Paz*

A primeira questão incide mais especificamente na metodologia das ciências sociais com a distinção entre *Naturwissenschaften* (ciências da natureza) e *Geisteswissenschaften* (ciências humanas ou da cultura), elaborada por Dilthey. Procurava-se validar uma orientação epistemológica alternativa à busca de relações causais pautada por regras objetivas, oriunda das ciências naturais e que se tornava paradigmática com a influência crescente do positivismo sociológico. Entretanto, a hegemonia das abordagens nomotéticas nas ciências sociais já dava sinal de declínio antes mesmo de seu derradeiro impulso com o Círculo de Viena e o positivismo lógico, na década de 1930. Stuart Mill, em seu *Sistema de lógica*, publicado em 1843, incluía um livro

sobre *A lógica das ciências morais* (1999), em que propunha a pesquisa empírica da vontade humana livre da causalidade necessária que impera no mundo natural, fazendo uso da história, da psicologia e da “etologia”, uma ciência ainda a ser constituída, cujo objeto seria a educação em sentido mais amplo, abarcando desde a formação do caráter social, coletivo, até a formação do caráter individual.

Provavelmente autores como Windelband, Dilthey ou Stuart Mill não fizeram parte da formação de Tolstói, ainda que tenha lido David Hume, um dos pioneiros da moderna discussão epistemológica da causalidade, e alguns iluministas, como Rousseau e Montesquieu, antes de escrever o romance, conforme indicam seus *Diários de juventude* (Tolstói, 1917). No entanto, a análise de suas considerações epistemológicas em *Guerra e paz* evidencia que o autor russo já identificava os principais elementos da discussão sobre a história como ciência e sua relação com outras áreas de conhecimento, bem como antecipava algumas questões teóricas que só viriam a ser discutidas metodologicamente em meados do século XX.

Embora as considerações filosóficas sobre a história e as ações ou os “movimentos dos homens” orientados no tempo sejam predominantes no primeiro capítulo dos volumes III e IV e no epílogo, na primeira metade da obra, referente aos anos de 1805 e 1806, há diversas passagens que denotam uma concepção mecanicista da causalidade, ainda que não expressa de forma objetiva ou rigorosa. Os fatores apontados como causas são fatos físicos e observáveis, mas também estados de alma (afecções, motivos etc.):

O príncipe Bagration, de olhos semicerrados, olhou em volta e, ao reconhecer a causa da confusão que se formara [um soldado que caíra atingido por um tiro, juntamente com seu cavalo], deu as costas com indiferença, como se dissesse: “Não vale a pena perder tempo com bobagens!” (10-XVII, p. 380)².

A causa do mal-estar residia na forte impressão que a visão dos feridos e mortos deixava na alma sensível do soberano (3-XI, p. 535).

É importante notar que as causas, mesmo que sejam estados mentais, estão sempre associadas a ações, e estas são observáveis e geram transformações no ambiente, ou em ações relacionadas com outros sujeitos, ou ainda em situações e interações. No entanto, há um trecho, no final do primeiro volume, que merece ser reproduzido na íntegra, pois antecipa, por meio de metáforas, a argumentação crítica de Tolstói à história como ciência:

2. Todas as citações de *Guerra e paz* são extraídas da edição brasileira publicada em 2012, com tradução de Rubens Figueiredo, a partir do original russo. Decidiu-se referendar a obra designando o livro (ou parte), seguida do capítulo, em algarismos romanos. Assim, por exemplo, “12-XVII” remete ao capítulo XVII do livro 12.

Até o meio-dia do dia 19, as movimentações, as conversas animadas, a correria, o vaivém de ajudantes de ordens limitavam-se ao quartel-general dos imperadores; depois do meio-dia, a movimentação passou para o quartel-general de Kutúzov e para o estado-maior dos comandantes de coluna. Ao entardecer, por meio dos ajudantes de ordens, essa movimentação propagou-se por todos os setores e pontos extremos do exército e, na noite de 19 para 20, a massa de oitenta mil soldados das tropas aliadas levantou-se, pôs-se a zunir num vozerio, agitou-se, e pôs-se em movimento numa imensa tela de nove verstas. [...]

Como no mecanismo de um relógio, também no mecanismo da atividade militar, uma vez começado um movimento, ele segue de modo irresistível até o resultado final, e também permanecem imóveis e indiferentes, até o momento da transmissão do movimento, as partes do mecanismo ainda não alcançadas por aquele impulso. As rodas rangem nos eixos, os dentes agarram, as roldanas cham por causa da velocidade em que giram, e no entanto uma roda contígua permanece quieta e imóvel, como se estivesse disposta a ficar centenas de anos nessa imobilidade; mas chega a hora – uma alavanca engata e, obedecendo a um movimento, a roda estala ao mexer-se e se une também à mesma ação, cujo resultado e propósito ela não entende. Tal como o relógio o resultado do movimento complexo de inúmeras rodas e roldanas diferentes é apenas o movimento vagaroso e regular dos ponteiros que marcam o tempo, assim também o resultado de todos os complexos movimentos humanos daqueles cento e sessenta mil russos e franceses – todas as paixões, desejos, arrependimentos, humilhações, sofrimentos, acessos de orgulho, de medo, de entusiasmo daquela gente – foi apenas a derrota na batalha de Austerlitz, chamada de a batalha dos três imperadores, ou seja, o vagaroso deslocamento do ponteiro da história mundial no mostrador da história da humanidade (3-XI, pp. 536-538).

A narrativa reporta aos preparativos no dia que precedeu a batalha de Austerlitz, em que o exército russo-austriaco foi derrotado por Napoleão. As descrições da atividade militar tomam, em diversos trechos, o feitiço de diários de campanha, cronológica e escrupulosamente organizados. Em alguns documentos históricos que integram o texto, como uma carta que Napoleão escreveu ao general Murat em 1805 (2-XIV, pp. 362-362), a informação do horário antecede a data, evidenciando a importância do ordenamento temporal no “mecanismo” militar. No primeiro parágrafo a ênfase cai sobre as ordens de generais de alto escalão, que se deslocam sucessivamente do quartel-general dos imperadores (Alexandre I, da Rússia, e Francisco I, da Áustria), até chegar aos soldados no final da tarde e levando-os a se mobilizarem para o combate iminente. No entanto, as ordens não chegam como missivas individuais com a mesma mensagem original a cada soldado, mas têm o sentido modificado em cada situação interativa em que são transmitidas. A forma de obedecer a elas está, sem dúvida, restrita em decorrência da padronização de atividades transmitida nos treinamentos sistemáticos e disciplinares que caracterizam a própria formação militar.

A eficácia das ações desempenhadas com base nessas ordens depende, entretanto, de variáveis subjetivas, como empenho, ambição pela carreira, sentimento pátrio, motivações pessoais etc. e até de móveis contingenciais, como estado de ânimo e condições de saúde, além de fatores físico-geográficos ou condições operacionais que podem acelerar ou dificultar a transmissão e a recepção das mensagens. No entanto, nessa passagem a ênfase é na sucessividade e na dispersão das mensagens derivadas da ordem até a “massa” de soldados que, em vozerio comparado a um “zunido”, responde ao comando e se põe em movimento.

Tolstói emprega aqui, e em diversas outras passagens de *Guerra e paz*, a metáfora da sociedade ou do grupo social como um “enxame” de abelhas ou como um “formigueiro”. Esse tipo de metáfora certamente não remete a uma ontologia do social, mesmo porque tradicionalmente é empregada em contraposição a concepções da natureza humana ancoradas em atributos como consciência, vontade, racionalidade ou trabalho. O narrador parece dirigir-se a uma relação entre uma ação coletiva, que conduz a um resultado como a vitória ou a derrota num conflito, e as ações individuais nesse processo, mais ou menos orientadas pela ordem de comando. Por outra perspectiva, ilustra a dificuldade de explicarmos o resultado dessa ação coletiva caso pretendamos identificar como causa o comportamento individual do soldado. A metáfora do comportamento social comparado com formas de comportamento e produção coletiva em animais organizados em colmeias, ou formigueiros, pode ser estendida a outras situações em que se torna praticamente impossível chegar a um agregado racionalmente representativo de decisões individuais, muitas vezes tomadas com base em motivações contingenciais, no limite, irracional ou inconscientemente efetivadas. A movimentação caótica dos soldados numa batalha é comparada ao frenesi desordenado das trajetórias das formigas quando o formigueiro é abalado por um desastre casual (10-IV, p. 1463). Porém, em situações de convivência normais, essas formas de organização coletiva são estáveis e produzem inclusive a própria estrutura material que permite uma certa segmentação de funções e atividades entre os seres componentes. O abandono de Moscou por seus habitantes, na investida napoleônica de 1812, é analogicamente representado no abandono de uma colmeia pelas abelhas: “Estava vazia assim como fica vazia uma colmeia moribunda sem sua rainha” (11-XX, p. 1811).

O ambiente em instituições militares é prototípico desse tipo de “vida em colmeia” a que Tolstói diversas vezes se refere no romance. Entretanto, a metáfora do relógio, explorada nos três parágrafos seguintes, tem extensões analógicas não somente ao domínio do tempo, mas a explicações de tipo causal. Sua experiência em *fronts* de guerra e com a vida no campo pode ter inspirado a composição da primeira metáfora. Já a segunda tem como base não somente o mundo visível, em que formas de vida são

comparadas a objetos mecânicos, mas representações de segunda ordem, explicações ou teorias sobre o que ocorreu, o que acontece e até previsões sobre o que, necessária ou provavelmente, ocorrerá. As metáforas sociais mecânicas, ou da sociedade como máquina, tornaram-se populares na Europa do século XVII e acompanharam o desenvolvimento da física, da mecânica e da matemática, influenciando as concepções do homem, de seu pensamento e da sociedade. Vista como um “sistema astronômico”, a sociedade englobaria seres associados por forças de atração ou distinguidos por forças de repulsão. Os indivíduos, as camadas sociais e as interações compunham uma cadeia contínua com o restante do universo, e essas relações eram interpretadas com base na mecânica. Hobbes, sob a influência de Isaac Newton, explorou o mecanicismo para explicar os campos do social, do psicológico e da produção do conhecimento. O conhecimento surge dos sentidos, provém de sensações e não de uma atividade mental sobre o mundo exterior. A causa das sensações compreende um sistema de forças: “os objetos exteriores originam forças que incidem sobre nossos órgãos sensoriais, que reagem movimentando-se em sentido contrário” (Nunes, 2005, p. 126).

Essa visão sensorialista e empirista influenciou filósofos iluministas como Diderot, Montesquieu e Rousseau. Tolstói, que lera algo desses autores, parece muito influenciado pela ideia de que o movimento e as forças que o provocam constituem a chave para compreender o mundo. É oportuno lembrar que os “movimentos dos humanos” são análogos aos movimentos de um relógio. No caso da máquina, é possível explicar o movimento dos ponteiros e até prever seu deslocamento em função da força que é aplicada na primeira peça, provocando um movimento que é modificado ou alterado por dispositivos como molas, alavancas, polias, correias e rodas dentadas. A estática, a cinemática, a mecânica e a dinâmica compreendem leis que explicam o equilíbrio e o movimento de corpos submetidos a forças, desde que as condições do ambiente permaneçam relativamente estáveis e seja possível isolar ou reduzir outros fatores intervenientes. Entretanto, adiante no livro 11, Tolstói considera a história como o estudo das leis do movimento humano, e este surge das mais diversas motivações: “paixões, desejos, arrependimentos, humilhações, sofrimentos, acessos de orgulho, de medo, de entusiasmo”. A maioria dessas inclinações humanas não é racionalmente orientada e, portanto, seria equivocado equipará-las a decisões racionais tomadas em função de objetivos externos, como as escolhas econômicas orientadas por maiores benefícios e menores perdas. A história como ciência, que emergia em meados do século XIX, estaria apta a pesquisar “o movimento humano” no decorrer do tempo sem deixar de considerar as motivações subjetivas que guiam a maioria das ações humanas? O escritor russo era cético em relação a essa possibilidade, e todas as considerações subsequentes, a partir do livro 9 e principalmente no segundo capítulo do epílogo, demonstram uma visão crítica da história como ciência, ainda que a concepção alter-

nativa de história que propôs não estivesse, segundo aqui se considera, propriamente adequada a um papel normativo ou a subsidiar regras metodológicas a historiadores de ofício. Contudo, os *insights* e esboços de uma filosofia da história que produziu em *Guerra e paz*, se avaliados tendo como suporte um instrumental teórico metodológico contemporâneo, podem conduzir a um diagnóstico menos severo.

No início do volume III, livro 9, o narrador especula sobre as causas da guerra franco-russa, a partir do momento em que as tropas da Europa Ocidental atravessaram as fronteiras da Rússia, em 12 de junho de 1811. Apresenta algumas causas atribuídas à guerra por historiadores em meados do século XIX, como a afronta imposta ao duque de Oldenburg, a ambição de Napoleão, a tenacidade de Alexandre I, os erros dos diplomatas etc. A seguir justifica cada uma das hipóteses causais em relação a interesses individuais ou de grupo, empregando uma mesma expressão, primeiramente dirigida a uma categoria genérica e depois repetida substituindo essa categoria por um exemplo específico: “É compreensível que a questão se apresentasse assim para os contemporâneos. É compreensível que Napoleão achasse que a causa da guerra eram as intrigas da Inglaterra (como ele disse na ilha de Santa Helena); é compreensível que [...]” (9-I, pp. 1272-1273). Cada causa estaria coerentemente justificada em função de interesses e contingências específicos. No entanto, esse grau de relativismo não seria certamente aceito na metodologia de uma ciência objetiva, horizonte visado pelos historiadores da época, até mesmo pelo próprio Tolstói, que concebia a história como movimento humano cuja explicação científica também seria submissa a leis gerais. No entanto, essa licença epistemológica torna-se coerente com a declaração de uma dualidade, digamos, ontológica, do ser humano em sociedade: “Em toda pessoa, a vida tem dois lados: a vida pessoal, que é tanto mais livre quanto mais abstratos são seus interesses, e a vida elementar, de colmeia, na qual a pessoa cumpre inevitavelmente as leis a ela prescritas” (9-I, p. 1276).

Esse tipo de dualismo entre liberdade e necessidade na agência do ser social tem reflexos na metodologia para investigar o “movimento humano” na história. Os “grandes homens”, como reis, administradores, generais etc., têm menor liberdade para agir, pois seus papéis na estrutura social já são fixados, legitimados e culturalmente reconhecidos. A rede de expectativas sociais a respeito de suas ações, institucionalmente inscritas, limitaria o leque de escolhas, constringendo-os. Estes seriam, paradoxalmente, menos “agentes”, em menor grau responsáveis pelos resultados históricos efetivos, quando comparados, por exemplo, a soldados que, no final da cadeia causal, matam ou são atingidos, saqueiam ou desertam. Não se justificaria, portanto, uma história guiada pelos feitos de “notáveis”. Tolstói antecipa, ainda que por outra argumentação, a crítica que a Escola dos *Annales* viria a desfechar contra a história dos grandes eventos.

Isaiah Berlin recupera uma carta de Tolstói a um amigo [Nazarev], em que ele declara que a “história é apenas uma coleção de fábulas e ninharias, agrupadas com uma massa de figuras desnecessárias e nomes próprios. A morte de Igor, a cobra que picou Oleg – o que é isso senão intrigas de velhas senhoras?” (Berlin, 1952, p. 13). Essas narrativas envolvendo fatos a que o historiador confere maior importância, com certo grau de arbitrariedade, não constituiriam uma ciência, pois esta deve se pautar em nexos causais que devem ser submissos a leis. Os historiadores tendem a explicar os resultados da guerra atrelando uma característica de alto valor moral a um “grande homem”, como um general que, por sua decisão racional, brilhante e estratégica, no momento adequado inicia uma série causal que culminaria na vitória de seu exército. No entanto, o historiador deixa de lado outras decisões, um pouco diferentes ou até contrárias, tomadas por este general ou outro de importância compatível que, caso efetivadas até o último elo da cadeia, ou seja, a ação do soldado, poderiam conferir outro termo ao evento.

Tolstói demonstra aceitar que fenômenos históricos ou sociais não podem ser decorrentes de apenas uma única causa, mas sim de uma pluralidade de causas que, no entanto, não são concorrentes ou conjuntas; algumas podem ser disjuntivas em relação ao efeito. Um procedimento indutivo para selecionar racionalmente uma causa responsável pelo efeito, como os métodos de seleção por indução³, formulados por Stuart Mill, não seria adequado para grande parte dos eventos sociais. Além disso, como se trata de provar uma hipótese isolada, a de que a ambição desmedida de Napoleão teria provocado o fracasso na campanha francesa na Rússia, não bastaria apenas provar o fato antecedente, ou seja, que Napoleão era demasiadamente ambicioso. Deveríamos provar também uma série de hipóteses auxiliares, em contexto mais amplo, como num sistema, para conferir apoio à hipótese, que não se manteria isoladamente. Nesse exemplo um sistema de hipóteses auxiliares mostra-se implausível, pois é razoável considerar que a ambição desmesurada pode ter levado muitos generais, ou empresários, ou colonizadores, ao sucesso, e esse traço de caráter tende mais a concordar com o sucesso do que com o fracasso, inclusive em fenômenos como a guerra. A impossibilidade de provar uma hipótese isolada, como propriedade de sistemas de proposições científicas, viria a ser demonstrada, de forma independente, por Pierre Duhem e William Quine. Hoje conhecida como tese de Duhem-Quine, certamente pode ser considerada como uma limitação à exigência empirista de que todos os enunciados científicos devem ser verificáveis com base na experiência dos

3. Entre os cinco métodos de seleção de causas por indução prescritos por Mills, o da diferença e o das variações concomitantes foram empregados por Durkheim em algumas de suas principais obras, como *O suicídio* e *A divisão do trabalho social*.

sentidos. Essa restrição não é específica para as ciências humanas, como pensava Mill, mas para as ciências naturais, e, para esses autores, a metodologia da história e das ciências sociais deveria ser redutível às mesmas leis e regras da observação da natureza.

Outro problema responsável para que se considere, como faz Tolstói, que a história científica não revela as causas e “apresenta somente uma sucessão de eventos não explicados” (*Idem, ibidem*) são os procedimentos que a historiografia adota para chegar às leis do movimento humano, como o de tomar arbitrariamente uma série de acontecimentos contínuos e avaliá-la separadamente dos demais (11-I, p. 1707). O escritor não abdica de sua analogia com a mecânica e de sua ideia de mecanismo causal, embora admita a dificuldade de explicar um movimento da humanidade como resultante de “bilhões” de ações ou movimentos individuais; apenas em alguns desses casos conseguiríamos evidências de uma conexão causal entre uma decisão voluntária e um efeito observável:

A ciência histórica, em sua marcha, toma sempre unidades cada vez menores para exame, e com esse método almeja se aproximar da verdade. No entanto, por menores que sejam as unidades tomadas pela história, sentimos que a admissão de uma unidade separada da outra [...] e a admissão de que todas as pessoas se expressam nas ações de um personagem histórico são de todo falsas em si mesmas (11-I, p. 1709).

No final do capítulo que inicia o livro 11, Tolstói propõe sua solução para o problema da descontinuidade entre as menores unidades da história, ou seja, os fatos, que são observáveis ou passíveis de documentação ou de relato objetivo, e o movimento total que envolve o grande feito, o evento, merecedor de consideração histórica, como a guerra. A solução não provém das técnicas de observar, relatar ou documentar, mas de um nível de abstração muito mais alto: o cálculo diferencial e integral: “Apenas admitindo uma unidade infinitesimal para observação – o diferencial da história, ou seja, as tendências homogêneas das pessoas – e alcançando a arte de integrar (fazer a soma dessas unidades), podemos esperar apreender as leis da história” (11-I, p. 1709). Esses elementos infinitesimais, homogêneos, “é que dirigem as massas”; assim, os historiadores “deveriam deixar em paz os reis, os ministros e os generais” (11-I, p. 1712).

A sugestão de utilizar o cálculo integral na metodologia para investigar as causas do movimento humano, tarefa da história científica, é retomada na segunda parte do epílogo. Há indícios históricos de que Tolstói apreciava matemática; em seus *Diários* ele relata que gostaria de fazer novamente o curso de matemática e que ensinara os “binômios de Newton” a um colega. Foi amigo de um matemático, E. P. Yanichevski, professor da Universidade de Kazan, onde estudara Tolstói, que apresentaria, em

1868, uma biografia do famoso matemático Lobachevski, criador da geometria não euclidiana e reitor da Universidade de Kazan, provavelmente durante o período em que Tolstói teve sua formação acadêmica. Lobachevski lecionou disciplinas sobre equações diferenciais em Kazan e, portanto, o cálculo integral e diferencial, ao menos em seus rudimentos, fez parte da formação dos alunos da Universidade na ocasião.

Tolstói não era matemático, historiador ou filósofo, mas suas considerações sobre questões metateóricas, como esta do emprego do cálculo diferencial e integral na metodologia e, particularmente, em uma história científica, indicam que não teria sucesso em formalizar ou desenvolver com rigor suas ideias e intuições, pois o assunto era praticamente embrionário na época e não havia um instrumental analítico já reconhecido para tratar esse tipo de questão. Há também uma lacuna grave na argumentação de Tolstói, relativa às formas de raciocínio científico, ou dos tipos de conhecimento com maior valor epistemológico do que a opinião: dedução, indução e analogia. Em seus romances é notória sua ênfase nas contingências, nas minúcias do cotidiano, na fragmentação, que se evidencia na composição da maioria de seus personagens, que prescindem do atributo do “típico”, tão caro a Lukács em sua concepção de romance (2006).

Tolstói procura singularizar as experiências, descrevendo as coisas e os fatos como eles são percebidos pelo agente. Nesse procedimento de singularização (Chklovski, 1971), o escritor evita os termos genéricos, as palavras que denotam classes de coisas por uma descrição de como essas coisas são percebidas. O procedimento é utilizado em várias passagens do livro, como nas cenas de batalhas. Um trecho que ilustra bem essa singularização, que se manifesta ostensivamente à percepção do leitor, é o fuzilamento de Karatáiev, de quem Pierre Bezúkhov se tornara amigo, quando prisioneiro acompanhando o exército de Napoleão:

Quando os prisioneiros foram postos em movimento outra vez, Pierre olhou para trás. Karatáiev estava sentado na beira da estrada, junto à bétula, e dois franceses falavam algo perto dele. Pierre não se virou mais para olhar. Caminhava mancando pelo morro.

Atrás, no local onde estava Karatáiev, soou um tiro. (14-XIV, pp. 2187-2188).

Entretanto, em suas considerações histórico-filosóficas, Tolstói não realiza o trânsito do singular, dos particulares, em direção ao geral, que caracteriza a indução. O termo sequer aparece em todo o romance, ao passo que referências à “dedução” são frequentes. Leitor de Hume, o autor parece não acompanhar a preocupação do empirista inglês com o raciocínio por indução, ainda que pudesse concordar com ele no que concerne à crítica do princípio da causalidade necessária como requisito do pensamento científico. Não há elementos, nas considerações filosóficas de *Guerra*

e paz, e talvez também não em outros textos, que remetam à ideia da causalidade como decorrente da regularidade na ocorrência de um evento ou fato. Porém, sua sugestão de aplicar o cálculo diferencial e integral parece aproximar Tolstói da causalidade com matriz indutiva. Por um lado, a divisão infinitesimal, como operação que caracteriza o “diferencial”, e, por outro, a reintegração, somatória desses elementos infinitamente pequenos e em quantidade infinita, que corresponde ao “integral”, são aplicadas ao mundo físico, ou seja, ao espaço, ao tempo e à matéria, que preenche os corpos físicos. Quando Tolstói, imbuído de sua concepção mecanicista da causalidade, fala em “elementos infinitesimais que dirigem as massas”, faz uma analogia com o mundo físico. Abdicando da ambição epistemológica de explicar as causas objetivas da guerra franco-russa levando em conta as vontades humanas envolvidas, ele constatava a impossibilidade de se obter racionalmente o resultado agregado de milhões de vontades e interesses divergentes.

O risco de se chegar ao problema que hoje designamos como “associações espúrias” é grande, conforme no exemplo do próprio Tolstói: se todas as vezes em que olhamos o relógio e vemos o ponteiro próximo a dez horas e ouvimos o sino da igreja tocar nesse instante, não podemos, contudo, julgar que a causa do sino da igreja tocar é o movimento do ponteiro. Insatisfeito com as tentativas dos historiadores de explicar racionalmente o contínuo movimento histórico, geralmente conectando-o a atos de indivíduos notáveis que representariam “esse número infinito de vontades pessoais”, Tolstói explica o retrocesso do exército russo em Moscou, em 1812, após a batalha de Borodínó, empregando uma tosca analogia física que prescinde totalmente da reconstrução racional de estratégias ou decisões. O exército de Napoleão, como uma bola em crescente movimento, rumava em direção a Moscou, aumentando sua força de impulso, “como a velocidade de um corpo que cai à medida que ele se aproxima do solo”. A invasão ocorre por si mesma, apenas em decorrência do impulso. O choque com a outra bola, o exército de Kutúzov, ocorre em Borodínó, e as tropas russas, diante da força do choque, reagem em sentido oposto, recuando até além de Moscou. Enquanto isso, as tropas francesas, com maior força, já que incluíam mais soldados, continuaram a rolar por inércia, parando em Moscou e por lá ficaram, sem se movimentarem, por cinco semanas, enquanto as tropas russas se recuperavam, quase cento e trinta quilômetros à frente.

Essa ilustração analógica vincula uma total desimportância à agência humana numa explicação causalista, impotente para contribuir para um desfecho positivo e irrelevante para ser responsabilizada por uma derrota. Entretanto, Tolstói vislumbra ainda uma saída, um estratagema metodológico, que consiste em considerar as pessoas como homogêneas, ou seja, suas ações têm o mesmo valor para a realização de um objetivo que seria resultante da conjunção de infinitas outras

contribuições. Se nos ativermos aos resultados concretos, visíveis, de uma guerra, como a mortandade e o deslocamento de grupos humanos, não fará sentido atribuir alguma característica excepcional a pessoas como Napoleão ou Kutúzov. O resultado objetivo dessa homogeneização é que o agente, em uma guerra, é o homem “médio”, ou seja, com características que não existem isoladamente em nenhum dos homens existentes, mas que seriam representativas do conjunto total de homens envolvidos. Considerar que as tendências das pessoas são homogêneas é considerar uma média das tendências. Tendência a quê? A agir livremente ou a agir subordinado a leis, necessariamente. Essas probabilidades para agir de forma mais ou menos livre ou subordinada são variáveis, de indivíduo para indivíduo, mas também podem variar na própria trajetória do agente; dependem também das contingências, do local, do momento, mas a distribuição que assumem no quadro das probabilidades possíveis pode ser representada numa linha, num contorno, mediante cálculos.

Penso que Tolstói apresenta, de maneira preliminar, intuitiva, uma forma de cálculo objetivo das tendências a agir, desde por um arbítrio próximo ao livre até uma possibilidade muito pequena de escolher diante de um constrangimento social, moral ou físico considerável. Como a história é um movimento contínuo e essas tendências ou probabilidades também variam de forma contínua e não discreta, usa-se o cálculo infinitesimal. Talvez o conceito que mais se aproximaria hoje do que Tolstói sugere em *Guerra e paz* seja o de modelagem probabilística de um evento histórico-social, empregando a função “densidade probabilística”, que pode ser caracterizada por parâmetros específicos. A família de densidades probabilísticas mais conhecida é a distribuição normal, cujos parâmetros são a média (μ) e a variância (σ). Há densidades probabilísticas relacionadas com mais de uma variável, originando modelos de análise multivariada, como a análise fatorial, bastante empregada na economia e nas ciências sociais.

Se Tolstói avança sugerindo uma modelagem matemática do movimento das ações humanas, no entanto é cético com relação à possibilidade, no então estágio de desenvolvimento da ciência histórica, de uma aplicação prática desse tipo de cálculo. O que indicaria, de fato, no mundo, que um indivíduo está se comportando mais de forma livre ou sendo guiado pelas circunstâncias, pelo meio ou pela Providência? Na primeira parte do epílogo o autor nega a possibilidade de reconstruir o movimento humano com base em supostas ações de indivíduos virtuosos que almejavam um bem supremo, como a felicidade ou a igualdade. O indivíduo só teria poder para realizar objetivos num círculo próximo, privado, apesar de ser guiado também pelo movimento da humanidade. No entanto, em relação a este, como as abelhas numa colmeia, não tem influência direta, ainda que seus esforços para construir e transformar a natureza, no âmbito do que está ao alcance de suas mãos, constituam um elemento infinitesimal que, integrado a uma infinidade de outros, colabora imperceptivelmente para um

objetivo coletivo, maior. O objetivo da espécie humana não se reduz aos objetivos do indivíduo, é incomensurável em relação a estes. Vejamos como Tolstói exemplifica a impossibilidade de captar racionalmente o objetivo final de um coletivo:

Uma abelha, depois de pousar numa flor, pica uma criança. A criança teme a abelha e diz que o objetivo da abelha é picar as pessoas. Um poeta admira a abelha que chupa o cálice de uma flor e diz que o objetivo da abelha é chupar os aromas das flores. O apicultor, ao notar que a abelha recolhe o pólen das flores e o leva para a colmeia, diz que o objetivo da abelha é a coleta do mel. Outro apicultor, que estudou a vida da colmeia mais detidamente, diz que a abelha coleta o pólen para a nutrição das abelhas jovens e para a incubação de uma mãe e que o objetivo da abelha é a continuação da espécie. Um botânico observa que, ao voar com pólen de uma flor dioica para um pistilo, a abelha o fertiliza, e o botânico vê nisso o objetivo da abelha. Outro, ao observar a migração das plantas, vê que a abelha contribui para essa migração, e esse novo observador pode dizer que nisso reside o objetivo da abelha. Mas o objetivo final da abelha não se esgota no primeiro, no segundo nem no terceiro objetivo que a razão humana está em condições de descobrir. Quanto mais alto se ergue a razão humana na descoberta de tais objetivos, mais fica evidente para ela a inacessibilidade do objetivo final. Ao homem só é acessível a observação da correlação entre a vida da abelha e outros fenômenos da vida. O mesmo se passa com os objetivos dos personagens históricos e dos povos. (E1-IV, p. 2337).

Nesse longo trecho, com estrutura de argumento e conclusão nas duas últimas frases, Tolstói expõe dramaticamente seu empirismo e a impossibilidade de construir uma história como ciência empírica com base na identificação de intenções, propósitos, motivações e objetivos que, embora estejam na mente das pessoas e orientem suas ações, não são visíveis ou perceptíveis. Mas ao menos ele reconhece que o fenômeno da vida suscita interpretações diferentes e que os seres humanos adquiriram uma competência para conviver com essas interpretações subjetivas. Sim, mas isso é o que o leitor pode ser levado a considerar diante do que o escritor efetivamente faz: ele mostra essas interpretações, usando as formas de falar dos próprios tipos sociais protagonistas (criança, poeta, apicultor, botânico) e exibindo pequenas amostras de seus vocabulários típicos.

Composição e narrativa em *Guerra e paz*

Desiludido com os procedimentos que a historiografia da época empregava para explicar o conflito franco-russo ou, de modo geral, os fenômenos coletivos relevantes como guerras, migrações e transformações culturais, diante da autoridade que lhe

concedia sua própria experiência de vida, Tolstói usa um artifício de composição literária para expressar, de forma impactante, sua opinião e, ao mesmo tempo, indicar uma forma alternativa de produzir a história sem deixar de lado os anseios, os impasses, os dilemas, as contradições, os sentimentos que experimentaram os seres humanos nas contingências diversas de suas vidas. Considera-se que a composição do romance compreende uma crítica da história e da sociologia, ciências que procuram subsumir os fatos, os feitos, as ações e as contingências a leis, articulada com uma narrativa da guerra franco-russa de 1805 e seus desdobramentos na vida social da aristocracia russa. Alguns conceitos que são desenvolvidos e aplicados em *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur (2012), serão apropriados para a análise da composição em *Guerra e paz*, no contexto da reflexão metodológica sobre a pesquisa na história e nas ciências sociais.

Ricoeur analisa, em sua obra mais ambiciosa, a mediação entre tempo e narrativa, que é realizada por meio de três atividades miméticas, de representação ou imitação: a *mimesis 1*, ou prefiguração, a *mimesis 2*, ou configuração, e a *mimesis 3*, ou refiguração. Trata-se de representar a ação, o que só é possível mediante uma pré-compreensão prática dos elementos característicos dessa ação em um mundo cultural: os motivos que a promovem, os objetivos a que está destinada, os caracteres adequados ou plausíveis dos agentes que irão desempenhá-la, os possíveis meios para realizá-la. Compreender uma narrativa é compreender a linguagem e a estrutura do “fazer” e, ao mesmo tempo, a tradição cultural que torna a ação inteligível e factível em seu contexto. Realizada a prefiguração, configura-se o enredo na narrativa, que pode ser histórica ou ficcional. O enredo, que constitui uma unidade inteligível que governa uma sucessão de eventos numa narrativa, é “tecido” no texto, incorporando as circunstâncias da ação à unidade da intriga. A tessitura da intriga já ocorre no campo textual, por uma função de integração ou mediação entre a *mimesis 1* e a *mimesis 3*. Quando as proposições são formuladas com uma pretensão de verdade, temos uma narrativa histórica; em outro caso, quando a composição se limita a tecer a intriga, instaura-se a ficção. Por fim, na refiguração, momento da recepção do texto, pela leitura ou escuta, ocorre a interseção entre o mundo criado, ou figurado pelo texto, e o mundo do ouvinte, ou do leitor (Ricoeur, 2012, p. 96-123).

Há críticas a respeito das limitações da análise de Ricoeur a formas literárias mais modernas; o romance histórico não é analisado por Ricoeur. Considera-se aqui pertinente a crítica a respeito da inadequação do conceito de “composição da intriga”, derivado de uma reconstrução interpretativa de *mythos*, categoria presente na *Poética* de Aristóteles. A composição de intriga remete a uma sequência temporal com início, meio e fim, cujo desenvolvimento é caracterizado pela dialética configurativa entre concordância-discordância. A concordância remete à ordem, a um

“agenciamento dos fatos”, que torna inteligível a história contada. Pela discordância intervêm os acasos, as reviravoltas e peripécias, que dificultam a percepção de qual será o final, embora o autor componha a narrativa tendo em vista esse final. Na refiguração, o leitor, assim como ocorre em alto grau em novelas policiais, pode até ficar surpreso com o ineditismo do final, mas, reconstruindo a história no sentido inverso, percebe que o desfecho é razoável e causalmente ordenado. Bem, é evidente que esse padrão de roteiro não ocorre em diversas formas literárias contemporâneas, nas quais a narração emerge em um fluxo da consciência, e os personagens experimentam níveis de percepção diferentes. *Guerra e paz*, como romance histórico singular, também não se enquadraria no *mythos* aristotélico. Contudo, isso não invalida o modelo compreensivo de Ricoeur, desde que relativizado para outras formas de roteiro que, ainda assim, não deixam de atender ao requisito de constituir uma unidade inteligível que articula uma sucessão de eventos no contexto de um mundo cultural.

As três atividades miméticas parecem não remeter a ordens ontológicas distintas no romance: o mundo real e as ações no mundo natural, o mundo configurado pelo texto e o mundo refigurado pela leitura do texto. Em relação à composição literária, isso não constitui um problema; ao contrário, eleva a fruição no aspecto estético e intelectual-cognitivo. Em relação à reflexão metodológica, há limitações, embora talvez em decorrência de falta de um instrumental lógico, epistemológico e técnico para acolher não só o modelo que Tolstói intui para a história, mas a sua própria práxis literária. Em relação à composição, ou seja, à *mimesis 2*, o principal recurso empregado por Tolstói é a singularização, conforme comentado, procedimento enaltecido pelos formalistas russos no início do século XX, designado como “estranhamento” (*ostraniene*). Chklovski, um desses formalistas, o considerava pioneiro nessa técnica (1971, pp. 45-46). Contudo, a *ostraniene* é coerente com seu empirismo; portanto sua função não é apenas estética ou estilística, mas também metodológica. Engendrando um tipo de poética empirista, Tolstói apresenta os objetos como eles são vistos ou como se apresentam aos sentidos e não indiretamente por meio de termos genéricos ou conceitos que a eles aludem, mas que não recuperam sua individualidade.

Tolstói escrevia sobre o que experimentara; há muito de vida própria em seus romances. A singularização foi aplicada em tipos de cenas ou situações que vivenciou diversas vezes e que o impressionaram muito e tocaram seus sentimentos, lembrando que, para mecanicistas como Hobbes ou Hume, as sensações provêm de forças externas sobre as quais reagem em sentido contrário os órgãos internos, da percepção. É necessário reconhecer, no entanto, que essa adesão ao empirismo de matriz inglesa, também presente nos iluministas, cuja influência na Rússia foi forte em decorrência

do despotismo esclarecido no reinado de Catarina II, no último quarto do século XVIII, entrava em contradição, em muitos aspectos, com as influências trazidas pelo eslavofilismo, movimento intelectual surgido no século XIX na Rússia.

Os eslavófilos apegavam-se às tradições culturais da Rússia e dos povos eslavos, contra a ocidentalização que crescia na região. Rejeitavam o individualismo e, apesar de apoiarem a vida comunitária e o espírito coletivo, recusavam o socialismo e também o racionalismo como uma influência ocidental. Criticavam também a industrialização e a consequente proletarização, enaltecendo a vida rural e os sentimentos, que seriam atributos do caráter russo. Berlin foi um dos comentadores que enfatizaram essa influência de valores conservadores, enaltecidos por amigos de Tolstói eslavófilos, como Pogodin e Samarin, nos anos de 1860, quando escrevia *Guerra e paz*. No final do capítulo que abre a primeira parte do epílogo, há uma passagem que expressa com ênfase essa ambiguidade entre o empirismo racionalista e a valorização da experiência e da vida: “Se admitirmos que a vida humana pode ser governada pela razão, a possibilidade da vida é aniquilada” (E1-I, p. 2324).

A *ostraniene*, em sua função epistemológica de revelar ao leitor, de forma ostensiva, o mundo vivido na experiência, ganha apoio de outra estratégia, bastante salientada pelo crítico Saul Morson: a “presentidade” (*presentness*), o estado mental e o contexto situacional que constituem uma condição necessária para a narratividade. Um exemplo da presentidade na composição do romance é identificado por Morson (2003, p. 62) no livro IX. Nikolas Rostóv, “com seu acurado olho de caçador”, fora um dos primeiros, durante um combate em Strovna, a ver que os soldados azuis franceses, os dragões, estavam perseguindo os soldados ulanos, aliados russos, ao pé do morro de onde observava: “Como se estivesse numa caçada, Rostóv observa o que se passava na sua frente. Sentia pelo faro que, se naquele momento os hussardos atacassem os dragões franceses, estes não iriam resistir; porém, se fossem atacar, teria que ser agora, naquele minuto, do contrário seria tarde” (9-xv, pp. 1370-1371). Rostóv olhou à sua volta e sugeriu ao capitão a seu lado aproveitar aquele momento e ir até lá “esmagar” os franceses. Em meio à resposta do capitão declarando que “seria um golpe de mestre”, Rostóv sai em disparada rumo às tropas inimigas e é seguido pelo batalhão, sem que houvesse sequer tempo para completar a ordem de comando. A decisão de Rostóv foi crucial naquele momento, mas poderia redundar em nada, caso o capitão a seu lado não concordasse ou hesitasse em sua resposta que, aliás, não foi dada peremptoriamente, mas como contrafactual. Aliás, registra-se o uso reiterado de proposições contrafatuais em *Guerra e paz*, não só nas narrativas, demonstrando a incerteza diante de possíveis outros encaminhamentos ou vínculos causais, na condição de presentidade, mas também nas considerações teóricas, assinalando que outras ações ou condições ocorreram, mas não foram notificadas pelos historiado-

res, ou porque não possuíam documentos ou traços para indicar sua existência, ou porque não validariam suas hipóteses *ex post*.

A presentidade, como recurso na composição do texto, catalisa no leitor a recepção da narrativa, transportando-o não só para o local da cena, mas também colocando-o no lugar do personagem e levando-o a sentir sensações próximas ou similares às do personagem. Do ponto de vista metodológico, esse “colocar-se no lugar do outro” está muito mais próximo da empatia e da valorização de situações, típicas de uma sociologia inspirada no pragmatismo ou na hermenêutica, que de abordagens externalistas ou objetivistas. Aproxima também o autor das próprias cenas que presenciou com frequência, pois pertencia a uma família tradicional russa, como a rotina dos salões de Moscou e Petrogrado, descritas em inúmeras passagens da obra, com emprego brilhante da *ostraniene*, ou ainda como correspondente de guerra, antes de iniciar a escrita de *Guerra e paz*. Talvez a presentidade que se evidencia na composição do romance tenha raízes em seus diários de guerra. Da perspectiva da mediação entre tempo e narrativa, aproximaria a *mimesis 1* da *mimesis 2*. No entanto, a justificativa epistemológica desse procedimento implicaria aceitar uma aproximação entre representações e realidade, um tipo de construcionismo social com que Tolstói estaria distante de concordar. Porém, ao integrar essas duas ordens de representação em uma composição narrativa, o autor russo evidencia esteticamente a situação de um mundo em que as representações se misturam à “realidade” de forma crescente, com o avanço tecnológico dos meios de informação e comunicação, situação que, a meu ver, só recebeu um olhar metodológico mais acurado a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas e, recentemente, da obra de John B. Thompson (1995), que contempla, do nível metateórico ao técnico, a pesquisa da ideologia e da cultura na era dos meios de comunicação de massa.

A questão do enredo na composição merece considerações específicas. A organização dos capítulos e partes da obra é cronológica, embora não seja sucessiva. Não há, como nos romances tradicionais, um enredo com preparação, início, desenvolvimento e fim. Evita-se um ordenamento temporal ou a percepção de um encadeamento de tipo causal, em que se justificam as ações dos personagens em função de capítulos precedentes. Entretanto, em geral cada capítulo descritivo encerra uma unidade narrativa, como uma crônica de costumes. O mosaico resultante demonstra, no entanto, uma unidade, no sentido de um painel com histórias de vida transcorridas num período em que ocorreu um fato social marcante, que afetou ou constituiu, de formas diferentes, o curso das trajetórias narradas. Há também frequentes digressões em que o autor comenta as situações ou contexto narrado, histórica ou filosoficamente, em que a ordem temporal é subvertida, quando se retorna à narrativa. Esse tipo de descontinuidade temporal ocorre também mediante deslocamentos narrativos, ainda que separados por fronteira de capítulo. Adotando

esse procedimento, Tolstói afasta-se do papel de narrador onisciente e reforça o caráter contingencial dos fatos e trajetórias narrados. Porém, o autor vai mais além e instaura a presentidade e a condição contingencial em seu próprio processo criativo, tomando a atitude de não antecipar mentalmente uma conclusão do romance e direcionar o comportamento dos personagens em coerência a esse final antecipado, como seria típico de um enredo pautado no *mythos* aristotélico.

Morson analisa com propriedade o processo criativo empregado em *Guerra e paz*, que foi escrito, pelo menos até o livro VIII, de forma seriada. Coerente, na composição de sua obra, com a crítica que fazia ao procedimento “retrospectivo dos historiadores”, que seria falacioso, Tolstói prefere renunciar ao privilégio de um fechamento, realizando o que Morson designa como “abertura” (*aperture*), evitando “depende de qualquer momento que não requeira continuação”. Renunciando ao privilégio de uma conclusão, o autor convida-nos a estabelecer fechamentos relativos em diversos pontos e, voltando à narrativa, a revisarmos a perspectiva até um novo fechamento relativo, sem nunca ocorrer um ponto final.

A produção literária em Tolstói envolve a reflexividade, no sentido sociológico de reorientação de uma prática social por outras práticas, quando assume a presentidade em seu próprio processo criativo. Aquele sentimento de submissão pronunciada às contingências que experimenta o correspondente de guerra, por exemplo, de abertura para as ações dos outros imaginando que resultados mais diversos podem se manifestar, transfere-se para sua escrita seriada. Por isso ele consegue expressar com tanta verossimilhança processos decisivos cruciais, bem como decisões contingentes que não terão a oportunidade de guiar um resultado coletivo determinante, ou seja, aquelas que não seriam notadas ou observadas. Tolstói viveu intensamente e teve experiências de vários tipos, conforme relata em *Minha confissão* (1904). Mas não se contenta em transmitir suas representações sobre experiências de vida a seus personagens e parece imergir no mundo figurado, na própria *mimesis 2* empregada na composição do romance em andamento, e provocar a eclosão espontânea das escolhas nos próprios personagens. Sua preocupação não é com a acurácia ou o agenciamento dos fatos, mas com o sentimento de presentidade que é inseparável de situações eu-você no curso de interações. Assim, no movimento contínuo da vida do escritor, a práxis literária reordena a própria vida, e a vida reorienta as trajetórias de vida dos próprios personagens, em um tipo de dialética.

Da capo e coda

– Se é para contar, então é preciso dizer tudo desde o início: como e por que me casei, e como era antes do casamento.

Antes de me casar, vivi como fazem todos, isto é, as pessoas do nosso meio. Sou proprietário rural e licenciado por universidade, e já fui presidente do corpo da nobreza. Antes de casar, vivi como todos, isto é, na devassidão, estava certo de que vivia adequadamente. Pensava de mim mesmo que era um tipo simpático, um homem plenamente moral. Não corrompia ninguém, não tinha gostos antinaturais, não fazia disto o objetivo principal da vida, como faziam muitos da minha idade, e me entregava à devassidão séria e decentemente, para manter a saúde.

Pózdnichev, personagem em *Sonata a Kreutzer*, novela de Tolstói.

Essa passagem é emblemática da presentidade como condição para que as narrativas se efetivem e de como Tolstói emprega essa relação de forma reflexiva em sua práxis. A situação da narrativa do personagem Pózdnichev ocorre num vagão de trem, de segunda ou terceira classe, em que os bancos, dispostos em pares, frente a frente, facilitam a interação e a conversa. Situações desse tipo foram bastante experimentadas pelo autor, principalmente no final de sua vida, em seus deslocamentos pela Rússia. O personagem Pózdnichev está prestes a iniciar o relato, aos passageiros vizinhos, de um fato que modificou drasticamente sua vida: o assassinato de sua esposa por ciúmes e sua consequente prisão e condenação por muitos anos. A experiência de juventude, antes do casamento, relatada pelo personagem, é bastante similar à que Tolstói relata em suas confissões: “Mentir, roubar, atos de luxúria de todo tipo, bebedeira, violência, assassinato – Não houve crime que não cometi, e por tudo isso eu fui louvado, e meus contemporâneos me consideraram como um homem relativamente moral” (Tolstói, 1904, pp. 8-9). As referências sociais no início da confissão de Pózdnichev também são comuns ao perfil de Tolstói: proprietário rural, licenciado pela universidade e, como conde, membro do corpo da nobreza.

Em *Guerra e paz* Tolstói dialoga com os historiadores, nas partes da obra com temática histórico-filosófica, geralmente em capítulos específicos, mas também em digressões em meio à narrativa central do romance. Trata-se de uma narração dialógica, em que o autor emprega ironicamente argumentos usados pela historiografia da época, utilizando proposições contrafactuais que colocariam em xeque as explicações elaboradas pelos historiadores (Morson, 1987, p. 137). O melhor exemplo dessa narração dialógica está no livro 10, quando Tolstói argumenta, refutando explicações reconhecidas na historiografia do período, que a batalha de Borodín não fora guiada por motivos racionais. Argumentando contrafactualmente, inclusive com auxílio de um mapa da região mostrando as posições pretendidas e reais dos dois exércitos, o autor afirma a irracionalidade no procedimento dos dois generais, Napoleão e Kutúzov; por isso, os livros de história, que afirmavam ora a genialidade de um ora a perspicácia do outro, estariam errados. Segundo Morson, as únicas leis

que Tolstói admite identificar por meio da historiografia da época são leis negativas, isto é, contrárias aos fatos (*Idem*, p. 120).

As narrativas ocorrem também na própria composição, pelo menos em dois trechos marcantes da obra. O primeiro é a história do cossaco Lavruchka, personagem histórico que aparece quando as tropas de Napoleão seguiam da cidade de Viazma para Moscou, antes, portanto, da famosa batalha de Borodínó. O cossaco deu informações a um emissário de Napoleão a respeito do exército russo e o general, em agradecimento, pediu que o informante cossaco, que era um servo que Nikolas Rostóv havia recebido de um amigo, viesse conversar com ele. A narrativa “original” está no livro de Thiers e alguns trechos são citados, *ipsis litteris*, por Tolstói em *Guerra e paz* (10-VII, pp. 1487-1491). A situação da conversa é reconstruída por Thiers, enfatizando a simplicidade de Napoleão, em seus trajes e no jeito de falar, a tal ponto que o cossaco, em sua “imaginação oriental”, não pudera perceber que estava diante de um soberano e passara a conversar com familiaridade com seu interlocutor sobre assuntos relativos à guerra em curso. Napoleão lhe perguntou se achava que os russos iriam vencer, e ele respondeu que, se a batalha fosse breve, sem dúvida os franceses venceriam, mas, se demorasse, só Deus poderia saber. Napoleão sorriu, despachou o cossaco e pediu a seus soldados que relatassem ao pobre servo que seu interlocutor era o próprio general imperador. Tolstói mantém a estrutura do relato de Thiers, mas o desmente em um detalhe crucial: Lavruchka sabia perfeitamente que estava diante de Napoleão, não possuía aquela inocente e pura “imaginação oriental” e fingira durante o tempo todo, comportando-se de acordo com o papel social que se esperaria dele, isto é, como um ignorante que está conversando com um soldado do exército estrangeiro invasor e que adotaria uma postura neutra, pois, como membro de povo que habitava as estepes e não se integrava às sociedades urbanas, manteria alguma indiferença no conflito. A narrativa de Tolstói pinta Lavruchka como um enganador e Napoleão quase como otário, de forma paródica.

A segunda narrativa reconfigurada na composição do romance foi realizada por Karatáiev, o prisioneiro de quem Pierre se tornara amigo. Platon Karatáiev é descrito como um homem simples, de comportamento espontâneo, que Pierre Bezúkhov considerava exemplar do caráter russo. O relato de Karatáiev ocorre próximo ao dia em que foi fuzilado. Estava bastante doente, febril, quando conta, com algumas variações, uma história que Pierre já conhecia bem, pois ele a relatara antes várias vezes, mas que é revelada ao leitor apenas na situação em que o exército russo, já combalido e em retirada, passa a eliminar os prisioneiros. Trata-se da narrativa de um velho mercador que é condenado injustamente por um assassinato e vem a encontrar o verdadeiro criminoso anos depois, num campo de trabalhos forçados. O mercador acaba perdendo àquele que foi culpado pela sua condenação injusta,

mas vem a morrer em breve, sem gozar o benefício da anulação de seu julgamento. A narrativa do mercador reaparece em outra obra de Tolstói, no livro *Fábulas para crianças*, publicado em 1872, como parte de um conjunto de obras pedagógicas que utilizava em suas aulas, quando se havia retirado para o campo, no final da vida. A história adquiria o tom de parábola, no contexto da narrativa de Karatáiev. Na versão expandida para crianças, conserva o mesmo caráter moral, recebe o título de “Deus vê a verdade, mas não conta na mesma hora” e já ganha *status* de uma ficção realista, no estilo de Tolstói, como interpreta Hugh McLean: “Ele acrescentou uma pletora de detalhes, propiciando uma representação muito mais inteira e bem desenvolvida dos caracteres e eventos envolvidos, do que no esboço muito esquemático de Karatáiev. São conferidos nomes e personalidades distintas aos atores principais, o cenário se tornou mais concreto e vivo e o roteiro aumentou em diversos novos episódios” (2008, p. 89).

O processo de composição que Tolstói desenvolveu em *Guerra e paz* certamente suscitará ainda reflexões e análises fecundas e podem-se aguardar interpretações novas, dada a extensão e a profundidade do romance. Concordaria, sem maiores reservas, com a constatação de autores como Berlin, que, longe de desqualificarem as considerações histórico-filosóficas do romance, não as colocam no mesmo nível de excelência da composição literária e estética. No que concerne às ciências sociais, talvez a sociologia da literatura possa se beneficiar mais da análise de *Guerra e paz* do que, como se tentou aqui, a metodologia. Entretanto, a presença de alguns princípios empiristas na composição da obra, como a presentidade e a *ostraniene*, colocando o leitor na condição de perceber, de estar no lugar, de captar as forças que incidem sobre os órgãos dos sentidos, demonstra que ciência e arte não se situam tão distantes na práxis literária de Tolstói.

Referências Bibliográficas

- BERLIN, Isaiah. (1953), *The hedgehog and the fox: an essay on Tolstoy' view of history*. Londres, Weidenfeld & Nicolson.
- CHKLOVSKI, Victor. (1971), “A arte como procedimento”. In: TOLEDO, D. O. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, pp. 39-56.
- COLLINGWOOD, Robin G. (1994), “Human nature and human history”. In: MARTIN, Michael & MCINTYRE, Lee (eds.). *Readings in the philosophy of social science*. Cambridge, MIT Press, pp. 163-171.
- HEGEL, G. W. F. (1975), *Principios de la filosofía del derecho o derecho natural y ciencia política*. Buenos Aires, Sudamericana.

- HOBBS, Thomas. (1997), *Leviatã*. São Paulo, Nova Cultural.
- JAMESON, Frederic. (2007), "O romance histórico ainda é possível?". *Novos Estudos-Cebrap*, 77: 185-203.
- KANT, Immanuel. (1989), *À paz perpétua*. Porto Alegre, L&PM.
- MC LEAN, Hugh. (2008), *In quest of Tolstoy*. Brighton, MA, Academic Studies.
- MICHEL, Johann. (2003), "Narrativité, narration, narratologie: du concept ricoeurien d'identité narrative aux sciences sociales". *Revue Européenne des Sciences Sociales*, xli-125. Disponível em <http://ress.revues.org/562>, consultado em 3/6/2012.
- MILL, John Stuart. (1999), *Lógica das ciências morais*. São Paulo, Iluminuras.
- MILLER, Robin Feuer. (2010), "Tolstoy's peaceable kingdom". In: ORWIN, Donna Tussing (ed.). *Anniversary essays on Tolstoy*. Londres/Nova York, Cambridge University, pp. 52-76.
- MORSON, Gary Saul. (1991), "Bakhtin, genres, and temporality". *New Literary History*, 4 (22): 1071-1092.
- _____. (1987), *Hidden in plain view: narrative and creative potentials in "War and Peace"*. Stanford, Stanford University.
- _____. (2003), "Narrativeness". *New Literary History*, 1 (34): 59-73.
- NUNES, Jordão Horta. (2005). *As metáforas nas ciências sociais*. São Paulo/Goiânia, Humanitas/UFG.
- RICOEUR, Paul. (2012), *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo, Martins Fontes, vol. 1.
- THOMPSON, John B. (1995), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- TOLSTÓI, Liev. (1904), "God sees the truth but does not tell at once". In: _____. *Fables for children*. Trad. Leo Wiener. Boston, Dana Estes & Company.
- _____. (1904), *My confession: introduction to theology and teaching*. Trad. Leo Wiener. Boston, Dana Estes & Company.
- _____. (s. d), *Sonata a Kreutzer*. In: TOLSTÓI, L. *Três novelas*. Trad. Boris Schnaiderman. São Paulo, Círculo do Livro.
- _____. (1917), *The diaries of Leo Tolstoy*. Youth. Trad. C. J. Hogarth e A. Sirmis. Nova York, E. P. Dutton.
- _____. (2011), *Guerra e paz*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo, Cosac Naify.
- VON WRIGHT, George Henrik. (1971). *Explanation and understanding*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- WHITE, Hayden. (2007), "Against historical realism". *New Left Review*, 46: 89-112.

Resumo

Questões metodológicas em Guerra e paz: causação, agência e refiguração

Guerra e Paz, obra magna de Tolstói, transcende o âmbito literário e suscita questões filosóficas e metodológicas. O objetivo aqui é tomá-la como ponto de partida para a discussão de questões como as da causalidade e da agência e de questões contemporâneas como as da linguagem e da escrita, na metodologia das ciências sociais. Na primeira parte, procura-se mostrar como a discussão sobre as causas da invasão napoleônica elaborada por Tolstói em seu romance histórico traz elementos que prefiguram o debate sobre explicação e compreensão na filosofia analítica a partir de meados do século XX. A seguir, discute-se, sob influência das práticas composicionais de Tolstói e da ideia de circularidade tempo-narrativa de Ricoeur, o potencial metodológico da refiguração narrativa para interpretar as relações entre arte, sociedade e história.

Palavras-chave: Metodologia das ciências sociais; Causação; Refiguração; Tolstói.

Abstract

Methodological issues in War and peace: causation, agency and refiguration

Tolstoy's magnum opus, *War and peace* transcends the literary scope and elicit philosophic and methodological questions. The aim here is to take it as a starting point to discuss subjects as causality, agency and contemporary issues related to language and writing, in the methodology of history and social sciences. In a first part, it attempts to show how the discussion of Napoleonic invasion's causes, elaborated by Tolstoy in *War and peace*, brings elements that prefigure the explanation versus understanding debate in analytic philosophy from the mid-twentieth century. The following discusses, inspired by Tolstoy's compositional practices and Ricoeur's idea of time-narrative circle, the methodological fruitfulness of narrative refiguration to interpret art, society and history relationships.

Keywords: Causality; Agency, Refiguration, Tolstoy, *War and peace*.

Texto enviado em 14/5/2014 e aprovado em 12/12/2014. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.105990.

Jordão Horta Nunes é professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: jordao.fchf.ufg@gmail.com.

Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro

Déa de Lima Vidal e Daniel Paraguay Alves Santos

Introdução

A atual estrutura agrária brasileira apresenta em síntese dois principais territórios que possuem diferentes peculiaridades de gestão e desenvolvimento: o da agricultura familiar e o do agronegócio. A principal diferença entre eles é que a agricultura familiar é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto o agronegócio se afasta progressivamente da natureza, utilizando insumos e outros fatores artificiais de crescimento que substituem os recursos naturais (Ploeg, 2009). Destacam-se ainda como características peculiares do agronegócio a presença da mão de obra assalariada, a monocultura, a necessidade da grande quantidade de terra e a produção com fins exógenos. Esse sistema agrícola e o modelo econômico preconizado pela globalização são responsáveis por reestruturar a produção e o território agrário brasileiro. Quanto à produção familiar o inverso é observado em relação a alguns parâmetros, isto é, a presença predominante de mão de obra familiar, a diversidade de culturas, a necessidade de pouca terra para a (re) produção e a produção basicamente para subsistência, em que apenas o excedente é comercializado (Elias, 2003).

Para a agricultura familiar, assim como para o agronegócio, a terra é um dos principais fatores de produção, mas com a diferença de que ela também reproduz a unidade familiar (UF) e estabelece uma relação muito maior de uso que de troca mercantilizada com a terra. Já a grande produção é totalmente dependente do mercado,

e a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio daqueles, entrando no processo produtivo como mercadorias. Desse modo, a família rural trabalha o necessário para suprir as necessidades, diferentemente, portanto, do que ocorre no processo de produção do agronegócio, cujo objetivo sempre é a obtenção do maior lucro possível. Portanto, é na base da estrutura interna da agricultura familiar que se encontra a distinção básica entre esses dois tipos conflitantes de territórios agrários no Brasil (Oliveira, 2011).

Os principais conflitos no campo brasileiro são motivados pelas disputas territoriais, sendo que o progresso do agronegócio é estimulado principalmente pelo aumento da escala da produção, o que muitas vezes é viabilizado pela aquisição de outras unidades produtivas, em sua maioria as pequenas propriedades (Ploeg, 2009). Pauta-se, nesse ponto, pela necessidade de luta, autonomia e progresso socioeconômico por parte da agricultura familiar, que procura defender seu território em razão das lutas camponesas e de uma produção positiva, sinais da resistência do campesinato contra a desterritorialização. Para resistir a esse processo, as famílias agricultoras procuram se territorializar de diversas formas, que se modificam, avançam ou refluem conforme as conjunturas econômicas, sociais e políticas (Fernandes *et al.*, 2009) que permitirão ou não a organização territorial.

Heredia (1979) observa, em relação às pequenas unidades rurais pernambucanas, que a especificidade do território camponês, familiar, é ser, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, porque os membros que a compõem estão ligados ao processo produtivo mediante laços de parentesco. Quanto ao espaço agrário cearense, discute-se que o Ceará assumiu, a partir da inserção passiva do Estado na economia e do consumo globalizado, um novo papel na divisão social e territorial do trabalho do Brasil, abrindo-se às influências exógenas e aos novos signos da economia globalizada. O governo do estado do Ceará, desde o final da década de 1980, tem concentrado suas ações no planejamento macroeconômico e na atração de investimentos em infraestrutura e criação favorável a novos arranjos do agronegócio, o que privilegia os territórios denominados “manchas irrigáveis” (Elias, 2003).

Essa expansão do agronegócio, guiada pelo discurso do progresso, prejudica grande parcela da população rural e a organização do território agrário cearense, na medida em que as áreas mais econômica e ambientalmente viáveis – manchas irrigáveis – são privilegiadas. Esses territórios, favorecidos pelo governo e encabeçados pelo agronegócio, acabam absorvendo grande parte dos investimentos e estabelecem uma configuração territorial desigual, pois beneficiam apenas alguns segmentos socioeconômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação (*Idem*).

Esses investimentos públicos e/ou privados ampliaram os contrastes espaciais e sociais, considerando os planos voltados aos territórios que facilitam a reprodu-

ção do capital. Esses territórios seletos, também chamados de pontos luminosos (Santos, 1997), subespaços dinâmicos ou polos receptores de investimentos, estão concentrados em regiões como a metropolitana de Fortaleza e litoral, baixo e médio Jaguaribe, vale do Acaraú e municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (Lima *et al.*, 2011).

No entanto, a família produtora, diante desse ambiente desarmônico, desses subespaços dinâmicos denominados “ambientes hostis” (Ploeg, 2009), luta por autonomia e progresso como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em contexto adverso, caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Ademais, a agricultura familiar está voltada para produzir socioeconomicamente tanto quanto possível sob as circunstâncias dadas o *valor agregado* (diferença entre o valor monetário dos bens produzidos e os custos técnicos da produção), e seu desenvolvimento visa, acima de tudo, a aumentar tal valor na unidade produtiva. Essa ampliação reflete a condição familiar: o ambiente hostil é enfrentado por meio da geração socioeconômica independente de renda no curto, médio e longo prazo.

Território e territorialidade: conceitos e contribuições de Claude Raffestin

O conceito de território para a geografia é um importante instrumento de leitura das dinâmicas existentes no espaço. Genericamente, entende-se por território o espaço ocupado, construído, administrado e utilizado pela sociedade; portanto, um espaço social ou concretamente construído por determinado grupo, como consequência da dinâmica de sua existência e de suas decisões.

Diante da relevância dessa categoria de análise para a geografia, muitos autores discorreram sobre o tema. Segundo o tradicionalista Ratzel, por exemplo, os “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (1988, p. 74). Observa-se que o autor se alinhou aos paradigmas “biologicistas”, uma vez que o território dos seres humanos é compreendido a partir dos vínculos que estabelece com o território de outras espécies. Já Sack (1986) afirmou que territorialidade é uma estratégia de controle multiescalar e temporal, e Santos (1997) introduziu a dimensão simbólica a partir do uso do território. Haesbaert (2001), por sua vez, fundiu as dimensões simbólica e material com base na dominação jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce poder, que na maioria das vezes é entendido como o poder político do Estado. Porém, o geógrafo Claude Raffestin (1993) já ressaltava que as relações de poder são elaboradas a partir de uma combinação de energia e informação que se entrelaçam em

função de determinados objetivos. Seria preciso, então, identificar as relações de produção presentes na “imagem territorial”, ou seja, na forma resultante das ações e das intenções de atores sintagmáticos (atores que realizaram um programa). Ao decifrar-se essa imagem territorial, compreende-se também a estrutura profunda do território, além de todo o conjunto de energia e informação que o ator sintagmático utilizou para a comunicação entre os modos de produção e o espaço.

Assim, dentre as diversas contribuições científicas elaboradas acerca do assunto, destaca-se a de Claude Raffestin, pois, ao almejar-se uma aproximação com as relações socioeconômicas, faz-se necessária uma categoria essencial de poder utilizada por ele para a compreensão do território: “que não é possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”.

O território para o autor é formado pelas relações de poder multidimensionais, ou seja, por um conjunto de relações sociais, econômicas e culturais, e tem a população na origem de todo o processo, pois dela parte toda a ação. Trata-se do espaço apropriado socialmente, onde se projetou um trabalho – energia e informação – e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território apoia-se no espaço, mas não é o espaço, e sim uma produção a partir do espaço. Ora, a produção inscreve-se em um campo de poder (Raffestin, 1993). Observa-se que o autor procura deixar clara a diferença entre espaço e território. Para ele, o espaço é anterior ao território. Este se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao apropriar-se de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Ademais, o território é uma parcela trabalhada do espaço. Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima; preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática de que será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.

Raffestin chega à conclusão de que o poder se enraíza no trabalho. Trata-se de uma combinação de energia e informação, em que energia pode se transformar em informação, isto é, em saber e práticas, e a informação pode permitir que se exerça essa energia; logo, o poder está relacionado com trabalho, que é a capacidade de transformar a natureza e as relações socioeconômicas (Marx, 1984). Assim, a territorialidade para o autor reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Ressalte-se que todas elas são relações de poder, uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

A territorialidade é atribuída pelo espaço vivido cotidianamente pelo ator sintagmático em determinado território, ou seja, o conjunto de relações estabelecidas que, por sua vez, dão conteúdo ao território. Assim, ela adquire um valor bem peculiar. Raffestin (1993) define-a como um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional “sociedade-espaço-tempo” em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. É preciso atentar, nesse sentido, para uma dimensão social maior, pois a relação “sociedade-meio” deve ser enfocada pelo prisma da classe social e do contexto histórico. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade.

A territorialidade, então, inscreve-se no quadro da produção e da troca. Para Raffestin, toda a produção do sistema territorial determina ou condiciona sua consumação. A territorialidade desse sistema está inserida em um quadro de tessituras, nodosidades e redes que criam vizinhanças, acessos e convergências. As tessituras são a área de exercício do poder, ou a área de seu enquadramento, portanto uma delimitação. Os nós ou pontos simbolizam a posição dos atores sintagmáticos, enquanto as redes são elementos que asseguram a comunicação entre os territórios, podendo ser abstratas ou concretas, invisíveis ou visíveis. A interpretação desse conjunto de relações permitirá chegar à origem e à dinâmica do poder e, conseqüentemente, ao cerne da produção do território.

Portanto, o arcabouço teórico concebido por Raffestin comporta o estudo da realidade territorial da agricultura familiar em geral e, em especial, de unidades familiares como as do município de Tauá, já que o estudo incorpora a análise da transformação da natureza via relações produtivas socioeconômicas, inscrevendo-se no quadro da produção e da troca. Esse arcabouço permitirá compreender o conjunto de relações presentes nesse sistema, que certamente apresenta suas peculiaridades que se refletirão nas imagens territoriais. Ademais, a identificação das relações entre as tessituras, os nós e as redes permitirá visualizar, ao menos parcialmente, a dinâmica territorial que aquelas unidades familiares estabelecem no seu território.

Os objetivos específicos deste trabalho para um conjunto representativo de unidades familiares do Distrito do Trici, município de Tauá, CE, foram: (i) caracterizar e discutir os fatores de maior relevância na composição de sua renda; (ii) agrupar as UFs de acordo com características socioeconômicas homogêneas; e (iii) identificar imagens territoriais através das principais atividades que contribuem para o processo de territorialidade e reprodução social dessas UFs agrupadas.

FIGURA 1
Mapa de localização geográfica da Macrorregião de Planejamento Cearense do Sertão dos Inhamuns
(Estado do Ceará, Brasil)



Fonte: Ipece (2010).

Procedimentos metodológicos

Breve caracterização do Município de Tauá, no Ceará

O município de Tauá está situado na região semiárida; aproximadamente 46% de sua população vive ainda na pobreza e metade do contingente populacional (56 mil habitantes, Ipece, 2010) situa-se em área rural praticando a agricultura familiar. No entanto, a renda média por estabelecimento rural é de apenas 1,7 mil reais por ano (França *et al.*, 2002).

O município possui uma área de aproximadamente 4018,62 km² e está situado na macrorregião de Planejamento Cearense do Sertão dos Inhamuns (Figura 1) (Ipece, 2010).

O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta média de 0,633, sendo que 9329 pessoas ainda vivem em situação de extrema pobreza (rendimento domiciliar *per capita* mensal de até setenta reais) na área rural do município (Ipece, 2011).

Genericamente, as comunidades rurais sob estudo apresentam algumas características microeconômicas comuns, como a baixa quantidade de terra, a superioridade do trabalho familiar e a predominância da produção vegetal. Dentre as principais potencialidades dessas comunidades, destacam-se a produção dos cereais milho e feijão por proverem a subsistência e parte da comercialização, bem como a criação de caprinos e ovinos, denominados pequenos ruminantes (Vidal e Alencar, 2009; Vidal, 2013; Vidal *et al.*, 2014).

A diversidade animal e vegetal presente nas pequenas áreas agricultáveis das famílias rurais *a priori* é alta, pois o cultivo de várias espécies vegetais conjuntamente à pecuária proporcionaria essa elevada variedade biológica local sem necessidade de áreas de terra muito extensas (Altieri e Nicholls, 2002).

Amostragem, variáveis e procedimentos de análise

A coleta de dados originais e *in situ* foi realizada com base em questionário semiestruturado individualizado diretamente ao titular das UFs rurais (entre março e outubro de 2008). No total foram analisadas 96 UFs distribuídas entre seis comunidades rurais (Quadro 1) no distrito do Trici.

Com o intuito de propor alguns parâmetros para a compreensão do território familiar no semiárido cearense foi elaborado um quadro analítico com atributos relativos à dinâmica socioeconômica das UFs e agrupados em dimensões de análise. Para isso, foram utilizados de maneira interativa parâmetros que caracterizam a territorialidade, a peculiaridade da região e a problematização do tema. Foram de-

terminadas 36 variáveis (Quadro 2) para apreender atributos relativos à dinâmica socioeconômica e produtiva das UFs. A seleção baseou-se em pesquisas desenvolvidas sobre a agricultura familiar em regiões semiáridas do Brasil (Tourrand *et al.*, 1993; Souza Neto *et al.*, 1995; Caron e Hubert, 2003; Holanda Júnior, 2006; Vidal e Alencar, 2009). Esses atributos são o reflexo da capacidade dos atores sintagmáticos, aqui entendidos como os membros das famílias rurais, de transformar a natureza por meio de relações produtivas socioeconômicas (Marx, 1984) e dizem respeito, portanto, à territorialidade.

QUADRO 1

Distribuição e amostragem das unidades familiares sob estudo, de acordo com a comunidade

COMUNIDADES (DENOMINAÇÃO)	UNIDADES FAMILIARES RESIDENTES (NÚMERO)	UNIDADES FAMILIARES PARTICIPANTES (NÚMERO)	UNIDADES FAMILIARES PARTICIPANTES (%)
Junco	80	22	27,50
Lustal 1	60	19	31,67
Lustal 2	50	8	16,00
Queimadas	32	10	31,25
Tapera	53	22	41,51
Tiassol	30	15	50,00
TOTAL	305	96	31,48

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente as variáveis socioeconômicas e produtivas foram submetidas à análise de componentes principais, permitindo a identificação dos fatores mais importantes que contribuem para a formação da “imagem territorial” da região. As coordenadas fatoriais geradas formaram a base para a análise subsequente, isto é, a análise de agrupamento (Rogerson, 2012), que permitiu a aproximação de UFs com atributos e capacidades semelhantes, evidenciando diferentes grupos de imagens territoriais, explicados por intermédio de suas territorialidades vivenciadas cotidianamente.

Resultados e discussão

Análise de componentes principais aplicada aos resultados microeconômicos das unidades familiares das respectivas comunidades rurais

Na sequência são apresentados os resultados da análise de componentes principais que permitiram caracterizar e discutir os fatores socioeconômicos e produtivos de maior relevância na composição da renda do conjunto de unidades familiares sob estudo. Quatro componentes explicam 69,63% do total da variância original.

O primeiro fator explica 28,87% da variância e relaciona a importância da produção vegetal e sua produtividade em relação ao trabalho para a obtenção de bons resultados microeconômicos. Esse fator é composto pelas variáveis de renda (valor agregado bruto [VAB] e valor agregado líquido [VAL] anuais), produção vegetal e produção vegetal/unidade de trabalho agrícola (UTA) total e caracteriza a existência de relações econômicas que permitiram a determinadas UFs atingirem resultados positivos com a concentração do trabalho (familiar e assalariado) na produção vegetal.

O segundo fator explica 16,95% da variância original e identifica a existência de UFs que conseguiram, em virtude da elevada rentabilidade do trabalho, minimizar seus gastos totais, fixos e variáveis. Esse fator é composto pelas variáveis “gastos totais”, “gastos fixos”, “gastos variáveis” e “produtividade do trabalho” (VAL/UTA total). Assim, o fator ressalta que a alta produtividade do trabalho total demonstra que os tipos de mão de obra presentes nas UFs, sejam elas familiares ou assalariadas, trabalham bem suas respectivas superfícies agrárias úteis (SAUs) e conseguem delas obter resultados econômicos positivos. Ressaltam-se a mão de obra familiar e sua importância nessas UFs, pois ela proporciona parcialmente a redução dos gastos fixos, variáveis e totais, na medida em que não há despesas com mão de obra assalariada, já que a de cunho familiar supre a necessidade no labor da terra.

O terceiro fator explica 14,16% da variância original e identifica a existência de UFs que obtiveram alta rentabilidade das superfícies agrárias úteis, mesmo apresentando baixa renda bruta (VAB) e baixa produtividade da terra em relação ao trabalho. Esse fator é composto pelas variáveis “produtividade da terra em relação ao trabalho total e familiar” (UTA total/SAU, UTA fam/SAU), “rentabilidade da terra” (VAL/SAU) e “gastos fixos” e demonstra que certas unidades familiares possuem uma baixa SAU, que está sendo trabalhada intensamente por muitas pessoas. Mesmo com elevada UTA total nessas UFs, elas apresentaram baixo VAB anual, pois possuem limitada área agricultável, inviabilizando maiores quantitativos nas produções. Destaca-se que a mão de obra familiar é a predominante e

QUADRO 2
Categorias e variáveis com seus respectivos significados, unidades e definição utilizadas na caracterização das Comunidades e na identificação das “Imagens Territoriais”

CATEGORIAS	VARIÁVEIS		UNIDADES	NOMINAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS
	Superfície Agrária Útil (SAU)	Superfície Total (ST)		
FATORES DE PRODUÇÃO	Superfície Agrária Útil (SAU)		Hectare	Soma da superfície forrageira + superfície de cultivos.
	Superfície Total (ST)		Hectare	Corresponde à SAU + Área de caatinga da unidade.
	Unidade de Trabalho Anual Total (UTA total)		UTA**	Todo o trabalho realizado por um ser humano durante oito horas diárias no período de um ano, exceto finais de semana e feriados.
	Unidade de Trabalho Anual Familiar (UTA fam.)		UTA	Todo o trabalho realizado por um membro da unidade familiar durante oito horas diárias no período de um ano, exceto finais de semana e feriados.
	Unidade de Trabalho Anual Assalariado (UTA ass.)		UTA	Todo trabalho realizado por uma pessoa assalariada durante oito horas diárias no período de um ano, exceto finais de semana e feriados.
PRODUÇÕES	Produção vegetal		R\$	Produção anual de milho, feijão, sorgo, palma, hortaliça, macaxeira e outros vegetais.
	Produção de pequeno ruminante		R\$	Caprinos, ovinos, queijo de cabra e leite.
	Produção de grande ruminante		R\$	Bovino, queijo e leite.
	Produção total ruminante		R\$	Produção total dos pequenos e grandes ruminantes adicionado o valor da pele e o esterco produzidos.
	Produção de não ruminante		R\$	Aves, ovos e suínos.
RETROALIMENTAÇÃO*	Outras produções		R\$	Apicultura, pomar de mamão e fabricação caseira de compotas e doces.
	Produção total		R\$	Valor total produzido pela unidade familiar no período de um ano.
	Recemrego e autoconsumo anual		R\$ %	Quantidade empregada para a retroalimentação animal e humana da unidade familiar em relação à produção total.
	Valor Agregado Bruto Anual (VAB anual)		R\$	Resultado da produção total anual subtraindo-se os gastos variáveis.
	Valor Agregado Líquido Anual (VAL anual)		R\$	Resultado do VAB anual subtraindo-se os gastos fixos.
AUTONOMIA E EFICIÊNCIA CAMPONESA*	VAL Anual em Relação à Produção Total		%	Indica o grau de autonomia produtiva e eficiência no uso dos recursos disponíveis na Unidade Familiar.
PRODUTIVIDADE DA TERRA EM RELAÇÃO AO TRABALHO	UTA total/SAU		UTA/Hectare	Unidade de trabalho anual total em relação a terra. Identifica a intensidade do trabalho em um hectare de SAU.
	UTA fam./SAU		UTA/Hectare	Unidade de trabalho anual familiar em relação a terra. Identifica a intensidade da mão de obra familiar em um hectare de SAU.
	UTA ass./SAU		UTA/Hectare	Unidade de trabalho anual assalariado em relação a terra. Identifica a intensidade do trabalho assalariado em um hectare de SAU.

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO EM RELAÇÃO À TERRA	SAU/UTA total	Hectare/UTA	Superfície agrária útil em relação ao trabalho total. Identifica a quantidade de terra trabalhada por uma UTA total.
	SAU/UTA fam.	Hectare/UTA	Superfície agrária útil em relação ao trabalho familiar. Identifica a quantidade de terra trabalhada por uma UTA familiar.
	SAU/UTA ass	Hectare/UTA	Superfície Agrária Útil em relação ao trabalho assalariado. Identifica a quantidade de terra trabalhada por uma UTA assalariada.
RENTABILIDADES	VAL anual/SAU	R\$/Hectare	Rentabilidade da terra. Identifica o valor em reais produzido em um hectare de Superfície Agrária Útil no período de um ano.
	VAL anual/UTA total	R\$/UTA	Rentabilidade do trabalho total. Identifica o valor em reais produzidos por uma UTA total no período de um ano.
	Produção vegetal/UTA total	R\$/UTA	Rentabilidade da produção vegetal em relação a UTA total. Identifica valor gerado em real a partir do trabalho de uma UTA total na produção vegetal no período de um ano.
GASTOS	Gastos variáveis	R\$	Correspondem aos gastos relativos a: alimentação animal, fertilizantes, combustíveis, sementes, UTA temporária, manutenção animal (veterinário e remédios), comercialização e aluguel de maquinaria e compra de animais.
	Gastos fixos	R\$	Correspondem aos Gastos relativos a: mão de obra permanente, reparação em equipamentos, água, eletricidade, seguros, impostos, financiamentos e compra de animais.
	Gastos totais	R\$	Resultado dos gastos variáveis somado aos gastos fixos.
	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	%	Filiação no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	%	Filiação na Associação dos Pequenos Produtores.
	Centros evangélicos	%	Participação nos centros evangélicos da comunidade.
	Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos dos Inhamuns	%	Filiação na Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos de Inhamuns.
ASSOCIATIVISMO	Cooperativas	%	Participação em cooperativas.
	Não participa	%	Não possui vínculo com nenhuma organização social.
	Antiguidade da unidade familiar	Anos	Tempo de existência da unidade familiar.
HISTÓRICO			

* Variáveis adicionadas à Análise Cluster.

** 1 adulto = 1 UTA; 1 Criança ou adolescente = 0,5 UTA; maior de 65 anos = 0,75 UTA (CORDONNIER, 1963).

Fonte: Elaboração própria

QUADRO 3
 “Grupos de Imagens Territoriais”, obtidos com suas respectivas médias e coeficientes de variação

CATEGORIA	VARIÁVEIS	UNIDADE	G1 9 UFS		G2 2 UFS		G3 8 UFS		G4 2 UFS		G5 73 UFS	
			MÉDIAS	CV	MÉDIAS	CV	MÉDIAS	CV	MÉDIAS	CV	MÉDIAS	CV
FATORES DE PRODUÇÃO	ST	Hectare	32,24	1,30	53,48	1,24	67,74	0,74	20,86	0,29	19,87	1,36
	SAU	Hectare	9,73	0,68	16,20	2,32	28,20	0,74	12,26	0,89	5,40	1,01
	UTA fam.	%	30,17	-	30,29	-	41,63	-	58,77	-	27,17	-
	UTA ass.	UTA	2,94	0,53	2,60	1,22	4,28	0,41	3,25	0,33	3,26	0,42
	UTA total	UTA	0,67	1,30	0,98	-	2,00	0,53	0,50	1,41	0,56	1,51
PRODUÇÕES	Produção vegetal	UTA	3,61	0,51	3,58	0,51	6,28	0,43	3,75	0,09	3,83	0,41
	Pequenos ruminantes	R\$	40.260,46	0,39	88.843,74	0,03	12.899,57	0,91	96.234,15	0,09	4.763,12	1,22
	Grandes ruminantes	R\$	181,11	1,28	4.825,00	0,49	7.050,00	0,79	4.080,00	1,29	556,21	1,67
	Total ruminantes	R\$	356,67	2,04	7.786,00	0,49	639,94	1,03	8,00	1,41	281,21	3,59
	Não ruminantes	R\$	545,89	1,36	12.677,00	0,12	7.755,44	0,75	4.096,00	1,28	856,25	1,87
RETROALIMENTAÇÃO	Outras produções	R\$	71,56	1,83	300,00	1,41	60,00	1,41	325,00	0,37	68,22	2,79
	Produção total	R\$	826,67	3,00	-	-	95,75	2,07	-	-	0,55	8,54
	Recemprgo e autoconsumo anual	R\$	41.704,57	-	101.820,74	-	20.810,76	-	100.655,15	-	5.688,14	-
RENDA	VAL anual	R\$	3.356,80	0,48	19.892,22	0,44	14.953,37	0,87	14.094,20	0,72	2.003,20	1,38
	VAL anual	%	8,05	-	19,54	-	71,85	-	14,00	-	35,22	-
AUTONOMIA E EFICIÊNCIA CAMPONESA	VAL anual em relação à produção total	R\$	40.665,54	0,39	93.046,74	0,04	12.303,58	1,34	99.040,45	0,04	4.368,08	1,33
		%	39.264,17	0,39	86.904,53	0,02	6.922,43	2,45	97.039,35	0,05	2.844,83	2,03
		%	94,15	-	85,35	-	33,26	-	96,41	-	50,01	-

PRODUTIVIDADE DA TERRA EM RELAÇÃO AO TRABALHO	UTAtotal/SAU	UTA/Hectare	0,37	1,10	0,22	0,81	0,22	1,61	0,31	1,32	0,71	0,76
	UTAfam/SAU	UTA/Hectare	0,30	0,90	0,15	0,79	0,15	1,49	0,27	0,93	0,60	0,73
	UTAass/SAU	UTA/Hectare	0,07	2,54	0,07	3,04	0,07	1,92	0,04	3,81	0,10	0,20
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO EM RELAÇÃO À TERRA	SAU/UTA total	Hectare/UTA	2,69	1,08	4,49	1,45	4,49	0,76	3,27	0,80	1,41	1,03
	SAU/UTA fam.	Hectare/UTA	3,30	1,02	6,59	0,65	6,59	0,69	3,77	0,60	1,65	1,25
	SAU/UTA ass.	Hectare/UTA	14,59	0,35	16,54	1,13	14,10	1,00	24,52	0,13	9,61	0,25
RENTABILIDADES	VAL/SAU	R\$/Hectare	4.036,39	0,58	5.365,61	1,43	245,49	7,85	7.915,12	1,57	526,88	1,67
	VAL/UTA total	R\$/UTA	10.873,16	0,66	24.289,54	0,56	1.102,08	3,32	25.877,16	1,81	743,68	1,87
	Produção vegetal/UTA total	R\$/UTA	11.149,05	0,68	24.831,54	0,55	2.053,66	0,81	25.662,44	0,19	1.245,15	1,27
GASTOS	Gastos Variáveis	R\$	1.033,48	0,66	8.738,00	0,29	8.441,68	0,75	1.606,70	0,07	1.237,51	0,97
	Gastos Fixos	R\$	1.401,37	0,58	6.142,21	0,25	5.381,15	0,91	2.001,10	0,73	1.523,24	0,83
	Gastos Totais	R\$	2.434,85	0,36	14.880,21	0,06	13.822,83	0,57	3.607,80	0,43	2.760,76	0,77
HISTÓRICO	Antiguidade	Ano	27,00	0,77	28,00	0,10	38,75	0,96	43,50	0,44	22,59	0,79
	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	%	11,11	-	50	-	25	-	50	-	6,85	-
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais	%	66,67	-	100	-	100	-	100	-	84,93	-
ASSOCIATIVISMO	Centros Evangélicos	%	11,11	-	-	-	-	-	-	-	9,59	-
	Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos dos Inhamuns	%	-	-	25,00	-	25,00	-	50	-	2,74	-
	Cooperativas	%	-	-	12,50	-	12,50	-	-	-	-	-
Não participa	%	11,11	-	-	-	-	-	-	-	4,11	-	

Fonte: Elaboração própria.

viabiliza resultados econômicos positivos para a rentabilidade da terra, mesmo em condições de insuficientes VAB e VAL anuais.

O quarto fator explica 9,95% da variância original e identifica a existência de UFs que conseguiram minimizar seus gastos fixos. Esse fator é composto pelas variáveis “produtividade do trabalho total”, “do trabalho familiar e assalariado” (SAU/UTA total, SAU/UTA fam., SAU/UTA ass., respectivamente) e “gastos fixos”; caracteriza a existência de UFs que apresentam uma alta SAU, trabalhada por baixa disponibilidade de mão de obra assalariada ou familiar. Essa relação entre os fatores de produção terra e trabalho reflete-se também nos baixos gastos fixos, pois os valores gastos com mão de obra assalariada são modestos, e a mão de obra de cunho familiar predomina.

Em todos os resultados da análise de componentes principais, observa-se que o trabalho apreendido como fator de produção está presente, sendo o principal responsável pela dinâmica econômica da pequena produção rural, juntamente com os aspectos relacionados com a terra, que na maioria das vezes limita uma maior produção. A questão do acesso a terra ainda é um grande entrave para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar brasileira, que procura em seu limitado território buscar meios e técnicas que viabilizem sua maior exploração para proporcionar sua manutenção e reprodução no campo. Esses fatores de maior relevância na composição da renda que estão na base das técnicas exercidas pela agricultura familiar de Tauá buscam uma maior exploração das áreas agricultáveis, que também têm limitações geoambientais, principalmente por estarem localizadas no ambiente da depressão sertaneja cearense, caracterizada por uma espessura dos solos pequena, grande frequência de afloramentos rochosos, alta salinidade do solo e uma pluviometria escassa e irregular (Sousa *et al.*, 2005).

Análise de agrupamento aplicada aos resultados microeconômicos das unidades familiares

Apresentamos a seguir os resultados relativos a cada grupo de unidades familiares formados de acordo com sua similaridade socioeconômica e produtiva, doravante denominados “grupos de imagens territoriais” (Quadro 3).

Em todos os grupos, o trabalho familiar (UTA familiar) é predominante e o assalariado surge apenas como auxiliar em períodos de maior necessidade de mão de obra (Alves e Paulo, 2012). Esse fenômeno ocorre por causa da maior intensidade de atividades relacionadas com a semeadura, os tratos culturais e a colheita de cereais no período pós-chuvas iniciais, ou seja, de março a junho (Antonino *et al.*, 2000).

- Grupo 1 de Imagens Territoriais: caracteriza-se por apresentar os melhores resultados para as outras produções e UFs jovens que alcançam intermediária

rentabilidade do trabalho total diretamente relacionada com a predominante produção vegetal.

- Grupo 2 de Imagens Territoriais: apresenta a segunda maior renda e a mais elevada produção de grandes ruminantes e uma das maiores produções vegetais, além da segunda mais alta produtividade do trabalho total em relação a terra.
- Grupo 3 de Imagens Territoriais: desfruta das maiores disponibilidades de terra e mão de obra e possui a produção vegetal como a principal atividade. Ademais, destaca-se pela mais alta produção de pequenos ruminantes. As UFs aglomeradas nesse grupo são muito antigas e alcançam a mais elevada produtividade do trabalho familiar em relação a terra.
- Grupo 4 de Imagens Territoriais: as UFs mais antigas que possuem a mais elevada renda bruta e líquida anuais (VAB e VAL) concentram-se nesse grupo. O trabalho essencialmente familiar foca suas atividades na mais alta produção vegetal de todos os grupos e também apresenta os mais elevados resultados para a produção de não ruminantes. Ainda assim, as rentabilidades da terra, do trabalho total e da produção vegetal em relação à UTA total também alcançam seus resultados mais expressivos.
- Grupo 5 de Imagens Territoriais: caracteriza-se por aglomerar o maior número de UFs e apresentar as maiores produtividades da terra em relação ao trabalho total, familiar e assalariado que contrastam, no entanto, com as menores rendas. São as UFs mais jovens e que apresentam a segunda maior disponibilidade de UTA total e familiar.

Território e territorialidade: a realidade de unidades familiares em Tauá

Os grupos de imagens territoriais que exibiram as maiores áreas agricultáveis não foram necessariamente os que obtiveram maiores rendas: o G3 apresentou a maior média de SAU (28,20 ha) e apenas a quarta maior renda líquida (VAL anual). O grupo que obteve a maior renda líquida anual foi o G4, que em apenas 12,26 hectares conseguiu gerar o mais alto VAL anual (R\$ 99.040,45), devido à boa rentabilidade do trabalho em relação à produção vegetal.

A produção vegetal está presente em todas as unidades familiares aglomeradas homogeneamente em grupos de imagens territoriais, sendo o principal meio de renda dessas famílias agricultoras que concentram suas atividades nessa cultura e no manejo específico de pequenos ruminantes. Isso evidencia a importância da produção cerealista no semiárido para o autoabastecimento, bem como para o suprimento das necessidades regionais, já que o município de Tauá se destacou como segundo maior produtor de feijão e o terceiro de milho do estado do Ceará (IBGE, 2007).

O G3 e o G5, por não apresentarem uma boa produção vegetal, não conseguiram fortalecer suas respectivas rendas brutas (VABS anuais) e, conseqüentemente, suas rendas líquidas (VALs anuais). No G3 também foi identificada a maior quantidade de terra por UTA familiar, ou seja, existe uma quantidade razoável de terra trabalhada apenas por uma UTA familiar.

Quanto à produção animal, todos os grupos optaram pela criação de ruminantes. As outras produções apenas não foram identificadas no G2 e G4, que concentraram suas atividades na produção vegetal e aglomeraram as unidades familiares mais antigas.

Em todos os grupos, a UTA familiar é predominante, sendo que o trabalho assalariado também existe, mas entra apenas como auxílio quando há necessidade, normalmente de março a junho, devido aos tratos culturais dos cereais (Antonino *et al.*, 2000). O grupo que melhor fez uso de sua superfície agrária útil foi o G4, que apresentou a maior rentabilidade da terra e também do trabalho e da produção vegetal em relação à disponibilidade de mão de obra total (UTA total). Inversamente, as menores rentabilidades foram observadas no G5, que ademais apresentou as menores produções vegetais e as menores produções animais, assim como as unidades familiares mais jovens. A baixa SAU influenciou diretamente essas modestas produções, pois esse grupo apresenta uma das menores quantidades de terra por UTA, ou seja, existe comparativamente um alto número de pessoas trabalhando em quantidade de terra limitada.

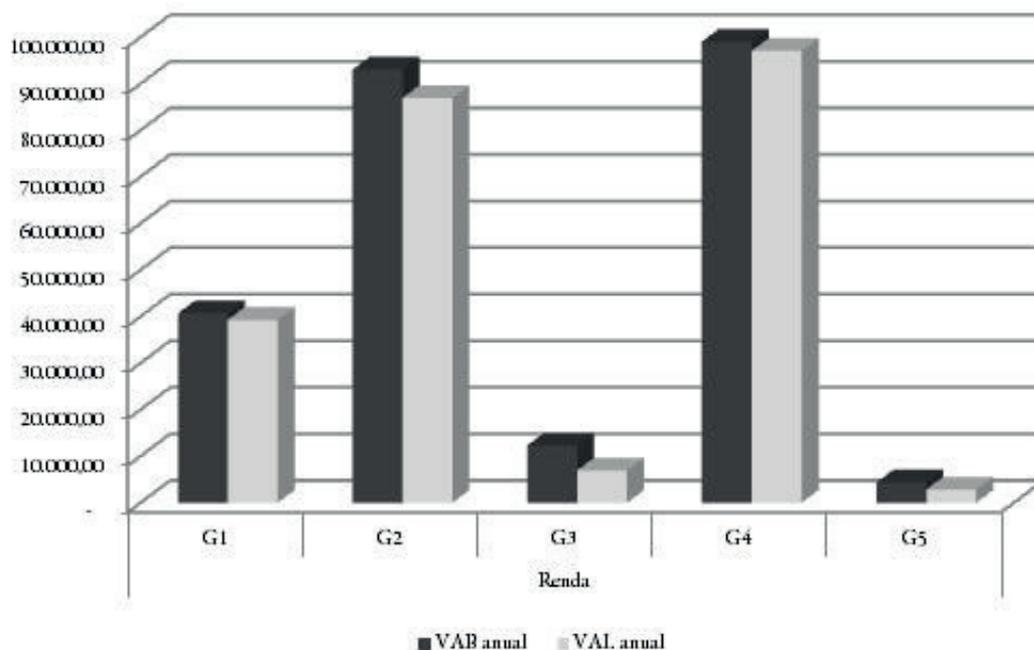
A renda e a disponibilidade dos fatores de produção

De acordo com a Articulação no Semiárido Brasileiro (Asabrazil, 2014), as contradições e as injustiças que permeiam o semiárido brasileiro podem ser compreendidas por meio da renda. A organização dos que dispõem de até um salário mínimo mensal soma mais de 5 milhões de pessoas (31,4%). Enquanto isso, apenas 5,5% dispõem de uma renda entre dois a cinco salários mínimos e 0,15% com renda acima de trinta salários. Portanto, a grande maioria das pessoas residentes no semiárido brasileiro apresenta renda de até um salário mínimo (trezentos dólares aproximadamente para valor atualizado).

Esses baixos valores relativos à renda foram identificados nesse estudo. O Grupo 5 aglomerou o maior número de unidades e apresentou a menor renda. As 73 unidades familiares alcançaram o modesto rendimento mensal similar ao das mais de 5 milhões de pessoas evidenciadas pela Asabrazil (2014). Especificamente, as unidades familiares aglomeradas no G5 apresentaram uma renda líquida anual (VAL) de R\$ 2.844,83 (Gráfico 1), correspondendo a uma média mensal de apenas R\$237,06, valor bem inferior a um salário mínimo.

GRÁFICO 1

Renda anual em reais, relativa aos cinco grupos de imagens territoriais



Fonte: Elaboração própria.

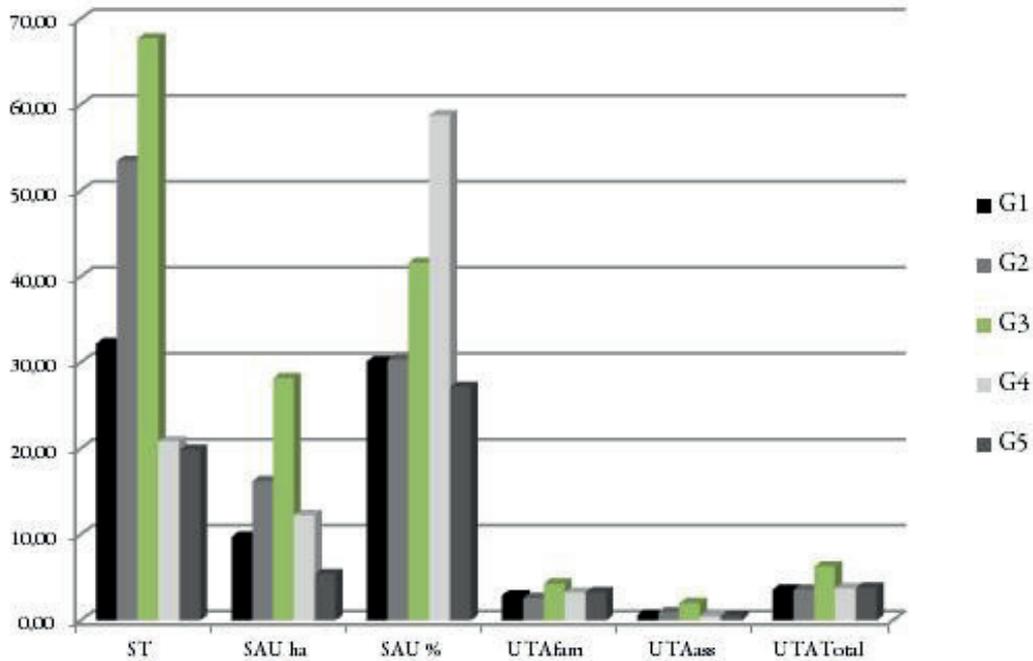
Em seu trabalho sobre agricultores familiares do estado de Sergipe, outra região semiárida brasileira, Lopes (2009) também identifica grande proporção de unidades com essa média de rendimento. Entre as 94 unidades familiares estudadas pelo autor, 26,6% apresentaram rendimento entre um e dois salários-mínimos, enquanto 25,5% se situam entre meio e um. Esse resultado assemelha-se aos das unidades familiares aglomeradas no G5 (Gráfico 1).

Em relação à quantidade de terra e de unidades familiares no semiárido brasileiro, a Asabrazil (2014) destaca que esse compreende uma área de 900 mil km², onde estão presentes 2 milhões de estabelecimentos familiares, os quais correspondem aproximadamente à metade do universo da agricultura familiar do país, mas apenas 4,2% do total da área agrícola nacional. Esses dados revelam a enorme concentração de terra na região, configurando uma realidade socialmente injusta, na qual os latifúndios improdutivos dominam a paisagem, deixando as pequenas propriedades familiares com uma extensão de terra inviável para a sustentabilidade da agricultura familiar na região.

O G5, como previamente comentado, aglomerou o maior número de unidades familiares, expressando, portanto, a realidade das famílias estudadas. Esse grupo apresentou em média apenas 19,87 ha para a superfície total (ST), onde apenas 5,40 se configuram como SAU (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Disponibilidade dos fatores de produção de acordo com os grupos de imagens territoriais



Fonte: Elaboração própria.

Ainda no trabalho de Lopes (2009) foi identificada uma realidade inferior à das unidades familiares aglomeradas no G5. A maioria (32,7%) das unidades familiares possui entre um e três hectares, enquanto 15,4% possui média similar ao do G5. Ressalta-se que em ambos os resultados o baixo rendimento mensal está relacionado com a pequena disponibilidade de terra. De acordo com a Asabrazil (2014), essa baixa disponibilidade de terra juntamente com limitações fazem com que a agricultura familiar seja historicamente mantida em uma situação de grande vulnerabilidade social. Ademais, essa dificuldade de ampliação de ST foi também verificada em outras regiões semiáridas do Nordeste brasileiro (Guimarães Filho, 2005) e em regiões gaúchas (Neumann e Silveira, 2000). Historicamente, a impossibilidade de aumento da superfície agrária útil está vinculada ao da superfície total que, por sua vez, é inviabilizada pela ausência do processo da reforma agrária no Brasil (Norder, 2014).

O agricultor familiar diante desse “ambiente hostil” luta por autonomia e progresso como uma forma de construção e reprodução do meio de vida rural, pois a agricultura familiar está voltada para produzir valor agregado tanto quanto possível. Além disso, seu desenvolvimento visa, acima de tudo, a aumentar esse valor na unidade produtiva, já que ele reflete a condição camponesa da família: o “ambiente

hostil” é enfrentado por meio da geração independente de renda no curto, médio e longo prazos. Assim, o valor agregado corresponde à nova riqueza gerada pelo trabalho da família agricultora no processo produtivo e se expressa na diferença entre o valor monetário dos bens produzidos e os custos técnicos da produção (consumos intermediários). O valor agregado é um importante indicador do grau de autonomia produtiva e de eficiência no uso dos recursos disponíveis nos sistemas agrícolas. Sistemas com altos valores de produção e baixo valor agregado empregam grande parte do seu faturamento na remuneração de agentes externos, como fornecedores de insumos e serviços (Ploeg, 2009).

Autonomia e eficiência camponesa e o associativismo

No estudo realizado em Tauá foi aplicada uma variável que permitiu identificar essa autonomia e eficiência camponesa, a saber: VAL anual em relação à produção total (Ploeg, 2009), tal como previamente abordado na metodologia. Essa variável apresentou resultados heterogêneos para os cinco grupos de “imagens territoriais” (Quadro 3). O grupo que obteve maior destaque foi o G4, pois apresentou a porcentagem de 96,41% para aquela variável, sendo esse resultado reflexo da baixa remuneração dos agentes externos. Ainda assim, esse grupo apresentou a produção total anual de R\$ 100.655,15. Como a remuneração dos agentes externos foi baixa, essa produção sofreu pouca redução e apresentou um VAL anual de R\$ 97.039,35. Trata-se do grupo que atingiu a maior autonomia e eficiência camponesa, pois está realizando uma excelente utilização dos recursos disponíveis na unidade familiar e reduzindo seus gastos.

Os meios e os insumos são parte integrante do estoque disponível de capital ecológico da agricultura camponesa e não são adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial (Menezes, 2002). Mas em determinados grupos foi observado que essas autonomia e eficiência ainda não apresentam resultados satisfatórios. O Grupo 3 exibiu apenas 33,26% de autonomia e eficiência camponesa, pois a elevada quantidade de agentes externos importada pelo grupo ainda é grande. Especificamente esse grupo importa uma quantidade elevada de alimentos que são utilizados para a manutenção dos pequenos ruminantes, pois as unidades familiares aglomeradas nesse grupo não conseguiram produzir o suficiente para o autoconsumo da família e dos animais. A produção total dessas famílias apresentou média anual de R\$ 20.810,76, e após a redução dos valores empregados em agentes externos a renda apresentada foi de somente R\$ 6.922,43 por ano (Quadro 3).

Diferentemente do G3, o G1 também apresentou resultados elevados tal como o G4. As unidades familiares aglomeradas no G1 apresentaram 94,15% de autonomia e

eficiência camponesa, pois também conseguiram um reduzido gasto com os agentes externos. Esse grupo exibiu uma produção total de R\$ 41.704,57 e um VAL anual de R\$ 39.264,17, ou seja, a diferença entre os valores é bem reduzida, diferentemente do G3, como já previamente comentado, e do G5, que apresentou apenas 50,50% de autonomia e eficiência camponesa – esse último mais representativo em unidades familiares e também com a menor média para a renda líquida (VAL anual). Suas produções totais apresentaram média de R\$ 5.688,14 e empregaram grande parte desses na remuneração de agentes externos, sendo que, ao final, o VAL anual apresentou média de apenas R\$ 2.844,83. Portanto, a autonomia e a eficiência camponesa foram verificadas em seus maiores níveis no G4 e G1, enquanto as menores foram identificadas no G3 e G5. A emancipação, através do enfrentamento com êxito do “ambiente hostil”, coincide necessariamente com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção, pois decorre de um lento, porém persistente, aprimoramento da base de recurso e/ou melhoria da eficiência técnica (Ploeg, 2009). Isso significa que os territórios presentes no G1, particularmente, são quase independentes dos agentes externos. Ressalta-se que, embora a produção para o consumo familiar atenda em grande medida as necessidades alimentares desses atores sintagmáticos, há alimentos que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis à manutenção dos territórios, necessitando, portanto, ser adquiridos. O G1, por outro lado, apresentou a menor produção de pequenos ruminantes, que pouco contribuiu para seu VAB anual, tal como foi colocado previamente. Por conta de sua adaptabilidade, existem grandes iniciativas de reestruturação dessa produção no município de Tauá. Isso significa que, ao inserir esses animais com mais intensidade na dinâmica de suas produções, os atores sintagmáticos poderão gerar um VAB mais elevado (Andrade e Lima, 2011; Bach *et al.*, 2003).

Diante do exposto, identificou-se que apenas as UFs aglomeradas no G4 e G5 exibiram características que convergem com a emancipação colocada por Ploeg (2009). As UFs mais antigas conseguem aprimorar sua base de recursos e/ou melhorar a eficiência técnica. De fato isso foi observado nos resultados do presente trabalho, pois as UFs aglomeradas no G4 exibiram as maiores longevidades de assentamento, apesar da baixa disponibilidade de mão de obra assalariada e uma das menores de terra (Gráfico 2). Desse modo essas UFs do G4 conseguiram aprimorar, durante seus 44 anos de existência, sua limitada base de recursos fundiários (ST e SAU) e também melhoraram sua eficiência técnica, pois utilizam exclusivamente o trabalho familiar, não dependendo do trabalho externo para gerar a mais elevada renda, mesmo em limitada SAU.

Em relação às redes das UFs nas comunidades rurais, discute-se que essas também são locais de referência, sendo importante saber como os membros das UFs nas co-

munidades se inter-relacionam com as demais, ou seja, aqueles membros que podem desenvolver uma sinergia para a cooperação mútua (Raffestin, 1993). Nos grupos de imagens territoriais, identificados pela análise de agrupamento, foi observado que a grande maioria das UFs se vincula politicamente às organizações sociais. O G5 e o G1 possuem a maior diversificação associativa, e apenas 4% das UFs do primeiro e 11% das do segundo não possuem nenhuma filiação. Já no G2, G3 e G4 todas as UFs aglomeradas possuem filiação nas organizações sociais. Note-se que, entre as formas organizativas, a de maior relevância percentual para todos os grupos de imagens territoriais é a Associação dos Pequenos Produtores Rurais. Realmente, as associações são organizações mais flexíveis quando comparadas aos sindicatos, que se restringem às categorias profissionais reconhecidas. Os resultados obtidos corroboram os de Maneschy e Klov Dahl (2007), pois existe uma grande diferença entre as porcentagens de filiados aos sindicatos e a porcentagem de filiações nas associações comunitárias, por exemplo. As afiliações nas associações, nos centros evangélicos, nos sindicatos, nas cooperativas e outros são de extrema importância para a compreensão da manutenção das relações sociais na composição de “imagens territoriais”, pois qualquer forma de filiação é entendida como fator que colabora positivamente para uma organização sustentável de uma comunidade (Gomes, 2010).

Os atores sintagmáticos, ou seja, os membros da família rural, não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, influenciar-se, controlar-se, interditar-se, permitir-se distanciar-se ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles (Raffestin, 1993). De fato, as famílias rurais nas UFs agrupadas não se opõem, pois o propósito de manter as atividades agropecuárias e permanecer no meio rural impulsiona a união por meio do associativismo nas comunidades. Esse estreitamento entre as famílias e o objetivo em comum da manutenção no campo e da subsistência familiar influenciam diretamente a filiação das famílias rurais nas associações, nos sindicatos e nas cooperativas, pois viabilizam uma troca de experiências e saberes que são adquiridos no cotidiano de cada ator sintagmático, proporcionando assim uma ajuda mútua entre os territórios. Portanto, essa é uma das estratégias mais viáveis das famílias rurais na busca pela reprodução e defesa do seu território.

Diante da realidade territorial revelada pela análise de componentes principais previamente colocada, observa-se a presença do fator trabalho em todas as relações dos quatro fatores, confirmando que a dinâmica do poder nessas UFs realmente está enraizada no trabalho – o principal agente construtor da realidade dos territórios. A partir da realização e do controle do trabalho, as unidades familiares os adequam às suas realidades e procuram estabelecer um equilíbrio no intercâmbio de matérias com a natureza. A economia camponesa assenta-se nesse balanço, “consumo familiar *versus* exploração da força de trabalho”. A relação entre trabalho e consumo passa pela

satisfação das necessidades familiares que têm como limite a sobrevivência (Chayanov, 1974). Esse intercâmbio de matérias com a natureza explica a persistência e a sobrevivência de certas unidades familiares e a desagregação e o desaparecimento de outras (Schneider, 2003).

Mesmo que, em certos casos, as UFs estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado, o fato de se estruturarem com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que algumas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes uma família agricultora muito inserida na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições. De fato, a realidade pode ser observada mais especificamente no Grupo 4, que exibiu a menor quantidade de mão de obra assalariada, a maior média para a autonomia e eficiência camponesa e a mais elevada renda, viabilizando assim sua sobrevivência (Schneider, 2003). Essa economia familiar também possui uma grande flexibilidade de adaptação a diferentes crises e é um tipo de economia que não é menos poderosa, relevante ou influente, sendo capaz de resolver problemas tal qual a economia estatal ou a de mercado fazem (Shanin, 2008).

A agricultura familiar engloba um mosaico de agricultores familiares com distintos graus de desenvolvimento socioeconômico e também com diferentes lógicas de produção (Guanziroli *et al.*, 2011). Portanto, a análise de agrupamento utilizada permitiu a aproximação de unidades familiares com atributos e capacidades dos atores sintagmáticos semelhantes, evidenciando diferentes grupos de imagens territoriais, explicadas por intermédio do conjunto de relações que dão conteúdo ao território.

As características detalhadas de cada grupo já foram apresentadas anteriormente; portanto, serão abordados agora apenas os aspectos mais relevantes para a compreensão, ao menos parcial, do processo de territorialidade e do conjunto de relações presentes no território que viabilizam a subsistência familiar.

As produções vegetais e pecuárias e a retroalimentação

A principal relação produtiva foi observada com a produção vegetal dos cereais milho e feijão, que está presente em todas as UFs e, portanto, em todas as “imagens territoriais, e é a atividade agrícola que proporciona os maiores resultados entre todas as produções em todos os grupos. O G3, além da produção vegetal, apresentou outra atividade que também caracteriza o processo de territorialidade das UFs aglomeradas ali. Trata-se da produção de pequenos ruminantes, que apresentam maior resistência a períodos de secas e são mais vantajosos para a comercialização comparativamente a outras produções pecuárias (Oliveira, 2011). Em seu trabalho sobre a produção

camponesa e a sustentabilidade no campo, Oliveira ressalta que a introdução desse rebanho em assentamentos no município semiárido de Canindé, no Ceará, tem requerido aumento da quantidade de forragem, processo nem sempre compatível com a produção camponesa dos assentados. Essa realidade também foi observada no G3, que possui elevados gastos variáveis relativos à compra de ração para alimentação de pequenos ruminantes. Portanto, o problema da limitada forragem natural apresenta-se como um entrave para a subsistência familiar nos territórios do G3.

Em relação à retroalimentação, ou seja, ao reemprego e autoconsumo dessas famílias, o G5 apresentou a segunda maior porcentagem. Em seu trabalho sobre a agricultura familiar no Nordeste, Guanziroli *et al.* (2011) identificam os estados nordestinos onde os estabelecimentos familiares mais se dedicam ao autoconsumo, a saber: Piauí, Maranhão e Ceará. De acordo com os autores, esses estados também são os mais pobres do ponto de vista rural. Essa realidade, em diferente escala de análise, também foi observada no G5, pois esse grupo aglomera as unidades familiares com as menores rendas e com uma das maiores porcentagens de reemprego e autoconsumo. Deduz-se que a porcentagem de retroalimentação elevada está relacionada com o fato de a produção familiar ter como prioridade o consumo interno.

A produtividade e a rentabilidade dos fatores de produção

O G5 também apresentou elevadas disponibilidades de mão de obra (Quadro 3). A força de trabalho será sempre relativamente abundante, enquanto os meios de trabalho serão relativamente escassos na agricultura familiar (Neumann e Silveira, 2000). Isso significa que a produção familiar tende a ser intensiva em mão de obra. Essa intensidade foi observada no G5, responsável por apresentar a maior produtividade da terra em relação ao trabalho. Em média um hectare apresentou 0,71 de UTA total, 0,60 de familiar e 0,10 de assalariada. Essas médias são superiores às nacionais apresentadas recentemente por Guanziroli *et al.* (2011), que identificaram no ano de 2006 uma média de 0,12 UTA familiar por hectare e 0,01 de assalariada. Assim, os resultados encontrados no G5 demonstram que os territórios dessas unidades familiares, apesar de possuírem limitadas tessituras, que muitas vezes inviabilizam em parte a reprodução desses atores sintagmáticos, também apresentam elevada produtividade da terra, associada às intermediárias autonomia e eficiência camponesa, reemprego e autoconsumo e a grande diversidade organizacional.

Uma imagem territorial diferente foi observada nos territórios que compõem o G4. Esses apresentaram elevadas rendas e a mais alta produção de não ruminantes, a qual requer pouca quantidade de terra e, em grande parte, é cultivada nos quintais das unidades familiares. Vidal (2013) e Oliveira (2011) também identificam essas

produções em seus estudos específicos no semiárido do estado do Ceará e evidenciam que as mulheres das unidades familiares são as principais responsáveis pelos cuidados com aves e/ou suínos (animais não ruminantes). Vidal (2013) também ressalta que o trabalho com essa produção pode ser potencializado pela mulher da unidade familiar, tornando-o uma atividade que pode colaborar significativamente para a renda familiar. Portanto, no G4 a produção vegetal foi a principal, mas o trabalho com os não ruminantes se apresenta como uma forma secundária de garantir a subsistência familiar e, conseqüentemente, o fortalecimento do território. Isso não beneficia somente o território, pois, diante da elevada e diversificada produção, a unidade familiar é capaz de atender tanto às necessidades do seu território como à do mercado interno (local, regional ou nacional).

A diversidade na produção tem favorecido a reprodução dos atores sintagmáticos e demonstra que as formas e os tipos de criação animal e cultivo vegetal se diferenciam no interior do conjunto de relações de cada grupo de territórios. O G2 também exibiu uma das mais elevadas rentabilidades da terra (R\$ 5.365,61/ha) (Quadro 3). Guanziroli *et al.* (2011) discutem, ademais, essa relação e apresentam resultados de R\$ 416,50/ha para a região Nordeste e uma média nacional de R\$ 530,10/ha. Essa grande disparidade entre as médias apresentadas pelos autores e as exibidas pelo G2 está relacionada com o excelente aproveitamento da SAU dos territórios aglomerados nesse grupo que gerou uma das mais elevadas rendas.

De acordo com Guanziroli *et al.* (2011), o aproveitamento máximo da SAU é necessário porque as UFs não podem dar-se ao luxo de deixar áreas sem explorar; assim, esses atores as utilizam de diversas maneiras e com produções diversificadas. Portanto, a interação entre a energia e a informação nos territórios aglomerados no G2, assim como no G1 e G4, conseguiu ir além de seus objetivos, permitindo até mesmo a possibilidade de realização de investimentos na unidade familiar.

Tessituras, nós e redes

Ao se discutirem os atores sintagmáticos e suas relações socioeconômicas e produtivas, conseguiu-se, de maneira mais clara e objetiva, identificar os fatores que compõem imagens territoriais específicas.

Considerou-se então, para uma compreensão ao menos parcial das imagens territoriais, que o trabalho exercido pela família rural do distrito do Trici em Tauá é a principal ação e o ator sintagmático é a própria família, que cria, “delimita”, trabalha, produz e estabelece uma relação de poder, territorializando o espaço através do trabalho para se reproduzir por intermédio da natureza e dela extrair grande parte das suas fontes de subsistência. Portanto, compreende-se que os principais objetivos

que entrelaçam a energia e a informação nas unidades familiares em estudo são a subsistência familiar e, posteriormente, a comercialização do possível excedente como meio para adquirir outras mercadorias, igualmente necessárias à satisfação de necessidades (Oliveira, 2011). Como observado, entende-se a energia como todo o trabalho exercido e toda a sua capacidade de transformar a natureza (Marx, 1984) e a informação como um conjunto de conhecimentos, saberes e práticas exercidas ou adquiridas pelas famílias rurais, em função da subsistência familiar (Raffestin, 1993).

A combinação dessa energia e informação demonstra a relação de poder exercida; portanto, o poder que as famílias rurais exercem nos seus respectivos territórios está enraizado no trabalho e nas técnicas adquiridas com a experiência, que permitem aprimorar a base de recurso e a eficiência produtiva (*Idem*). Essas relações de poder, tal como previamente colocado, originam-se da associação do sistema de três subconjuntos estruturais, a saber: as tessituras, os nós e as redes. As tessituras, que correspondem à área de exercício do poder ou ao enquadramento deste, são compreendidas aqui como a superfície total das unidades familiares; os nós ou pontos simbolizam a posição/localização das unidades familiares no semiárido do distrito do Trici; a rede é a comunidade que se organiza via sindicatos, associações ou cooperativas, garantindo a comunicação e a troca de experiência entre os territórios. Juntos, esses elementos do espaço dão suporte à existência da unidade familiar, que é o próprio território. Interpretando esse conjunto de relações, encontram-se a origem e a dinâmica do poder e, conseqüentemente, o cerne da produção desse território.

Em suma, as relações estabelecidas entre os atores sintagmáticos, a terra e o poder permitiram a reprodução desses territórios e da ideia de agricultura familiar, mesmo que algumas regiões tenham apresentado limitações.

Considerações finais

À medida que os membros da família rural conseguem ampliar a renda, seu território é fortalecido e sua sustentabilidade aumentada, pois a renda extra é revertida em infraestrutura e em melhoramento das superfícies disponíveis e das produções, até mesmo daquelas que não têm influência relevante na produção total. As outras produções e a criação de animais não ruminantes apresentaram baixos resultados em todas as unidades familiares estudadas, portanto em todos os grupos de imagens territoriais; já a produção de pequenos ruminantes teve resultados superiores, porém com pouca influência na renda anual.

A análise permitiu identificar cinco grupos de imagens territoriais que possuem sistemas de relações produtivas diferentes, além de apresentarem conjuntos de relações que viabilizam a territorialidade e que dão conteúdo aos territórios. Portanto,

os resultados da análise de agrupamento possibilitaram compreender a imagem territorial e, conseqüentemente, a estrutura profunda desses territórios familiares.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. A. & NICHOLLS, C. I. (2002), "Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales". *Manejo Integrado de Plagas y Agroecología*, 64: 17-24.
- ALVES, C. L. B. & PAULO, E. M. (2012), "Mercado de trabalho rural cearense: evolução recente a partir dos dados da PNAD". *Abet*, 2 (11): 47-61.
- ANDRADE, V. de; LIMA, L. C. (2011), "Inovações técnicas da caprinocultura em Tauá no contexto da reestruturação socioespacial do Ceará". *Revista Homem, Espaço e Tempo*, 1: 67-85.
- ASABRASIL – ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. (2014), "Semiárido". Disponível em http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105, consultado em 19/6/2014.
- ANTONINO, A. C. D. *et al.* (2000), "Balanço hídrico em solo com cultivos de subsistência no semiárido do Nordeste do Brasil". *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, 4 (1): 29-34.
- ARAÚJO, J. C. *et al.* (2008), "Estudo socioeconômico sobre agricultores familiares produtores de queijo-de-coalho das comunidades do Junco, Tiassol e Taperá no município de Tauá, CE". Trabalho apresentado no XLVI Congress of the Rural Economy and Sociology Society, Rio Branco, Acre, Brasil.
- BACH, B. *et al.* (2003), "Economic analysis of different farming systems on the individual level in the Northeast of Brazil". In: GAISER, T. *et al.* (eds.). *Global change and regional impacts*. Berlim, Springer, pp. 359-374.
- CARON, P. & HUBERT, B. (2003), "Dinâmica de sistemas de pecuária". In: CARON, P. & SABBOURIN, E. (eds.). *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília, Embrapa/Informação Tecnológica, pp. 103-122.
- CHAYANOV, A. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- CORDONNIER, P. (1963), *Modelisation de l'exploitation agricole: études d'économie rurale*. Paris, Département des Relations Extérieures et Information de la Société des Pétroles Shell Berre.
- ELIAS, D. (2003), "Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense". *Mercator*, 2 (3): 61-69.
- FERNANDES, B. M. *et al.* (orgs.). (2009), *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo, Editora da Unesp.
- FRANÇA, C. L. de *et al.* (orgs.). (2002), *Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local*. São Paulo, Instituto Pólis.

- GOMES, M. C. (2010), *Canafistula: vida e esperança no sertão nordestino: estudo sobre a experiência de desenvolvimento local na organização socioeconômica do povoado de Canafistula, Apuiarés, CE*. Ceará, dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará (Uece).
- GUANZIROLI, C. E. *et al.* (2011), *Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.
- GUIMARÃES FILHO, C. (2005), “Diagnósticos, capacitações e projetos-piloto em apoio ao desenvolvimento territorial”. Trabalho apresentado no I Fórum Regional de Economia Agrícola. Petrolina, Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural (Sober).
- HAESBAERT, R. (2001), “Da desterritorialização e multiterritorialidade”. Rio de Janeiro. *Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Anpur, n. 3.
- HEREDIA, B. M. A. de. (1979), *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLANDA JUNIOR, E. V. (2006), *Sistemas de produção de pequenos ruminantes no semiárido do Nordeste do Brasil*. Sobral, Embrapa Caprinos.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), “Produção agrícola municipal: lavoura temporária”. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=23&idtema=100&codv=V124&order=dado&dir=desc&lista=uf&ustom=>, consultado em 19/6/2014.
- _____. (2010), “Censo demográfico 2010”. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>, consultado em 19/6/2014.
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2014), “Perfil básico municipal”. Disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Taua.pdf, consultado em 1/11/2015.
- _____. (2010), “Perfil básico municipal”. Disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2010/Taua.pdf, consultado em 19/6/2014.
- _____. (2011), “Perfil básico municipal”. Disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Taua.pdf, consultado em 19/6/2014.
- LIMA, L. C. *et al.* (2011), *Os novos espaços seletivos no campo*. Fortaleza, Eduece.
- LOPES, E. S. A. (2009), “A pluriatividade na agricultura familiar do estado de Sergipe”. In: LOPES, E. S. A & COSTA, J. E. da (orgs.). *Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste*. Aracaju, Edufs, pp. 103-186.
- MANESCHY, M. C. & KLOVDHAL, A. L. (2007), “Redes de associações de grupos de camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social?”. *Redes, Revista Hispano para el Análisis de Redes Sociales*, 4 (2).
- MARX, K. (1984), “Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana”. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx & Engels*. São Paulo, Ática.
- MENEZES, A. J. A. (2002), *Análise econômica da produção invisível nos estabelecimentos agrícolas*

- familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranheira, Município de Nova Ipixuna, Pará*. Pará, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará.
- NEUMANN, P. S. & SILVEIRA, P. R. (2000). "A capacidade de reprodução de agricultores familiares na região de Santa Maria/RS". *Anais do Congresso Mundial de Sociologia Rural*, n. 38, cd-rom.
- NORDER, L. A. C. (2014), "Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)". *Revista Nera*, 17 (24): 133-145.
- OLIVEIRA, A. M. (2011), "Produção camponesa e sustentabilidade no campo: unidade camponesa em assentamentos no Ceará". In: SILVA, E. V. da *et al.* (orgs.). *Planejamento ambiental e bacias hidrográficas*. Fortaleza, Edições UFC, pp. 129-157.
- PLOEG, J. D. V. (2009), "Sete teses sobre a agricultura camponesa". In: PETERSON, P. (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, AS-PTA, pp.17-32.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- RATZEL, E. (1988), *Géographie politique*. Paris, Difusion Economique.
- RODRIGUES, I. V. (2006), *A propensão à desertificação no Estado do Ceará: análise dos aspectos agropecuários, econômicos, sociais e naturais*. Fortaleza, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará.
- ROGERSON, P. A. (2012), *Métodos estatísticos para geografia: um guia para o estudante*. 3. ed. Trad. P. F. B. Carvalho e J. I. R. Rigotti. Porto Alegre, Bookman.
- SACK, R. (1986), *Human territoriality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SANTOS, M. A. (1997), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo, Hucitec.
- SCHNEIDER, S. (2003), *Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre, UFRGS.
- SHANIN, T. (2008), "Lições camponesas". In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, Expressão Popular, pp. 23-48.
- SOUSA, I. S. *et al.* (2005), "Manejo agroecológico de árvores algodoeiras: uma alternativa para famílias rurais de pequena dimensão no semiárido do Ceará". *Revista Ceres*, 52 (303): 787-809.
- SOUZA NETO, J. *et al.* (1995), "Análise socioeconômica da exploração de caprinos e ovinos no Estado do Piauí". *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, 30 (8): 1017-1030.
- TOURRAUND, J. F. *et al.* (1993), *Pesquisa sobre sistemas de produção no semiárido: o caso do município de Tauá-Ceará*. Sobral, Embrapa Caprinos.
- VIDAL, D. de L. (2010), "Diversidade forrageira na região semiárida do Ceará, Brasil: componentes estruturais". *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 105 (573-576): 53-61.
- _____. (2013), "Work division in family farm production units: feminine responsibilities typology in a semi-arid region of Brazil". *Journal of Arid Environments*, (97): 242-252.
- VIDAL, D. de L. & ALENCAR, J. V. de O. de. (2009), "Diferenciação camponesa na depressão sertaneja semiárida do Ceará". *Revista Nera*, 15 (12): 106-135.

Resumo

Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro

O crescente interesse em dinâmica da (re)produção familiar advém sua importância para o desenvolvimento do setor agrário brasileiro. Para a compreensão da dinâmica do território familiar no semiárido brasileiro o estudo englobou 96 unidades familiares (UFS) de seis comunidades rurais (Tauá-CE). Variáveis e análises que apreendessem atributos da dinâmica socioeconômica das UFS como reflexo da capacidade dos atores sintagmáticos de transformar a natureza por meio de relações produtivas foram realizadas. Identificaram-se grupos de imagens territoriais que possuem sistemas de relações produtivas diferentes e que viabilizam a territorialidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Imagens territoriais; Dinâmica socioeconômica.

Abstract

Territorial reality of rural households in the Brazilian semiarid

The growing interest in the dynamics of family (re)production comes from of this importance to the development of the Brazilian agricultural sector. In order to proposing some parameters for understanding the dynamics of semiarid Ceará familiar territory, the study included 96 households from six Communities (municipality of Tauá-CE). Indicators and analyzes which seize the socioeconomic dynamics of the households and reflecting the ability of syntagmatic actors to transform nature through productive relationships were elaborated. "Groups of Territorial Images" that have diverse productive relations systems were identified.

Keywords: Family Farming; Territorial images; Socioeconomic dynamics.

Texto enviado em 24/10/14 e aprovado em 24/3/15. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.105992. Déa de Lima Vidal é professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará (Uece), onde coordena o Laboratório de Estudos em Sistemas Agrários Semiáridos (Lesisa), e docente permanente na linha de pesquisa em Desenvolvimento Sustentável do Mestrado Acadêmico em Logística e Pesquisa Operacional (Geslog) da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: dea.vidal@uece.br. Daniel Paraguay Alves Santos é bacharel em geografia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). E-mail: lesisa2008@gmail.com.

Fazer visíveis as perdas

Morte, memória e cultura material¹

Sandra Patricia Arenas Grisales

Introdução

Os processos de luto, morte e lembrança são culturalmente constituídos, socialmente compartilhados e expressam uma ampla diversidade de valores sociais e significados culturais. A vida e a morte encontram proximidade através de objetos e lugares, isto é, formas de expressão da lembrança que se inscreve como narrativa e sentimento (Hallam e Hockey, 2001). A vida social das pessoas pode persistir, além da morte, nos objetos materiais que são metáforas e metonímias associadas à criação da memória. Os objetos, assim, são o veículo para a comemoração, o elo entre a vida e a morte (*Idem*).

Nas últimas três décadas é cada vez mais frequente a criação de memoriais ou altares vinculados a eventos traumáticos, mortes violentas ou de pessoas consideradas vítimas. Os altares costumam ser construídos no local onde aconteceram as mortes e contêm objetos que de alguma forma representam, simbolizam e expressam uma dor coletiva. Exemplos disso são os altares criados na saída da boate Kiss em Santa Maria, RS, em 2013; na Escola Tasso da Silveira, em Realengo, RJ, em 2011; nos atentados do 9/11 em Nova York, em 2001; na estação de Atocha, na Espanha, em 2004; na chacina de Columbine High School em 1999. Mais recentemente pode-

1. Este artigo baseia-se na tese de doutorado *Os vaga-lumes da memória: altares espontâneos e narrativas de luto em Medellín-Colômbia* (Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014).

ríamos mencionar os altares criados após a chacina na redação do semanário francês *Charlie Hebdo*, em 2015. Na mesma linha, as cruzes erigidas ao longo das estradas para marcar os lugares onde aconteceram acidentes fatais de trânsito; os “altares espontâneos” na Irlanda para lembrar as vítimas da violência política; ou, ainda, os altares erigidos na Itália para lembrar as vítimas da máfia, entre outros (Margry e Sánchez-Carretero, 2011)

Este artigo analisa a criação desse tipo de “altar espontâneo” em Medellín, na Colômbia, para entender as formas de expressão da memória em contextos de violência prolongada, como é o caso de Medellín². O objetivo é identificar os usos políticos da memória – como resistência política nos espaços do cotidiano, do íntimo, do familiar ou do comunitário. Para isso, retomamos o conceito de “altares espontâneos” usado por Jack Santino (2011): rituais públicos de luto diante de mortes inesperadas e consideradas injustas. Os altares são, a um só tempo, formas materiais de conservar a memória dos fatos, expressão pública das emoções e demanda por mudanças sociais e pelo reconhecimento da dor. Busca-se dar às emoções um lugar na esfera pública e reivindicar o reconhecimento do dano e da injustiça por parte de colegas, vizinhos e amigos.

Os altares, como uma expressão pública do luto, têm um forte potencial político, no sentido dado por Das (2008a), Certau (2000) e Scott (2000), revelado no retorno ao cotidiano, nas pequenas ações políticas, quase inapreensíveis, táticas, invisíveis e intermitentes.

A memória em contextos de violência prolongada

A Colômbia vive nas últimas seis décadas um conflito armado, o mais prolongado do continente. Sem um início claro, suas raízes podem ser identificadas em contendas antigas do século XIX e nas primeiras décadas do XX, nas confrontações entre os partidos políticos e nas lutas pela terra (Arenas Grisales, 2013). Trata-se de uma guerra profundamente degradada. O alvo, em lugar dos próprios combatentes, tem sido a população civil, de tal modo que uma de suas principais características é a sevícia contra as vítimas. Segundo dados do Centro Nacional de Memória His-

2. Tomamos este conceito de Adriana González Gil (2009). Segundo a autora, antes que identificar o tipo de violência, trata-se de examinar os contextos em que ela se instala. Gil procura o elemento subjacente ou anterior ao fato violento em si, seu vínculo com o desenvolvimento da sociedade e seu papel nas relações sociais. Assim, a violência faz parte tanto do processo de configuração do Estado social moderno como das formas sutis de controle e vigilância através da utilização da coerção e de aparelhos disciplinadores. Portanto, a violência não é um fato pontual, mas um fato social vinculado à política, à economia, às representações e aos imaginários sociais.

tórica³, houve 220 mil vítimas fatais entre 1958 e 2012, além dos deslocamentos forçados, dos desaparecidos e das vítimas de outras tantas formas de violações aos direitos humanos (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013). O Estado tem pouca autonomia e legitimidade questionada por grupos de guerrilheiros, narcotraficantes, mercenários, paramilitares e grupos de justiça privada. A presença do conflito armado é diferencial no território colombiano, pois algumas regiões desfrutam de relativa estabilidade, enquanto em outras a incidência de confrontos é intensa e constante. Os indivíduos armados podem estabelecer alianças transitórias ou combates, dependendo em boa medida dos interesses econômicos e das dinâmicas de cada região.

O conflito armado na Colômbia tem sido tão complexo e prolongado, com tantos e tão diversos atores implicados e com expressões tão díspares no território, que não se espera uma saída fácil para a situação. Hoje, a reconstrução da memória em meio ao embate apresenta-se igualmente conflitante. Pela primeira vez, as vítimas foram convocadas para fazer parte da mesa de diálogo em Havana, Cuba, entre representantes do governo e guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para definir os pontos de um acordo de paz. Mas, na Colômbia, discute-se acaloradamente sobre quais temas deveriam ser debatidos ali e quem deveria estar presente, se os representantes das vítimas da guerrilha e dos crimes de Estado ou os representantes das vítimas dos paramilitares. As lutas pela memória estão, portanto, no primeiro plano da discussão.

Até pouco tempo, na mídia, as narrativas de memória que ganhavam visibilidade e reconhecimento eram as dos perpetradores, que buscavam legitimar seu poder. Mais recentemente, organizações sociais, ONGs, universidades e centros de pesquisa têm se empenhado com sucesso para que a memória das vítimas tenha um espaço na esfera pública. Mas não se trata de uma memória homogênea nem em seus usos, nem em seus conteúdos, o que corrobora para seu confinamento no âmbito privado ou de pequenos grupos. Por conseguinte, a memória tem sido transmitida através de redes de sociabilidade afetiva ou política, guardada em estruturas de comunicação informal, invisíveis à sociedade: são memórias subterrâneas (Pollak, 1992; 2006; 2010). Assim, pessoas que perderam entes queridos encontraram formas criativas, cotidianas e simples de conservar a memória, de expressar publicamente seu sentimento de luto.

Mas que tipo de memória pode surgir em um contexto de violência prolongada como o vivido na Colômbia, em especial em Medellín? A capital do estado de Antioquia, uma das mais importantes do país em termos econômicos, tem sido fortemente

3. Doravante, os nomes próprios conservam a ortografia do espanhol.

golpeada pela violência. Ainda que essa situação esteja influenciada pelo conflito armado nacional, os conflitos urbanos geradores de tal violência estão determinados por lógicas de conflitos preexistentes, derivados de fenômenos como o narcotráfico, a formação de bandos criminosos e de grupos de autodefesa, além das condições sociais e econômicas desiguais. Quer dizer, certamente há uma articulação entre o conflito armado nacional e sua expressão local; porém, é necessário destacar que os conflitos urbanos na cidade de Medellín estão arraigados em um complexo enredo preexistente ao conflito político nacional (Blair Trujillo *et al.*, 2008).

Medellín viveu na década de 1980 sob o controle do narcotráfico e dos bandos criminosos associados a ele; ao final dessa década, surgiram as milícias populares de autodefesa, algumas ligadas às guerrilhas das Farc, do Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN) e do Movimento 19 de Abril (M-19), concorrendo ou cooperando no controle territorial com bandos organizados. Na década seguinte, veio à tona o domínio paramilitar exercido, primeiro, pelo grupo Bloque Metro e, posteriormente, pelo Bloque Cacique Nutibara, associados a bandos criminosos e complexas organizações criminais chamadas de “oficinas”, em uma intrincada rede de alianças, cooptações e eliminações que demonstram o caráter transitório do domínio (Alonso Espinal *et al.*, 2006).

No centro da luta pelo domínio territorial e econômico esteve sempre a população, em meio ao que Vilma Franco (2003) denomina “círculos de liberação e opressão”. No enfrentamento entre os grupos, o vencedor parecia “libertar” os cidadãos do controle de outro grupo, mas rapidamente reproduzia os mesmos mecanismos de controle, voltando a fechar o círculo. Os habitantes tiveram que se adaptar à presença de um ou outro bando, cada um dos quais prometendo segurança. O bando hegemônico passava a exercer domínio político, econômico e social, expressado na extorsão e na cobrança de impostos, na imposição de leis e normas sociais e de castigos arbitrários para aqueles que descumprissem as normas (Gil Ramírez, 2010).

Ainda que o processo de desmobilização dos grupos paramilitares durante o governo de Álvaro Uribe Vélez tenha tentado apagar os traços que caracterizam uma cidade em guerra, os conflitos urbanos permanecem até hoje; apenas foram rearranjadas as estratégias e seus atores. Os habitantes dos bairros passaram a ser intimidados e ameaçados; o terror substituiu as armas, apresentando uma eficácia simbólica que define o ritmo dos habitantes na cidade (Sánchez Medina *et al.*, 2002; Riaño Alcalá, 2006; Berrío Puerta *et al.*, 2011). Os atores armados mudam, no entanto suas práticas são análogas, deixando marcas no cotidiano e nas relações de convivência entre os habitantes.

Porém, é preciso reconhecer as diversas formas de resistência diante do domínio dos grupos armados, sejam eles institucionais, contrainstitucionais ou parainsti-

tucionais. Como afirma Uribe de Hincapié (2006), tal domínio não consegue se impor, uma vez que a população sempre encontra formas de resistência – abertas, desafiantes, rebeldes ou sutis, invisíveis, não públicas –, uma variedade de ações coletivas pelas quais expressam sua inconformidade. Ainda que não constituam um desafio explícito, elas expressam um questionamento implícito ao poder arbitrário, excludente e autoritário.

A análise quase que individual dos sujeitos golpeados pela violência e das maneiras como eles tentaram se expressar e resistir nos permitirá compreender as intrincadas articulações entre memória, luto, biografia e processos políticos mais abrangentes (Carsten, 2007). Cruzes, virgens, placas comemorativas, grafites e murais, denominados aqui de “altares espontâneos”, são formas de materialização da memória por meio de objetos criados para marcar o espaço, lembrar a perda e a dor sentida. Foram analisados quatro casos na cidade de Medellín. Quase invisíveis para o olhar inadvertido, esses altares são os vestígios da violência vivida na cidade. Faremos a seguir uma breve descrição desses casos.

Na parte posterior da igreja Santo Domingo Savio, na região nordeste de Medellín, há um mural com mais de 380 nomes de pessoas assassinadas, construído em outubro de 2005 por iniciativa do sacerdote Julián Gómez junto com ex-militantes do Bloque Cacique Nutibara e ex-milicianos do bairro. Entre os nomes incluídos no mural estão os vizinhos que morreram em confrontos entre grupos armados, por balas perdidas, por cruzar fronteiras invisíveis, entre outras circunstâncias. Porém, também estão escritos nomes de homens e mulheres que participaram ativamente desses grupos e que, em alguns casos, foram responsáveis pelo assassinato de vizinhos. O mural incitou discussões sobre quem merece ser reconhecido como vítima e que vidas devem ser lembradas; também sobre a possibilidade ou impossibilidade de reconhecimento do dano e a vulnerabilidade como elemento comum (Figura 1).

No dia 10 de fevereiro de 2005 – em meio aos protestos liderados por um grupo de estudantes contra a assinatura do Tratado de Livre Comercio (TLC) entre a Colômbia e os Estados Unidos –, as estudantes Paula Andrea Ospina e Magaly Betancur foram gravemente feridas e, posteriormente, morreram devido à explosão de substâncias usadas para a elaboração de explosivos. Pouco depois disso, Teresa e Rosana⁴, colegas de Paula, fizeram um grafite em um dos muros da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nacional, em Medellín, para lembrar o trágico acontecimento: em cada extremidade aparece o rosto das jovens e duas borboletas; no centro, a frase: “Todo es un respiro, nada es lo que fue, solo está su canto, Paulandrea y Magaly, como

4. Os nomes foram alterados por solicitação das entrevistadas.



Figura 1. Mural com mais de 350 nomes de pessoas assassinadas no bairro Santo Domingo Savio, Medellín. Foto de Sandra Patricia Arenas Grisales.



Figura 2. Grafite em homenagem a duas estudantes mortas durante um protesto, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nacional, Medellín. Foto de Diego Arango.



Figura 3. Altar em homenagem aos jovens assassinados em uma chacina no bairro La Mllagrosa, Medellín. Foto de Diego Arango.



Figura 4. Calvário a Robim Asmed Sánchez, assassinado pelos paramilitares no bairro La Libertad, Medellín. Foto de Sandra Patricia Arenas Grisales.

una música en el claro tímpano de nuestra memoria. Feb. 18 de 2005. Est. UN”. Há nesse trabalho um esforço para evitar que o silêncio tomasse a forma do rumor e da mentira, já que elas foram acusadas pelas autoridades de serem guerrilheiras. O grafite cria, pois, uma outra memória, devolvendo dignidade às duas jovens (Figura 2).

Na madrugada do dia 27 de dezembro de 1992, no contexto da guerra entre o narcotraficante Pablo Escobar e o governo colombiano, no bairro La Milagrosa, região leste da cidade, seis pessoas foram assassinadas por um comando armado. Na esquina onde ocorreu a chacina, familiares e vizinhos criaram um altar em sua homenagem: sobre uma base pintada de azul encontra-se Nossa Senhora Auxiliadora; abaixo, uma placa com os nomes das vítimas, a data da morte e a legenda “Descansad en la paz del señor” (Figura 3).

Tanto o mural como o grafite evidenciam as fraturas sociais que a violência e a reação diante dela geraram nessas comunidades. O não reconhecimento do sofrimento vivido e a necessidade de admitir a própria vulnerabilidade para assim sentir a dor dos outros fazem parte dessa narrativa do luto que esses trabalhos provocam. Nesses casos, estamos diante dos conflitos das memórias construídas sobre o passado. A possibilidade da reconstrução da comunidade política dependerá da aceitação e do reconhecimento dessa diversidade. Em La Milagrosa estamos, pelo contrário, diante de uma comunidade afetiva construída após enfrentar o terror de uma chacina. O altar é, neste caso, a lembrança de um evento que desfez os critérios de compreensão do mundo dessa comunidade. Porém, é também a evidência de sua capacidade para reconstruir as estruturas de sentido.

Por último, no altar construído para Robin Asmed Sanchez, veremos o esforço realizado por Carmen para manter viva a memória do filho: durante mais de dez anos ela tem cuidado do calvário. Estamos diante de uma mãe que viu morrer seu filho assassinado por integrantes de grupos paramilitares. Carmen mostra como, após o assassinato, ela reconstruiu seu mundo através do descenso ao cotidiano. Não é num ato de fala desafiante ao poder, mas no trabalho cotidiano da reparação que ela mantém viva a memória do filho (Das, 2008a). Mais que reivindicar justiça, ela deseja assinalar a perda, buscando reconhecimento (Figura 4).

“Altars espontâneos”: narrativas de luto e formas de resistência

Qual é a diferença entre esses “altars espontâneos” e os monumentos e memoriais? Se o tema é a relação entre lugar e memória, o nome de Pierre Nora (2009) aparece como referência obrigatória.

Conforme Nora, os lugares da memória têm um triplo significado: são lugares materiais e podem ser apreendidos pelos sentidos; são lugares funcionais, pois são a

base das memórias coletivas; e são lugares simbólicos, pois expressam a identidade coletiva. Trata-se de construções, produto de processos sociais nos quais se expressam os conflitos pela imposição ou pela reivindicação de memórias. A comunidade a que se refere o autor em seu livro é a nação francesa. A ligação desses lugares era com a memória da nação. Trata-se de uma perspectiva que privilegia a longa duração, a coesão social e o consenso (Lifschitz e Arenas Grisales, 2012).

Mas o século XX também foi testemunha do surgimento de lugares de memória que procuravam chamar a atenção, lembrar, educar e reclamar justiça sobre eventos dolorosos vividos pela sociedade em seu conjunto ou por grupos sociais concretos. Lugares de memória que, em vez de unificar, marcavam as diferenças, a dor vivida por uns e infligida por outros, muitos deles seus próprios concidadãos. Aleida Assmann (2011) define esse espaço como “local traumático”. Enquanto os lugares de memória estão carregados de uma narrativa heroica sobre o passado e buscam legitimar uma história, os locais traumáticos caracterizam-se pela impossibilidade de se narrar a história. Segundo a autora, essa narrativa está bloqueada pela pressão psicológica do indivíduo ou pelos tabus sociais da comunidade.

Assim como os sobreviventes dos campos de concentração, em muitos dos países que, no século XX, sofreram guerras civis, *apartheid* e ditaduras, realizaram-se processos de monumentalização dessas memórias, não isentas de contradições e paradoxos. O monumento aos Sete de Gugulethu, na África do Sul, rememora o assassinato de sete jovens por parte das forças de segurança e esquadrões da morte na comunidade segregada de Gugulethu. Na construção do monumento de pedra feito para reparar simbolicamente as vítimas, não levaram em conta as opiniões da família ou da comunidade. Talvez por isso o monumento não tenha reconhecimento algum por parte dos diretamente implicados com as vítimas. Nesse fato evidencia-se o fracasso da escuta, a falta de consulta como uma metáfora e uma institucionalização do silêncio (Castillejo Cuéllar, 2009).

Os países da América do Sul, por sua vez, criaram espaços de memória em homenagem aos mortos e aos desaparecidos no regime militar (Jelin e Langland, 2003). Ainda que muitos deles tenham sido criados por iniciativa de organizações sociais e de familiares das vítimas, Shindel (2009, p. 70) chama a atenção para os debates e os conflitos que esses empreendimentos de memória geraram.

Como se pode observar nesses exemplos, o processo de monumentalização contém em si mesmo a legitimação de uma narrativa histórica em um momento determinado. Pretende-se criar uma memória relativa aos fatos vividos por uma sociedade ou comunidade em particular. Seja por parte do Estado, seja por parte de grupos que se contrapõem à versão oficial, construir um monumento e instalá-lo em um lugar público significa o desejo de criar uma narrativa de legitimação

(Connerton, 2012). Porém, o processo de identificação da memória com o local não é evidente, pois implica um complexo entrelaçamento de recordação, esquecimento e produção de contramemórias.

Neste trabalho, nosso interesse volta-se para outro tipo de narrativas da memória. Concordamos com Elsa Blair (2011) quando propõe “(des)estatalizar las memórias”, ou seja, desligá-las dessa esfera de legitimidade do poder estatal ou de grupos sociais hegemônicos, criando um cenário de onde emergem outras formas de expressão da memória. Isso permite que as iniciativas de memória expressas na forma de “altares espontâneos” revelem seu potencial político. Trata-se de localizar o poder na escala do micro e legitimá-lo na esfera do público, muito além do institucional-estatal.

Segundo Jack Santino (2011), os “altares espontâneos” (*spontaneous shrines*) situam-se entre a comemoração e o ativismo social. Eles são uma forma de ação social não institucional, que tem como objetivo chamar a atenção para o que aconteceu e incitar para a ação no sentido de expressar indignação e evitar que aconteça de novo. Surgem quando as mortes de alguma maneira são sentidas como próprias por uma comunidade, criando mecanismos de elaboração do luto no espaço público.

Na construção desses altares utilizam-se diferentes elementos da cultura material. Em alguns casos, trata-se de símbolos religiosos, mas que transcendem o significado ritual para adquirir importância política (Doss, 2006). São percebidos como formas de materialização do luto público, no qual morte e vida encontram proximidade na mediação dos objetos materiais (Margry e Sánchez-Carretero, 2011).

A principal característica desses altares é o fato de serem construídos de forma espontânea. Santino usa a expressão para destacar a natureza não oficial do fato, isto é, sua realização não está vinculada ao Estado ou a outras instituições, como a igreja, os sindicatos ou as organizações sociais. A espontaneidade não tem o sentido de algo frívolo ou impulsivo, mas significa automotivação das pessoas envolvidas, o desejo de participar ou contribuir na criação da memória. Não há um dever formal, só um compromisso ético idiossincrático ou de responsabilidade.

Os altares problematizam a separação entre a dor sentida pela pessoa diretamente afetada e o sentimento de luto coletivo; entre memória individual e memória coletiva, entre privado e público. Ao considerar como injusta uma morte, ao pensar que é necessário fazer algo para que isso não aconteça novamente, que a morte não é um problema privado, mas coletivo, estamos diante do uso memorial do espaço público, transformando o lugar da morte em um cenário para a expressão e a ritualização do luto (Sánchez-Carretero, 2011).

Nos casos analisados na cidade de Medellín, os altares destacam os nomes das pessoas assassinadas, e sua materialidade alimenta a memória e constrói um sentido em torno da pessoa ausente (Hallam e Hockey, 2001). O nome é uma forma de tornar

visíveis as vítimas e individualizar as perdas. Visibilidade no sentido de recuperar a vítima do anonimato das estatísticas sobre mortes; individualização no sentido de mostrar que essas pessoas tinham família, amigos, colegas, enfim, uma história. Há aí o desejo de revelar como a morte criou uma onda expansiva de danos e dilacerou a vida dos que faziam parte dessa história.

Nos casos analisados por Margry e Sánchez-Carretero (2011), Doss (2002; 2006), Grider (2011) – nos Estados Unidos – e Birman e Leite (2004) – no Brasil –, a mídia teve papel central para difundir os fatos, mostrar as razões que levaram à feitura do altar e as reivindicações de seus criadores, indicar os responsáveis pelos assassinatos e pedir justiça. Nos casos que apresentamos aqui não existe a presença de qualquer meio de comunicação; por isso, o silêncio parece envolvê-los. Apenas o interesse de “outro” em saber o que aconteceu é que faz com que a narrativa seja expressa.

No contexto de criação dos altares em Medellín, a violência não dava espaço para as palavras. Falar, reclamar ou reivindicar era perigoso. Porém, o que esses altares mostram são as múltiplas formas que a expressão da memória pode assumir. O silêncio que os rodeia é, na verdade, uma narrativa à espera do momento propício para a escuta, como Pollak (2006; 2010) nos lembra. Esta pesquisa evidenciou como os altares estavam carregados de uma narrativa de luto compartilhada por vizinhos, amigos, familiares, colegas e transmitida nos espaços do bairro, da casa, da universidade.

Eles geram respostas emocionais, dando-lhes agência ou capacidade de agir na forma de percepções e relações sociais. A virgem de La Milagrosa e o calvário a Robin Asmed Sanchez são cuidados por pessoas que não estão dispostas a permitir que o significado original de sua criação seja esquecido. Se alguns foram elaborados sem uma intenção de permanência, ou seja, poderiam ser facilmente apagados, ainda hoje se conservam. Isso acontece porque seu significado original não se perdeu ou porque ganhou novos valores; enquanto existir alguém interessado em lembrar o acontecido, eles terão uma forte capacidade de agência.

Os “altares espontâneos”: expressão de memória e resistência

Como foi dito no início, os “altares espontâneos” foram criados como resposta a ações violentas de grupos armados ou a eventos considerados catastróficos para seus criadores. Não se trata de iniciativas de memória em um contexto de pós-conflito ou de transição democrática, como aquelas citadas anteriormente. Estamos falando de sujeitos que estavam no meio de confrontos armados ou ações violentas. Não são acontecimentos isolados ou circunscritos no tempo e no espaço; os testemunhos revelam como, durante anos, eles estiveram submetidos a diversas formas de coação e

enfrentaram situações de violência prolongada. Devemos perguntar-nos pelo sentido político inerente a essa expressão da memória.

Apoiamo-nos em Veena Das (2008b) para dar esse giro na mirada sobre a violência. A autora acredita que apesar das possíveis assimetrias de poder inscritas no contexto, as pessoas não ficam passivas diante da situação; ao contrário, elas têm uma forte capacidade de agência. Segundo Das (1995), no esforço por voltar à cotidianidade depois de um “acontecimento crítico”⁵, evidencia-se o valor daqueles que se sobrepõem ao sofrimento⁶, os quais, por sua vez, se apropriam das marcas deixadas pela violência e as ressignificam. O retorno ao cotidiano pode ser uma forma de se lidar com a dor, e nesses casos o não dito é uma maneira de apropriar-se dela e uma estratégia de agenciamento: pensar o registro do cotidiano para redimir a vida; criar novamente um “eu” para reocupar o espaço da devastação (Das, 2008b).

Há mães que diante da morte ou desaparecimento do filho lutam, organizam-se, saem às ruas, procuram os mecanismos legais para obter justiça, buscam infatigavelmente respostas⁷. Mas há também aquelas que, como dona Carmen, constroem e cuidam por anos de um calvário, onde estão os restos do corpo do filho, como representação do pesar e de sua perda. Os vizinhos do bairro La Milagrosa utilizaram os rituais religiosos tradicionais de luto, como as novenas, as missas mensais e anuais, para lembrar a chacina de 1992. Para eles, o ritual de luto tinha outros significados além dos religiosos: dignificar os mortos, mostrar para a sociedade que aquelas mortes tinham sido injustas, que aquilo não deveria ter acontecido e que era preciso evitar que acontecesse de novo. A virgem não seria só um ícone religioso no bairro, mas estava ali representando uma injustiça e um fato traumático para a comunidade. Esses são, para nós, exemplos daquilo que Das denomina como agência no cotidiano: “En lugar de buscar una agencia en los momentos grandiosos y transgresores de la historia, es en los libretos cotidianos de la resistencia donde debe ubicársela” (Das, 2008b, p. 317).

O testemunho dos sobreviventes, aqueles que falam em nome de outros, pode ser mais bem explicado no contraste entre o dizer e o mostrar (Das, 2008b). Existem ações tão violentas que são inenarráveis: continuar com a vida e reconstruí-la apesar

5. Na noção de *critical event*, expressão traduzida por Francisco Ortega como “acontecimento crítico” (Ortega Martínez, 2008), Das retoma o conceito do historiador François Furet para designar eventos que transformam completamente a situação anterior, instituindo uma nova realidade. Trata-se de momentos que desestabilizam os contextos e geram novas situações. Os critérios com os quais o mundo era conhecido e percebido desaparecem, e uma nova realidade surge sem que haja elementos para sua compreensão.

6. Veena Das, Arthur Kleinman e Margaret Lock definem o sofrimento como “el ensamblaje de problemas humanos que tiene sus orígenes y consecuencias en las heridas devastadoras que las fuerzas sociales inflingen a la experiencia humana” (*apud* Ortega Martínez, 2008).

7. Ver Birman *et al.* (2004) e Vianna e Farias (2011).

de tudo, digerir esse conhecimento envenenado, tudo isso é um compromisso com a vida que evidencia as fronteiras daquele contraste.

Os casos analisados situam-se justamente nesse espectro. Alguns altares no momento em que foram criados tiveram uma narrativa publicamente construída e debatida, ainda que albergassem o silêncio e o medo, como no caso do mural de Santo Domingo Savio e da Virgem de La Milagrosa. Em outros casos, foi o próprio silêncio – a conexão íntima com o sofrimento e a perda – que levou à elaboração de altares, como é o caso do calvário de Robin e o grafite em homenagem a Paula Andrea e Magaly. Mas sem exceção, a narrativa desses altares está implícita, e quem quiser saber o que aconteceu terá que perguntar. Eles marcam o lugar, evidenciam uma perda, mostram, mas não falam. Só um espectador atento e um ouvinte interessado poderão saber o que aconteceu ali.

Tais ações poderiam ser consideradas táticas, no sentido dado por Michel de Certeau (2000). Das e Certeau acreditam que a complexa relação entre agência e estrutura, subjetividade e objetividade, ocorre no cotidiano. Se, para eles, as causas e as origens da violência se encontrarem nas estruturas econômicas e institucionais, certamente a ação humana acontece nesse campo de relações de poder, o que não significa que ela seja sobredeterminada por ele.

Certeau analisa as maneiras particulares pelas quais cidadãos comuns, em face do exercício do poder, recebem, vivem, transformam e resistem; como se constituem em agência da sua própria vida. Segundo o autor, os sujeitos encontram pequenas e cotidianas maneiras de agir, procedimentos mudos que organizam a ordem sociopolítica. Nos casos analisados aqui, estamos diante de indivíduos e comunidades confrontados a poderes impostos pelas armas ou pelo medo, mas, ainda assim, eles encontram formas de se manifestar que não passam por estratégias de mobilização política para reivindicar justiça ao Estado e a suas instituições; apropriam-se, em contrapartida, de práticas de resistência que não chamam a atenção de quem detém o poder, apoiados em comunidades afetivas para alcançar reconhecimento e manter viva a memória dos fatos. Nada mudou na correlação de forças, mas essas narrativas de luto sobrevivem até hoje, superando até mesmo narrativas hegemônicas.

Reconhecer a astúcia, a criatividade e a diversidade dessas práticas é admitir seu potencial político; é levar em consideração a dignidade da pessoa que se nega a ser reduzida à lógica do mais forte. Em cada um dos casos que analisamos é evidente a ação tática dos sujeitos. Os vizinhos que constroem um altar na esquina do seu quarteirão para lembrar a morte dos familiares e amigos não realizam um ato deliberado de oposição ao poder dos bandos ou das milícias. Eles assinalam a perda e reclamam o lugar da devastação. No convite anual para assistir à cerimônia litúrgica justamente no lugar onde construíram o altar, talvez se expresse a necessidade de

reparar o laço social destruído pela violência ou a necessidade de mostrar que o sofrimento não é só da família, é coletivo, faz parte da comunidade.

Entendemos que nessa expressão pública do sofrimento e no retorno à vida cotidiana há um forte conteúdo político. Cada um dos casos revela as formas distintas que esse tipo de ação adquire: desde um grupo de vizinhos que cria um memorial tornando públicos seus sentimentos, suas contradições, sofrimentos e percepções de injustiça, reclamando por dignidade, até uma mãe que solitariamente cria um altar para o filho e se apropria do lugar da morte ou as estudantes que marcam com seu grafite uma parede da universidade para impedir que o esquecimento vergonhoso se imponha.

Como interpretar então essas expressões de memória que hoje nos surpreendem por sua quantidade e variedade? Se é comum dizer que a Colômbia é um país sem memória, como explicar as evidências nas ruas do contrário? Podemos continuar afirmando que se trata de uma sociedade que não reage diante de graves acontecimentos? Não há dúvida de que essas manifestações refletem uma ação política – a “infrapolítica dos desvalidos” (Scott, 2000) –, só que não é algo imediatamente apreensível.

Em sintonia com Certeau, James Scott afirma que os grupos subordinados produzem um discurso oculto – que normalmente ocorre em um espaço social determinado, com um conjunto de atores e com uma ampla gama de práticas a serem desveladas –, crítico ao poder do dominador. Eles encontram formas de disfarçar o conteúdo das críticas, fazendo-as passar por inocentes ou inofensivas⁸.

Ainda que para Scott a infrapolítica seja o resultado de uma ação deliberada, tática, nos casos estudados essa intencionalidade não é explícita. Contudo, as ações dessas pessoas, o significado que os “altares espontâneos” de memória adquirem no tempo, as narrativas de luto que eles contêm, permitem-nos vislumbrar ali uma estratégia, uma intenção de marcar o lugar, de expressar e tornar pública sua dor. As formas silenciosas e subterrâneas em que as memórias se manifestam contêm um forte desafio simbólico.

Considerações finais

Acadêmicos colombianos como Elsa Blair, Gonzalo Sánchez e Alejandro Castillejo, entre outros, insistem na necessidade de articular os processos históricos com situações pessoais, inscrevendo a experiência do sujeito em contextos políticos

8. Segundo Scott, essas estratégias de disfarce são usadas não só pelos subordinados, mas também pelos dominadores: “El poderosos por su lado también elaboran un discurso oculto donde se articulan las prácticas y las exigencias de su poder que no se pueden expresar abiertamente. Comparando el discurso oculto de los débiles con el de los poderosos, y ambos con el discurso público de las relaciones de poder, accedemos a una manera fundamentalmente distinta de entender al resistencia ante el poder” (2000, p. 21).

mais complexos ou transformando a escala da mirada para entender que os macro-processos políticos se entrelaçam aos microprocessos gestados na vida cotidiana. Isso é importante para compreender o sentido político do retorno ao cotidiano depois de enfrentar situações de violência (Das, 2008b). A pergunta pelo passado, a reconstrução da memória do evento trágico, assim como a reação das pessoas, permitiram nossa aproximação, não em relação às causas objetivas da guerra, mas à maneira pela qual os sujeitos vivenciaram a experiência, resignificaram-na e, hoje, podem narrar o que aconteceu.

Como vimos, os “altares espontâneos” problematizam a separação entre a dor sentida pela pessoa diretamente afetada e o sentimento de luto coletivo; entre memória individual e memória coletiva, entre privado e público. Ao criá-los, essas pessoas encontraram a maneira de tornar pública sua dor, produzindo uma narrativa de luto que busca dar às emoções um espaço na esfera pública (Connerton, 2012). Mas o que faz com que a morte de uma pessoa, que a princípio seria um assunto privado, seja sentida como perda coletiva? A injustiça e a vulnerabilidade compartilhadas por todos fazem com que a memória construída a partir de uma morte violenta não fale tanto do indivíduo que sofre a perda, mas diga respeito a um sentimento que liga uns aos outros. Judith Butler (2006) afirma que a dor vivida e sentida como um luto público subministra um sentido de comunidade que presentifica os vínculos. Os altares e os rituais de luto, como formas de memorialização e comemoração, dão lugar à constituição de comunidades emocionais que se identificam por via da vulnerabilidade (Jimeno, 2010).

Assim, a criação dos altares propiciou a expressão das narrativas de luto por meio das quais foi possível tornar público o sofrimento. Narrar, compartilhar com os vizinhos e expressar-se, ainda que de modo sutil, geraram uma experiência compartilhada da dor. Esse espaço permitiu, em alguns casos, a construção de um relato comum sobre o evento; a experiência deixava de ser individual e passava a ser intersubjetiva.

Os “altares espontâneos” apresentados nesta pesquisa têm diversas camadas de significado, mas há um ponto em comum que encontrou no ritual público da morte um espaço para se expressar: o sentimento de indignação. Indignação diante da morte, da injustiça, da perda, acarretando intenso potencial político. Trata-se de uma reação afetiva, mas que impulsiona o agir, ainda que resulte em algo muito pequeno. A indignação está diretamente ligada ao reconhecimento da vida prejudicada, ao reconhecimento do dano causado (Butler, 2010). Por outro lado, as pessoas se dão conta de sua própria vulnerabilidade em um contexto violento – a ideia condensada na expressão “poderia ter sido eu”. Ser consciente disso leva o indivíduo a reconhecer a fragilidade do outro (Butler, 2006). E é essa identificação

perpassada pelo sofrimento que torna possível a existência do luto compartilhado e público, fazendo da emoção um recurso político.

A experiência analisada em Medellín não supunha um desafio aos poderes estabelecidos, embora fosse uma expressão pública de questionamento. As negociações, as armadilhas, os discursos ocultos e as reuniões nas ruas, as comemorações públicas, as marcas no espaço para lembrar os mortos, tudo são condutas quase invisíveis mas muito eficazes de retornar ao cotidiano e rearmar a vida. Em outras palavras, nenhuma dessas práticas levou a mudanças no cenário do país, mas lograram ganhar certa autonomia e dignidade.

Como tem sido reiterado por Gonzalo Sánchez, diretor do Centro Nacional de Memória Histórica, é necessário em nosso país privilegiar a memória que está nas margens, na violência cotidiana, poucas vezes documentada, quase invisível, mas que costuma deixar profundas feridas nas pessoas. É necessário procurar as trajetórias de vida de indivíduos comuns abatidos pela violência, tornar visíveis os nomes e as histórias ocultados pelas cifras; compreender que por trás de cada uma dessas histórias há uma dor que não se restringe ao universo privado, pelo contrário, diz muito sobre a vivência coletiva da comunidade.

A memória do vivido não deve ser buscada apenas em eventos catastróficos ou caracterizados pelo excesso de violência ou crueldade. As consequências da guerra não devem ser investigadas somente nos territórios isolados e abandonados pelo Estado. As pessoas que enfrentaram o horror não são apenas aquelas reconhecidas pelo governo como vítimas. Compreender a profundidade das implicações dessa guerra, as múltiplas e variadas formas pelas quais ela transformou a vida de milhões de pessoas e enxergar como pessoas próximas foram marcadas por isso talvez nos leve a compreender a necessidade imperiosa do seu fim.

Referências Bibliográficas

- ALONSO ESPINAL, Manuel A. *et al.* (2006), “Medellín: el complejo camino de la competencia armada”. In: TAPIAS, Camila de Gamboa (org.). *Justicia transicional: teoría y praxis*. Bogotá, Universidad del Rosario, pp. 435-465.
- ARENAS GRISALES, Sanda Patricia. (2013), “Colômbia: a memória em meio à guerra”. *Tempo Social*, 2 (25): 123-139.
- ASSMANN, Aleida. (2011), *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo, Editora da Unicamp.
- BERRÍO PUERTA, Ayder *et al.* (2011), *La cotidianidad, el tiempo vivido y las marcas subjetivas de la violencia: tras las huellas del sufrimiento social en la conflictividad urbana en Medellín*. Medellín, Universidad de Antioquia/CVT/CODI.

- BIRMAN, Patrícia & LEITE, Márcia Pereira. (2004), *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- BLAIR TRUJILLO, Elsa (2011), "Memoria y poder: (des)estatalizar las memorias y (des)centrar el poder del Estado". *Universitas Humanística*, 72: 63-87.
- _____. et al. (2008), *De memorias y guerras: La Sierra, Villa Liliam y el 8 de Marzo en Medellín*. Medellín, Instituto de Estudios Regionales/Universidad de Antioquia/Programa de Víctimas/Secretaría de Gobierno de Medellín.
- BUTLER, Judith. (2006), *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2010), *Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Barcelona, Paidós.
- CARSTEN, Janet (org.). (2007), *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Victoria, Blackwell.
- CASTILLEJO CUÉLLAR, Alejandro. (2009), *Los archivos del dolor: ensayos sobre la violencia y el recuerdo en la Sudáfrica contemporánea*. Bogotá, Ediciones Uniandes.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. (2013), *¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá, Centro Nacional de Memoria Histórica.
- CERTEAU, Michel de. (2000). *La invención de lo cotidiano, v. 1: artes de hacer*. México, DF, Universidad Iberoamericana/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente.
- CONNERTON, Paul (2012), *The spirit of mourning: history, memory and the body*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DAS, Veena. (1995), *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Delhi, Oxford University Press.
- _____. (2008a), "Trauma y testimonio". In: ORTEGA, Francisco A. (org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Pontificia Universidad Javeriana, pp. 145-170.
- _____. (2008b), "Wittgenstein y la antropología". In: ORTEGA, Francisco A. (org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Pontificia Universidad Javeriana, pp. 295-343.
- DOSS, Erika. (2002), "Death, art and memory in the public sphere: the visual and material culture of grief in contemporary America". *Mortality*, 1 (7): 63-82.
- _____. (2006), "Spontaneous memorials and contemporary modes of mourning in America". *Material Religion: The Journal of Objects, Art and Belief*, 3 (2): 294-318.
- FRANCO, Vilma L. (2003), "Violencias, conflictos urbanos y guerra civil: el caso de la ciudad de Medellín en la década de los noventa". In: BALBÍN ÁLVAREZ, Jesús William (org.), *Violencias y conflictos urbanos: un reto para las políticas públicas*. Medellín, Instituto Popular de Capacitación, pp. 59-155.
- GIL RAMÍREZ, Max Yuri. (2010), *Paramilitarismo y conflicto urbano: relaciones entre el conflicto político armado nacional y las violencias preexistentes en la ciudad de Medellín: 1997-2005*. Medellín, tese de doutorado, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia.

- GONZÁLEZ GIL, Adriana. (2009), *Viajeros de ausencia: desplazamiento forzado y acción colectiva en Colombia*. Madri, tese de doutorado, Universidad Complutense de Madrid.
- GRIDER, Sylvia. (2011), "Memorializing shooters with their victims: Columbine, Virginia Tech, Northern Illinois University". In: MARGRY, Peter Jan & SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina (orgs.), *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic death*. Nova York, Berghahn, pp. 108-142.
- HALLAM, Elizabeth & HOCKEY, Jenny. (2001), *Death, memory and material culture*. Nova York, Berg.
- JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria (orgs.). (2003), *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madri, Siglo XXI.
- JIMENO, Myriam. (2010), "Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais". *Mana*, 1 (16): 99-121.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro & ARENAS GRISALES, Sandra Patricia. (2012), "Memoria política y artefactos culturales". *Estudios Políticos*, 40: 98-119.
- MARGRY, Peter Jan & SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina. (2011), *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic death*. Nova York, Berghahn.
- NORA, Pierre. (2009), *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Santiago, LOM/Trilce.
- ORTEGA MARTÍNEZ, Francisco. (2008), "Rehabitar la cotidianidad". In: _____ (org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Pontificia Universidad Javeriana, pp. 15-79.
- POLLAK, Michael. (1992), "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, 10 (5): 200-212.
- _____. (2006), *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. Buenos Aires, Al Margen.
- _____. (2010), "A gestão do indizível". *WebMosaica*, 1 (2): 9-49.
- RIAÑO ALCALÁ, Pilar. (2006), *Jóvenes, memoria y violencia en Medellín: una antropología del recuerdo y el olvido*. Medellín, Editorial Universidad de Antioquia/ICANH.
- SANCHÉZ MEDINA, Luz Amparo *et al.* (2002), "Caras y contracaras del miedo en Medellín". In: VILLA MARTINEZ, Marta Inés (org.). *El miedo: reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Medellín, Corporación Región, pp. 223-246.
- SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina (org.), (2011). *El archivo del duelo: análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SANTINO, Jack. (2011), "Between commemoration and social activism: spontaneous shrines, grassroots memorialization, and the public ritualesque in Derry". In: MARGRY, Peter Jan & SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina (orgs.), *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic death*. Nova York, Berghahn, pp. 97-107.
- SCOTT, James C. (2000), *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. México, DF, Era.

- SHINDEL, Estela. (2009), “Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano”. *Política y Cultura*, 31: 65-87.
- URIBE DE HINCAPIÉ, María Teresa. (2006), “Notas preliminares sobre resistencias de la sociedad civil en un contexto de guerras y transacciones”. *Estudios Políticos*, 29: 63-78.
- VIANNA, Adriana & FARIAS, Juliana. (2011), “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. *Cadernos Pagu*, 37: 79-116.

Resumo

Fazer visíveis as perdas: morte, memória e cultura material

Nosso objetivo é analisar as ações e as práticas culturais pelas quais os sujeitos reconstruem suas memórias em contextos de violência. Identificar os usos políticos da memória como resistência política nos espaços do cotidiano, do íntimo, familiar ou comunitário. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que o método usado foi o estudo de caso por seu foco no particular e por abordar o significado de uma experiência com base em análise sistemática de um mesmo fenômeno. Identificamos quatro experiências de criação de “altares espontâneos” na cidade de Medellín, na Colômbia. Optamos pelas micro-histórias para compreender o sentido político do retorno ao cotidiano após enfrentar situações de violência. Os “altares espontâneos” são rituais de luto no espaço público, criados como resposta diante de mortes consideradas injustas. São formas de ação política não institucional, que têm como objetivo chamar a atenção para o que aconteceu, expressar sua indignação e evitar que aconteça de novo. Nos casos estudados constatamos que na criação dos altares expressa-se uma narrativa de luto que reivindica o reconhecimento da perda. Palavras-chave: Altares espontâneos; Narrativas de luto; Resistência; Violência; Medellín – Colômbia.

Abstract

Making losses visible: death, memory and material culture

Our aim is to analyze the actions and cultural practices by which the subjects rebuild their memories in the context of violence. Identify the political uses of the memory as political resistance in the everyday life, in the family or the community intimacy. It is a qualitative research, and the method used was the case study for its focus on the particular and for approaching the meaning of experience from the systematic analysis of a same phenomenon. We have identified four kinds of experience regarding the creation of “spontaneous altars” in the city of Medellín, Colombia. We have chosen micro-histories to understand the political sense of the return to everyday life after facing violence situations. The spontaneous shrines are mourning rituals in the public space built as an answer to the deaths considered unfair. They are ways of non-institutional

political action whose objectives are to get attention to what happened, express indignation and avoid that such thing happens again. In the studied cases, we find that in the creation of altars it is expressed a mourning narrative which demands the recognition of loss and vulnerability.

Keywords: Spontaneous shrines; Mourning narrative; Resistance; Violence; Medellín – Colombia.

Texto enviado em 14/5/2014 e aprovado em 12/12/2014. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.106009.

Sandra Patricia Arenas Grisales, doutora em memória social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e bolsista da Capes/CNPq/IEL Nacional, é professora na Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia. E-mail: sarena3741@gmail.com.

Agenda suprema

Interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil¹

Fabiane Luci Oliveira

Introdução

O papel desempenhado pelo poder Judiciário no processo político e os impactos da atuação dos tribunais na formulação e na implementação de políticas públicas são temáticas centrais nas ciências sociais hoje. Fala-se do Judiciário em seu papel clássico de contrapeso aos poderes Executivo e Legislativo, de sua função contramajoritária, permitindo que minorias sejam incorporadas ao processo político, e como lembram Kapiszewski e Taylor (2008, p. 743), retomando documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento acerca dos judiciários latino-americanos, de quatro papéis-chave: jogador de veto, ator político, árbitro imparcial e representante da sociedade.

A importância política do Judiciário e suas contribuições para a boa governança têm sido reconhecidas a partir do desempenho desses diferentes papéis. Mas que tipo de interesses têm sido arbitrados nos tribunais, e que vozes se fazem ouvir no processo político por meio desse ator?

Partindo dessas perguntas descritivas e tendo como objeto o Supremo Tribunal Federal (STF), discutimos a formação de sua agenda decisória, observando com detalhe e de forma sistemática sobre o que o STF decidiu no controle concentrado de constitucionalidade das leis e qual o alcance dessas decisões.

1. Este artigo é resultado de pesquisa com suporte financeiro da Fapesp

A compreensão da agenda decisória do STF permite melhor precisar o fenômeno de expansão do poder Judiciário no Brasil e o aumento da sua influência política, ajudando a problematizar uma série de indagações postas acerca dos efeitos dessa expansão. Seguindo a linha discutida pela literatura contemporânea sobre judiciário e política no Brasil, identificamos quatro questões centrais:

- Qual o conteúdo da agenda decisória do STF, ou seja, quais interesses são arbitrados no tribunal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)?
- Até que ponto as decisões do STF interferem na implementação de políticas públicas, ou seja, qual o alcance de suas decisões?
- O STF tem possibilitado a incorporação de vozes minoritárias no processo político, isto é, atua como instituição contramajoritária?
- O Supremo pode ser considerado instância de implementação de direitos sociais e coletivos, ou seja, o tribunal tem contribuído para uma maior efetividade de direitos e para o fortalecimento da democracia no país?

São essas as questões norteadoras deste artigo, ao que é imperativo fazer duas ressalvas. A primeira é que não há resposta única para essas perguntas, pois dependendo do recorte de dados privilegiado na análise as respostas podem ser bem diferentes e até mesmo contraditórias. A segunda é que não temos respostas definitivas ou exaustivas, mas trazemos evidências de pesquisa que respondem a primeira delas e elementos que contribuem com o debate corrente em relação às outras três, no sentido de identificar os papéis que o Supremo desempenha ao arbitrar interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis via ADI.

Para contextualizar a discussão, a década de 1980 pode ser considerada marco inaugural do fenômeno de expansão do poder Judiciário em escala global, quando os tribunais começaram a despontar como os “principais tradutores de dispositivos constitucionais em parâmetros para a vida pública”, nas palavras de Hirschl (2013, p. 361), o que se deu em decorrência de processos de constitucionalização por que passaram vários países. O autor calcula pelo menos 150 países, da África do Sul, América Latina, a países da União Europeia, cobrindo cerca de três quartos da população mundial.

No Brasil, esse processo de expansão acirra-se na década de 1990, quando, como diversos autores apontam², assuntos cruciais de natureza política, moral, social e

2. Entre os principais trabalhos estão os de Arantes (1997), Castro (1997), Vieira (1994; 2008), Werneck Vianna *et al.* (1999; 2007), Maciel e Koerner (2002), Carvalho (2004; 2009), Taylor (2007),

econômica passaram a ser cada vez mais decididos pelos tribunais, especialmente por sua instância máxima, o Supremo Tribunal Federal, composto por onze juízes não eleitos.

Se, por um lado, a expansão do poder político dos tribunais gera uma preocupação com a transferência de poder das instituições representativas para as judiciárias (ou seja, um problema de legitimidade decisória, uma vez que os tribunais não seriam responsáveis – *accountable* – perante os cidadãos), por outro, suscita a possibilidade de que haja um maior equilíbrio das forças em disputa, pois na medida em que atuaria como um poder contramajoritário, o Judiciário refrearia as maiorias políticas contingentes.

O protagonismo do poder Judiciário é denominado juristocracia por Hirschl (2007), mas os principais conceitos mobilizados no debate são os de judicialização da política e ativismo judicial.

O conceito de judicialização da política é largamente utilizado e ganhou diferentes contornos, referindo-se a aspectos tão diversificados da participação do Judiciário na política, que se questiona sua validade teórica (Koerner *et al.*, 2011; Koerner, 2013), e o mesmo se aplica ao ativismo judicial. Há uma disputa de significados e contestações sobre a possibilidade de generalização desses conceitos.

A generalização do conceito de judicialização é difícil, porque a atuação política do Judiciário e da Suprema Corte em qualquer país varia de acordo com pelo menos quatro aspectos: (1) o desenho institucional, ou seja, as ferramentas que possibilitam ao Judiciário ter impacto nas decisões políticas e aos juízes exercerem um papel político; (2) as forças sociais em disputa e os usos que se faz do tribunal; (3) a dinâmica interna do tribunal, influenciada pela ideologia política e filosofia judicial dos juízes; e (4) a reação da opinião pública e dos demais poderes às decisões do tribunal (*compliance*).

Ainda que seja difícil precisar o conceito de judicialização da política, há alguns indicadores que ajudam a situar o fenômeno do qual estamos falando. Olhando para o Brasil, embora a definição mais citada nos artigos indexados na biblioteca Scielo³, a partir dos termos “judicialização da política” e “ativismo judicial”, seja a de

V. Oliveira (2005), Wang (2009), Sadek (2011), F. Oliveira (2011; 2013) e Engelmann e Cunha Filho (2013).

- Um rápido levantamento feito em 5/12/2014 (<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=kw&fmt=iso.pft&lang=p>) localizou treze artigos indexados com o termo “judicialização da política” e 21 com o termo “ativismo judicial”, totalizando 28 artigos excluindo-se as sobreposições. Nessa amostra de 28 artigos, 23 fazem menção indireta à definição de Tate, por meio da citação de Werneck Vianna *et al.* (1999), e onze artigos citam diretamente Tate (1995). Apenas dois artigos trazem Hirschl (2007) como referência e um, Domingo (2004).

Vallinder (1995), na elaboração de Tate (1995), outra definição bastante apropriada é a de Domingo (2004; 2010).

São três os principais indicadores do fenômeno da judicialização da política na elaboração da autora: o aumento na incidência de decisões judiciais sobre processos sociais e sobre processos e conflitos políticos, assim como o crescimento do uso dos tribunais como locus de mobilização da sociedade civil organizada em torno de demandas e interesses sociais e econômicos.

Mas em que medida o maior protagonismo político do Judiciário concorreria para o fortalecimento e o aprofundamento da democracia? Buscamos contribuir para esse debate discutindo os papéis que o Supremo Tribunal Federal tem desempenhado na vida social e política do país, observando suas decisões na esfera do controle concentrado de constitucionalidade via ADI, entre os anos de 1988 e 2014.

Considerando os dois primeiros indicadores utilizados por Domingo (2004) em sua definição de judicialização (o aumento da incidência de decisões judiciais sobre processos sociais e políticos), vemos no Brasil um grande volume de ações judiciais se repetindo a cada ano em todas as instâncias da Justiça. Olhando só para o STF, no ano de 2013 ingressaram no tribunal 72.083 casos novos, e em 2014 foram 78.110.

Falcão *et al.* (2011) calculam que em pouco mais de vinte anos (de 1988 a 2009), o Supremo proferiu cerca de 1,3 milhão de decisões, sendo 91% desse montante em sede recursal.

Os próprios ministros reconhecem o excesso de ações. Em palestra proferida na Associação dos Advogados de São Paulo, o ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, afirmou que “a maior parte dos recursos humanos e materiais de cada gabinete acaba sendo consumida para lidar com um imenso varejo de miudezas, sem qualquer repercussão geral. Processos que deveriam transitar em julgado após o pronunciamento da segunda instância” (Macedo, 2014).

O ministro Barroso fazia referência aos recursos extraordinários e agravos de instrumento, mas quando olhamos para casos mais complexos de exame da compatibilidade entre lei e Constituição, que correspondem a menos de 1% do volume de ações que o tribunal recebe⁴, temos um total de 4.896 ADIs impetradas no período de outubro de 1988 a julho de 2014. Desse total, 51% já tinham decisão do mérito, 16% decisão liminar e 33% aguardavam julgamento.

4. De acordo com levantamento de Falcão *et al.* (2011, p. 301), de 1988 a 2011 as três classes processuais de maior volume no STF foram os agravos de instrumento, que correspondiam a 53,06% do total de processos recebidos pelo tribunal; os recursos extraordinários, a 37,66%, e os *habeas corpus*, 2,97%. As ADIs ficavam em 11º lugar, correspondendo a 0,34% do total de processos recebidos pelo STF no período em questão.

São 2.712 ações julgadas em definitivo que analisamos para responder sobre o que exatamente o Supremo tem privilegiado decidir no controle de constitucionalidade das leis via ADI⁵.

A agenda decisória do STF no âmbito da ADI

Quando se fala em controle de constitucionalidade das leis no Brasil, um dos estudos empíricos basilares é o de Werneck Vianna *et al.* (1999), juntamente com a posterior atualização da pesquisa (Werneck Vianna *et al.*, 2007). Os autores dedicaram-se a sistematizar a entrada das ADIs no STF e desenharam o padrão de judicialização dos conflitos a partir da identificação dos temas e dos atores envolvidos nas ações, mas não detalharam nem seus assuntos específicos nem o padrão decisório do Supremo ou o alcance das decisões.

Uma das principais constatações desses estudos diz respeito à área privilegiada de acionamento do Supremo via ADI, sendo a administração pública o tema predominante entre os anos de 1988 e 2005. Segundo os autores, uma vez que mais da metade das ADIs que ingressaram no tribunal tratam da administração pública, o Supremo estaria numa posição próxima a de um conselho de Estado:

Como escoadouro de conflitos entre sociedade e Estado, dos que nascem no próprio interior da administração pública e da federação, e instrumento de trabalhadores e empresários, elas fazem com que o país, sob a forma como se apresenta hoje, não seja mais governável sem elas. Aqui, além de ser instrumento da defesa de minorias, sua origem constitucional clássica, a Adin também é recurso institucional estratégico de governo, instituindo, na prática, o Supremo Tribunal Federal como um conselho de Estado do tipo prevacente em países de configuração unitária. A distribuição das Adins por classe temática atesta esse fato em todas as cores: em dezessete anos, foi ajuizado um total de 2.178 em matéria de administração pública, 60% do total, sintoma evidente dos efeitos de recepção por parte do nosso direito constitucional do direito administrativo (Werneck Vianna *et al.*, 2007, pp. 43-44).

- Essas 2.712 ações correspondem à totalidade das ADIs localizadas com algum tipo de decisão final no período (por decisão final entenda-se as ADIs com julgamento do mérito e as decididas monocraticamente pelo relator, ainda que em liminar, mas sem interposição de recurso, uma vez decorrido o prazo. Essas decisões em geral são no sentido de negar seguimento, extinguir ou arquivar o processo. É importante frisar que o critério de consistência utilizado foi a verificação de que as ADIs incluídas nessa lista se encontravam baixadas ao arquivo do STF, portanto não se encontram mais em andamento). Embora o recorte temporal de busca tenha se iniciado em 1988, a partir da data de ingresso da primeira ADI no STF, somente em 1989 encontramos a primeira decisão.

Apesar do detalhamento do estudo, não temos muita informação sobre o que exatamente na administração pública é mais judicializado nem sobre o que o STF tem privilegiado decidir. Assim, temos uma ideia geral dos temas de maior peso no ingresso das ações, mas pouca informação sobre a agenda de assuntos específicos decididos no STF.

Sabemos que a formação da agenda do Supremo não é totalmente controlada pelo tribunal, pois ele é um ator reativo, que depende das demandas levadas a ele pelos atores legitimados. Mas o STF tem poder de agenda ao escolher o que leva a plenário, e quando leva. E ainda, cada ministro tem prerrogativa para decidir em determinadas situações de forma monocrática, no prazo de sua escolha. A lei 9.868/99 prevê em seu artigo quarto que “a petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator”, cabendo agravo neste caso. Note-se que a maioria dessas decisões não tem interposição de recursos, sendo tomadas como decisões finais, e por isso são analisadas aqui.

Nem a Constituição nem a lei 9.868/99 nem o regimento interno do Supremo estabelecem prazos ou ordem para o tribunal decidir: a escolha do que será levado a plenário é primeiro do relator da ação e depois da presidência do STF. A escolha da pauta, como se observa ao longo da troca de presidências do tribunal, é feita conforme critérios pessoais dos presidentes, de acordo com o que decidem priorizar em sua gestão (Falcão e Oliveira, 2013).

Há muita especulação na mídia, mas poucos estudos têm se dedicado a enfrentar esse desafio. Destacamos aqui dois trabalhos que explicitamente se propuseram a discutir a agenda do Supremo. O primeiro, coordenado por Sundfeld (Sundfeld *et al.*, 2010), analisa 1.335 ações (ADIS, ADCs e ADPFs) que ingressaram no Supremo de 1988 a julho de 2010, questionando diplomas do Executivo e do Legislativo federais. O trabalho avança no detalhamento das temáticas julgadas, identificando como mais recorrentes aquelas relativas à seguridade social, às políticas econômicas e tributárias, ao funcionalismo público e ao funcionamento dos partidos políticos e eleições.

Em termos do alcance das decisões, os autores afirmam que o Supremo pouco decide o mérito das questões levadas até ele, uma vez que mais da metade das ações ou perderam o objeto ou foram descartadas por ilegitimidade ativa dos proponentes. Assim, concluem que o STF foi “pouco interventivo” nas ações dos poderes Executivo e Legislativo federais.

O segundo trabalho que se propõe a estudar a agenda do STF é o de E. Oliveira (2013), que analisa as decisões do Supremo que ganharam maior repercussão na mídia, a partir da análise dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, *Correio do Povo* e *Estado de Minas*, entre os anos de 1995 e 2011. O autor busca identificar qual o conteúdo da agenda do STF e como esta agenda é construída.

As notícias são classificadas por Oliveira em cinco categorias: econômica, social, meio ambiente, política criminal e cultura, a partir da organização de uma lista de assuntos que apareceram em cada um desses âmbitos, mas sem quantificar sua incidência⁶. O autor argumenta que o Supremo “opera, funcionalmente, como órgão de governo” (*Idem*, p. 224) e fundamenta seu argumento pela constatação de que a agenda do STF é política, tanto em seu conteúdo quanto nos atores que a constroem, uma vez que, com base nas estatísticas do tribunal, se constata que quem mais aciona o STF via ADI são os agentes políticos.

O presente artigo dialoga com esses dois trabalhos, mas se diferencia deles não só em termos das questões norteadoras, mas principalmente pela seleção dos dados – como já dito, utilizamos aqui ADIs julgadas pelo Supremo desde 1988 até julho de 2014, incluindo todas as ações para as quais o STF tenha proferido algum tipo de decisão final, ainda que a decisão tenha sido “não decidir”, ou seja, não conhecendo da ação, extinguindo-a ou julgando-a prejudicada.

Observando a totalidade das ADIs julgadas entre 1988 e julho de 2014, vemos que o tema⁷ sobre qual o STF mais decidiu por meio desse instrumento é “agentes públicos”. Essa categoria reúne os assuntos relativos ao funcionalismo público, seja a criação seja a organização de carreiras, a regulamentação de concursos públicos, a remuneração e demais prerrogativas dos cargos públicos, além de incorporar aspectos ligados aos crimes de responsabilidade de servidores e a discussão da isonomia entre as carreiras. Isto é, o funcionalismo público domina 40% da pauta do STF em controle concentrado de constitucionalidade (Gráfico 1).

A segunda categoria temática mais frequente é “administração pública”, correspondendo a 15% do total de ações julgadas, referindo-se às finanças públicas, à política orçamentária, ao processo legislativo, à criação e delimitação de municípios, às licitações e concessões de serviços públicos e à separação de poderes.

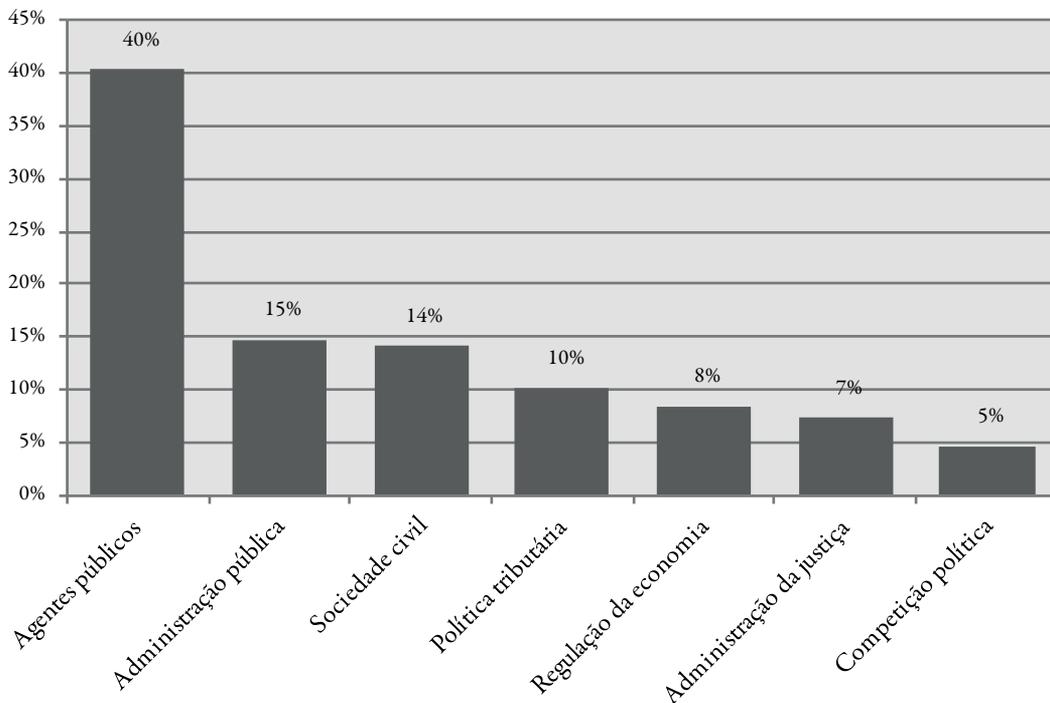
6. Por exemplo, como vemos na página 226, o autor lista alguns dos assuntos classificados na temática social: racionamento de energia elétrica, correção do FGTS, auxílio-moradia para juízes etc.

7. As categorias temáticas foram construídas com base na petição inicial, considerando a área temática a qual o conteúdo do diploma questionado tocava, e não a área do direito, conforme classificação do próprio tribunal. Por exemplo, no caso da ADI 251, o STF apresenta a seguinte classificação: “direito administrativo e outras matérias de direito público”. Mas quando acessamos a petição inicial, vemos que os diplomas questionados tratam da organização judiciária do estado do Ceará e das competências dos tribunais; assim, nossa classificação adotada é “administração da justiça”. É importante frisar que na maioria dos casos as normas questionadas são referentes a um único tema, mas em algumas ADIs, sobretudo quando se trata do questionamento de constituições estaduais, há uma série de artigos questionados ao mesmo tempo e com diversidade de temáticas. Nesses casos, a opção foi por classificar o tema predominante, ou seja, a partir da contabilização dos temas em cada um dos artigos questionados, a ADI foi classificada na categoria temática que apresentava maior expressividade numérica.

Em terceiro lugar, está a categoria “sociedade civil”, com 14% das ações julgadas. Reúne os assuntos de maior impacto na sociedade civil, referentes à agenda de direitos civis, sociais e coletivos (como direitos do consumidor e meio ambiente), incorporando também assuntos ligados à regulamentação das profissões liberais e às normas de trânsito.

A baixa frequência da categoria “sociedade civil” é preocupante, sobretudo quando vemos que tem representatividade inferior às categorias “política tributária” e “regulação da economia” juntas, só não ficando abaixo da regulação da competição política e da administração da justiça.

GRÁFICO 1
Temas das ADIS



Base: 2.712 ADIS com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014.

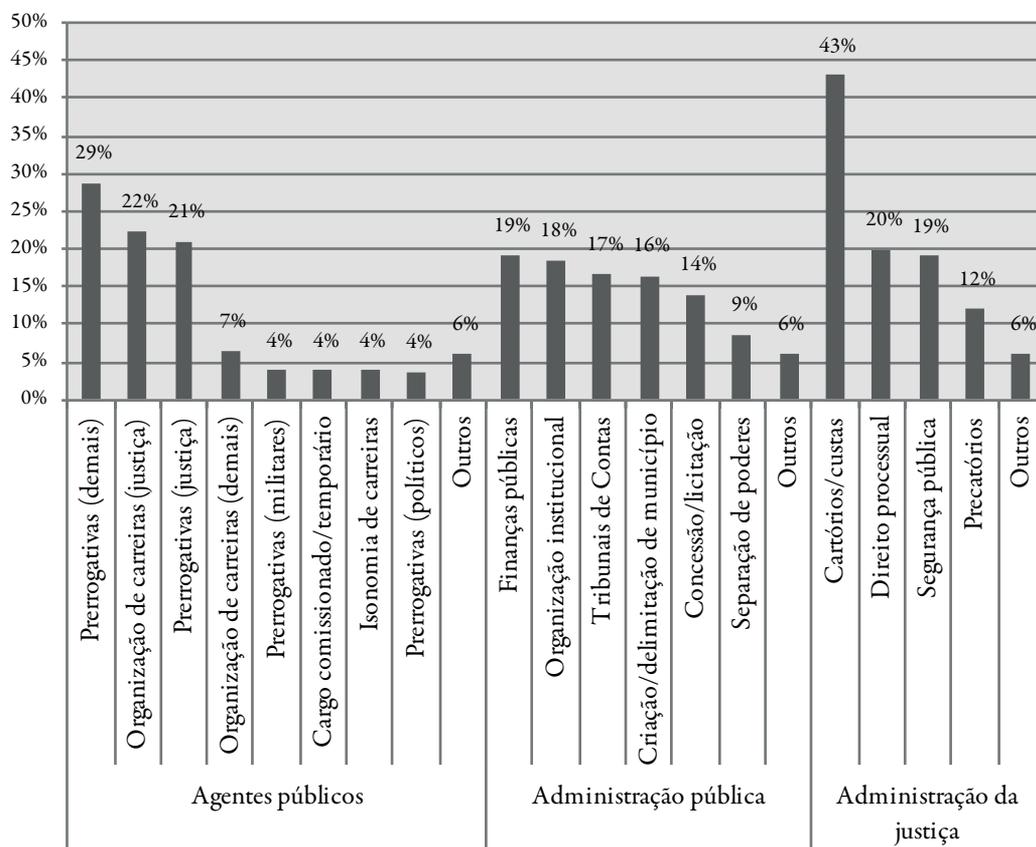
Nos gráficos 2 a 4 são detalhados os assuntos e sua frequência dentro de cada temática⁸. Começando pela mais frequente, os agentes públicos foram divididos em

8. As categorias de assunto no interior da temática foram construídas com base na petição inicial, considerando o sentido do pedido apresentado no relatório da ADI, ou seja, o sentido do questionamento da norma realizado pelo autor da ação, levando em conta o que visava o pedido. Assim como no caso do tema, adotamos o mesmo procedimento de atribuição de assunto quando os diplomas apresentavam diversidade, considerando aquele com maior expressividade numérica.

quatro tipos: agentes políticos, militares, da justiça e demais servidores. O assunto mais frequente no tema é remuneração, aposentadoria e férias dos (demais) servidores públicos, seguido das prerrogativas dos servidores da justiça.

O STF, portanto, tem sido palco de disputas envolvendo benefícios e prerrogativas da burocracia estatal, com ênfase nas carreiras do sistema de justiça, nas quais se inclui o próprio Supremo. Ou seja, o tribunal dedica boa parte do seu tempo atuando como um setor de recursos humanos, ao arbitrar interesses de agentes públicos em conflito e colocar-se na posição de decidir pela ampliação ou redução de benefícios aos servidores (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Assuntos das ADIS, de acordo com temática



Base: ADIS com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: agentes públicos, 1.093; administração pública, 401; administração da justiça, 200.

Assim, a agenda do Supremo em controle de constitucionalidade foi tomada por uma pauta ligada ao delineamento das carreiras públicas. No âmbito da ADI, o tribunal tem se tornado uma espécie de divisão de recursos humanos.

Levando em conta que o assunto “isonomia entre carreiras” na maioria das vezes refere-se às próprias carreiras jurídicas, como Ministério Público, Judiciário e Defensoria Pública, e que em outros assuntos também se encontram alguns que tocam na regulação de carreiras da justiça, constatamos que pelo menos metade do que o tribunal discute em termos de funcionalismo público refere-se às carreiras da justiça.

E considerando que a categoria temática “administração da justiça” (que trata da organização dos serviços da justiça, incluindo cartórios, taxas judiciárias, emolumentos, questões de direito processual e segurança pública, no que se refere ao funcionamento da polícia civil) tem 7% de ocorrência, podemos afirmar que parte considerável do tempo do STF em controle concentrado de constitucionalidade via ADI é gasto com assuntos pertinentes ao funcionamento do próprio sistema estatal de justiça.

O que ajuda a explicar o funcionalismo público ser a temática mais judicializada? Retomando Taylor (2008), sabemos que dois fatores determinam as chances de judicialização de uma política: os custos e os benefícios da política em questão (sendo que, quanto mais concentrados são os custos e mais difusos os benefícios, maiores são as chances de judicialização) e as características institucionais do Judiciário (influenciando a estratégia política, ou seja, a maneira pela qual as cortes serão utilizadas). Acrescentaríamos a esses dois fatores o conhecimento e a familiaridade com tais características institucionais – ou seja, uma vez que os servidores públicos ligados às carreiras jurídicas teriam maior familiaridade e conhecimento dos mecanismos institucionais judiciais, eles tenderiam a se utilizar mais desses mecanismos em suas demandas.

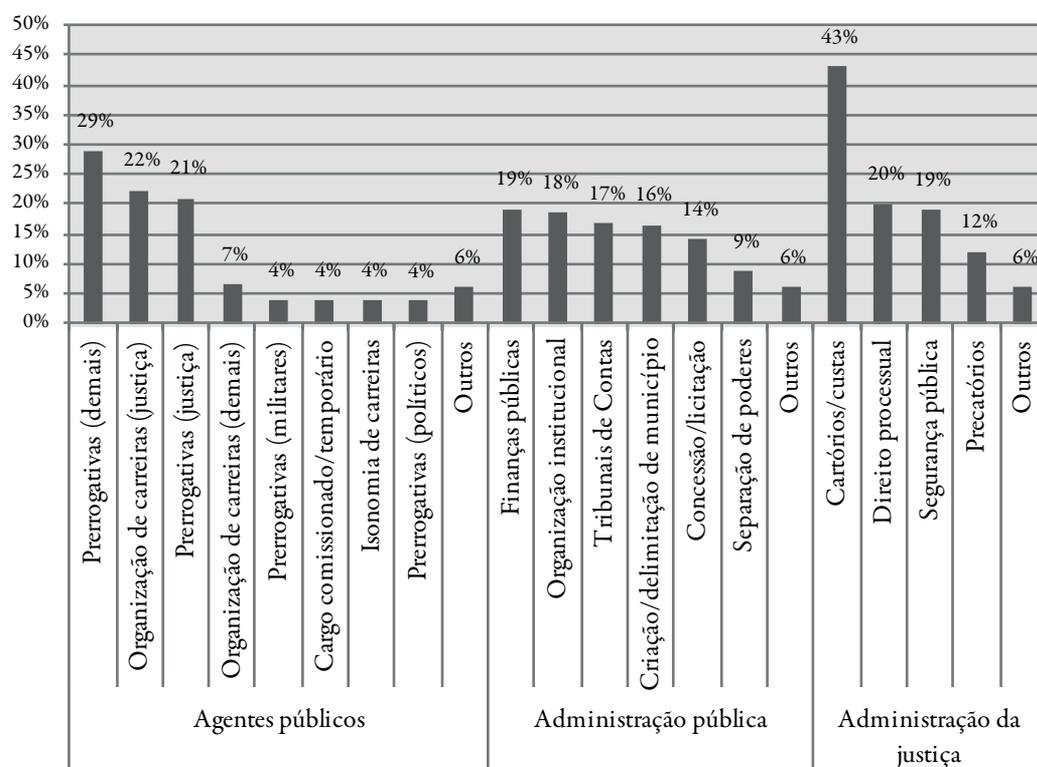
Joaquim Falcão (2014) atribui a grande expressividade do tema servidores públicos no Supremo ao sucesso do *lobby* da burocracia estatal na constituinte, indicando que o termo “servidor público” aparece 56 vezes na Constituição de 1988, ante as 24 vezes em que aparece a palavra “trabalhador”, por exemplo. Além disso, traz dados de outros países – na constituição alemã, “servidor público” tem treze menções; na portuguesa, oito e na argentina, apenas uma. Segundo Falcão, isso “reflete a moldura institucional de nossa nação. O estamento burocrático, mais do que a sociedade, no controle do poder do Estado”.

Em termos de regulação da economia, o assunto mais recorrente é a regulação do mercado (permissão para plantio, fabricação, comercialização de determinados produtos, assim como a venda de serviços), seguido da privatização. Na temática tributária, quase metade dos casos trata do ICMS, e depois há uma pulverização de ações referentes à normatização de alíquotas de outros impostos, assim como a concessão de incentivos fiscais (Gráfico 3).

Os assuntos classificados na categoria “sociedade civil” tratam de direitos civis, sociais e coletivos, assim como da regulação das relações entre particulares, como

GRÁFICO 3

Assuntos das ADIs, de acordo com temática



Base: ADIs com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: regulação da economia, 229; política tributária, 277.

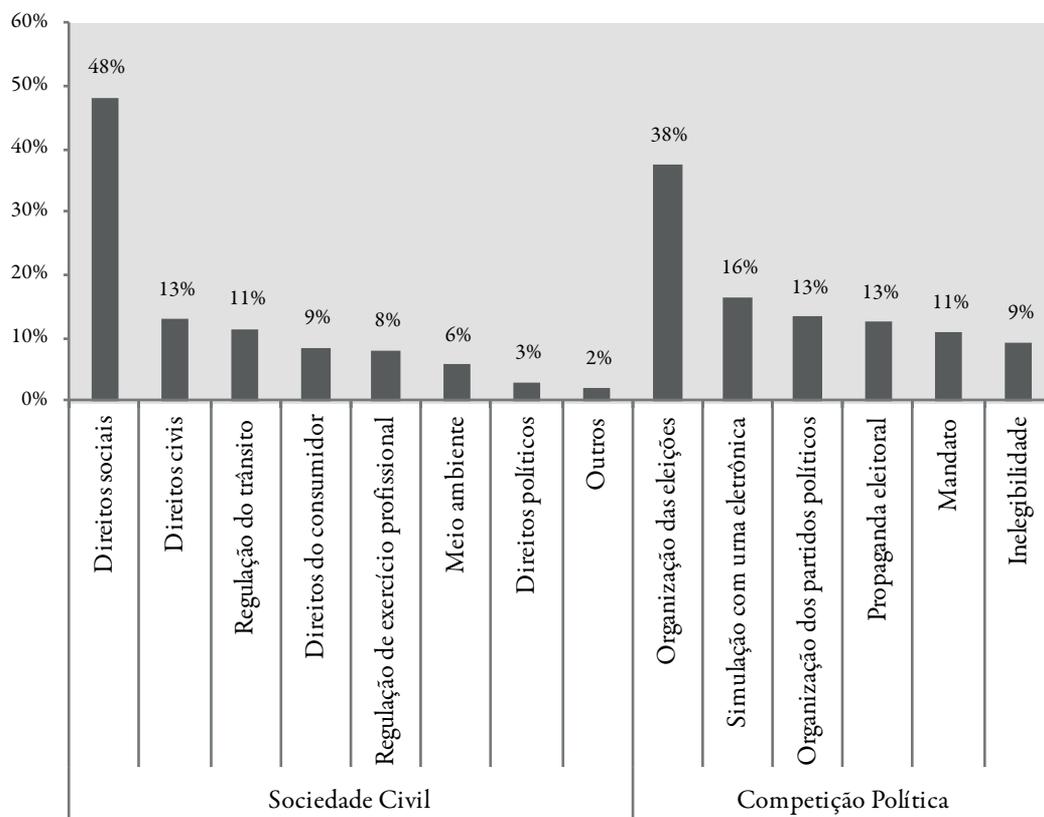
cobrança de mensalidade escolar e regulamentação de corporações profissionais. Praticamente metade das ações nessa temática traz assuntos relativos aos direitos sociais, sobretudo direitos trabalhistas. Em segundo lugar, com 13% do total das ações na temática, estão os direitos civis, em especial a liberdade de expressão (Gráfico 4).

Por outro lado, a categoria temática menos frequente, “competição política”, trata da regulação das eleições e do funcionamento dos partidos políticos, além de incorporar as discussões sobre duração de mandato, *impeachment* e inelegibilidade. Nota-se aqui muitas ações referentes à simulação de voto em urnas eletrônicas durante campanha eleitoral, que devido à sua expressividade foram contabilizadas em separado.

Somando os assuntos ligados aos agentes públicos, à administração pública e à administração da justiça, temos que 62% de tudo o que o STF decidiu no controle de constitucionalidade via ADI foi referente à organização do Estado, especialmente às carreiras de seus agentes e servidores. É a burocracia pública, com destaque para as carreiras da justiça, que tem controlado a pauta do Supremo. Seja para reduzir benefícios seja para ampliá-los, o fato é que o funcionalismo público tem sido a temática mais recorrente na agenda de quase todos os atores que acionam o tribunal.

GRÁFICO 4

Assuntos das ADIs, de acordo com temática



Base: ADIs com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: sociedade civil, 384; competição política, 128.

Vale lembrar que o STF aprovou a súmula vinculante n. 88, que proíbe o Judiciário de aumentar os vencimentos de servidores públicos com base na isonomia, vinculando juízes e tribunais a seguirem a diretriz do Supremo. Outra relevante discussão em curso é o auxílio-moradia aos juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria – tudo isso deverá ser arbitrado pelo Supremo, que tem sido em sua atuação mais que um racionalizador da administração pública, um verdadeiro órgão de deliberação corporativa. Muito do que o Supremo faz é arbitrar interesses das profissões jurídicas, especialmente da magistratura – é notório que praticamente metade das questões do funcionalismo público decididas no âmbito da ADI tratam das próprias carreiras da justiça, incluindo os interesses da magistratura.

Um primeiro ponto que esses dados suscitam, portanto, é que, considerando os diversos papéis que a literatura atribui ao Supremo, encontramos, ao detalhar os assuntos peticionados, um papel pouco destacado: mais que uma ferramenta na gestão de conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo, implementador de políticas

controversas, instrumento de defesa de minorias (sua origem constitucional clássica) ou ainda recurso institucional estratégico de governo, o Supremo tem sido, com muita frequência, um eficaz órgão de deliberação corporativa.

É essa a instituição máxima de justiça que uma democracia precisa, ou seja, um tribunal que gira em torno do funcionamento do próprio Estado e das prerrogativas de seus servidores, em vez de atuar pela garantia de direitos ou influenciar em uma agenda de políticas públicas de alcance mais amplo? O colegiado de uma corte suprema deveria dedicar quase metade de seu tempo no controle de constitucionalidade para decidir sobre questões relativas ao funcionalismo público? Parece-nos que não, e portanto temos um problema.

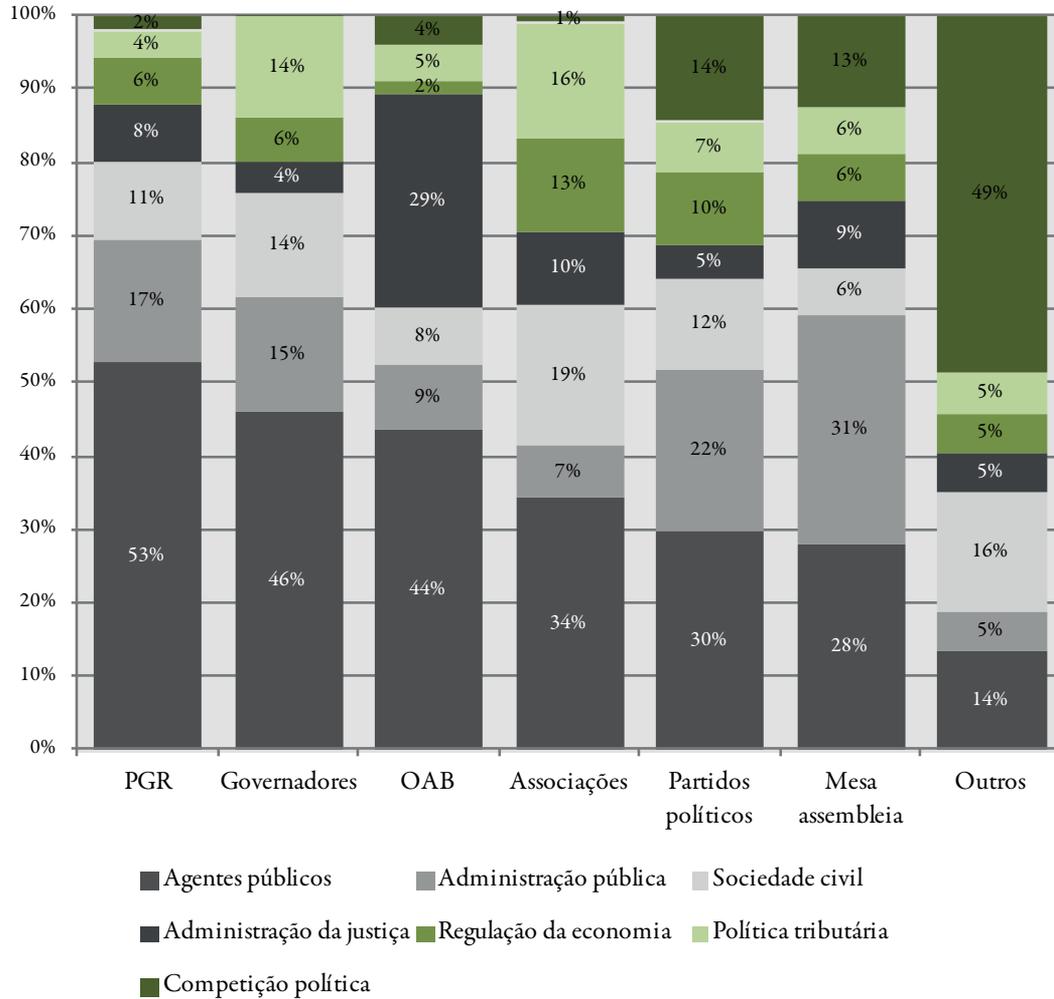
No entanto, o problema não é só do Supremo. Quem proporcionalmente levou mais frequentemente esse tipo de questão ao tribunal foi a Procuradoria-Geral da República (PGR), das quais 54% das ações decididas foram nessa temática, seguida dos governadores (46%) e da OAB (44%). As associações de classe (que incluem confederações e sindicatos), de quem seria esperado esse tipo de atuação, dado o requisito de pertinência temática, aparecem em quarto lugar, com 34% do total de suas ações decididas tratando do funcionalismo público; os partidos políticos vêm em quinto. Mas a responsabilidade é também em parte do STF, quando este tem a prerrogativa de definir a pauta do dia (Gráfico 5).

É preocupante que instituições representativas como são os partidos políticos dediquem tanto esforço a essa temática – 30% das ADIS julgadas requeridas por partidos políticos são referentes aos agentes públicos, sendo a temática mais expressiva de sua atuação no tribunal, seguida de questões de administração pública, com 22% do total de sua atuação.

Outra surpresa é a atuação da OAB. Uma instituição que ao longo da República erigiu uma imagem não apenas de órgão de fiscalização profissional, mas também de partícipe na construção da democracia brasileira, em defesa dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, dedicar 44% de sua atuação a questões ligadas ao funcionalismo público e outros 29% à administração da justiça é assumir um papel de defesa de interesses corporativos dos operadores do Direito – papel legítimo a um órgão de fiscalização e organização profissional, mas que não parece condizente com o papel mais amplo que a ordem reivindica para si e que o próprio Supremo reconhece, não exigindo dessa “associação” o requisito de pertinência temática.

Outro ponto importante na agenda do STF é a origem dos diplomas questionados. Do total de ADIS julgadas no período, 61% correspondem a diplomas de origem estadual, 28% de origem federal, 9% oriundos do Judiciário (decisões ou resoluções administrativas) e 2% têm outra origem, incluindo municípios, Ministério Público e conselhos profissionais.

GRÁFICO 5
Temáticas das ADIs, de acordo com requerente

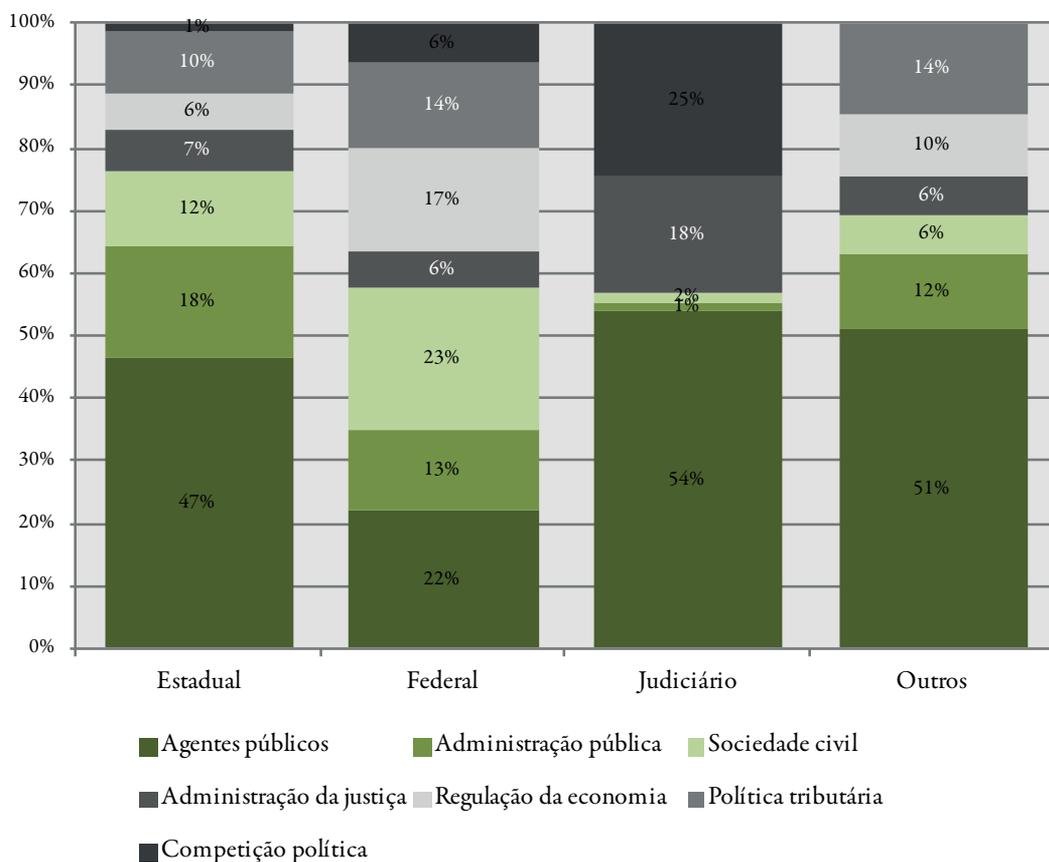


Base: ADIs com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: PGR, 538; governadores, 737; OAB, 103; associações, 688; partidos políticos, 577; mesa assembleia, 32; outros, 37

Notamos que nos diplomas federais há um maior equilíbrio entre as temáticas – os temas da sociedade civil têm praticamente a mesma incidência do tema agentes públicos, 22% e 23%, respectivamente. Depois há destaque para regulação da economia e política fiscal e tributária e temas da administração pública (Gráfico 6).

Nos diplomas estaduais predominam questões do funcionalismo público (47%), seguidos da administração pública e da sociedade civil. Nos diplomas do Judiciário, há destaque para o funcionalismo público, para a regulação da competição política (sobretudo questionamento das normativas do Supremo Tribunal Estadual – TSE)

GRÁFICO 6
 Temáticas das ADIS, de acordo com a origem do diploma questionado



Base: ADIS com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: estadual, 1.638; federal, 785; judiciário, 240; outros, 49.

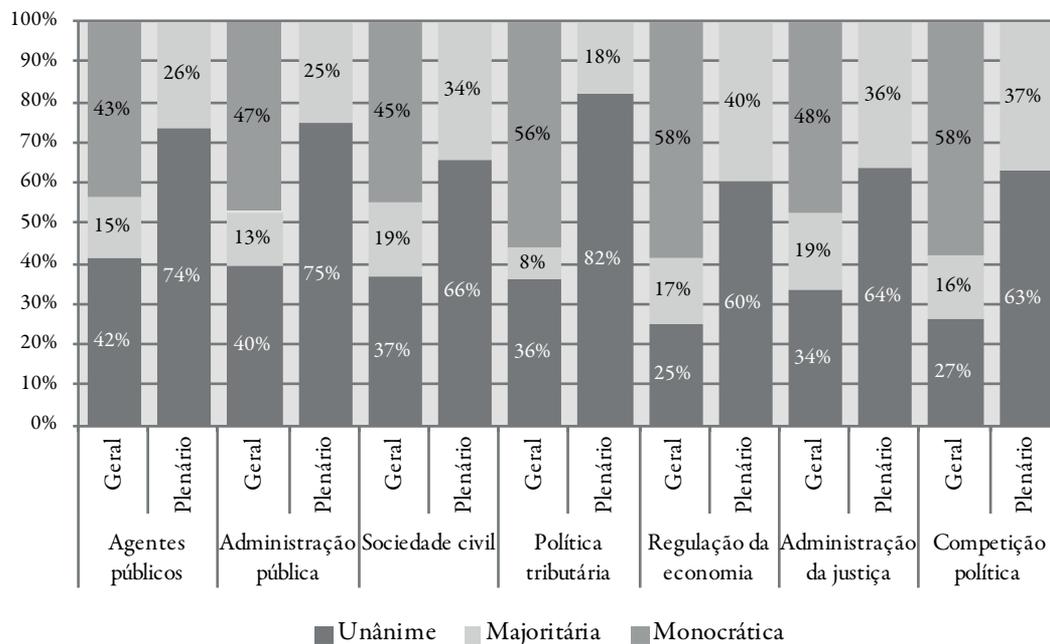
e administração da justiça. Nos demais diplomas, predominam as temáticas dos agentes públicos, com 51% do total.

É importante observar o processo decisório do STF. Como já pontuado, o tribunal decide muito monocraticamente, valendo-se dessa possibilidade como ferramenta de seletividade, sobretudo com base em critérios formais e quando há entendimento consolidado no Supremo para o não conhecimento de ações. Os casos que tratam de política tributária, da regulação da economia e da competição política são os que o STF mais decide monocraticamente e, ao contrário, em termos de sociedade civil e agentes públicos, decide menos monocraticamente.

Considerando apenas as decisões do plenário (colegiado), vemos que o STF se comportou de forma bastante consensual, sendo que 71% do total de suas decisões no âmbito da ADI foram unânimes. Mas esse comportamento é bastante diversificado de

GRÁFICO 7

Forma como ministros se agruparam para decidir o caso de acordo com temática



Base: ADIS, com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: agentes públicos, geral: 1.093, plenário: 617; administração pública: geral, 401, plenário, 212; sociedade civil: geral, 384, plenário, 213; política tributária: geral, 277, plenário, 122; regulação da economia: geral, 229, plenário, 96; administração da justiça: geral, 200, plenário, 105; competição política: geral, 128, plenário, 54.

acordo com a temática: os temas de política tributária e os de administração pública são os que mais produzem consenso entre os ministros. Já os que mais dividem o tribunal são a regulação da economia e a competição política, mas ainda assim mais da metade das decisões nessas duas temáticas foram unânimes (Gráfico 7).

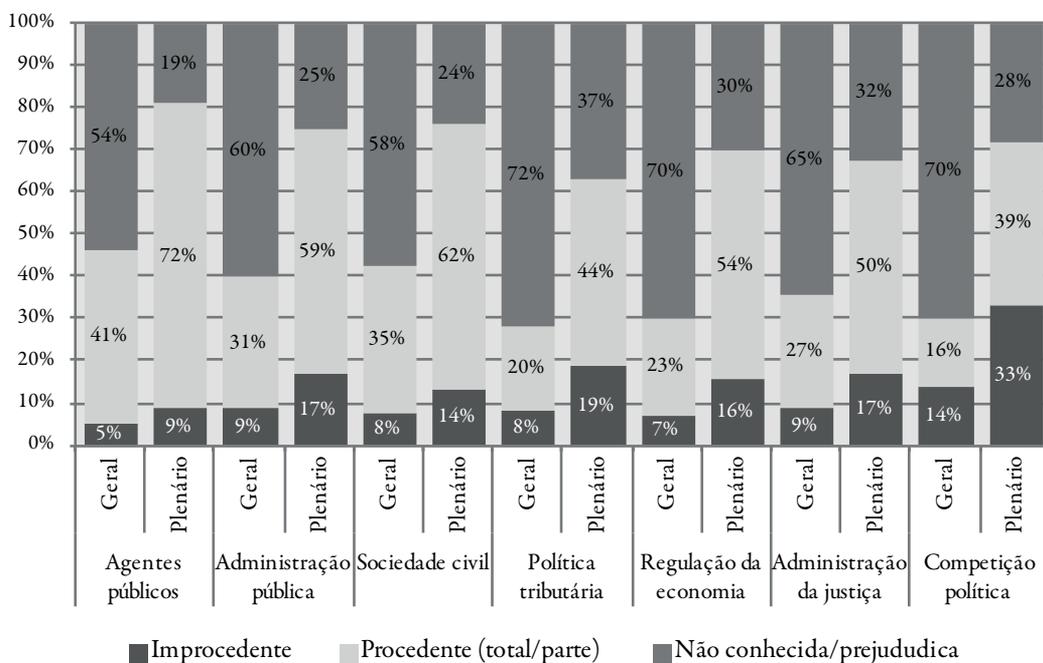
Em termos do alcance das decisões e levando em conta apenas seu resultado final, é possível dizer que o STF interferiu bastante nas questões que julga: 62% das decisões colegiadas (plenário) resultaram em declarar total ou parcialmente a inconstitucionalidade do diploma em questão. Observando o total das decisões (geral, incluindo as monocráticas), o Supremo declarou total ou parcialmente procedente um terço das ações que julgou. Esses resultados não são nada desprezíveis, ainda mais quando consideramos com Kapiszewski e Taylor (2008) que:

[...] é inegável que governos frequentemente atuam constitucionalmente (o que implica que o endosso judicial de suas ações não pode ser equiparado com deferência ou subserviência). Além disso, as forças políticas da oposição frequentemente usam o Judiciário para contestar políticas governamentais perfeitamente legais e constitucionais, como uma extensão de

suas estratégias políticas em outras partes do sistema político. Em terceiro lugar, mesmo os tribunais amplamente considerados independentes, decidem com mais frequência a favor do governo do que contra o governo. Por fim, os tribunais dependentes são perfeitamente capazes de desafiar seletivamente governos: por exemplo, mecanismos de seleção de casos (especialmente nos tribunais superiores) podem permitir que juízes decidam contrariamente ao governo em casos menos relevantes, inseridos no “intervalo de tolerância” dos poderes Executivo e Legislativo, evitando casos mais controversos (Kapiszewski e Taylor, 2008, p. 749).

Os temas mais acolhidos pelo STF, ou seja, aqueles em que o tribunal mais interveio declarando total ou parcialmente inconstitucionais os diplomas questionados, foram “agentes públicos” e “sociedade civil”. Já “competição política” foi o menos acolhido, possivelmente pelo fato de muitas das ações serem questionamentos de decisões do TSE, que traz em sua composição ministros do próprio Supremo. É notório que, com exceção dessa temática e da política tributária, todas as demais têm como resultado em pelo menos metade dos casos a ingerência do Supremo, declarando a inconstitucionalidade total ou parcial dos diplomas, quando levamos em conta apenas as decisões do plenário (Gráfico 8).

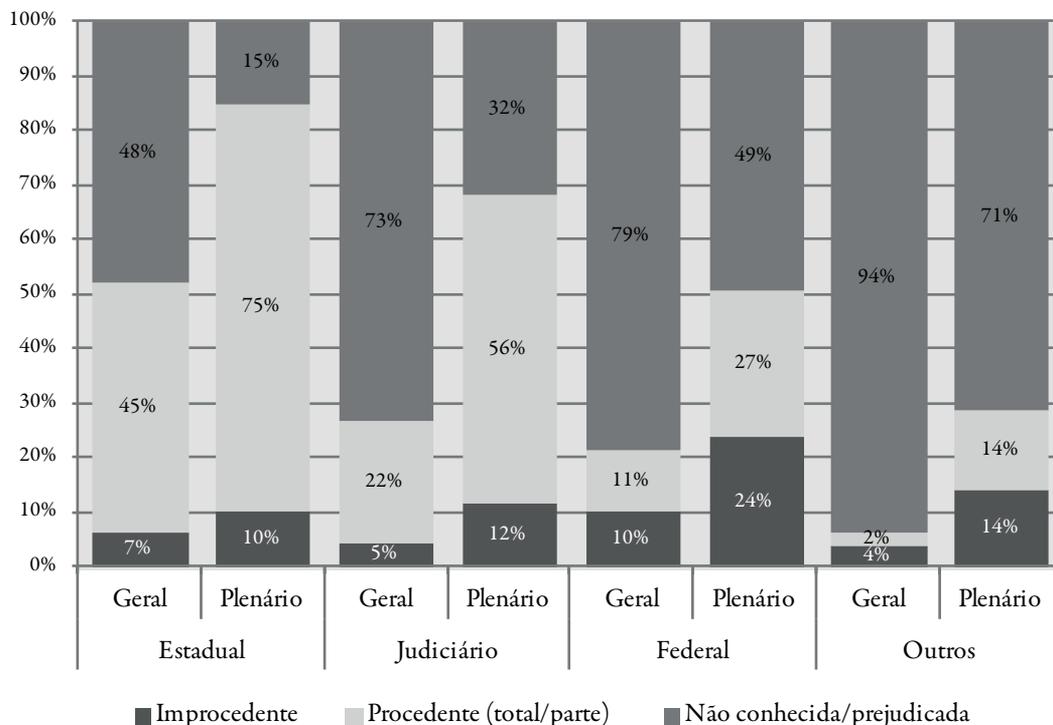
GRÁFICO 8
Resultado da decisão, de acordo com temática



Base: ADIs, com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: agentes públicos, geral: 1.093, plenário: 617; administração pública: geral, 401, plenário, 212; sociedade civil: geral, 384, plenário, 213; política tributária: geral, 277, plenário, 122; regulação da economia: geral, 229, plenário, 96; administração da justiça: geral, 200, plenário, 105; competição política: geral, 128, plenário, 54.

GRÁFICO 9

Resultado da decisão, de acordo com origem do diploma



Base: ADIS, com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: estadual, geral: 1.638, plenário: 995; federal, geral: 785, plenário: 323; judiciário, geral: 240, plenário: 94; outros, geral: 49, plenário: 7.

Com base nesses dados é possível afirmar que o Supremo interferiu consideravelmente na implementação de políticas públicas. Além disso, atuou como instância para a promoção e o avanço de uma agenda de direitos sociais, civis e coletivos, mas essa participação é ainda pequena, se comparada à sua atuação nas questões ligadas ao funcionalismo público.

Observando a origem do diploma, vemos que o STF interfere menos nas questões federais, mas, ainda assim, nas decisões colegiadas que tomou, o Supremo declarou total ou parcialmente a inconstitucionalidade de quase um terço de normas federais (Gráfico 9).

Outro ponto importante que toca no alcance das decisões é o tempo que o tribunal leva para julgar em definitivo uma questão. O tempo médio decorrido entre o ingresso das ações no tribunal e o seu julgamento final foi de 4,7 anos (1.706 dias), com mediana de três anos (1.114 dias), sendo que apenas 25% do total dessas ações

foi decidida em até um ano. O tempo que o Supremo leva para julgar as ADIs fez com que mais da metade dos casos (62%) fosse decidida em governo posterior ao governo em que deram entrada as ações. Entre as de mais longa duração em nossa base de dados está a ADI 73, uma das treze que levou 24 anos para ser decidida em definitivo, sendo negado seguimento à demanda – ou seja, a constitucionalidade de uma norma é questionada e o STF leva mais de duas décadas para se manifestar sobre a questão.

Considerando o tempo médio que o Supremo leva para decidir de acordo com a temática, temos que “agentes públicos” é a temática mais morosa, com duração média de 5,2 anos. Em segundo lugar está a administração pública e a administração da justiça, com 4,6 anos em média. A temática que o Supremo menos demora a se posicionar é a “regulação da competição política”, com 3,2 anos.

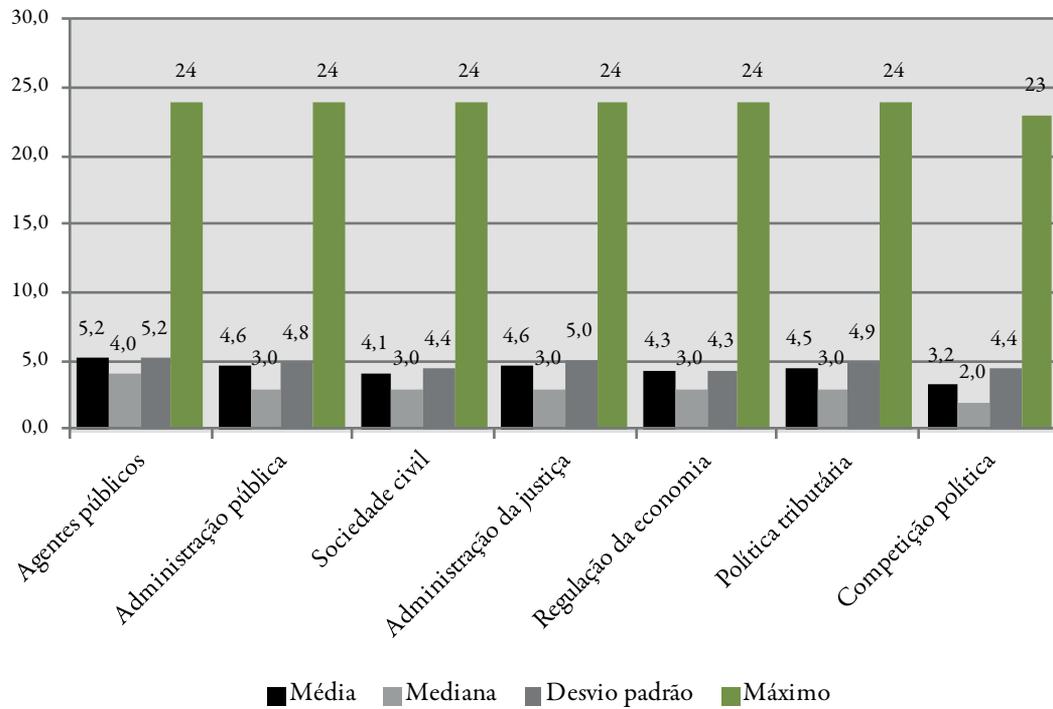
Apesar de o STF influenciar na implementação de políticas públicas, ele demorou a se posicionar. Alguns casos notórios da demora em decidir são os julgamentos envolvendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins e a correção de cadernetas de poupança por perdas com planos econômicos. No caso específico de ADIs, ainda aguardam posicionamento do STF, por exemplo, a discussão sobre reconhecimento, delimitação e demarcação de terras quilombolas, na ADI 3.239 (datada de 25/6/2004) e o questionamento sobre a proibição de produção e comercialização do amianto, na ADI 3.357 (datada de 30/11/2004). Outro exemplo é a ADI 1.060 (de 28/4/1994), que teve liminar deferida, mas ainda aguarda julgamento do mérito, questionando lei que determina redução da carga horária semanal de servidor público do estado do Rio Grande do Sul que tenha filho dependente portador de deficiência (Gráfico 10).

Esses dados revelam que, para além da agenda temática, preocupa no processo decisório a demora do STF em decidir. E, mais ainda, a falta de explicitação dos critérios para decidir sobre o que decidir e quando decidir. Essa falta de critérios dá autonomia absoluta aos ministros para definirem a pauta de julgamentos dentre os temas judicializados. Esse poder está primeiro nas mãos do relator, que pode adiar o pedido de data de julgamento; depois, da presidência, que pode escolher não incluir um processo na pauta ou adiar sua inclusão; e nas mãos de cada ministro individualmente, que pode pedir vista no julgamento de uma ação, apesar de o regimento interno regulamentar o tempo de vista⁹ – na prática o STF não tem observado sua própria regra. Segundo

9. O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu artigo 134, estabelece que “[s]e algum dos ministros pedir vista dos autos, deverá apresentá-los para prosseguimento da votação, até a segunda sessão ordinária subsequente”. Além disso há a resolução 278/03, que regulamenta esse artigo do RISTD, modificada pela resolução 322/06, estabelecendo que se os autos não forem devolvidos no prazo fixado, “fica o pedido de vista prorrogado automaticamente por 10 (dez) dias, findos os quais a presidência do tribunal ou das turmas comunicará ao ministro o vencimento do referido prazo”.

GRÁFICO 10

Tempos da decisão, em anos, de acordo com temática



Base: ADIS, com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: agentes públicos: 1.093; administração pública: 401; sociedade civil: 384; política tributária: 277; regulação da economia: 229; administração da justiça: 200; competição política: 128.

Falcão *et al.* (2014), nas ADIS o pedido de vista dura em média 150 dias¹⁰. Toda essa discricionariedade dada ao STF leva o tribunal a concentrar bastante poder político.

“Supremo RH”

Dado que o funcionalismo público é tema dominante na pauta do Supremo em controle concentrado de constitucionalidade, com 40% das ADIS, convém detalhar os interesses em disputa nessas ações. Classificamos os interesses de acordo com a petição inicial, em três categorias: (1) combate a interesses corporativos, quando o autor da ação solicitava a declaração de inconstitucionalidade de uma norma que

10. Exemplo disso é a ADI 4.650, na qual a OAB questiona a constitucionalidade dos financiamentos de empresas privadas a partidos políticos e às campanhas eleitorais. Apesar de ter um placar de seis votos pela procedência da ação, desde 2/4/2014 o julgamento está parado devido ao pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. E em declaração dada no início de 2015, o ministro sugere que seu voto estará pronto até o fim do ano (Cruvinel, 2015).

ampliava prerrogativas das carreiras públicas; (2) defesa de interesses corporativos, quando o autor da ação solicitava a declaração de inconstitucionalidade de uma norma que restringia prerrogativas das carreiras públicas; e (3) regulação da atuação, quando a norma impugnada trazia mudanças na carreira ou atuação dos servidores, sem necessariamente ampliar ou restringir suas prerrogativas – aqui na maioria das vezes o pedido se justificava a partir do vício de iniciativa no processo legislativo.

As ADIs referentes aos agentes públicos buscaram o combate aos interesses corporativos das carreiras em 42% das vezes; em 36%, a defesa desses interesses e em 22%, a regulação da atuação.

Os governadores foram os campeões no questionamento de normas que ampliavam as prerrogativas do funcionalismo público, sobretudo as referentes aos aumentos de vencimentos e alteração nas regras para aposentadoria, sendo também comuns, em decorrência das constituições estaduais, questionamentos às promoções de servidores e à transformação de cargos públicos.

A Procuradoria-Geral da República vem em segundo lugar, com 47% da sua atuação na temática visando a restringir interesses corporativos – é notória a atuação da PGR questionando normas referentes à aposentadoria em cargos eletivos e à incorporação de adicionais por desempenho de cargos temporários ou de nomeação aos vencimentos integrais de servidores públicos que os desempenharam por um curto período de tempo (Gráfico 11).

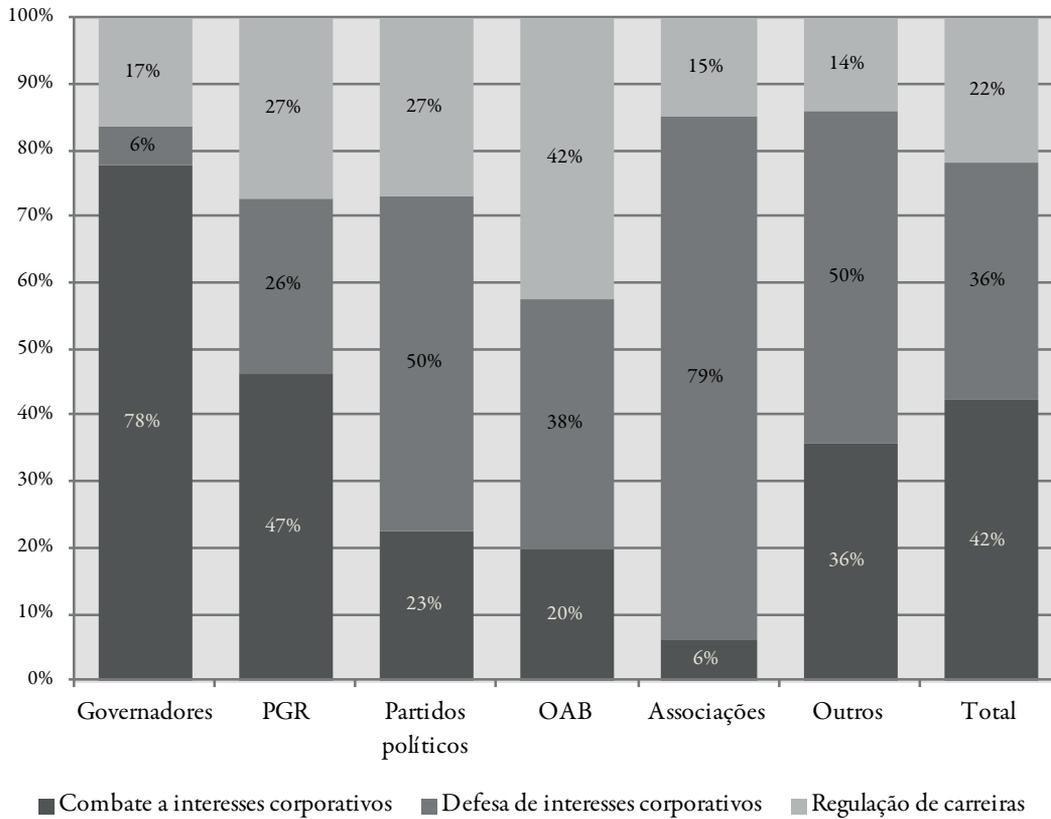
Já as associações lideram a defesa de interesses corporativos, como esperado, vindo em segundo lugar os partidos políticos – metade das demandas dos partidos na temática “agentes públicos” visa à defesa de interesses corporativos do funcionalismo. A OAB tem na regulação da atuação sua principal demanda, seguida da defesa de interesses corporativos – o que reforça observação feita no início deste artigo, de que a Ordem comporta-se, em grande parte do seu esforço nas ADIs, tal qual uma associação de defesa de interesses de classe.

A fim de delinear os interesses em disputa nessas ADIs, subdividimos as categorias “defesa de interesses corporativos”, “combate a interesses corporativos” e “regulação da atuação”, de acordo com a carreira dos servidores em questão, separadas em três grupos: (1) magistratura; (2) demais carreiras da justiça (Ministério Público, Defensoria, Delegados da Polícia Civil); e (3) demais servidores. Essa opção de classificação persegue a verificação da hipótese de que o Supremo tem atuado como uma espécie de departamento de recursos humanos em grande parte de seu tempo (Tabela 1).

Vemos que 9% das ações visaram a defender interesses da magistratura e 9%, interesses das demais carreiras da justiça. Outros 7% tiveram como alvo o combate aos interesses da magistratura e 11%, o combate aos interesses corporativos das demais carreiras da justiça, o que totaliza 36% das ações na temática “agentes públicos”.

GRÁFICO 11

Interesse expresso na petição inicial, de acordo com requerente



Base: ADIS na temática agente público, com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: governadores, 341; PGR, 284; associações, 237; partidos políticos, 171; OAB, 45; outros, 15.

Somando a esse total 1% das ações que discutem aspectos da regulação da atuação da magistratura, 10% que tratam da regulação das demais carreiras da justiça e ainda os 0,3% das disputas internas da magistratura, temos que 47% do que o Supremo discute nessa temática é referente às próprias carreiras públicas da justiça, o que corresponde a cerca de um quinto do total de ADIS decididas pelo STF no período.

Mas como o Supremo respondeu a esses pedidos, ou seja, qual o alcance das decisões nessa temática? É possível afirmar que de maneira geral o tribunal colaborou mais para a redução dos interesses corporativos do que para a sua ampliação. Considerando o total de ADIS que buscavam combater interesses corporativos, o Supremo declarou total ou parcialmente procedente 48% – ou 77%, excluindo as monocráticas. Já das ações que visavam a defender interesses corporativos, o tribunal julgou total ou parcialmente procedente 32% dos casos – 61% considerando apenas as ADIS julgadas no colegiado (Gráfico 12).

TABELA 1

Interesse expresso na petição inicial, de acordo com requerente

	PGR	Governadores	Partidos políticos	Associações	OAB	Outros	Total
Combate a interesses corporativos (demais carreiras públicas)	16%	58%	10%	4%	16%	21%	25%
Defesa de interesses corporativos (demais carreiras públicas)	7%	4%	47%	30%	24%	36%	18%
Combate a interesses corporativos (demais carreiras da justiça)	14%	15%	11%	2%	4%	–	11%
Regulação de atuação (demais carreiras públicas)	11%	10%	19%	5%	7%	7%	10%
Regulação de atuação (demais carreiras da justiça)	13%	6%	5%	8%	36%	7%	10%
Defesa de interesses corporativos (magistratura)	10%	1%	1%	25%	2%	14%	9%
Defesa de interesses corporativos (demais carreiras da justiça)	10%	1%	2%	25%	11%	14%	9%
Combate a interesses corporativos (magistratura)	17%	5%	2%	1%	–	–	7%
Regulação de atuação (magistratura)	4%	–	2%	0%	–	–	1%
Disputa interna (magistratura)	–	–	–	1%	–	–	0%
Total (em números)	284	341	171	237	45	15	1093

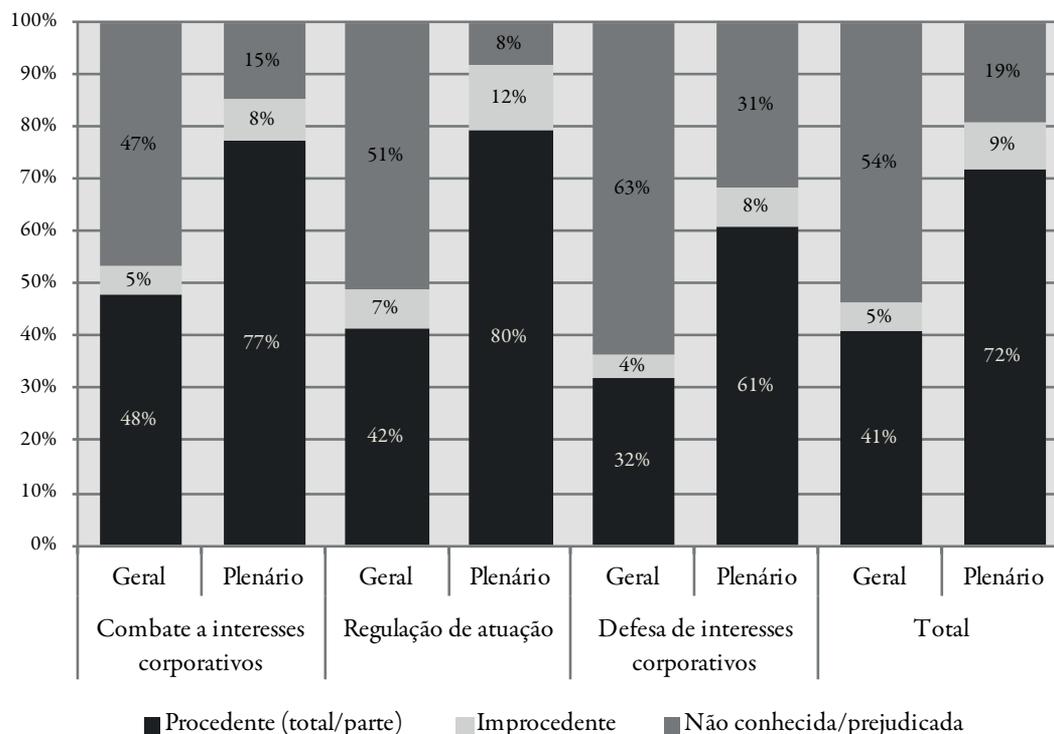
TABELA 2

Resultado da decisão, de acordo com o interesse expresso na petição inicial

	Improcedente		Procedente (total/parte)		Não conhecida/prejudicada	
	Geral	Plenário	Geral	Plenário	Geral	Plenário
Regulação de atuação (demais carreiras da justiça)	7%	10%	51%	84%	43%	7%
Combate a interesses corporativos (demais carreiras públicas)	4%	6%	52%	79%	44%	15%
Regulação de atuação (demais carreiras públicas)	9%	17%	37%	79%	54%	4%
Combate a interesses corporativos (demais carreiras da justiça)	9%	14%	45%	78%	47%	8%
Defesa de interesses corporativos (magistratura)	4%	8%	42%	74%	53%	19%
Combate a interesses corporativos (magistratura)	6%	10%	36%	67%	58%	23%
Defesa de interesses corporativos (demais carreiras da justiça)	2%	4%	38%	66%	60%	31%
Defesa de interesses corporativos (demais carreiras públicas)	5%	10%	25%	52%	70%	38%
Regulação de atuação (magistratura)	–	–	27%	50%	73%	50%
Disputa interna (magistratura)	–	–	–	–	100%	–
Total	5%	9%	41%	72%	54%	19%

GRÁFICO 12

Resultado da decisão, de acordo com o interesse expresso na petição inicial



Base: ADIs na temática agente público, com decisão final, julgadas de outubro de 1988 a julho de 2014: combate a interesses corporativos: geral, 465, plenário, 288; defesa de interesses corporativos: geral, 391, plenário, 207; regulação de atuação: geral, 237, plenário, 122.

Observando os interesses específicos em disputa, notamos que o Supremo foi mais ativo em combater os interesses de outras carreiras públicas que não as da justiça – julgou total ou parcialmente procedente 52% das ações que combatiam interesses corporativos das demais carreiras públicas, 45% das ações que combatiam interesses das demais carreiras da justiça e 36% das ações que combatiam interesses da magistratura (Tabela 2).

Entre as ações que defendiam interesses corporativos, o STF julgou procedente, no todo ou em parte, 42% das ações que defendiam interesses da magistratura, 38% das ações que defendiam os interesses das demais carreiras da justiça e 25% das ações que defendiam interesses das demais carreiras públicas. Em termos da regulação da atuação das carreiras, aquelas que se referiam à magistratura foram as em que menos o STF interveio – apenas 27% dessas ações foram julgadas procedentes.

Esses dados reforçam a constatação de que o Supremo Tribunal Federal desempenhou o papel de eficaz órgão de deliberação corporativa.

Conclusão

Buscamos neste artigo mapear o conteúdo da agenda decisória do STF e o alcance de suas decisões no controle concentrado de constitucionalidade das leis, com base nas ADIs julgadas pelo tribunal entre os anos de 1988 e 2014. A partir daí, discutimos os papéis que o STF desempenhou ao arbitrar interesses em disputa no processo de revisão judicial.

O Supremo investiu 40% do seu tempo no âmbito da ADI em assuntos ligados ao funcionalismo público, sendo que aproximadamente 20% das ações trataram exclusivamente das carreiras públicas jurídicas. Em segundo lugar, estão assuntos ligados à administração pública, com 15% do total de ações, e em terceiro, temas ligados à agenda de direitos civis, sociais, políticos e coletivos (que somam 12% do total das ADIs), que juntamente com outros temas que tratam da relação entre particulares, somam 14% do total de ADIs. À administração da justiça, o Supremo dedicou 7% do seu tempo em ADIs. Com isso, mais de um quarto da agenda do STF no controle concentrado de constitucionalidade foi dedicada à regulação das carreiras públicas jurídicas e à administração das instituições estatais de justiça.

Portanto, observando os interesses que dominaram a agenda decisória do Supremo, podemos afirmar que quando se fala em judicialização da política no Brasil, no que se refere à atuação do Supremo Tribunal Federal, mais do que papel de mediador de disputas entre diferentes órgãos do governo, de instância de implementação de direitos sociais e coletivos ou ainda instituição contramajoritária, o tribunal desempenhou o papel de instituição de deliberação corporativa.

O STF tem, sim, permitido em alguma medida a incorporação de vozes minoritárias no processo político, mas seu papel predominante foi o de propiciar aos governos, às associações de classe e às próprias instituições de justiça (sobretudo via Procuradoria-Geral da República) um espaço privilegiado de interferência na implementação de políticas públicas ligadas à regulação das burocracias do Estado e suas prerrogativas.

Qual o impacto da atuação de um tribunal com essa agenda decisória para a democracia? Trazemos aqui a ponderação de Hirschl (2013) de que quando os políticos eleitos abstêm-se de lidar com um desafio de política pública, a intervenção judicial pode ser um caminho para “abrir o debate sobre o assunto”. Mas quando o autor observa os impactos efetivos da revisão judicial sobre uma agenda de avanço e garantia de direitos, conclui que são muito pouco significativos no que se refere aos direitos positivos e coletivos (trabalho, educação, saúde, moradia, entre outros), tendo uma efetividade um pouco maior para os direitos negativos (restrições à ação do Estado, impedindo-o de interferir nas atividades econômicas e na vida privada, como a liberdade de expressão, o devido processo legal, a igualdade formal).

Pensando o caso brasileiro a partir dessa ponderação, observamos que a demanda proporcionalmente mais acolhida pelo Supremo, ou seja, aquela em que ele mais tem interferido, declarando a inconstitucionalidade total ou parcial da norma em questão, é a relativa aos agentes públicos – primeiro para restringir prerrogativas e depois para ampliá-las ou garanti-las. Em segundo lugar, vêm as demandas ligadas à sociedade civil, sendo a “regulação do trânsito” o assunto que o tribunal mais interveio, declarando procedentes 66% das ações que julgou nessa temática. Depois, as ações que tratam dos direitos civis, julgando total ou parcialmente procedentes 38% dessas ações. Já em termos de direitos sociais, o STF interveio em 30% dos casos.

O tribunal foi muito mais interventivo quando tratava da burocracia do Estado ou mesmo quando decidia acerca de direitos negativos se comparado às suas decisões relativas aos direitos positivos e coletivos. Porém, ainda que a intervenção do Supremo nessa área seja menor, ela tem sido significativa não só para “abrir a agenda de debates sobre o assunto”, como também para influenciar a agenda de implementação de poucas, mas relevantes, políticas públicas, como a implementação do sistema de cotas em universidades. Na arena de conflitos políticos, o papel do Supremo, apesar de pontual, também pode ser considerado significativo, sendo exemplos os casos da declaração de constitucionalidade da perda de mandato eletivo por infidelidade partidária e da Lei da Ficha Limpa.

O Supremo é órgão essencial para a governança democrática, portanto não deve dispendar tanto tempo arbitrando interesses e conflitos da burocracia do Estado, e sim dedicar-se às questões de maior relevo e importância nas arenas social e política do país.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Rogério Bastos. (1997), *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo, Idec/Sumaré/Fapesp/Educ.
- BRASIL. Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm, consultado em 8/12/2015.
- _____. Supremo Tribunal Federal (STF). *Regimento interno*. Atualizado até setembro de 2015, consolidado e atualizado até maio de 2002 por Eugênia Vitória Ribas. Brasília: STF, 2015. Disponível em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Setembro_2015-versao_eletronica.pdf, consultado em 8/12/2015.
- CARVALHO, Ernani Rodrigues de. (2004), “Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem”. *Revista de Sociologia e Política*, 23: 115-126.

- _____. (2009), "Judicialização da política no Brasil: controle de constitucionalidade e racionalidade política". *Análise Social*, 191 (44): 315-335.
- CASTRO, Marcos Faro de. (1997), "O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (34): 147-156.
- CRUVINEL, Tereza. (2015), "Gilmar não libera tão cedo...". Blog *Tereza Cruvinel*, 5/1. Disponível em <http://terezacruvinel.com/2015/01/05/gilmar-nao-libera-tao-cedo>, consultado em 7/1/2015.
- DOMINGO, Pilar. (2004), "Judicialization of politics or politicization of the Judiciary? Recent trends in Latin America". *Democratization*, 1(11): 104-126.
- _____. (2010), "Novel appropriations of the law in the pursuit of political and social change". In: COUSO, Javier *et al.* (orgs.). *Cultures of legality: judicialization and political activism in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 254-278.
- ENGELMANN, Fabiano & CUNHA FILHO, Marcio C. (2013), "Ações judiciais, conteúdos políticos: uma proposta de análise para o caso brasileiro". *Revista de Sociologia e Política*, 45 (21): 57-72.
- FALCÃO, Joaquim. (2014), "Supremo, servidores públicos e magistrados". Blog *Jota*, 9/10. Disponível em <http://jota.info/materias75-supremo-servidores-publicos-e-magistrados>, consultado em 20/12/2014.
- FALCÃO, Joaquim *et al.* (2011), "O Supremo Tribunal Federal processual". In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et al.* (orgs.). *Estudos: direito público*. São Paulo, Lex Magister, pp. 299-308.
- _____. (2014), "III Relatório Supremo em números: o Supremo e o tempo". Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12055>, consultado em 20/12/2014.
- FALCÃO, Joaquim & OLIVEIRA, Fabiana Luci de. (2013), "O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?". *Lua Nova*, 88: 429-469
- HIRSCHL, Ran. (2007), *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (2013), "Epilogue: courts and democracy between ideals and realities". *Representation*, 3 (49): 361-373.
- KAPISZEWSKI, Diana & TAYLOR, Matthew M. (2008). "Doing courts justice? Studying judicial politics in Latin America". *Perspectives on Politics*, 4 (6): 741-767.
- KOERNER, Andrei. (2013). "Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88". *Novos Estudos Cebrap*, 96: 69-85.
- _____. *et al.* (2011), "Sobre o judiciário e a judicialização". *Nuevos Paradigmas de las Ciencias Sociales Latinoamericanas*, 4 (2): 17-52.
- MACEDO, Fausto. (2014), "Imenso varejo de miudezas' toma Supremo, diz Barroso". *Estadão*, 26/8. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/imenso-varejo-de-miudezas-toma-supremo-diz-barroso>, consultado em 20/12/2014.
- MACIEL, Débora Alves & KOERNER, Andrei. (2002), "Sentidos da judicialização da política: duas análises". *Lua Nova*, 57: 113-133.

- OLIVEIRA, Eduardo Santos de. (2013), "O sistema político brasileiro hoje: o governo do Supremo Tribunal Federal e legitimidade democrática". *Sociologias*, 33: 206-246.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de. (2011), *Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle de constitucionalidade das leis no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____. (2013), "Supremo relator: processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 80 (27): 89-115.
- OLIVEIRA, Vanessa Elias. (2005), "Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política?". *Dados*, 3 (48): 559-587.
- SADEK, Maria Tereza Aina. (2011), "O Judiciário e a arena pública". In: SOLA, Lourdes & LOUREIRO, Maria Rita. *Democracia, mercado e Estado: o B de Brics*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 121-147.
- SUNDFELD, Carlos Ari et al. (2010), *Controle de constitucionalidade e judicialização: o STF frente à sociedade e aos Poderes*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/controle_de_constitucionalidade_e_judicializacao.pdf, consultado em 20/12/2014.
- TAYLOR, Matthew. (2007), "O Judiciário e as políticas públicas no Brasil". *Dados*, 2 (50): 229-257.
- _____. (2008), *Judging policy: courts and policy reform in democratic Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- TATE, C. Neal. (1995). "Why the expansion of judicial power?". In: VALLINDER, Torbjörn & _____. *The global expansion of judicial power: the judicialization of politics*. Nova York, New York University Press, pp. 27-37
- VALLINDER, Torbjörn. (1995), "When the courts go marching in". In: _____ & TATE, C. Neal. *The global expansion of judicial power: the judicialization of politics*. Nova York, New York University Press, pp. 13-26.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. (1994), *Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política*. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- _____. (2008), "Supremocracia". *Revista Direito GV*, 4 (2): 441-464.
- WANG, Daniel Wei Liang. (2009), *Poder Judiciário e participação democrática nas políticas públicas de saúde*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21062011-134507>, consultado em 29/12/2014.
- WERNECK VIANNA, Luiz et al. (1999), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____. (2007), "Dezessete anos de judicialização da política". *Tempo Social*, 2 (19): 39-85.

Resumo

Agenda suprema: interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil

Neste artigo discutimos os papéis que o Supremo Tribunal Federal (STF) têm desempenhado ao arbitrar interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis, via ações direitas de

inconstitucionalidade (ADIs). Para isso, baseamo-nos na análise quantitativa das ADIs julgadas pelo tribunal entre os anos de 1988 e 2014, mapeando o conteúdo de sua agenda decisória, verificando em que medida o Supremo tem feito diferença nas arenas de conflito social e político do país. Concluímos que apesar do Supremo arbitrar importantes disputas sociais e políticas, sua agenda tem sido tomada por uma pauta ligada ao delineamento das carreiras públicas, decidindo sobre expansão ou contenção das prerrogativas da burocracia do Estado. Entre os diversos papéis que a literatura corrente acerca da judicialização da política tem atribuído às supremas cortes ao redor do mundo, em um cenário de expansão do poder político do Judiciário, verificamos que, no caso do Brasil, mais do que instituição contramajoritária ou instância de implementação de direitos sociais e coletivos, o STF tem desempenhado papel de verdadeiro órgão de deliberação corporativa.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; Agenda decisória; Controle de constitucionalidade; Judicialização da política; Funcionalismo público.

Abstract

Supreme agenda: interests in dispute in judicial review in Brazil

In this paper we discuss the roles that Brazil's Supreme Court (STF) has played while arbitrating interests in dispute in the constitutionality control of laws, through judicial review cases (ADIs). For this, we rely on quantitative analysis of ADIs judged by the court between the years 1988 and 2014, mapping the content of the Court's decision-making agenda and the scope of its decisions, determining to what extent the Supreme Court has made a difference in arenas of social and political conflict in the country. We conclude that despite taking part in important disputes in arenas of social and political conflict, Supreme Court's agenda has been taken by issues related to the delineation of public careers, deciding on expansion or restraint of state bureaucracy prerogatives. Among the different roles that the current literature on judicialization of politics has attributed to Supreme Courts around the world, in a scenario of expanding political power of the judiciary, we found out that in Brazil, more than a countermajoritarian institution, or an instance to advance social and collective rights, Supreme Court has played the role of a true corporate deliberation body.

Keywords: Supreme Court; Decision-making agenda; Judicial review; Judicialization of politics; Civil servants.

Texto recebido em 8/1/2015 e aprovado em 24/3/2015. DOI:10.11606/0103-2070.ts.2016.106021.

Fabiane Luci Oliveira é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: : fabianaluci@gmail.com.

Cenas sociais e espaço de trabalho

Homologias na vida profissional de jovens de classes populares

Alicia Beatriz Gutiérrez e Gonzalo Assusa

Tradução do espanhol de Renata Oliveira Rufino

Introdução

De acordo com os cânones da sociologia, o mundo moderno foi construído como um conjunto mais ou menos definido de âmbitos, mundos ou esferas com lógicas relativamente constituídas de coordenação e complementaridade. As ciências sociais foram organizadas em disciplinas seguindo este esquema: uma ciência da política, uma ciência da sociedade, uma da cultura, uma da economia. Considerando o âmbito profissional como uma dessas esferas, os estudos sobre o mundo do trabalho têm comumente incorrido nessa visão compartimentada da realidade social, vinculada ao performativo discurso (moderno) sobre a modernidade.

Algumas das tentativas de aprofundar na indagação socioantropológica sobre a lógica interna dessas esferas e de reconstruir suas ordens interacionais produziram contribuições valiosas, apesar de carecerem de ferramentas conceituais relevantes para propor explicações articuladoras sobre essas separações práticas – que provocam separações sedimentadas estruturalmente – entre âmbitos diferenciais de ação e posições estruturais relativas à distribuição desigual dos recursos sociais. Da identificação dessa área de relativo vazio, parte o nosso texto.

A partir da descrição de uma série de situações problemáticas em espaços de trabalho nos quais atuam jovens de classes populares da cidade de Córdoba (Argentina), mostraremos as múltiplas justaposições, entrecruzamentos, superposições e atravessamentos que ocorrem cotidianamente entre diferentes cenas sociais e o

âmbito específico do trabalho. Depois, relacionando as diferentes justaposições com as desigualdades constitutivas do espaço das classes sociais, proporemos uma interpretação dos deslocamentos de lógicas de ação e critérios de valor entre cenas sociais como *estratégias de gestão de recursos* no âmbito do trabalho, possibilitados por homologias estruturais entre diferentes cenas.

Esta análise enquadra-se em uma pesquisa mais ampla sobre as estratégias familiares de reprodução no espaço social da grande Córdoba¹, no contexto das dinâmicas socioeconômicas recentes da Argentina no período entre 2003 e 2013². Neste projeto, indaga-se sobre um amplo espectro de práticas, incluindo estratégias profissionais, educativas, habitacionais e de consumo cultural. Esse processo incluiu uma etapa preliminar de reconstrução do espaço social das classes com base na perspectiva teórica de Bourdieu (1984), utilizando como fonte principal as informações provenientes do Sistema Estatístico Nacional argentino, especialmente da Encuesta Permanente de Hogares (EPH – Levantamento Permanente de Lares)³. O propósito dessa primeira aproximação foi o de construir a estrutura objetiva de possibilidades a partir da disposição de uma determinada estrutura e volume de capital para as diferentes famílias do espaço, posicionadas em diferentes classes e frações de classe.

A presente análise refere-se à segunda etapa de índole qualitativa. Quanto às estratégias profissionais especificamente, realizamos o trabalho de campo centrado na dinâmica da vida profissional de jovens de classes populares. Foram realizadas mais de cinquenta entrevistas a jovens, agentes estatais da área de emprego, docentes e representantes comunitários de bairros; observações em empresas, agências de emprego e escolas para jovens e adultos localizadas em bairros populares da grande Córdoba; além da análise documental de relatórios e materiais de formação referentes a políticas de emprego e à problemática da empregabilidade juvenil.

1. O Instituto Nacional de Estadísticas e Censos (Indec) considera “grande Córdoba” a conturbação da cidade de Córdoba (Argentina) com um punhado de localidades do departamento Colón, localizadas ao norte desta cidade. Compreende a cidade de Córdoba, capital da província, La Calera, Villa Allende, Río Ceballos, Unquillo, Salsipuedes, Mendiolaza, Saldán, La Granja, Agua de Oro, El Manzano e Guiñazú Norte. De acordo com o Censo 2010, a grande Córdoba conta com 1.412.182 habitantes (1.368.301, em 2001) em uma superfície de 21 mil quilômetros quadrados, o que a torna a segunda aglomeração urbana da Argentina em termos de população e superfície.
2. O projeto, radicado no Centro de Pesquisas da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade Nacional de Córdoba, intitula-se “Las clases y su reproducción en el espacio social cordobés (2003-2013)” e é financiado pela SECYT (Secretaria de Ciência e Tecnología) da Universidade Nacional de Córdoba e dirigido por Alicia B. Gutiérrez e Héctor Mansilla.
3. A Encuesta Permanente de Hogares (Levantamento Permanente de Lares) é um programa nacional cujo propósito é fazer um levantamento sistemático e permanente dos dados referentes às características demográficas e socioeconômicas fundamentais da população e vinculadas à força de trabalho. Esse levantamento é realizado trimestralmente e tem cobertura nacional, abarcando os maiores centros urbanos da Argentina, aglomerados onde habita 70% da população urbana.

Com o objetivo de analisar as estratégias de gestão de recursos no âmbito do trabalho, começaremos reconstruindo a evolução teórica do diagnóstico sobre o processo de modernização como um desenvolvimento que desemboca na constituição de um mundo dividido em esferas. Para isso, retomaremos a contribuição específica de Max Weber sobre a formação do capitalismo moderno como um processo de racionalização e formação de “esferas de valor”. A partir do estabelecimento desse acervo teórico clássico, proporemos algumas ferramentas conceituais para a articulação de explicações sobre a ordem interacional-configuracional da vida profissional, embora vinculadas à dimensão estrutural das relações entre as classes sociais. Para isso, recuperaremos especificamente os desenvolvimentos teórico-metodológicos de Florence Weber, sua proposta de etnografia multi-integrativa e sua noção de cenas sociais, inserindo-os na conceptualização bourdieusiana de espaço social (Bourdieu, 1984).

Esferas, cenas e homologias: entre as estruturas e as interações

O mundo em esferas: o relato sociológico da modernização

A sociologia produziu uma série de diagnósticos sobre a modernidade, entre os quais o de Weber, que constitui sua versão consagrada. Sua caracterização do processo de modernização como eixo de análise (crítica) do processo de evolução da sociedade ocidental entre o século XIX e o XX nos servirá para estabelecer um acervo disciplinar comum do qual partem visões de um mundo separado em esferas relativamente independentes e autorreguladas.

O primeiro elemento do diagnóstico consiste na crescente *especialização*, funcional e de funcionários, que encerra a totalidade da existência e que explica, entre outros, o surgimento do próprio Estado moderno e do tipo específico de quadros administrativos (burocracia moderna) que lhe correspondem (M. Weber, [1905] 2006, p. 7). Essa análise não está circunscrita necessariamente ao esquema e à perspectiva weberiana. Uma leitura homóloga leva Durkheim a recorrer à *diferenciação* funcional impulsada pela “economia” como elemento explicativo fundamental da passagem das sociedades de solidariedade mecânica para as de solidariedade orgânica (Durkheim, [1893] 1985, p. 256). Combinando as duas vertentes teóricas (a durkheimiana e a weberiana), Habermas relata a mesma passagem como uma transformação dos mecanismos de integração social, a partir de um acordo normativo básico generalizado, em conexões sistêmicas de âmbitos de ação funcionalmente especificados (Habermas, [1981] 1990, p. 163).

O segundo elemento que caracteriza a modernidade é a fundação do capitalismo em uma *separação* medular entre o espaço doméstico (lar) e o espaço de trabalho-

-industrial (empresa). Se o capitalismo está igualmente caracterizado, em Weber, pela organização racional-capitalista do trabalho formalmente livre, por um lado, e pela contabilidade racional e a separação jurídico-patrimonial, pelo outro, os dois elementos baseiam-se na primeira separação. Isso também está enraizado no legado da sociologia clássica. Marx, por exemplo, narra a passagem do modo de produção feudal ao capitalista como um progressivo desembaraço da exploração puramente econômica com respeito à dominação pessoal. Embora o autor reconheça essa separação como “aparência” (ideológica), afirma-a como uma aparência *necessária* para sua transformação (Marx, [1844] 2004, p. 99). Em outro contexto de indagação, Dias Duarte (1994, 1995, 2004) e Semán (2006, 2007) tratam da separação dos mundos físico e moral da pessoa por parte da ideologia individualista moderna e da inadequação do modelo de pessoa próprio das classes populares a esse ideal hegemônico.

Algo relevante na versão especificamente weberiana da divisão é a constituição do espaço doméstico como um campo de competência especificamente familiar, âmbito por excelência de negociação pessoa a pessoa e de repressão do espírito de cálculo (Lenoir, 1993, p. 77), espaço privilegiado da “economia dos cuidados” (Bourdieu, [1979] 1988) e do desinteresse, em oposição à esfera econômica, cuja tipologia ideal é associada a uma racionalidade de tipo instrumental e produtivista.

Por último, a modernidade é vista por Weber, e depois por Lukács ([1923] 1985), como um progressivo processo de *racionalização*, uma imposição da racionalidade capitalista (como orientação prática para a vida do indivíduo), da disciplina laboral e do crescimento da produtividade no trabalho (Corrigan e Sayer, 2007) a partir da construção de uma esfera de trabalho fortemente tecnificada, regulada pela noção – de origem protestante – de “profissão” (M. Weber, 2006, pp. 67-68) e, por extensão, por um processo de autocontrole e ascetismo na totalidade da vida humana. Nesse ponto, Weber mostra as “afinidades eletivas” entre a ética protestante e o espírito do capitalismo ou entre a racionalização religiosa (rejeição, como superstição, da busca de meios mágicos de salvação) e o desencantamento do mundo (racionalização, planificação e metodização moral da vida e das práticas mundanas).

É a partir desse processo, assim diagnosticado, que podemos falar, seguindo Brubaker, de *esferas de valor* no pensamento weberiano, como reinos de atividade diferenciados, resultados emergentes do processo de racionalização moderno ocidental, ou seja, da consciência crescente de autonomia normativa, axiológica e causal dessas esferas (Brubaker, 1984). Embora essas diferentes esferas de valor tenham uma inerente consistência racional típico-ideal em seu interior (*Idem*), entre si cruzam-se e interpenetram-se em um conflito *objetivo*, resultado de “processos de racionalização divergentes” (*Idem*, p. 78). Esses conflitos – estruturalmente irreconciliáveis – sempre seriam resolvidos em “orientações individuais de valor”; na medida em que

é impossível uma prevalência racional, a escolha decide, justamente, entre “critérios de racionalidade” (*Idem*, p. 87).

Esse conflito de caráter objetivo e inerente à divisão do mundo em esferas leva a questionar, no pensamento weberiano, a própria possibilidade de uma “vida racional”. O problema é que, com todo seu potencial crítico, deixa as articulações entre esferas à mercê de escolhas individuais, sem ferramentas conceituais para uma análise que pretenda articular, teórica e metodologicamente, aproximações a essas *esferas como espaços interacionais*, com a dimensão estrutural, como *espaço social das classes*.

Das configurações às cenas sociais

Nos termos da conceitualização de Elias ([1970] 1982), de *indivíduos interdependentes* que se enfrentam com margens de ação limitadas, entendemos que o espaço social, ou o espaço das classes, pode ser considerado (também) como um entrelaçado de múltiplas interdependências que vinculam os agentes. Desse modo, propomos uma abordagem das esferas da vida social que articula as dimensões estrutural e interacional e que estabelece seu lócus de estudo ao passar da noção mais ampla de “configuração” (*Idem*) para a mais precisa de “cena social” (F. Weber, [1989] 2009; 2001; 2002).

De fato, para Elias ([1970] 1982), o tecido social está permeado por numerosos modos de inter-relação que se entrecruzam, “configurações” que consistem em formas específicas de interdependência que ligam uns indivíduos a outros e que se diferenciam pela longitude e complexidade das diferentes cadeias de inter-relações.

Como aponta Corcuff, as dependências recíprocas não implicam necessariamente relações iguais e equilibradas, e, de fato, em suas análises empíricas, Elias demonstra que, em geral, as configurações se caracterizam pela desigualdade, dominação e poder. Mas, aqui, o poder não é essência nem substância: é uma característica associada a essas dependências recíprocas, que fazem que uns indivíduos dependam de outros e, assim, vejam limitadas suas capacidades de escolha e ação (Corcuff, 2013). Apelando à metáfora do jogo, sua perspectiva teórica considera que as diferentes jogadas dos indivíduos estão imbricadas, e isso gera dinâmicas que fogem à vontade e aos desígnios dos jogadores envolvidos: “A interdependência entre as diferentes posições gera processos regulares que se impõem a cada jogador como processos impessoais, ao exercer no conjunto do entrelaçado uma coação sobre o comportamento de cada um dos atores” (Martín Criado, 2008, p. 19).

No entanto, não pretendemos identificar essa noção de “configuração” com a bourdieusiana de campo ou de espaço social⁴ – como sugere Heinich (1999) –,

4. Espaço social e campo, para Bourdieu, são duas construções diferentes para explicar as “estruturas obje-

mas propomos uma maneira de combiná-las teórica e metodologicamente, como preconiza Martín Criado (2008), especificando âmbitos mais apropriados para suas utilizações analíticas. Nessa intenção de gerar ferramentas adequadas para nossos objetos de estudo, apelamos para a proposta de Florence Weber para explicar a complexa gama de interações suscetíveis de serem observadas nas diferentes esferas da vida e suas interpenetrações.

Partindo de uma etnografia multi-integrativa, “que pretende capturar totalidades socioculturais com base em observações localizadas” (F. Weber, 2001, p. 475), Florence Weber supõe o âmbito do trabalho de campo como uma cadeia de interdependências, no sentido em que Elias o interpreta, e como uma espécie de universalização da análise interacional de Bateson.

Em seu estudo sobre Montbard (F. Weber, [1989] 2009), ela analisa o “trabalho paralelo” (*travail à côté*) e propõe apreender diferentes “âmbitos de atividades” para classificar as diversas ocupações dos operários fora da fábrica, considerando-as como um *continuum* entre o prazer de estar ativo e o benefício econômico ou simbólico.

O trabalho paralelo está ligado a uma área específica de relações sociais, uma *cena social*, definida como “subconjunto de relações orientadas por uma prática no conjunto das relações tecidas por um indivíduo” (*Idem*, p. 193). Esse conceito permite a Weber abordar um conjunto de domínios da realidade social, construindo diferentes situações de interação, com seus códigos particulares (de cumprimentos, cortesia, intercâmbio), sem abandonar a noção mais estrutural de “campo”, embora com a precaução de não autonomizar prematuramente um domínio sob o suposto funcionamento de um “mercado” ou um “campo de forças”. Desse modo, Weber reconstrói uma série de *homologias* possíveis (entre a cena residencial, parental, esportiva e profissional) em um contexto espacial de relativa fusão das cenas profissional e residencial (Assusa, 2014).

Em um trabalho posterior sobre horticultores aficionados, Florence Weber (2002) retoma essa ideia e demonstra que existe uma pluralidade de *cenas sociais* que se correspondem com uma série de racionalidades práticas: nessas cenas, os indivíduos interagem e suas ações adquirem significado. Além disso, ao analisar o modo em que se configura o ritual das diversas transações, mostra que o consumidor racional (no sentido da teoria utilitarista) não tem que depender de nenhum cálculo explícito, já que o *éthos* ascético encontra-se inscrito nas rotinas do corpo. Tal como aponta Ténédos (2006), a contribuição fundamental de Florence Weber foi revelar

tivas externas”, embora as duas se relacionem e sejam homólogas. Enquanto “campo” é o espaço de jogo específico e relativamente autônomo, espaço social é o espaço de coexistência dos campos ou o âmbito da luta de classes (Gutiérrez [1995] 2012).

as insuficiências da modelização do cálculo econômico e sugerir que cada cena social privilegia uma maneira particular de medir e de contar.

Esse modo de conceitualizar permite a Weber confrontar uma série de aspectos (ocupações ativas/ocupações passivas; gosto/necessidade; racionalidade econômica/racionalidade prática). Para os propósitos do nosso trabalho, sistematizamos o seguinte:

- Primeiro, “a ‘cena social’ é o universo de referência e socialização no qual as interações adquirem significado para os participantes” (F. Weber, 2001, p. 485).
- Não se trata necessariamente de um espaço de copresença física, mas de um espaço que contém uma série de lugares relacionados por uma definição comum da situação e por um conhecimento mútuo dos participantes.
- Essas cenas sociais não envolvem indivíduos que jogam o jogo abstrato do mercado, mas pessoas definidas por suas relações, suas coisas e seus territórios. Além disso, considerando as precauções ligadas à “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1986), afirma-se que “a pessoa aparece como ponto de intersecção entre muitas cenas de interconhecimento e a trajetória pessoal aparece como uma sucessão de pontos de intersecção” (F. Weber, 2001, p. 489).
- Consequentemente, propõe-se uma etnografia que enfatize a realidade de cadeias de conhecimento mútuo e interdependência⁵.

Contudo, neste estudo, identificamos e reconstruímos essas cenas sociais com base na análise da estrutura do espaço social cordobês, como espaço de similaridades e diferenças derivadas da distribuição desigual dos recursos objetivos (especialmente capital econômico e capital cultural sob a forma de capital escolar) que posicionam seus protagonistas de maneira desigual.

Dessa forma, descrevemos uma série de situações em âmbitos de trabalho em termos de cenas sociais e interpretamos as lógicas práticas postas em jogo nessas situações, como a produção de uma série de homologias possíveis para a gestão dos recursos no contexto de interações laborais, levando em conta que seus limites e possibilidades se encontram definidos nas estruturas objetivas das relações de classe.

A posição na estrutura do espaço social cordobês: a classe baixa dominada

Consideramos o espaço social no sentido de Bourdieu (1986), como uma construção teórica (“no papel”), uma ferramenta analítica que, levando em conta

5. Florence Weber (2001, 2002) aponta explicitamente esforços analíticos similares em outros autores contemporâneos como Lahire (1998) e Zelizer (2000).

simultaneamente um conjunto de variáveis relativas a recursos econômicos e culturais e apelando a métodos específicos, permite caracterizar as diferentes posições (e suas relações) de nossas unidades de análise (famílias) e identificar classes e frações de classe. Procedendo desse modo, não pretendemos abordar as classes sociais predefinidas, e sim reconstruir o sistema de relações que elas formam, para identificar nele conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes, com condições de existência homogêneas.

Associando uma análise de correspondências múltiplas (ACM)⁶ com o método de classificação hierárquica ascendente (CHA), construímos o espaço social cordobês e identificamos quatro grandes classes com suas respectivas frações (Gutiérrez e Mansilla, 2015).

Levando em conta a estrutura correspondente ao terceiro trimestre de 2011, selecionamos jovens pertencentes ao que dominamos classe baixa dominada (1/4), composta por cerca de 20% da amostra tomada pela EPH, de 532 residências⁷. As famílias que compõem esta classe apresentam condições de existência que se caracterizam por seu baixo volume global de capital, com uma estrutura patrimonial associada a baixa renda: renda *per capita* familiar (RPCF), renda total do referencial da família (RF), renda pela ocupação principal do RF e renda total familiar localizadas no primeiro decil. Ao mesmo tempo, estão associadas, quanto à ocupação de seu RF, com falta de qualificação profissional, serviço doméstico, atividades por conta própria e ligadas à construção, com certa precariedade no trabalho, pouco tempo de serviço, trabalho desenvolvido

6. Como variáveis ativas da ACM, selecionamos propriedades correspondentes ao lar e a seu referencial (levando em conta o capital econômico e o capital cultural). Assim, com relação à disponibilidade de recursos econômicos do lar, levou-se em conta a “renda *per capita* familiar” (RPCF, considerada em decis do aglomerado), ao mesmo tempo que foram selecionadas certas características do referencial da família, tais como sexo, idade, situação conjugal, nível educativo (capital escolar como subespécie do capital cultural) e outras vinculadas à sua inclusão nas relações de produção, em particular, hierarquia e qualificação ocupacional e, por fim, sua renda total individual.
7. O primeiro fator do espaço social contrasta as famílias mais bem providas em termos de volume global de capital com aquelas com menor provisão de recursos. Expressando 7,2% da inércia total e conformada principalmente pelas contribuições da renda *per capita* familiar (RPCF), a qualificação ocupacional do referencial da família (RF), sua renda total e seu nível de instrução, este eixo diferencia, na região superior do plano, as posições sociais com maior volume global de capital, ou seja, o máximo de recursos econômicos – expresso na categoria do 10º decil na RPCF – e alto volume de recursos culturais – indicado pelo nível de instrução formal alcançado pelo RF, que chega a estudos universitários completos. A essas propriedades, somam-se outros indicadores do volume patrimonial, como a qualificação e a posição hierárquica maior da ocupação profissional do RF (profissional formado e cargos de direção). Na região inferior do espaço, estão localizadas as posições que apresentam menor volume global de recursos, tanto econômicos quanto culturais; a inclusão no primeiro decil da RPCF e os estudos primários incompletos como máximo nível de instrução formal alcançado pelo RF são alguns dos indicadores que expressam mais claramente sua situação na região dominada do espaço social. O segundo fator distingue as regiões médias do espaço social, que se diferenciam entre si pelo volume global de capital possuído.

em pequenos estabelecimentos, do âmbito privado ou como trabalhador autônomo, e com falta de cobertura médica. O capital escolar do RF vai de nível primário incompleto ao primário completo. Quanto às características dos lares e domicílios desta classe, observamos uma associação com RF femininos, idosos, superlotação e condição de “ocupante” da moradia como regime de posse. Por último, podemos afirmar que esta classe de famílias se associa ao recebimento de subsídios e ajuda material.

No entanto, se o baixo volume de recursos permitiu recortar esse grupo como classe, existem, no seu interior, diferenças secundárias que permitem distinguir duas frações com diferentes estruturas patrimoniais. Embora os dois grupos possuam baixo volume global de capital expresso em renda dentro dos primeiros decis e RF cujos estudos não superam o nível primário, as frações mostram diferenças com respeito ao sexo do RF e ao tipo de inclusão no mercado de trabalho que este consegue. Assim, os fatores constitutivos da classe encontram-se – em cada fração – mediados pelas determinações impostas pelo gênero. Desse modo, uma primeira fração da classe, que inclui 10 % do total dos lares, agrupa famílias que possuem altas porcentagens (quase 80%) de RF feminino: trata-se de mulheres separadas ou viúvas, sem qualificação profissional e que desempenham serviço doméstico. Por outro lado, uma fração de aproximadamente 12% de lares possui, na sua maioria, um RF masculino, com ocupações vinculadas à construção e ao trabalho por conta própria, com qualificação profissional operativa e que constitui lares numerosos.

A submissão estratégica: formas de interação doméstica e no trabalho

“Abaixar a cabeça” é uma qualidade que parece ser fundamental para manter o trabalho nessas relações estruturais. Diante da falta de outras credenciais, como qualificação, formação profissional certificada, ofício ou experiência, a construção de uma imagem de “trabalhador submisso” pode funcionar como eficaz substituto, fundamentalmente em atividades (aparentemente) sem muitas exigências ou complexidade técnica.

Inês utilizou esta expressão ao criticar uma de suas conhecidas. Segundo nos contava, sua amiga era “muito geniosa”.

Ao ser indagada se opinava que Jéssica (uma moça que conhecia de um curso de capacitação profissional e era relativamente próxima) podia conseguir emprego. Disse que sim, porque se *expressava bem*, mas que era muito geniosa e estava sempre com a cara fechada. Quando perguntamos sobre seu próprio caráter, disse que ela também tinha temperamento forte, mas que sabia “abaixar a cabeça” e engolir as palavras (Nota de campo, set. 2012).

Ela tinha 22 anos e um filho de 4 anos. Antes que seu filho aprendesse a andar, teve que aceitar um trabalho para dormir no emprego. Sua tarefa era entregar “marmitas” de um estabelecimento que oferecia refeições no bairro. O serviço oferecido pelo estabelecimento era a entrega de refeições na hora do almoço para pessoas que trabalhavam nas imediações (especialmente nas obras de construção). Por uma questão de imagem, seus patrões não permitiam que ela levasse o bebê consigo durante as entregas porque “passava má impressão”, além das dificuldades causadas pela mobilidade com seu filho e as marmitas. Por isso, Inês deveria deixar o bebê aos cuidados de seus patrões enquanto tomava e entregava os pedidos. Quando regressava, encontrava o filho “todo cuspidado” ou maltratado fisicamente pelas filhas dos donos do estabelecimento.

Se grande parte das competências postas em jogo, nesse e em trabalhos anteriores da sua trajetória individual e familiar, estavam diretamente relacionadas com o espaço do *lar* (cuidado de crianças, limpeza, cozinha etc.), os elementos vinculados a esse mesmo espaço serviam-lhe de *critérios de valor moral* para avaliar a ilegitimidade da atitude de seus patrões. O espaço do *lar* e o do *trabalho*, em sua experiência, não estavam separados. De fato, seu filho morava, junto com ela, no seu próprio espaço de trabalho. E o *cuidado*, ao mesmo tempo, laboral e familiar, foi o que determinou a maneira em que essa relação de trabalho seria interrompida, ocasionando que Inês voltasse a morar na casa de sua mãe.

A questão é que, um dia, eu ia saindo, eu tinha um quartinho no quintal. Um dia, vou saindo e vejo que a menina levava o José [seu filho], tinha uma escada de cimento, no quintal. Lá de cima, a moleca empurrou o José. E o José se cansou de chorar, então eu levei ele no hospital, para tirarem umas radiografias da cabeça dele, mas não tinha nada. Daí, então, eu falei com eles, disse que não queria mais, que ia embora, bom, sei lá, e fui embora (Inês, 22 anos, beneficiária de um programa de emprego estatal).

Natália, que tinha feito um curso junto com Inês, nos contava em uma conversa que, embora fossem “do mesmo signo” (faziam aniversário em dezembro), no fundo eram muito diferentes. Fazia referência à indecisão de Inês, a que “não é muito positiva”: “você vê que ela é meio rebelde... para mim, é como se ela quisesse sempre *aparecer*”⁸. Do ponto de vista de Natália, “aparecer” era um modo ilegítimo de buscar reconhecimento no trabalho. Uma modalidade alheia à lógica laboral. Ao narrar um conflito com a nova encarregada do salão onde Natália trabalha (alguém “parecido com Inês”), falava da “falta de critério” com a qual essa pessoa dava ordens, querendo “sobressair”, sem considerar o que era melhor para o grupo de trabalho.

8. Expressão coloquial para se referir àquele que busca sobressair-se exageradamente.

Natália trabalha em um salão de festas de aniversário para crianças. Conta, com relação a uma encarregada que esteve um dia, que já entrou gritando, mandava-a fazer algo e, logo, dizia: “Não, isso não se faz assim”. “A mulher teve que aguentar umas caras feias, minha e da minha colega também”. Natália afirmava que a encarregada “agia mal”, porque a deixava de mau humor e ela (Natália) tinha que estar ali, como animadora, com crianças durante três horas (Nota de campo, maio 2012).

Segundo sua própria lógica, é preciso saber distinguir espaços, momentos etc. Da mesma idade que Inês e com uma filha de três anos, Natália desempenhava tarefas como animadora em um salão de festas infantis, atividade na qual possuía vasta experiência e que realizava desde os doze anos. Embora as competências postas em jogo em seu trabalho proviessem do mesmo acervo doméstico que as de Inês (vinculadas ao que denominamos *economia dos cuidados*), suas classificações distinguiam claramente os códigos de interação do espaço doméstico e os do espaço de trabalho, sujeito, este último, a relações formalizadas, mais distantes, em que se aplicava uma férrea atitude de “perfil baixo”.

Inês, primeira defensora da necessidade de *abaixar* (estrategicamente) *a cabeça* e evitar os conflitos no âmbito do trabalho, encontrava um limite para essa atitude na segurança de sua própria família e, portanto, no questionamento de suas próprias *capacidades de cuidado*: até esse momento, o principal recurso posto em jogo em sua vida profissional. De certa forma, sua diferenciação encontrava lógica na defesa da validade e legitimidade daquele, seu principal capital.

A partir dessas trajetórias, que, de certo modo, podem ser consideradas típicas na classe baixa dominada do espaço social cordobês, construímos duas modalidades de homologias entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho: a de Natália, que implica uma translação exclusiva de competências (de cuidado), que produz, porém, descontinuidade nos códigos de interação legítimos para cada uma dessas esferas, e a de Inês, que constrói, de forma indiferenciada, certos capitais de cuidado tanto para o lar quanto para o trabalho e que unifica os critérios de valor moral entre ambas as cenas. Nesse sentido, podemos distinguir, nessas posições sociais, uma homologia de capitais (competência de cuidado) e uma homologia de condições de valorização simbólica dos capitais (o cuidado como critério de legitimidade).

As entrevistas com Leandro sempre transcorreram na sua própria casa e, por isso, contavam, quase sempre, com a participação ativa de sua irmã mais velha e de sua própria mãe. Ele encarnava uma reputação e se autoidentificava na imagem de “bom

rapaz”. Era muito apreciado pelas professoras da escola primária, bem como pelos professores dos cursos de formação profissional que realizou. Seus familiares contam que possui o *hábito da pontualidade*. É sempre o primeiro a chegar.

Quando mencionei que Leandro sempre era muito pontual, a mãe contou rindo que a zeladora da escola primária de Leandro dizia que ele a ajudava a acender as luzes, porque era sempre o primeiro a chegar (Nota de campo, jun. 2012).

Ele fala baixinho e de maneira pausada. É de compleição miúda e, ainda assim, realizou durante muito tempo as tarefas mais pesadas no trabalho de construção, como ajudante de pedreiro. Sua *madre* explica, no entanto, que ele não tinha “corpo” para “a obra”. Também conta que, assim como se destacava por ser um bom menino na escola primária, no colegial, passou a ter muitos problemas, embora nunca de comportamento. Segundo relata, a escola era difícil para ele porque Leandro tinha problemas de aprendizado:

E a diretora me dizia, faça ele estudar, porque vai ser difícil... conseguir trabalho, você sabe como são as pessoas, como discriminam. Faça ele estudar. E deixaram ele ficar durante três anos, mas depois ele disse: não, vou largar, mãe. Então ele largou... era muito difícil para ele. Porque o primário ele terminou aos quinze anos. Como ele era bonzinho e tinha bom comportamento, a professora deixou que ele terminasse o primário na (escola) Vicente Forestieri (Maria, 59 anos, mãe de Leandro).

Ao contrário de outros jovens que entrevistamos, Leandro não destacava suas próprias habilidades técnicas. Isso se combinava com uma carência ainda mais acentuada de credenciais educativas. Por tudo isso, sua irmã recomendava-lhe sempre a mesma coisa: “abaixe a cabeça e não crie problema... chegue sempre cedo e você vai se sair bem”. Lorena se gabava do controle que exercia sobre seu irmão: “espantei todos os seus amigos e fiz isso para ele terminar o quartinho”, aposento onde, fazia alguns meses, dormiam Leandro e sua mãe. Segundo ela, afastá-lo da “rua” é o que lhe permitiria *crescer, ter suas coisas e progredir*.

O emprego de Leandro, naquele momento, havia sido obtido por intermédio de sua irmã na empresa de transporte onde trabalhava. Leandro conta que, na primeira semana de trabalho, seu superior “se fazia de besta” na hora de dar seu horário de descanso e deixava-o limpando as unidades de transporte, enquanto o resto dos empregados tomava o recreio para o café da manhã e o lanche sem nenhum problema.

9. Termo nativo para fazer referência ao trabalho na construção.

Muito incomodado pela situação, ele, no entanto, enfatizava: “eu não digo nada... engulo tudo”.

Sua irmã sabe que a *recomendação* (como modo de inclusão no trabalho) torna instável a posição de Leandro, ao mesmo tempo que põe em risco seu próprio *prestígio* dentro da empresa. Lorena conta que conseguiu o emprego para o seu irmão porque é “amiga” de um dos chefes e “se faz de amiga” de uma mulher dos escalões intermédios da empresa. Nesse sentido, o capital social (Lomnitz, 1978; Gutiérrez, 2004, 2011) investido possibilita a inclusão laboral de Leandro, diante da ausência de outras credenciais, mas também limita suas reações no trabalho (a possibilidade de reclamar diante de situações que considera injustas). Envolve um *compromisso* (com a empresa, por parte de Lorena, e com sua irmã, por parte de Leandro), devido ao risco que corre o capital social familiar, apostado nessa estratégia¹⁰.

Respeito: a fala, a aprendizagem e a honestidade

“Essa é uma das minhas características, e sempre me trouxe problema... eu digo o que penso”. Luís parece mais velho do que realmente é. Veste-se sempre com jeans de corte reto, pulôver e tênis brancos. Nunca está muito agasalhado. Tem as mãos fortes, de dedos curtos. Ao falar, habitualmente, olha para as próprias mãos, com o cenho franzido, evitando o olhar dos interlocutores.

Ao estagiar em uma fábrica de bicicletas, teve “problemas” com um de seus colegas. Na linha de montagem, este último “se esquecia” ou não chegava a cumprir sua tarefa a tempo, atrasando o trabalho de Luís. Começaram a surgir conflitos e acusações cruzadas sobre as responsabilidades e a carga de trabalho que cada um devia assumir. “Eu o encarei”, diz Luís. O chefe da área interveio, falou com os dois separadamente e depois com os dois juntos: “Ficou tudo bem”.

Assim, cada um por seu lado. E um não mexia com o outro... e a coisa é que, depois, não ficamos aí no emprego, porque estávamos em prazo de experiência e éramos quatro caras e, dos quatro, só ficavam dois... e, então, o chefe não viu que a gente, eu e o Cristian, ele não viu... que a gente trabalhava bem. Não éramos... (Luís, 24 anos, beneficiário de um programa de emprego estatal).

10. O risco não inclui exclusivamente seu patrimônio de capital social. Segundo nos contou sua mãe, depois da demissão de Leandro da empresa, sua irmã tinha muito medo devido às dívidas que tinham na casa, principalmente as relacionadas com os acabamentos (ainda estavam pagando o portão da frente), e a demissão do irmão havia provocado certas dúvidas sobre sua própria estabilidade no trabalho. Por outro lado, embora o marido de Lorena tivesse trabalho na obra, devido ao clima naquela semana, só havia podido trabalhar por três dias e isso influenciaria seu salário.

No momento da seleção dos estagiários como empregados permanentes da empresa, os superiores consideraram que as “maneiras” de Luís não se encaixavam nos códigos de interação que a empresa pretendia para os seus trabalhadores. Quando a empresa comunicou sua decisão aos responsáveis do programa de emprego do qual ele participava, argumentaram que o jovem cumpria todas as tarefas na sua dimensão *técnica*, que era *ativo*, rápido e capaz, mas que não podia trabalhar em grupo. “Cada um por seu lado”, dizia Luís, enunciando a resolução positiva do conflito, segundo sua própria avaliação.

A honestidade aparece como um princípio-chave na avaliação moral das relações de trabalho por parte desses jovens. *Dizer o que pensa*, falar *a verdade*, “não fazer as coisas pelas costas”, “não ser falso” são formas diversas que eles usam para fazer referência a uma maneira de afirmar simbolicamente sua posição, de buscar construir uma reputação e uma identidade no trabalho.

Em seu estudo sobre as fronteiras morais na classe trabalhadora, Michèle Lamont estabelece uma relação entre o valor da honestidade e a integridade pessoal:

Para eles, a confiança e a previsibilidade não se conseguem evitando os conflitos, seguindo a orientação da equipe e pela flexibilidade, mas pela simplicidade [...]. Os trabalhadores, além disso, valorizam a integridade pessoal, ou seja, a defesa dos próprios princípios, ainda na adversidade. Este traço nem sempre é compatível com a prevenção de conflitos, a flexibilidade e a orientação da equipe, elogiadas pelos profissionais e chefes. Ao contrário dos profissionais com mais formação, eles colocam a sinceridade por cima da flexibilidade, talvez como uma forma de resistência da classe trabalhadora (Lamont, 2000, pp. 36-37).

Em sua etnografia sobre a economia clandestina no Harlem, Bourgois narra a experiência de um de seus informantes, similar à de Luís. A estranheza com que este habitante de El Barrio via o sentido comum do trabalho administrativo é captada no texto como um choque entre a “cultura da rua” e a “cultura yuppie” (Bourgois, [2001] 2010, p. 178); quando os homens dos setores populares entravam nos ambientes de trabalho do setor de serviços ou relativamente formais, seu comportamento manifestava uma ancoragem em formas culturais que reconheciam a *rudeza* e a *resistência* como recursos valiosos no mundo da fábrica e ainda valorizados nas interações no bairro. Reassentados em cenas de trabalho com certo grau de formalização, em que a coordenação e as formas de interação adquirem particular relevância, esses recursos, capitalizáveis na vida do bairro popular, tornam-se empecilhos e são percebidos como *incompetências para a comunicação* (a honestidade aparece aqui como *inflexibilidade*) por agentes que ocupam *posições* de maior hierarquia (encarregados, chefes) e que incorporaram *disposições* (a valorizar positivamente o discurso da flexibilidade e da

atitude positiva diante do trabalho dos profissionais de recursos humanos) fundadas em outras condições objetivas, marcadas pela maior disponibilidade de capitais econômicos e culturais.

Luciano vive em um bairro pobre, caracterizado por ser a sede de uma das cooperativas de catadores de papel e de papelão mais importantes da cidade. Nesse lugar, há pelo menos uma década, milita um grupo de jovens universitários de uma organização política de esquerda que atua em diferentes espaços comunitários. Luciano conheceu esse grupo quando tinha aproximadamente 16 anos. Assume essa experiência como um ponto de viragem em sua vida: “Antes eu queria ser da polícia”.

2004, 2005... E, então, eu dizia, que matem todos esses grevistas de merda, eu via os caras da polícia quando entravam em ação e atiravam; daí, eu dizia, tomara que matem todos [exagerando]. Mas era pensamento de moleque [...] de cabeça vazia, porque nessa época eu não tinha ideia de política, não conversava sobre essas coisas com ninguém. E, quando voltei para Córdoba, a primeira coisa que disse para a minha mãe foi: “Vou estudar, vou terminar o colegial e vou entrar para a polícia”. [...] Depois conheci os garotos e disse para a minha mãe: “Olha, não, não quero entrar para a polícia, na verdade, eu sou contra o que a polícia faz” [o entrevistador ri] e ela me diz: “Eh, por quê? “Porque os garotos são manifestantes, sei lá, eu gosto mais dessa onda... entende? Lutar por aqueles que estão por baixo, lutar por você, lutar pelo vizinho, por quem está do lado e por mim também [...]”. E ela me disse: “Não, esses esquerdistas te viraram a cabeça...”, porque a minha mãe é radical. E ela me diz: “Esses esquerdistas viraram a sua cabeça, você não sabe o que diz... você já vai ver”. E agora já faz seis anos que estou militando (Luciano, 23 anos, beneficiário de um programa de emprego estatal).

Sua experiência no movimento, e principalmente nos momentos de assembleias, deu-lhe, segundo sua própria descrição, “ferramentas” para se desenvolver e potencializar seus escassos recursos em diferentes âmbitos, ou seja, a capacidade de expor suas razões, negociar e ser atendido.

Me fez ser quem eu sou agora. Mudou minha vida em muitas coisas. Mudou minha vida, me ensinaram... a militância me ensinou a me defender, assim, para o futuro [...] Quer dizer, me ensinou a me defender no trabalho, assim... quando a polícia te parava... antes, se a polícia me parava, eu ficava com muito medo e começava a chorar, dizendo: “eu não fiz nada”. Agora a polícia me para e eu enfrento [...] faz uns dois anos já, me levaram preso e a primeira coisa que eu fiz foi enfrentá-los todo o tempo, assim para mostrar que eu não tinha medo deles [...] [Eles percebem] não que você foi preparado, mas que você se informou bastante, sobre a polícia, sobre como se defender, como falar com eles, o que dizer [...]. E eles ficavam com muito receio, muito medo. [...] Porque o que eu dizia era, não, não, você não pode me levar

assim, não pode me bater, porque eu vou te denunciar para os [defensores dos] direitos humanos... e são coisas que não muita gente sabe (Luciano, 23 anos, beneficiário de um programa de emprego estatal).

O relato sobre as detenções aparece, no seu depoimento, em paralelo com conflitos que Luciano teve dentro da assembleia do movimento: “avacalharam comigo”, diz. Mas também com conflitos no seu último trabalho. Sobre isso, Luciano destaca a maneira em que “soube” resolver o problema com seu colega de trabalho.

Conta que havia tido problemas com um “velho” que trabalhava no Correio Andreani, onde ele fazia um estágio. Diz que está “meio louco”, que “avacalha” com todo mundo; quando o tratou mal, Luciano mandou-o “à merda”. Depois, os colegas de trabalho falaram com Luciano e o aconselharam a se comunicar com o gerente. O gerente explicou que havia que o deixar em paz porque o homem estava prestes a se aposentar: “Faz vinte anos que ele está na empresa e não podem mandar ele embora” (Nota de campo, ago. 2012).

Sobre aquela ocasião e daí em diante, fala de suas reações em termos de *argumentação e diálogo*. Esse novo saber, desenvolvido pela presença assídua nas assembleias e pela convivência com jovens universitários, permitia-lhe enfrentar de *outra maneira* situações que lhe eram cotidianas. Um exemplo disso é seu relato sobre as detenções arbitrárias da polícia na via pública. Se antes mostrava *temor*, agora sabia que deveria defender-se e “enfrentar”, atitude que, segundo ele, causava *medo* nos próprios agentes da polícia. Sua interpretação residia no fato de que os policiais se assustavam ao se encontrar com alguém que “sabia” o que estava dizendo e que “conhecia” o código de faltas¹¹, questão que eles *ignoravam* por completo.

Sua passagem pelo movimento, a experiência das assembleias e, portanto, seu aprendizado sobre como expor ideias de maneira ordenada e fazer um uso intensivo da fala (uma espécie de capital militante, no sentido de Matonti e Poupeau, 2004-2005), valeram-lhe maior sensação de segurança e a capacidade de se defender na “rua” e também no “trabalho”. A translação de formatos para a resistência ao maltrato em diferentes esferas sociais é possível na medida em que se homologam códigos vinculados fundamentalmente à forma de discurso. A fala e as competências linguísticas aparecem, ao mesmo tempo, como recursos escassos e muito valorizados para esses jovens¹². Em termos estratégicos, suas referências para o discurso e seu uso

11. O código de faltas é um conjunto de leis que continua em vigor na província de Córdoba e que permite à polícia realizar prisões preventivas de pessoas, em geral, nas ruas baseando-se apenas em suposições [N. T.].

12. É muito comum que, em nosso trabalho de campo, sobretudo entre as mulheres, distinguem as

para a solução de conflitos em diferentes cenas sociais (e com diferentes resultados práticos) baseiam-se na adoção de disposições corporais dominantes na cena do trabalho. A diferença que Luciano traçou entre ele e os policiais, bem como entre ele e o colega de trabalho que “mexeu” com ele, funda-se menos em uma diferença *política* que em uma diferença *cultural*, de conhecimento, de saber e do medo ou da incapacidade que se associa com sua ausência.

Grande parte dos conflitos na cena de trabalho surge em termos de *trato* e de *códigos* de interação, seja nas relações entre pares ou com superiores. A partir disso, Alejandro diferenciava “estilos” de chefes.

Seus primeiros empregos (em uma loja de videogames e em uma oficina mecânica) apresentavam um componente “técnico” e foram obtidos por intermédio de conhecidos ou pelos contatos do seu pai. No segundo emprego, esteve dois anos e diz estar agradecido por tudo o que aprendeu e pela paciência do chefe ao corrigir seus erros, ensiná-lo e estabelecer limites, principalmente porque, nessa época, lembra ter feito “muita besteira”. Essa experiência aparece como contraponto do seu atual chefe, que não diferencia entre “chamar a atenção” e “maltratar”. Ele achou que tinha que responder a esse maltrato, depois de pedir a opinião dos pais, porque “a gente tem que se fazer respeitar” (Nota de campo, abr. 2012).

“Sempre com respeito”, como ele pontua, citando sua mãe, falou com o superior e com representantes do programa de emprego dentro do qual fazia seu estágio para estabelecer acordos de interação nos quais não lhe faltassem ao “respeito”, ou seja, que não se dirigissem a ele com palavras vulgares ou ofensivas ou levantando a voz e que lhe explicassem quantas vezes fosse necessário para que pudesse compreender suas tarefas: “Se eu estou *aprendendo*, eles não têm por que me tratar mal para me explicar as coisas”.

Alejandro é um dos jovens com maior capital escolar em sua família de origem. Seu pai e sua mãe trabalham como enfermeiros no âmbito da saúde, sua mãe, em um hospital público e seu pai, em um privado; para esses cargos, contar com títulos superiores habilitantes é condição necessária. Além disso, a escola na qual Alejandro cursou o colegial é de orientação técnica (em eletricidade, primeiro, e eletrônica, depois), e seus conhecimentos técnicos foram fundamentais para sua trajetória de trabalho¹³. Nesse sentido, a estrutura patrimonial de seus recursos familiares dá certos indícios

peçoas pela forma de falar: “saber se expressar” faz com que alguém seja mais adequado para um posto de trabalho; “falar mal” faz referência não só a questões de dicção, mas também opera como sinédoque para a “educação” intelectual e moral geral de uma pessoa.

13. Uma de suas ocupações consiste em oferecer serviços de som em festas, para o qual ele mesmo armou seus equipamentos de som.

sobre a lógica a partir da qual esta homologia é tecida: a validade da *experiência de aprendizado* que ele reclama no *espaço de trabalho* estabelece, sem subverter ou tensionar suas relações de força, alguns *limites normativos* na cena e nas formas possíveis de interação com aqueles que têm o controle do processo de trabalho (seus chefes ou superiores). Essa construção de limites normativos levaria os agentes que ocupam posições de maior hierarquia a cumprir determinadas normas de etiqueta com respeito ao “trato” e à “maneira de dirigir-se” a ele. Ao se fazer respeitar, Alejandro lutava para garantir e manter as *condições de valorização* do capital cultural posto em jogo e por revestir simbolicamente a instanciação de sua própria posição nas interações laborais a partir de tal valorização.

Conclusão

A partir de um estudo geral sobre as estratégias familiares de reprodução no espaço social cordobês no contexto de suas dinâmicas recentes, centramos nossa atenção na reconstrução do que poderíamos chamar “estratégias de gestão de recursos” de jovens de classes populares, que denominamos classe baixa dominada em nossa construção do espaço social cordobês, ressaltando a resolução de conflitos nas cenas de trabalho nas quais esses jovens participam.

Após o reconhecimento do processo histórico e teórico que leva a considerar a vida social como um mundo dividido em âmbitos diferenciados de atividades relativamente autônomas, “esferas de valor” que resultam do processo de racionalização moderno-ocidental, mostramos que a noção de “cena social” constitui uma ferramenta analítica valiosa para examinar as relações e as interpenetrações das diferentes esferas e o modo como se apresentam as práticas e as interações.

Na cena de trabalho, entram em jogo, superpõem-se e colidem recursos provenientes do lar, da rua, da política e da escola; os *cuidados*, como competências (domésticas e femininas) e como critério de questionamento moral dos códigos de interação no trabalho, complementam-se com a *submissão*, como imagem forjada no espaço familiar, em parte em contraposição à atitude guerreira de *honestidade* e de “enfrentar”, própria do que alguns autores chamam a “cultura da rua”.

Por outro lado, as capacidades associadas à *fala* e à *argumentação pública* tornam-se uma alternativa estratégica para resolver as disputas abertas no espaço de trabalho. Recursos incorporados que proveem, em certos casos, da reconversão de um capital militante, como *competências para se orientar* na percepção de diferentes situações, transformam-se em *disposições estratégicas* para falar ou calar, para atuar ou abster-se, conforme os tempos, o ritmo e o tom das interações nas quais estão envolvidos. Da mesma forma, a construção de situações de trabalho como *situações de aprendizagem*

possibilita limitar e regular os exercícios desmedidos de poder na cena do trabalho em contextos de precariedade e instabilidade da dinâmica do mercado de trabalho.

Observamos, assim, uma translação de recursos e de critérios de avaliação desses recursos a partir de homologias que construímos analiticamente entre as cenas doméstica, escolar, política, da rua e a cena específica do trabalho. Essas homologias só podem ser compreendidas levando em conta dois sistemas de relações: um, no contexto do espaço social global, associado à escassez relativa de recursos econômicos e culturais, particularmente desta posição de classe; outro, em cada um dos espaços específicos de autonomia estratégica que podem surgir nas diferentes cenas sociais no interior da própria classe.

A construção da estrutura do espaço social, como distribuição diferenciada de uma multiplicidade de recursos, constitui a condição que possibilita tanto essas homologias quanto as configurações específicas das interações. Por outro lado, a construção de cenas sociais concretas, como tentamos demonstrar, permite descrever diferentes estratégias de gestão de recursos no âmbito do trabalho, no contexto semelhante das condições objetivas da classe.

Referências Bibliográficas

- ASSUSA, Gonzalo. (2014), “Trabajo, estética de la producción y escenas sociales: etnografías multi-integradas de Florence Weber”. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, 1 (4): 1-5.
- BOURDIEU, Pierre. ([1979] 1988), *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Madri, Taurus.
- _____. (1984), “Espace social et genèse des ‘clases’”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-53: 3-14.
- _____. (1986), “L’illusion biographique”. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, 62-63: 69-72.
- BOURGOIS, Phillippe. ([2001] 2010), *En busca de respeto: vendiendo crack en Harlem*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BRUBAKER, Rogers. (1984), *The limits of rationality: an essay on the social and moral thought of Max Weber*. Londres, Routledge.
- CORCUFF, Philippe. (2013), *Las nuevas sociologías: principales corrientes y debates, 1980-2010*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- CORRIGAN, Philip & SAYER, Derek. (2007), “El gran arco: la formación del Estado inglés como revolución cultural”. In: LAGOS, María L. & CALLA, Pamela (orgs.). *Antropología del Estado: dominación y prácticas contestatarias en América Latina*. La Paz, INDH/PNUD, pp. 39-118.
- DUARTE, Luiz Fernando. (1994), “A outra saúde: mental, psicossocial, físico moral?”. In: ALVES, Paulo César & MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, pp. 83-90.

- _____. (1995), "Pessoa e dor no Ocidente". *Horizontes Antropológicos*, 9 (4): 12-28.
- _____. (2004) "Las tres configuraciones de la perturbación en Occidente y los nervios de las clases populares". *Apuntes de Investigación del CECyP*, 9 (8): 75-91.
- DURKHEIM, Émile. ([1893] 1985), *La división del trabajo social*. Barcelona, Planeta Agostini.
- ELIAS, Norbert. ([1970] 1982), *Sociología fundamental*. Barcelona, Gedisa.
- GUTIÉRREZ, Alicia. ([1995] 2012), *Las prácticas sociales: una introducción a Pierre Bourdieu*. Villa María, Eduvim.
- _____. (2004), *Pobre, como siempre... estrategias de reproducción social en la pobreza*. Córdoba, Ferreyra Editor.
- _____. (2011), "La producción y reproducción de la pobreza: claves de un análisis relacional". In: ARZATE SALGADO, Jorge et al. (orgs.). *Reproducción de la pobreza en América Latina: relaciones sociales, poder y estructuras económicas*. Buenos Aires, CLACSO-CROP, pp. 111-138.
- _____ & MANSILLA, Héctor. (2015), "Clases y reproducción social: el espacio social cordobés en la última década". *Política y Sociedad*, 2 (52): 409-444.
- HABERMAS, Jürgen. ([1981] 1990), *Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. Madri, Taurus.
- HEINICH, Nathalie. (1999), *Norbert Elias: historia y cultura en Occidente*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- LAHIRE, Bernard. (1998), *L'homme pluriel: les ressorts de l'action*. Paris, Nathan.
- LAMONT, Michèle. (2000), *The dignity of working men: morality and the boundaries of race, class and immigration*. Nova York, Harvard University Press.
- LENOIR, Remi. (1993), "Objeto sociológico y problema social". In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciación a la práctica sociológica*. Madri, Siglo XXI, pp. 57-102.
- LOMNITZ, Larissa de. (1978), *Cómo sobreviven los marginados*. Cidade do México, Siglo XXI.
- LUKÁCS, Georg. ([1923] 1985), "La cosificación y la conciencia del proletariado". In: _____. *Historia y conciencia de clase*. Buenos Aires, Orbis, pp. 5-140.
- MARTÍN CRIADO, Enrique. (2008), "El concepto de campo como herramienta metodológica". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 123: 11-33.
- MARX, Karl ([1844] 2004), *Manuscritos económico-filosóficos*. Buenos Aires, Colihue.
- MATONTI, Frédérique & POUPEAU, Franck (2004-2005), "Le capital militant: essai de définition". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 155: 4-11.
- SEMÁN, Pablo. (2006), *Bajo continuo: exploraciones descentradas sobre cultura popular y masiva*. Buenos Aires, Gorla.
- _____. (2007), "Psicologización y religión en un barrio del Gran Buenos Aires". *Debates do NER*, 12 (8): 8-44.
- TÉNÉDOS, Julien. (2006), *L'économie domestique: entretien avec Florence Weber*. Paris, Aux Lieux d'Être.
- WEBER, Florence. ([1989] 2009), *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro, Garamond.

- _____. (2001), "Settings, interactions and things: a plea for multi-integrative ethnography". *Ethnography*, 2 (4): 475-499.
- _____. (2002), "Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo". *Mana*, 2 (8): 151-182.
- WEBER, Max. ([1906] 2006), *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. La Plata, Terramar.
- ZELIZER, Viviana. (2000), "How and why do we care about circuits". *Accounts*, 1: 3-5.

Resumo

Cenas sociais e espaço de trabalho: homologias na vida profissional de jovens de classes populares

Neste artigo, analisamos uma série de situações problemáticas em espaços de trabalho nos quais participam jovens de classes populares da cidade de Córdoba (Argentina) e mostramos múltiplas interpenetrações que ocorrem entre os diferentes âmbitos de sua vida cotidiana, especificamente do trabalho. Retomando as noções de "esferas de valor" e "cenas sociais", propomos uma interpretação dos deslocamentos de lógicas de ação e critérios de valor como *estratégias de gestão de recursos* no espaço de trabalho, possibilitados por homologias estruturais entre diversas cenas sociais (trabalho, família, escola, rua, política) e fundados na estrutura das relações de classe. Palavras-chave: Estratégias; Cenas sociais; Espaço de trabalho; Jovens; Classes populares.

Abstract

Social scenes and work space: homologies in the working lives of young people from popular classes

In this paper we analyze a number of problematic situations in the working spaces of young people from popular classes in the city of Córdoba (Argentina), and we show many interpenetrations among the different spheres of everyday life and work spaces specifically. Returning to the notions of "value spheres" and "social scenes", we propose an interpretation of movement of logics of action and value criteria as resource management strategies in the workplace, enabled by structural homologies between different social scenes (work, family, school, street, politics) and anchored in the structure of class relations.

Keywords: Strategies; Social scenes; Work space; Young people; Popular classes.

Texto recebido em 21/7/2014 e aprovado em 12/12/2014. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.106225.

Alicia Beatriz Gutiérrez é pesquisadora independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) e professora titular de sociologia na Universidade Nacional de Córdoba. E-mail: gutierrez@ffyh.unc.edu.ar.

Gonzalo Assusa é bolsista do Conicet e doutorando em antropologia na Universidade Nacional de Córdoba. E-mail: gon_assusa@hotmail.com.

Os juristas e o direito em Bourdieu

A conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica

Soraya Nour Sckell

A publicação dos cursos do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) ministrados no Collège de France sobre o Estado parecem consagrar a tese de que seu trabalho pode inspirar análises da reprodução social, mas não a reflexão sobre possibilidades de transformação social (análise detalhada desta problemática em Miguel, 2015). Bourdieu teria visto também o direito acima de tudo como um instrumento de reprodução social que não teria muito a contribuir para a emancipação social. Enfim, Bourdieu chamou os juristas de “guardiões da hipocrisia coletiva”, o que corroboraria essa hipótese.

O fato de que Bourdieu tenha também escrito importantes contribuições para a teoria do direito e tenha sido cofundador da nova série da revista de sociologia jurídica *Droit et Société* raramente é mencionado. Suas realizações neste campo ainda são pouco discutidas, e a possibilidade de construir uma teoria de sociologia jurídica a partir de Bourdieu é um tema controverso. Contudo, apesar da limitada recepção da sociologia jurídica de Bourdieu entre juristas e sociólogos, o objetivo deste artigo é mostrar que um sociólogo pode encontrar em Bourdieu um novo aparato teórico para lidar com questões jurídicas, e que um jurista, com a ajuda do trabalho de Bourdieu, pode se tornar atento a certos aspectos sociais da produção jurídica. O interesse comum da sociologia e do direito pela análise da produção de normas jurídicas e seus efeitos sociais pode encontrar nos trabalhos de Bourdieu um útil aparato teórico.

Como, então, para Bourdieu, o jurista pode se tornar um agente de transformação social e o direito, um motor dessa transformação? Esta questão será analisada aqui

em três dimensões (análise anterior em Nour, 2009). Na primeira parte, trata-se de analisar com Bourdieu em que condições de reprodução social o direito pode contribuir para a emancipação social. Sociologia e direito ligam-se intrinsecamente: os sociólogos não podem ignorar a dimensão jurídica da sociedade, e os juristas não podem ignorar a produção social do discurso jurídico. Em seguida, na segunda parte, trata-se de discutir com Bourdieu o modo pelo qual tanto as mais altas instituições político-jurídicas bem como as forças sociais difusas originam mudanças jurídico-sociais: o direito resulta de relações de força entre os próprios juristas (entre os “teóricos” e os “profissionais da prática jurídica”), assim como entre os juristas e seus mandatários (ou entre aqueles que oferecem proteção jurídica e aqueles que precisam dela). Os juristas são responsáveis pela codificação, que cria efeitos de racionalização, universalização e normalização. O direito ganha, assim, sua força específica. Por fim, na terceira parte, trata-se de analisar na reflexão internacional e multidisciplinar inspirada em Bourdieu os diversos tópicos de pesquisa que seus trabalhos abriram para juristas e sociólogos.

A intrínseca ligação entre o direito e a sociologia

A crítica de Bourdieu ao formalismo e ao instrumentalismo

A formulação de uma sociologia do direito pressupõe a superação do dualismo sociologia/direito, resultado de um modo de pensar em geral dualista, criador de antagonismos. Este era o problema epistemológico das ciências sociais que mais perturbava Bourdieu: o pensamento dualista com seus diversos antagonismos, tais como interno/externo, absolutismo/relativismo, verdade/história e, particularmente nas ciências jurídicas, direito como ciência/direito como ideologia, formalismo/instrumentalismo (Bourdieu, 1991, p. 95). Para superar esse dualismo nas questões jurídicas, Bourdieu esboçou uma sociologia crítica do direito, cujo objeto é tanto o direito positivo como a teoria jurídica dividida em formalista/instrumentalista. Bourdieu critica o formalismo por considerar o direito um sistema fechado, que se desenvolve historicamente em função da dinâmica interna de seus conceitos e métodos, independentemente do mundo social. Essa crítica visa tanto à *Teoria pura do direito* de Kelsen (para quem o direito deve libertar-se de todas as formas de determinação social) como ao sistema legal autorreferencial de Luhmann (segundo o qual o direito se transforma de acordo com suas próprias leis). O instrumentalismo, por sua vez, é criticado por Bourdieu por conceber o direito e a ciência jurídica como uma expressão direta da determinação econômica e dos interesses dos grupos dominantes. Essa crítica visa particularmente a Althusser, que apesar de ter reconhecido a autonomia

relativa do direito como “superestrutura” em relação à economia como “base”, não questiona a base social dessa autonomia, ou seja, as condições históricas nas quais surge um universo social autônomo, qual seja, o “campo jurídico”. Uma vez que o formalismo é representado sobretudo por juristas enquanto o instrumentalismo é representado sobretudo por sociólogos, a sociologia jurídica de Bourdieu, discutindo criticamente essas duas escolas de pensamento, torna-se uma possibilidade de superar a linha divisória entre o direito e sociologia (*Idem*, 1986, p. 3).

Com Bourdieu, podemos analisar como o discurso jurídico se produz e age sobre os atores sociais, refletindo, principalmente, sobre os seguintes problemas: como o direito adquire sua força? Por quais mecanismos ele se reproduz? Como o direito se relaciona com o poder social, econômico, político e cultural? Como o direito se transforma se o motor de transformação não se encontra nem na sua própria lógica (crítica ao formalismo) nem na economia (crítica ao instrumentalismo)? E, por fim, como a transformação do direito pode ter como efeito uma transformação positiva da sociedade?

O conceito de *habitus*

A reflexão de Bourdieu sobre as “regras jurídicas”, assim como sobre as regras em geral, desenvolve-se no contexto de sua reflexão sobre as práticas sociais e o conceito, fundamental na sua obra, de *habitus*: “Quando comecei meu trabalho na etnologia, eu queria reagir contra o que chamei de juridismo” (*Idem*, 1987, p. 97). Para essa metodologia dominante na etnologia da época, a análise do mundo social deveria identificar as normas que produzem práticas sociais. Bourdieu, em contrapartida, visa em *Esboço de uma teoria da prática* a “escapar das ingenuidades mais grosseiras do juridismo que consideram as práticas como produto da obediência a normas” (*Idem*, 1972, pp. 204-206). Neste ponto, Bourdieu está completamente de acordo com Weber, que rejeita o legalismo como explicação da prática social. Porém, Bourdieu se distancia da concepção de Weber de que são os interesses particulares que minam o legalismo, opondo-se à tese de que os “agentes sociais obedecem à regra quando o interesse em obedecê-la supera o interesse em desobedecê-la” (*Idem*, 1987, pp. 94). Ao contrário dos legalistas na antropologia, bem como ao contrário de Weber na sociologia, Bourdieu afirma em *Esquisse* que a convergência dos comportamentos em uma sociedade se explica pelo *habitus* cultural (Ocqueteau e Soubiran-Paillet, 1996, p. 11). Nem as normas nem os interesses, mas o *habitus* determina a práxis social: “noções que desenvolvi gradualmente, como a noção de *habitus*, nasceram do desejo de lembrar que, além de norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores de práticas” (Bourdieu, 1987, p. 94). Com

este conceito aristotélico-tomista, Bourdieu quer evitar o dualismo estruturalismo sem sujeito/filosofia do sujeito. Como “estrutura estruturante”, o *habitus* produz ações e é simultaneamente determinado pelas condições históricas e sociais (sem ser completamente determinado). O *habitus* é produto de estratégias que não têm uma finalidade explícita fundada em um conhecimento racional das condições objetivas. Essas estratégias não são produzidas por um determinismo mecânico, mas são objetivamente ajustadas às diversas situações.

Com o conceito de *habitus*, Bourdieu procura explicar não só a incorporação de coerções sociais; o conceito de *habitus* não é apenas um princípio de ação, mas também de competências adquiridas e de cognição: “princípio de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar o futuro sem nenhuma necessidade de considerá-lo como tal” (*Idem*, p. 22). Trata-se de um sistema de esquemas adquiridos que funcionam como categorias de percepção e apreciação, classificação e organização da ação (*Idem*, p. 24). O *habitus* consegue assim criar, de acordo com Bourdieu, uma estrutura mental ou cognitiva que internaliza a ordem social. Isso deriva de uma racionalidade prática, não da razão teórica. O *habitus* gera (de modo não mecânico) os comportamentos que são apropriados para a lógica objetiva do campo social, enquanto tolera algum espaço para a improvisação e a criatividade. Os agentes são criativos, eles constroem objetos sociais, mas não como um sujeito transcendental (Bourdieu, 1987; Chauviré e Fontaine, 2003, pp. 49-51.): “A liberdade não é um dado, mas uma conquista, e coletiva” (Bourdieu, 1987, p. 26).

Para superar o dualismo indivíduo/sociedade, Bourdieu concebe o *habitus* como a incorporação individualizada do social. O *habitus* é inscrito no corpo, nos gestos, na postura, que assim não aparecem como construções sociais, mas como uma “segunda natureza”. Portanto, a tomada de consciência (“ilusão idealista”) não é suficiente para alterá-lo – o que não significa que ele seja irreversível. Ele não pode ser explicado nem pela necessidade mecânica nem pela liberdade reflexiva (teoria intelectualista do cálculo racional); os atores limitam espontaneamente suas escolhas de acordo com seus *habitus*, sem calcular nem refletir a cada gesto e ação.

Essas considerações baseiam-se em sua observação de que, em sociedades com pouca codificação, obedece-se antes ao “senso do jogo” (*Idem*, p. 94), isto é, a capacidade de se adaptar a um número infinito de situações que não podem ser previstas por nenhuma regra. A ação é orientada pelo jogo, não pela razão. Os comportamentos buscam um objetivo, mas sem pensar sobre isso. Eles são o produto de um “senso prático” e não de um cálculo ou de uma obediência a uma regra. As disposições são a adaptação às situações, às esperanças e às possibilidades. A limitação do tempo e das informações não permitem um cálculo suficiente. E, mesmo se os agentes fazem

o que devem fazer, eles contam com as intuições de um “senso prático”, produto da exposição a longo prazo às mesmas condições (*Idem*, pp. 19-21).

Cabe então se perguntar como *habitus* e regras se diferenciam. Em *Esboço*, esses termos são distinguidos particularmente em três aspectos (Ocqueteau e Soubiran-Paillet, 1996, p. 16). Primeiro, Bourdieu define *habitus* como o sistema de disposições duráveis que não resultam da obediência a uma regra (Bourdieu, 1972, p. 175). Em seguida, ele precisa que a regra, e em particular a regra jurídica, tem a função de administrar a crise quando a socialização falha (*Idem*, pp. 199, 205) – o que significa que a lei é a exceção ao *habitus*. Por fim, ele argumenta que a regra jurídica deve reforçar as disposições coletivas do *habitus* (*Idem*, p. 205). A articulação entre a regra e o *habitus* é formulada novamente em *Codificação* (em *Coisas ditas*, 1987). A justiça tradicional entre os cabilas (o que eles têm de mais codificado) é apenas o registro das decisões judiciais (produzidas conforme o *habitus*) sobre transgressões particulares. Por um lado, o *habitus* é mais performativo que a lei, porque é mais vago; por outro lado, precisamente por causa dessas limitações é impossível em situações críticas invocar apenas o *habitus* (*Idem*, 1987, p. 96). Quanto maior o risco, mais as práticas são codificadas. A forma – seja uma regra jurídica ou gramatical – tem um efeito técnico: assegurar clareza e previsibilidade. Mais importante, no entanto, é o efeito simbólico para os agentes.

O campo jurídico

Enquanto na década de 1960 Bourdieu queria sobretudo romper com o legalismo e estabelecer uma teoria adequada da prática, ele se questiona na década de 1980 sobre o “campo jurídico”, que, segundo ele, é ignorado tanto pelos formalistas como pelos instrumentalistas. Assim, ele concebe uma teoria da prática que não está sujeita ao direito e, ao mesmo tempo, desenvolve uma reflexão crítica sobre o direito que permite analisar o seu efeito na sociedade.

O conceito de campo na teoria de Bourdieu, além do de *habitus*, desempenha um papel central. O mundo social é concebido por Bourdieu como um conjunto de multicosmos chamados de campos. Cada um tem seus problemas, seus objetos e interesses específicos (campo literário, científico, político, acadêmico, jurídico, religioso, jornalístico etc.). Essas partes do mundo social são relativamente autônomas, isto é, elas estabelecem suas próprias regras, livres de qualquer influência de outros campos sociais. A diferenciação do mundo social produz simultaneamente diferenciação na forma de conhecer o mundo; cada campo tem seu próprio ponto de vista, cria seu próprio objeto e encontra em si mesmo os conceitos adequados para este objeto (*Idem*, 1997, p. 119). A estrutura de um campo corresponde a um

“estado de relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidos na luta” pelo monopólio da autoridade, que altera ou mantém a distribuição do capital específico de cada campo (diplomas etc.). O agente é o que sua posição social no campo faz dele. Ele é aceito no campo, no jogo, por causa dos critérios que reconhece e por causa das suas disposições. Os interesses no campo são reconhecidos como essenciais pelos agentes que aceitam as regras do jogo. A estrutura de um campo é o produto de sua história (Bourdieu, 1984, pp. 113-114; Chauviré e Fontaine, 2003, pp. 16-19).

Aqui, Bourdieu quer decisivamente substituir o papel do *interesse* pelo de *ilusão* (*illusio*). Os juristas levam os outros a acreditar no direito porque eles próprios acreditam. Em um *campo*, jogamos um certo jogo de acordo com certas regras (Bourdieu, 1991, p. 96). Apenas aquele que tem uma certa competência – neste caso, uma competência jurídica – e interesse pelo jogo pode participar: temos de acreditar no jogo e também aceitar que ele realmente merece ser jogado, o que constitui a *ilusão*. Bourdieu encontra nesse aspecto o paradoxo da força do direito e remonta à teoria da magia de Marcel Mauss: a magia só funciona em um campo, em um espaço de crença, em que os agentes são socializados de forma a acreditar que vale a pena jogar o jogo (*Idem*, pp. 98-99). Os poderes exercidos em um campo podem ser opressivos, mas também são relativamente independentes do poder político e econômico. Aqueles que ocupam posições diferentes em diferentes campos são unidos quando há homologia dessas posições (*Idem*, 1997, p. 124).

O campo jurídico não se confunde com o corpo judiciário. A diferença entre os dois é considerável. Um campo não existe sem um corpo, mas não se reduz a um corpo, que não basta para constituir um campo (*Idem*, 2012, pp. 355-356). É à medida que se constitui o campo jurídico como um espaço unificado no qual as questões podem ser tratadas juridicamente “que se constitui um corpo de pessoas que têm interesse na existência deste campo e que devem sua existência legítima a este campo” (*Idem*, p. 357).

A lógica específica do campo jurídico define-se por dois fatores, a serem analisados nesta segunda parte. O primeiro refere-se às relações de poder específicas que determinam sua estrutura e organizam os conflitos pelo poder. Um primeiro tipo de relação de força ocorre entre os juristas: no campo jurídico, praticantes e teóricos se encontram em uma relação de concorrência e, ao mesmo tempo, de complementaridade. Essas relações de força estão intimamente ligadas àquelas entre os profissionais do direito e os leigos. As complementaridades entre os juristas são mais fortes que suas diferenças, e assim eles se diferenciam dos leigos. Ao mesmo tempo, certo grupo de juristas se identifica com determinado grupo social; tendo em conta os interesses desse grupo social, o grupo de juristas que com ele se identifica procura mudar o direito. O segundo fator do campo jurídico analisado por Bourdieu é a lógica interna do trabalho

jurídico: o direito é codificado. Essa codificação gerará os efeitos de racionalização, universalização e normalização. Isso leva Bourdieu a comparar o jurista a um profeta (referência a Weber), a um poeta e a um artista (referência a Kantorowicz).

Relações de força 1: juristas teóricos e praticantes

A topologia de Bourdieu sobre as diversas relações de força no campo jurídico é sem dúvida uma de suas contribuições mais influentes para os sociólogos do direito (alguns exemplos da recepção dessa topologia serão analisados na terceira parte deste artigo). O primeiro tipo de relação de força que ele analisa ocorre entre os juristas teóricos dedicados ao ensino e à pesquisa, de um lado, e os juristas praticantes que representam clientes, de outro. Essas relações de força são caracterizadas por antagonismo e complementaridade. A razão para o antagonismo é, segundo Bourdieu, que os dois lados lutam no campo jurídico pelo monopólio da interpretação da lei. Pela interpretação do direito, o primeiro tipo de jurista visa à elaboração da doutrina jurídica, enquanto o segundo visa à avaliação prática de um caso particular. Essa análise baseia-se em uma comparação entre Alemanha, França e Estados Unidos. De acordo com Bourdieu, na tradição francesa e alemã, os teóricos têm mais poder, ao passo que na tradição anglo-americana, que é principalmente jurisprudencial (*case law*), são os praticantes do direito que predominam. No sistema anglo-americano, o conhecimento jurídico é obtido na prática ou por técnicas de ensino que imitam a prática (por exemplo, o *case method*). Esses profissionais têm distintas habilidades técnicas e distintos graus de influência social. Além disso, a força relativa do capital jurídico depende da posição do campo jurídico no campo social mais amplo. Na França, tecnocratas formados pela Escola Nacional de Administração (École Nationale d'Administration) têm um poder considerável em áreas mais amplas da gestão pública e privada. Isso limita o recurso ao direito. Em contraste, nos Estados Unidos, juristas formados por escolas de direito têm uma influência social mais ampla porque eles detêm os mais diversos cargos, e não estritamente jurídicos, mas na política, na administração, nas finanças ou em indústrias (*Idem*, 1986, p. 6).

Além disso, Bourdieu quer mostrar que a complexa relação entre teóricos e profissionais se caracteriza não só pelo antagonismo, mas também pela complementaridade, responsável pela inovação no sistema jurídico (Nassehi e Nollmann, 2004). Os juristas teóricos tendem a ver o direito como um sistema coerente e a fechá-lo em um racionalismo rígido. Os praticantes do direito, no entanto, orientam-se pela casuística de situações particulares concretas. Eles renovam o sistema e o adaptam à realidade. Em um processo circular, os teóricos assimilam ao sistema, por meio da racionalização e da formalização, as inovações dos praticantes. Seus trabalhos

complementares, por outro lado, produzem legitimidade. Os praticantes deixam-se legitimar pelos teóricos; eles promovem o papel do intérprete, para garantir que suas práticas não sejam consideradas arbitrárias. Contudo, o direito, pela interpretação, não é simplesmente aplicado, mas também criado. Aqui Bourdieu critica Gadamer por conceber a interpretação do direito como o ato solitário de juízes que querem justificar pela lei um veredito que é de fato estranho à razão e ao direito; e critica Motulsky por conceber a interpretação da lei como um ato lógico de acordo com o método rigoroso da dedução racional (Bourdieu, 1986, pp. 6-7).

Relações de força 2: especialistas e mandantes

O segundo tipo de relação de força no campo jurídico analisada por Bourdieu é o que ocorre entre os especialistas e os mandantes. Há um descompasso entre a compreensão cotidiana dos mandantes, de um lado, e o ponto de vista profissional dos juristas, de outro. O confronto direto entre os mandantes com interesses pessoais irreconciliáveis é substituído pelo diálogo com argumentos racionais entre os especialistas com “mandato”. Para que suas soluções sejam aceitas como imparciais, os conflitos sociais devem ser estruturados de acordo com regras formais e ser logicamente coerentes. Nesse contexto, a experiência comum é completamente redefinida. Os fatos jurídicos revelam-se como uma construção jurídica (*Idem*, 1986, p. 9).

O resultado é o que Bourdieu chama de “hipocrisia piedosa”, um “passe de mágica” (equivalente em todos os campos profissionais): o oráculo diz que seu prenúncio vem de uma autoridade transcendente. O jurista apresenta como justificado *a priori*, dedutivo, o que é, na verdade, *a posteriori*, empírico. A violência simbólica consiste em obter “reconhecimento pelo desconhecimento”: proposições e normas, dependentes da posição e dos interesses de quem as formula no campo jurídico, aparecem como se fossem justificadas por uma autoridade transcendente. A universalização ou a desistorização tem um efeito de legitimação (*Idem*, 1991, p. 96).

Justamente por esse descompasso entre especialistas e clientes, os profissionais adquirem seu poder específico, que consiste em expandir, criar o direito. Não é nada evidente que haja uma questão jurídica em um conflito. Nada é menos natural, no sofrimento, do que a consciência de ser vítima de uma injustiça e, portanto, de procurar a ajuda de profissionais da área jurídica. A capacidade de sentir uma experiência negativa como injusta depende da posição individual no espaço social e, sobretudo, da consciência de ter direitos. Tratar um ataque com categorias jurídicas pressupõe uma construção da realidade social. Os problemas expressos em uma linguagem comum são definidos por especialistas como problemas jurídicos, que se orientam não apenas por seus interesses financeiros, mas também por suas

disposições políticas, com base em suas afinidades sociais com os mandantes e o espaço público em geral. Eles são guiados principalmente por instituições jurídicas, que produzem os seus próprios problemas e soluções. É por isso que a lei é produzida primeiramente por seu autor imediato e, em seguida, por vários agentes (advogados, juízes, clientes, o espaço público), que transformam conflitos em reivindicações jurídicas (*Idem*, 1986, p. 11).

O que significa o direito, além de seus efeitos jurídico-institucionais, ter também um forte impacto social? Em contraste com o discurso privado, com pouco efeito simbólico, o veredito pronunciado por juízes que proclamam publicamente a verdade sobre as pessoas e as coisas pertence à classe dos “atos de nomeação ou instituição” (*Idem*, p. 13). O veredito é a essência da palavra autorizada, pública, oficial, dita em nome de todos e diante de todos. Essas declarações públicas performativas dos agentes com um mandato autorizado da comunidade têm o poder de serem universalmente reconhecidas. A lei é, portanto, um poder simbólico que cria o que nomeia, em particular os grupos sociais. Sua classificação dá à realidade a máxima permanência que uma instituição histórica pode dar a outra: a permanência das coisas (*Idem*, pp. 12-13). Gradualmente, à medida que os juristas criam o direito, eles também instituem o mundo social.

Essa criação do mundo social pelo direito não é de modo algum um processo unilateral. Ao contrário, Bourdieu quer mostrar que o direito e a sociedade se influenciam de modo recíproco e simultâneo. Por um lado, o direito é um discurso ativo que pode produzir efeitos e criar o mundo social; por outro lado, ele também é criado pelo mundo social. Nossos esquemas de percepção e apreciação, pelos quais criamos o mundo social, são *estruturas estruturadas*, historicamente construídas, que contribuem para a produção do mundo, mas apenas na medida em que se conformam às estruturas preexistentes que as produzem. Mesmo a versão subversiva de poder simbólico deve ser ajustada às estruturas objetivas do mundo social. Novos esquemas de percepção e apreciação só podem ter êxito se anunciam o que já foi desenvolvido (*Idem*, pp. 13-14). As lutas no campo jurídico, mesmo se elas querem revolucionar o direito, devem se dar “conforme a regra” (*Idem*, 1991, p. 97). A lei e os valores dominantes não podem ser transgredidos sem serem simultaneamente reforçados (*Idem*, p. 98).

Entre profissionais e leigos, Bourdieu não vê apenas um descompasso, mas também afinidades, *homologias*. Os juristas que têm afinidades com as classes dominadas são capazes de, eventualmente, transformar o direito em favor dessas classes. De fato, essas homologias são o motor de transformação do direito. O aumento de poder dos grupos menos privilegiados ou de seus representantes (partidos ou sindicatos) no campo social também implica uma transformação do direito (*Idem*, 1986, pp. 14;

18-19). A legitimidade que é assim atribuída a ele não é nenhum reconhecimento do seu valor universal nem um endosso dos interesses dos dominantes, mas o resultado de uma luta.

A questão sobre se são as práticas coletivas que produzem a codificação jurídica ou se são as formas jurídicas que informam a prática revela-se mal formulada. Bourdieu quer analisar a totalidade da relação entre o campo jurídico e o campo de poder, assim como, através deste, todo o campo social (*Idem*, p. 14). A questão para ele não é saber se a lei é independente da economia ou determinada por ela, mas como a lei permeia a economia e o que ela absorve da economia (*Idem*, 1991, p. 98).

A lógica interna do direito: a codificação

Esta topologia das relações de força no campo jurídico – conflitos e cooperação entre teóricos e praticantes, assim como entre profissionais e clientes – não é suficiente para explicar de onde vem a força do direito. Para responder a essa pergunta, devemos também analisar como Bourdieu vê a lógica específica do trabalho jurídico: a formalização. O autor quer mostrar como essa atividade está intrinsecamente ligada aos interesses sociais dos agentes formalizadores determinados na competição no campo jurídico e na relação entre este e o campo de poder. Os detentores do poder simbólico do direito, que criam e aplicam o direito, têm uma afinidade com os detentores do poder temporal, político e econômico, mas o efeito simbólico do direito só é possível se ele for socialmente aceito como uma resposta neutra e autônoma às necessidades reais (*Idem*, 1986, p. 15).

Toda codificação deve ser acompanhada de uma teoria sobre seus efeitos para não substituir “a lógica da coisa (os esquemas práticos e a lógica parcial de práticas que eles geram) pela coisa da lógica (o código) [...]”. A objetivação operada pela codificação introduz a possibilidade de um controle lógico da coerência, de uma *formalização*” (*Idem*, 1987, p. 98). A codificação implica uma mudança na natureza, no estatuto ontológico. Assim, ela participa na disciplina e na normalização da prática. O direito é um sistema de normas autônomas, que têm efeitos pela coerência e pela lógica. Não é nem um produto da razão universal nem um instrumento dos dominantes. Ele resulta de uma sistematização longa e cumulativa que produz coerência e racionalidade, realizando-se no campo jurídico (*Idem*, p. 96). A codificação produz, assim, a *racionalização*, a *universalização* e a *normalização*.

Em primeiro lugar, para explicar o efeito de *racionalização*, Bourdieu se inscreve na tradição weberiana. No sentido weberiano, a racionalidade *formal* (em oposição à racionalidade *material*) – previsibilidade e calculabilidade – produz clareza, ao contrário dos “costumes”. Para Bourdieu, a racionalidade formal cria uma ilusão

(*méconnaissance*): o sistema legal parece ser completamente autônomo, independente das relações de poder, fundado na lógica positiva da ciência e na lógica normativa da moral – capaz, portanto, de obter um reconhecimento universal. Suas formas históricas parecem ter um fundamento transcendental (*Idem*, 1986, pp. 4-5).

Em segundo lugar, Bourdieu discute como a formalização funda a *universalidade* prática. O direito exige o reconhecimento de valores comuns, de regras, de procedimentos de regularização, de formalização de procedimentos. Há uma homogeneização, ou seja, uma criação de padrões universais jurídicos e procedimentos jurídicos formais, de modo análogo à criação de procedimentos algébricos universais e de padrões universais de pesos e medidas (*Idem*, p. 14; 2012, p. 357). O direito exige especialmente a positividade. A escrita assegura a independência e “a ciência do direito” (o que para a tradição oral do direito não é possível), com suas próprias normas e sua própria lógica e com sinais externos de consistência racional (*Idem*, 1986, p. 14). Ao sistematizar e racionalizar as decisões e as normas legais, elas adquirem o caráter de universalidade. A universalização é um dos fatores mais poderosos da dominação simbólica, ou seja, da imposição da legitimidade de uma ordem social que informa a prática dos agentes. A universalidade simbólica, por fim, conduz à universalidade prática, isto é, à prática generalizada (*Idem*, p. 15).

A questão é como conceitos produzidos em condições específicas, mas cuja particularidade nos escapa, podem ter uma pretensão de validade universal para serem usados além de suas condições de validade históricas (o que seria anacronismo) ou sociais (o que seria etnocentrismo de classe). O direito é sempre produzido sob determinadas condições econômicas e sociais. A universalização de um caso particular, no entanto, transforma uma experiência particular em uma norma universal, legitima uma forma particular da experiência e reforça a posição dos privilegiados que a ela têm acesso (*Idem*, 1994, pp. 223-225). O direito, diz Bourdieu, em oposição ao dualismo direito como ideologia/direito como ciência, é de fato um sistema normativo, mas sem um fundamento trans-histórico e trans-social. Sua universalidade não é fundada em uma norma fundamental, mas na história e na sociedade, o que não anula suas reivindicações de universalidade (*Idem*, 1991, p. 95). Não enxergar isso é o que Bourdieu descreve como “hipocrisia”:

Os juristas são os guardiões hipócritas da hipocrisia coletiva, isto é, do respeito pelo universal. O respeito verbal que é universalmente concedido ao universal é uma força social extraordinária e, como todos sabem, aqueles que conseguem ter o universal a seu lado são dotados de uma força social significativa. Os juristas, como guardiões “hipócritas” da crença no universal, detêm uma força social extremamente grande. Mas eles estão presos no seu próprio jogo e constroem com a ambição da universalidade um espaço de possíveis, e portanto de impos-

síveis, que se impõe a eles próprios, quer queiram ou não, desde que pretendam permanecer no campo jurídico (*Idem*, 1991, p. 99).

Historicamente, Bourdieu encontra o cerne desta “piedosa hipocrisia” em duas contradições fundamentais do Estado dinástico. A primeira seria a contradição entre a lógica jurídica e a lógica prática do Estado dinástico: os juristas têm interesse no trabalho de racionalização por serem os primeiros agentes externos à família real que disputam o poder. Eles legitimam a realeza e assim se legitimam, por serem aqueles que são capazes de legitimar (*Idem*, 2012, p. 414). Uma das funções dos juristas que cumprem o papel de ideólogos do rei é a de universalizar um caso particular:

A noção de *piedosa hipocrisia*, eu disse isso ao menos cem vezes aqui, é extremamente importante para compreender o mundo social: pode-se dizer, como os teóricos da ideologia, que os juristas mistificam, na medida em que para mistificar é necessário se mistificar. A hipocrisia é piedosa. Eles contribuem a elaborar um discurso que é a negação mesma daquilo que eles legitimam, isto é, se é necessário desprivatizar o privado para legitimá-lo, isto significa que o não privado é melhor que o privado (*Idem*, 2012, p. 434, grifo do autor)

A segunda contradição fundamental do Estado dinástico, que para Bourdieu é ainda mais importante que a anterior, concerne dois modos de reprodução social: o real, fundado no direito do sangue, e o dos funcionários reais, sobretudo dos juristas. Este último constitui um dos fatores fundamentais na evolução do Estado dinástico para um Estado mais despersonalizado, que passa pelo sistema escolar (*Idem*, p. 415). Até o final do século XIV, analisa Bourdieu, os funcionários gabam-se de sua fidelidade, conforme a lógica da dependência pessoal. Depois, eles se gabam de sua competência, princípio de autoridade autônomo, com lógica própria. Daí as contradições entre transmissão pelo sangue e ideologia escolar do dom da natureza que nada deve à aquisição, adquirido/inato, sangue/mérito, sobretudo no direito. Os defensores da reivindicação universalista, afirma Bourdieu, são juristas que colocam sua competência jurídica a serviço da universalização de seus interesses particulares. A um só tempo juízes e partes implicadas, são os juristas que legitimam o monarca, produzindo as teorias do absolutismo que justificam a transmissão dinástica. Mas eles também funcionam na lógica das relações de força de um campo, eles também se dividem, e outros juristas defendem a autoridade com base constitucional. Há assim no interior do campo jurídico uma confrontação entre agentes que se diferenciam e lutam entre si prática e simbolicamente. As lutas práticas levam a mudanças nas práticas (nas hierarquias, nos cerimoniais), e as lutas simbólicas produzem novas teorias (*Idem*, pp. 446-448).

Além dos efeitos de *racionalização* e de *universalização* da codificação, Bourdieu analisa, em terceiro lugar, como o efeito de *normalização* é produzido. A universalização, que cria uma representação oficial do mundo social, tem por efeito a normalização. Com o direito, a regularidade torna-se regra, a normalidade dos fatos torna-se a normalidade do direito, a *fides* familiar (baseada no reconhecimento e no sentimento) torna-se o direito de família, a crença no “dever” torna-se a adesão à normalidade. O que se afasta desta normalidade parece patológico (*Idem*, 1986, p. 16).

Os juristas: profetas, poetas e artistas

A reflexão de Bourdieu sobre a *piadosa hipocrisia jurídica* insere-se no que ele chama da *retórica do oficial* (*Idem*, 2012, p. 83). Os juristas falam em nome do oficial, e por isso podem transgredir oficialmente a regra oficial: “Os juristas são pessoas que afirmam o oficial mesmo nos casos limites, nos quais é necessário oficialmente transgredir o oficial” (*Idem*, p. 100). A *retórica do oficial* é a retórica dos agentes sociais que falam em nome do todo social, chamados por Weber de *profetas jurídicos*). A *retórica do oficial* produz um discurso destinado a ser unanimemente reconhecido como expressão unânime do grupo unânime (*Idem*, p. 85). O profeta evoca o ideal coletivo, o que para Bourdieu remete “à noção de piedosa hipocrisia da instância jurídica suprema do Estado, o Conselho de Estado” (*Idem*, p. 88).

Bourdieu compara o jurista não só a um profeta, como Weber, mas também a um poeta. Em meio a conflitos, o poeta remete a autoridades, e uma das figuras retóricas que utiliza é a prosopopeia, o ato de falar de uma realidade ausente – uma pessoa, os ancestrais, o povo, a opinião pública (*Idem*, p. 85): “Fala-se então em nome de um conjunto que se faz com que exista pelo fato de falar em seu nome. A prosopopeia pode ser institucionalizada quando o porta-voz recebe o mandato de transmitir esta palavra trans-pessoal” (*Idem*, p. 86). O trabalho dos canonistas do século XII que inventaram o Estado moderno é para Bourdieu como o trabalho de um poeta que altera um verso que todos conhecem, mas cuja pequena alteração desbanaliza, altera o sentido, o que exige grande domínio das palavras: “Os juristas são mestres da língua” (*Idem*, p. 87).

Além de profeta e poeta, o jurista é um artista, diz Bourdieu com base em sua leitura de Kantorowicz sobre o “legislador artista”, capaz de criar algo a partir do nada (*Idem*, p. 100). A diferença entre o legislador e o artista, analisa Bourdieu, é que o legislador age *ex officio* e não apenas *ex ingenio*. Assim é também, compara Bourdieu, o trabalho do jurista: “O jurista é um profissional oficialmente mandatado para criar *ex officio* ficções oficiais. Para criar o oficial, é necessário criar o *officium*, a função a partir da qual tem-se o direito de criar o oficial”. O oficial tem por princípio gerador o *officium*, que por sua vez também é criado: o Estado faz o oficial, e o Estado por

sua vez é criado em grande parte por juristas e canonistas que produzem esta *fictio juris*: “O Estado é uma ficção de direito produzida por juristas que se produziram enquanto juristas produzindo o Estado” (*Idem*, p. 101).

Na criação do todo em nome do qual o jurista fala, torna-se fundamental a invenção de uma opinião pública (*Idem*, p. 111). Trata-se do mesmo trabalho realizado pelas “comissões”: “A comissão constitui uma opinião pública esclarecida que vai instituir a opinião esclarecida em opinião legítima em nome da opinião pública – que a propósito diz o contrário ou não pensa nada” (*Idem*, p. 113). Nesse processo, a forma é determinante. O cerimonial jurídico tem o caráter de uma teatralização que não é adicional, mas constitutiva do ato jurídico: “Fala-se sempre em reformar a linguagem jurídica, o que nunca se faz porque é sua última vestimenta: os reis nus não são mais carismáticos” (*Idem*, p. 115). Este dilema do legitimador que, por sua vez, precisa ser legitimado é ilustrado por Bourdieu em sua leitura sociológica de Franz Kafka. O advogado solicitado por K., e que pretende ser um grande advogado, se pergunta: “Mas quem vai jogar qual a qualidade de um grande advogado?”.

A recepção crítica de Bourdieu: a possibilidade de transformação do mundo social por meio da transformação do direito

Na sociologia jurídica, os trabalhos de Bourdieu sobre o direito têm sido pouco discutidos (ver Conradin, 2008), apesar de uma das mais importantes revistas desta área, *Droit et Société*, ter repetidamente sublinhado como Bourdieu contribuiu para uma reflexão renovada sobre o direito, tendo editado dois dossiês completos dedicados à recepção de seus textos sobre a sociologia do direito (Ocqueteau e Soubiran-Paillet, 1996; Commaille, 2004). A importância da obra de Bourdieu para a sociologia do direito pode ser ilustrada a partir de cinco modelos de sua recepção:

1. A recepção de Bourdieu que analisa o comportamento dos juristas pode ser ilustrada, por exemplo, pelo trabalho de Yves Dezalay e Bryant Garth (1996). Estes analisam, apoiando-se em Bourdieu, a formação de uma nova classe de juristas internacionais. Os conflitos no comércio internacional são hoje em dia cada vez mais mediados por tribunais arbitrais. Isso cria uma elite transnacional de juristas envolvidos na construção de um campo jurídico autônomo no mercado global. Os autores criticam essa nova elite de juristas por transformar o sistema informal de solução de controvérsias, mais acessível do que os sistemas tradicionais, em um sistema muito formal e caro, conseqüentemente inacessível.
2. As análises de Bourdieu sobre a relação entre o campo jurídico e o campo político são desenvolvidas nos trabalhos de Fabiano Engelmann, Mauricio García Villegas

e Sarah Biddulph. Engelmann (2007) examina essa relação no Brasil após o fim da ditadura, isto é, no início da democracia e da Constituição democrática de 1988, época em que o poder dos juristas nas faculdades de direito aumentou e a concepção jurídica democrática foi produzida principalmente por professores de direito. Em outro estudo, Garcia Villegas (2004) examina a mesma relação na França e nos Estados Unidos, mostrando como as diferentes escolas de teoria do direito dependem das relações entre tais campos em ambos os países. Em um terceiro exemplo, Sarah Biddulph (2007) analisa a relação entre o campo jurídico e a polícia na sequência de reformas jurídicas em países pós-socialistas, como a China depois de 1978, investigando como o direito ganhou nestes países um crescente controle sobre a arbitrariedade da polícia.

3. Os trabalhos de Daphna Hacker (2004) e Robert van Krieken (2006), por exemplo, estudam, a partir de Bourdieu, a relação do direito com outras ciências especializadas. Hacker analisa a relação entre o direito e as negociações extrajudiciais no caso do divórcio em Israel. Aqueles que se divorciam recorrem a um advogado como a única fonte de informação sobre o direito. Contudo, os juízes recorrem aos conselhos de psicólogos e geralmente adotam as recomendações de um terapeuta profissional. Em outro estudo, Van Krieken analisa a relação entre juristas e outras ciências em casos envolvendo povos indígenas na Austrália. Os juízes da Corte Superior da Austrália e da Corte Federal recorrem nesses casos a historiadores e antropólogos.
4. A quarta forma de recepção da sociologia do direito de Bourdieu é a que analisa a relação entre direito e sociologia. Bryant Garth e Joyce Sterling (1998) analisam, assim, a fundação da Associação Direito e Sociedade na década de 1960, motivada pelo objetivo de vincular sistematicamente direito e sociologia. Os autores examinam as estratégias utilizadas pelos diferentes atores e instituições para configurar esta nova instituição, que resultou no nascimento de um novo tipo de especialista: o sociólogo do direito. Este critica o sociólogo por ignorar o papel central do direito em sua análise sociológica e critica o jurista por não ter uma metodologia adequada em sociologia. Seja qual for a motivação desses atores (busca de mais conhecimento, de transformação social ou de poder), o que importa é que eles trazem novos critérios de legitimidade para vincular essas duas disciplinas.
5. Uma quinta possibilidade de ler Bourdieu, com implicações para a sociologia do direito, é a que inscreve sua obra na reflexão contemporânea sobre as lutas por reconhecimento. Assim Emmanuel Renault (2004) e Christian Lazzeri (2012) ressaltam que aquilo que Bourdieu chama de lutas simbólicas – como as que se dão no campo jurídico – são lutas por reconhecimento. A luta, e mais precisamente a luta pelo reconhecimento, é considerada por Lazzeri um conceito central na sociologia

de Bourdieu, na qual toda alteração na estrutura de um campo decorre de lutas que articulam a estrutura social e a história, possuindo uma dimensão simbólica na medida em que visam a alterar o capital simbólico dos agentes. É nesse equilíbrio na relação entre agente e estrutura, entre autonomia e heteronomia, que Lazzeri vê a importância da sociologia de Bourdieu: a conduta dos agentes é interpretada não como uma mera consequência da sua posição na estrutura social, mas Bourdieu considera o ponto de vista que os próprios agentes têm sobre sua posição social, bem como a maneira que têm de transformar as estruturas. Assim, quanto à relação entre sujeito e estrutura, Bourdieu difere tanto da perspectiva “objetivista”, que considera a conduta de agentes como consequência das estruturas sociais (como no fisicalismo de Durkheim, no estruturalismo de Lévi-Strauss e no marxismo de Althusser), como da perspectiva “subjetivista”, que abstrai das estruturas sociais, explicando a constituição do campo social como um produto unicamente de interações sociais (como no interacionismo de Goffman ou de Garfinkel, ou na sociologia fenomenológica de Schütz). No que concerne à análise da dimensão do conflito na interação social, especialmente das lutas pelo reconhecimento, Bourdieu se difere de perspectivas que, ignorando a dimensão do conflito, consideram o reconhecimento uma relação recíproca, na qual agentes seguem preceitos éticos (como na concepção de reconhecimento de Paul Ricoeur ou na concepção do dom nos últimos escritos de Derrida). Se a estrutura do campo social gera relações de poder que implicam uma depreciação social, o agente, segundo Lazzeri, luta por reconhecimento a fim de aumentar seu capital simbólico, contra essa depreciação social, modificando desse modo a estrutura do campo social. No que diz respeito às condições de motivação e mobilização do agente para entrar no conflito, Bourdieu também recusa tanto uma concepção objetivista (como em Marx, para quem a identificação de interesses objetivos de um grupo social – a classe – é a condição de sua mobilização para a luta) quanto uma concepção subjetivista (como na teoria da escolha racional, segundo a qual a mobilização coletiva resulta de uma série de decisões individuais baseadas em cálculos de custos e benefícios).

Lazzeri mostra como a relação entre *habitus* e reconhecimento é fundamental. Primeiro, Bourdieu tem uma concepção não substancialista, mas relacional do mundo social, isto é, o comportamento dos agentes sociais deriva das posições relativas diferenciadas que ocupam no espaço social. O princípio de diferenciação constitui a estrutura de distribuição de poder ou de capital, cujas formas são distintas em diferentes mundos sociais e também variam no mesmo universo. A posição diferenciada de um agente no campo social, que pode ser examinada apenas em relação à posição de outros agentes, é determinada em primeiro lugar pelo seu volume global de ca-

pital (econômico, cultural, simbólico) e depois pelo peso relativo de cada forma de capital. Em seguida, Lazzeri analisa como a posição de um agente no espaço social também define como ele vai classificar sua própria posição e a dos outros no campo social, ou seja, suas categorias de percepção social, os princípios de visão e divisão do campo em posições sociais baixas e altas. E, por fim, o autor analisa como a posição dos agentes na área social também cria um conjunto de disposições de formas de conhecimento e prática, o *habitus*.

Mas um campo, prossegue Lazzeri, não se constitui apenas pela relação entre as várias posições dos agentes, mas também pelas lutas simbólicas, revelando a relação entre o *habitus* e a luta por reconhecimento. Lazzeri distingue quatro tipos de conflitos: 1) os conflitos de resistência, que não colocam o sistema em questão; 2) os conflitos de reivindicação, que questionam a categorização social, ou seja, a atribuição de identidades; 3) os conflitos simbólicos da vida cotidiana (linguagem e poder simbólico), que também entram no campo político, especialmente no Estado, que monopoliza legitimamente o poder de categorizar; e 4) os conflitos que visam a transformar a ordem social, modificando de modo revolucionário os princípios de visão e divisão dos diferentes campos.

A dificuldade que Lazzeri encontra no conceito de *habitus* é que Bourdieu dele se serve para explicar como os grupos dominados aceitam a reprodução da ordem social e dela participam. No entanto, os conflitos – ao menos os conflitos reivindicatórios e revolucionários – contradizem a tese da reprodução da ordem social. Daí a questão de Lazzeri: “como explicar que os *habitus* dos grupos sociais dominados os levam a internalizar as condições de sua submissão, ao passo que também há lutas simbólicas cotidianas, lutas que visam à transformação da classificação social e aquelas que visam à transformação radical dos princípios de visão e de divisão dos diferentes campos?” Bourdieu explica que os agentes procuram maximizar seu capital material e simbólico, exprimindo um interesse egoísta, que ele apresenta em duas versões: a sociológica e a antropológica. Segundo a versão sociológica, há na estrutura do campo uma escassez de algumas posições, o que radicaliza a competição. Assim, Bourdieu não precisa invocar uma natureza humana egoísta ou agressiva nem uma vontade de poder. Na versão antropológica e naturalista, Bourdieu considera que há uma organização narcisista da libido, concebida como o investimento originário em si mesmo, sendo a única fonte de atenção e causa da indiferença para com o ambiente circundante. No processo de socialização, a criança é satisfeita pela recompensa simbólica de seu comportamento, o que a leva a se interessar pelas mesmas coisas que o grupo, mas sem que o investimento originário sobre si mesmo desapareça. Bourdieu analisa o objetivo do grupo de transformar os interesses egoístas em interesses desinteressados, coletivos, públicos. Esse reconhecimento que dá prestígio e honra (o tipo de reco-

nhecimento por excelência em Bourdieu) só é obtido por meio de uma concorrência geral para obtê-lo, porque ele é universalmente desejado. Trata-se de uma luta pelo olhar, pela apreciação dos outros, um fenômeno antropológico que não é produzido por nenhum hábito, mas que é redirecionado pelo *habitus* específico, quando ele transforma o interesse egoísta imediato em uma disposição ao desinteresse, na busca de um proveito simbólico. Assim, os dois princípios que parecem inicialmente inconciliáveis explicam em Bourdieu o social: o antropológico (o interesse) e o sociológico (o *habitus*). A consequência prática vista por Lazzeri é de que é impossível que as lutas por reconhecimento possam gerar formas de reconhecimento mútuo com uma relação de reciprocidade, uma vez que a luta por reconhecimento não termina nunca. O único caso de reconhecimento mútuo, conclui Lazzeri, é o amor, que não pode ser explicado pelo instrumento sociológico de Bourdieu.

Abertura

A questão fundamental na qual importa por fim insistir é como, para Bourdieu, o jurista e o direito podem contribuir para a emancipação social, o que pressupõe o que ele chama de uma *política realista (Realpolitik) da razão*: todo e qualquer projeto de desenvolvimento da humanidade – mesmo em um quadro jurídico – deve considerar o desenvolvimento histórico dos valores universais – no nosso caso, aqueles relativos às questões de justiça.

Bourdieu não pode ser criticado por ter rejeitado a possibilidade de racionalização e universalização real. O que importa para ele é examinar suas condições, isto é, a universalização real das condições econômicas e sociais. Certas competências e habilidades específicas são monopolizadas por poucos privilegiados, porque a sua realização depende de certas condições econômicas e sociais. O *status quo* só pode ser alterado pela universalização das condições de acesso ao universal. Não se evita o relativismo ancorando as estruturas universais da razão não mais na consciência, mas sim na linguagem (como entende Habermas). A razão origina-se não em uma capacidade humana, mas na história dos campos sociais, tais como o campo jurídico, no qual os agentes lutam pelo monopólio legítimo do universal. Isso não leva Bourdieu a um relativismo. Seu objetivo é, antes, de superar o dualismo entre o niilismo antirracionalista e anticientífico, de um lado, e o moralismo do diálogo racional, de outro. Para isso, sugere uma “*Realpolitik* da razão”. O progresso da razão só pode ser conquistado na luta pelas condições sociais do exercício da razão. Todo projeto de desenvolvimento do espírito humano tem de se lembrar das raízes históricas da razão. O poder da razão não é suficiente, mas é somente através da luta política que a razão e a liberdade ganham os instrumentos políticos que permitem sua realização

na história (Bourdieu, 1994, pp. 226-230). A radicalização da crítica consiste em pensar, em todos os casos, nas condições sociais de possibilidade, mesmo de possibilidade de crítica: “É na descoberta de sua historicidade que a razão adquire os meios de escapar à história” (*Idem*, 1987, p. 36). A sociologia tem por tarefa explicar campos sociais com suas históricas relações de força, nos quais emergem, contudo, fenômenos trans-históricos como o direito, que apesar de socialmente produzidos não se reduzem às suas condições históricas de produção: “Não é porque certos agentes têm interesse socialmente de se apropriar deste universal que este universal não é um universal” (*Idem*, 2012, p. 170). Assim como também é tarefa da sociologia explicar como juristas e legisladores buscam dar força a seus interesses particulares revestindo-os de uma forma universal (*Idem*, p. 296).

É porque Bourdieu explica a possibilidade de transformação positiva do direito por uma teoria das relações de força – a luta pelos desfavorecidos que une (por afinidades, ou “homologias”) agentes de diversos campos, até mesmo do campo jurídico – que ele consegue encontrar uma possibilidade de emancipação pelo direito que tem como elemento central o agente, e não a estrutura ou o sistema. E se Bourdieu pode ter uma teoria da universalização e da racionalização no contexto de uma teoria das relações de força, é precisamente porque a universalidade e a racionalidade são compreendidas historicamente. Considerar que a razão tem uma história não significa reduzir a razão à sua história. Seu objetivo é mostrar que as formas sociais de comunicação aparecem sob certas condições históricas. Trata-se de questionar as condições sociais de produção da verdade. Bourdieu considera que existe uma política de verdade, uma política que visa a melhorar o funcionamento do universo social em que a verdade se encontra estabelecida (*Idem*, 1987, p. 44). A ciência não está enraizada em uma razão pura, mas em uma razão histórica. Trata-se, para Bourdieu, da história do campo, em que os julgamentos sobre o mundo com pretensão de validade universal são desenvolvidos (*Idem*, 1997, p. 128). A alternativa “modernidade” (Habermas) e “pós-modernidade” (Foucault) é superada: Bourdieu quer se diferenciar de Habermas porque a concepção jurídico-discursiva deste, que afirma o poder autônomo de direito, quer transformar a democracia na institucionalização das formas jurídicas de comunicação necessárias para a formação da vontade racional. E Bourdieu quer se diferenciar de Foucault e das análises deste sobre o poder, que focam antes as microestruturas de controle e as estratégias de luta pelo poder, o que, no entanto, exclui qualquer forma de pretensão de validade universal microestrutural, particularmente uma que tenha por conteúdo uma moral universal (*Idem*, pp. 128-129).

A crítica usual de que Bourdieu teria insistido antes no determinismo do que na liberdade do agente poderia assim, a partir do exposto, ser superada por uma re-

construção de sua teoria que insista em mostrar que a relação de força entre os atores do campo jurídico não é só estratégica e competitiva. A análise dos mecanismos de reprodução deve também mostrar as possibilidades que se abrem para a transformação emancipatória, que podem orientar a ação político-jurídica: o direito também pode ser transformado pelas afinidades entre os diferentes atores, provindos de diversos campos (até mesmo do próprio campo jurídico), motivados pelo mesmo desejo por justiça social – apesar de serem exatamente estes que, no campo jurídico, têm menos força, ou mesmo nenhuma.

Referências Bibliográficas

- BIDDULPH, Sarah. (2007), *Legal reform and administrative detention powers in China*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de "Trois études d'ethnologie kabyle"*. Genève, Droz.
- _____. (1984), *Questions de sociologie*. Paris, Minuit.
- _____. (1986), "La force du droit: éléments pour une sociologie du champ juridique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1 (64): 3-19.
- _____. (1987), *Choses dites*, Paris, Minuit.
- _____. (1991), "Les juristes, gardiens de l'hypocrisie collective". In: CHAZEL, François & COMMAILLE, Jacques (orgs.). *Normes juridiques et régulation sociale*. Paris, LGDG, pp. 95-99.
- _____. (1994), *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris, Seuil.
- _____. (1997), *Méditations pascaliennes*, Paris, Seuil.
- _____. (2012), *Sur l'État: Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris, Raison d'Agir/Seuil.
- CHAUVIRÉ, Christiane & FONTAINE, Olivier. (2003), *Le vocabulaire de Bourdieu*. Paris, Ellipses.
- COMMAILLE, Jacques (org.). (2004). *Collection Droit et Société*, n. 56-57, pp. 11-71.
- CONRADIN, Philip. (2008), "Das kodifizierte Recht in der Rechtssoziologie Pierre Bourdieus". In: HOTZ, Sandra & MATHIS, Klaus (orgs.). *Recht, Moral und Faktizität. Festschrift für Walter Ott*. Zúrique, Dike, pp. 437-467.
- DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. (1996), *Dealing in virtue: international commercial arbitration and the construction of a transnational legal order*. Chicago, University of Chicago Press.
- ENGELMANN, Fabiano. (2007), "Tradition and diversification in the uses and definition of law: a proposed analysis". *Brazilian Political Science Review*, 1: 53-70.
- GARCÍA VILLEGAS, Mauricio. (2004), "On Pierre Bourdieu's legal thought". *Droit et Société*, n. 56-57, pp. 54-71.
- GARTH, Bryant & STERLING, Joyce. (1998), "From legal realism to law and society: reshaping law for the last stages of the social activist state". *Law & Society Review*, 2 (32): 409-472.

- HACKER, Daphna. (2004), "A legal field in action: beyond the debate on who acts under which shadow". Trabalho apresentado no encontro anual da The Law and Society Association, Chicago, Illinois, 27 maio.
- LAZZERI, Christian. (2012), "Conflicts of recognition and critical sociology". In: BANKOVSKI, Miriam & LE GOFF, Alice (orgs.). *Recognition theory and contemporary French moral and political Philosophy*. Manchester, Manchester University Press, pp. 142-159. [Versão francesa: "Conflits de reconnaissance et sociologie critique". In: BANKOVSKI, Miriam & LE GOFF, Alice (orgs.). *Penser la reconnaissance: entre théorie critique et philosophie française contemporaine*. Paris, CNRS, pp. 53-71.]
- MIGUEL, Luis Felipe. (2015), "Bourdieu e o 'pessimismo da razão'". *Tempo Social*, 1 (27): 197-216.
- NASSEHI, Armin & NOLLMANN, Gerd (orgs.). (2004), *Bourdieu und Luhmann: ein Theorienvergleich*. Frankfurt, Suhrkamp.
- NOUR, Soraya. (2009), "Bourdieu's juridisches Feld: die juristische Dimension der sozialen Emanzipation". In: BUCKEL, Sonja *et al.* (orgs.). *Neue Theorien des Rechts*, 2. Stuttgart, UTB, pp. 179-199.
- OCQUETEAU, Frédéric & SOUBIRAN-PAILLET, Francine. (1996), "Champ juridique, juristes et règles de droit: une sociologie entre disqualification et paradoxe". *Droit et Société*, 1 (32): 9-26.
- RENAULT, Emmanuel. (2004), *L'expérience de l'injustice: reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris, La Découverte.
- VAN KRIEKEN, Robert. (2006), "Law's autonomy in action: anthropology and history in court". *Social & Legal Studies*, 15 (4): 574-590.

Resumo

Os juristas e o direito em Bourdieu: a conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica

O objetivo deste artigo é analisar com Bourdieu o jurista como agente de transformação social e o direito como motor dessa transformação. Tal análise pressupõe uma reconstrução de Bourdieu que possa superar a crítica de que ele teria uma teoria da "determinação" social que não ajudaria a pensar nas possibilidades de "transformação" social, sobretudo pelo direito. Questiona-se primeiro sobre como o direito pode contribuir para a emancipação social, em seguida, sobre como o jurista pode se tornar um agente de emancipação social e, por fim, sobre que tipos de trabalho em sociologia do direito se inspiram em Bourdieu. Pode-se então pensar sobre a forma específica de luta política pela qual juristas, pelo direito, podem participar do que Bourdieu chama de construção histórica da razão.

Palavras-chave: Bourdieu; Sociologia do direito; Codificação; Campo jurídico; *Habitus*.

Abstract

The jurists and the right in Bourdieu: the conflictive historical construction of legal rationality

The aim of this article is to analyze the jurist as an agent of social transformation and law as the motor driving such transformation. The analysis presupposes a reconstruction of Bourdieu which could overcome the criticism that the author had a theory of social “determination” that did not allow the consideration of possibilities of social “transformation”, especially through law. The first query is how law can contribute to social emancipation, then how the jurist can become an agent of social emancipation and finally what kind of research in the sociology of law is inspired by Bourdieu. This should allow the reader to consider the specific form of the political struggle in which jurists can participate through law in what Bourdieu calls the historical construction of reason.

Keywords: Bourdieu; Sociology of law; Codification; Legal field; *Habitus*.

Texto recebido em 21/4/14 e aprovado em 12/12/14. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.107933. Soraya Nour Sckell é pesquisadora-coordenadora da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) do Centro de Filosofia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. E-mail: sorayanour@yahoo.com.

Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana

Reflexões empíricas sobre o caso sul-coreano¹

Rodrigo Luiz Medeiros da Silva

Max Weber, a “religião da China” e o caráter anticapitalista do confucionismo clássico

Em 1913, Weber redigiu o primeiro rascunho de *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen: Der Konfuzianismus* – ou, em português, “A ética econômica das religiões mundiais: o confucionismo”. Publicado em 1915, esse rascunho consiste apenas na segunda parte daquilo que é hodiernamente referido como, em inglês, *The religion of China: confucianism and taoism*. É nesse esboço que Max Weber desenvolve seus primeiros comentários acerca das decorrências da tradição confucionista chinesa para a dinâmica capitalista. Mais tarde, em 1919, Weber reformataria esse ensaio, conjugando-o a outros sobre as religiões do mundo, para a posterior inclusão em um volume completo sobre a ética econômica das religiões. Nesse esforço, ele acabou por redigir aquilo que é hoje conhecido como a primeira parte de *The religion of China*. Assim, data dos anos entre 1913 e 1919, momento conturbadíssimo da formação da república chinesa, a profunda leitura weberiana dos aspectos institucionais daquela sociedade, perpassando a estrutura do organismo estatal, a dinâmica de parentesco nas pequenas comunidades e, talvez especialmente, os pontos de colisão entre sua tradição cultural e a atividade mercantil.

Tomando o projeto intelectual de Max Weber desde uma perspectiva ampla, a motivação de seus estudos sobre a ética confucionista parece originar-se da perti-

1. Esta pesquisa contou com o apoio institucional e financeiro da Korea International Foundation.

nência de uma contraevidência para a interpretação por ele sugerida sobre a ética protestante. Como sabemos, Weber argumentava que certa leitura dogmático-teológica que surge em algumas seitas cristãs após o cisma protestante teria facilitado, sobremaneira, a consolidação de um clima favorável à acumulação nos Estados Unidos do século XIX, permitindo ali a instauração de um ambiente favorável ao florescimento de uma camada capitalista-burguesa. Enxergando a história mundial sob um prisma historicista, era razoável propor que outras concepções espiritual-filosóficas poderiam desencadear consequências opostas, obstruindo o impulso aquisitivo e, assim, dificultando a consolidação de um clima adequado à atividade capitalista. É no contexto desse confronto empírico, partindo da hipótese de que a história comporta um caleidoscópio de formações institucionais particulares, cada qual empurrando o homem a uma distinta recepção do capitalismo global em difusão, que o confucionismo é por Weber estudado.

Cumpramos assinalar que Weber, exatamente por explicar o quadro institucional a partir da História, não conjectura nenhuma incompatibilidade indissolúvel entre o conjunto doutrinário confucionista e a dinâmica capitalista. O conjunto institucional da sociedade chinesa nunca esteve dado. Ele poderia, ao menos em tese, reconfigurar-se, ajustando-se à apropriação do capitalismo. Mas Weber oportunamente ressalta a aridez de uma sociedade com as características observadas naquilo que concerne à germinação de comportamentos e à criação de instituições que estariam, para ele, na origem do surgimento do capitalismo no Ocidente. Nas suas próprias palavras:

Os chineses com toda probabilidade seriam capazes, provavelmente mais capazes que os japoneses, de assimilar o capitalismo [...]. Obviamente não é uma questão de julgarmos que os chineses estão “naturalmente despreparados” para as demandas do capitalismo. Mas, em comparação com o Ocidente, as pré-condições que externamente favoreceram a origem do capitalismo na China não foram suficientes para criá-lo (Weber, 1951, p. 248).

Retomemos, então, o processo de transmissão dos princípios confucionistas para o conjunto da sociedade chinesa tradicional. E examinemos, nessa oportunidade, algumas das características gerais dessa tradição doutrinária.

Confúcio – ou Mestre Kong, pois Kong era seu sobrenome – viveu entre 551 e 479 a.C., período tenso da história chinesa conhecido como “Época Primavera-Outono”, que precede a “Época dos Estados Combatentes”, após a qual finalmente se daria a unificação territorial chinesa. Sua época seria então marcada por embates entre os diversos estados existentes na região onde hoje se ergue a China. Nesse clima de grandes tensões políticas, ele enxergaria a necessidade de reunir princípios capazes de amparar a edificação de uma ordem social mais estável. E, para tal, buscaria inspi-

ração em um acervo cultural ainda mais antigo: o *Livro das mutações* (ou *I-Ching*); o *Livro dos cantares*; os ritos; as escrituras; as músicas; e os *Anais Primavera-Outono*. Seu pensamento seria então reunido em quatro obras: *Os analectos*, *A grande escola*, *Harmonia perfeita* e *Piedade filial*. Em conjunto, essas obras seriam apropriadas como uma sorte de doutrina oficial pelo Estado chinês e transmitidas ao estrato dos “letrados” como um código moral orientado ao exercício da vida cotidiana:

Quatro livros teve uma sorte que jamais teve outro livro neste mundo: acabou por ser a cartilha ou catecismo das escolas primárias em todo o Império (até o advento da república e dos programas escolares ocidentais). Durante o primeiro ano, o professor lia vários textos cada dia, enquanto as crianças iam seguindo, com seus livros abertos, os respectivos caracteres. O professor lia e relia, até os pequenos gravarem na memória. E, no dia seguinte, eles tinham que dar conta da lição, repetindo tudo de cor. Avançando dia a dia, no fim do ano, os alunos sabiam os *Quatro livros* de cor (Chia, 1999, p. 16).

Desse modo, tendo sido por séculos peça fundamental no molde educacional das elites chinesas, o pensamento de Confúcio se converteu na base da formação de uma moral tipicamente plutocrático-chinesa – e, em processo análogo de transmissão, vietnamita e coreana –, ressaltando valores como a moderação, a disciplina, a concentração, o autocultivo, o profundo respeito dos jovens aos mais velhos, a densa observação dos ritos e hierarquias, entre outras características comportamentais vulgarmente apontadas no Ocidente como “tipicamente orientais”.

Como referencial dos elementos distintivos dessa tradição comportamental, nenhum livro é mais esclarecedor que *Os analectos*. Como observa Chia (1999), as espirituosas máximas ali contidas foram, de todo o acervo do pensamento confucionista, a parcela mais acessível aos chineses comuns. Isso porque suas asserções curtas e de significado ora perturbador se converteram em uma espécie de patrimônio oral comum para virtualmente todos os chineses: “*Analectos* (também chamado *Diálogos*) é o livro mais famoso entre os clássicos confucionistas, pois é o livro que esteve mais próximo do povo chinês: as famosas sentenças do Mestre registradas nos *Analectos*, geralmente as mais curtas, estiveram sempre nas bocas dos chineses” (Chia, 1999, p. 18).

Assim, para além de ter servido aos letrados como texto-cartilha utilizado quando da alfabetização, a condensação do pensamento confucionista na forma de máximas garantiu uma circulação muito ampla das premissas desse conjunto ético-filosófico, inspirando mesmo o comportamento dos estratos subalternizados. Naturalmente, é possível sustentar que a camada letrada teria sido particularmente tocada pelo confucionismo. Mas seria arbitrário afirmar que somente eles reincidem em evocar

juízos consistentes com tal orientação filosófico-moral, pois as máximas teriam, seguramente, cumprido o papel de abrir o acervo confucionista aos demais estratos chineses, inculcando também entre eles certo padrão de pensar e agir.

Uma projeção de primeira ordem do ideário confucionista no cotidiano chinês diz respeito, simultaneamente, ao formato do Estado e ao molde de estratificação social na China Imperial. Examinemos esses dois pontos. Primeiramente, a característica distintiva clássica do antigo Estado chinês é a milenar instituição da realização periódica de exames para o recrutamento de funcionários para os altos postos do serviço civil. Ou seja, o corpo de funcionários desse organismo estatal era tipicamente selecionado mediante a realização de um exame minimamente competitivo, auferindo o domínio do candidato em um acervo bibliográfico-cultural comum.

Com efeito, o corpo de funcionários público-civis chineses constituía, na terminologia tipicamente weberiana, uma verdadeira “burocracia”. A posição social dos mandarins, como tais funcionários costumam ser referidos, era assim legitimada pela aprovação em um conjunto de exames orais e dissertativos, cujo programa normalmente enfatizava, para além das habilidades literárias e artístico-literárias do candidato, grande conhecimento sobre o acervo bibliográfico confucionista e neoconfucionista. O pensamento de Confúcio, nesse contexto, cumpria o papel de uma ortodoxia, à qual os funcionários chineses eram intimamente apegados.

Já quanto ao segundo ponto mencionado, sobre o sistema chinês de estratificação, temos que o sucesso nos exames para o serviço civil cumpria na China aquilo que, em linguagem weberiana, poderíamos denominar como “rito de confirmação estamental”. Nessa sociedade, tanto o poder político quanto o controle dos meios econômicos eram monopolizados pelo mandarim em nome do Império. E o fundamento legitimador de suas prerrogativas era a posse de um arcabouço cultural privilegiado, evidenciado pelo sucesso em um exame para a seleção de servidores públicos, e não o nascimento em uma família privilegiada, ainda que estas duas condições venham a estar obviamente relacionadas. Em tal contexto, a riqueza garantia ao candidato a possibilidade de adquirir uma vasta cultura, abria a ele a chance de angariar cartas de referência abonadoras e de ter seu histórico familiar positivamente escrutinado pelos avaliadores. Mas nada disso bastaria se seu desempenho nos exames se distanciava excessivamente do padrão ideal – exceto por momentos de decadência dinástica, em que a ordem social se embaralhava.

Uma vez que na China o estatuto da propriedade é precário ainda neste século XXI, tal qual o era sob os Yuan, Ming ou Qing, o ingresso no corpo de funcionários abria ao candidato o privilégio da posse de bens, inclusive bens simbólicos, que o posicionariam no topo da hierarquia social. Dado o teor dos exames de seleção, ser versado no acervo confucionista era o grande requisito de ingresso no estrato

dominante, ou, em linguagem weberiana, no estamento dominante da sociedade chinesa imperial. No resumo de Chia:

O serviço civil que viria a governar a China com grande eficiência por dois mil anos encarnava o ideal confucionista: os oficiais eram selecionados por um sistema de exames que testava essencialmente seus conhecimentos dos clássicos e seu talento literário. Com um equipamento intelectual destes, esperava-se que um prefeito local fosse capaz de tratar sozinho de todos os assuntos de um grande território com uma vasta população, desempenhando simultaneamente as funções de administrador, juiz, engenheiro, economista, oficial de polícia, agrônomo, arquiteto, comandante militar etc. (Para não mencionar que, no seu tempo de lazer, também se supunha que ele fosse um calígrafo competente, poeta, escritor, pintor, músico e esteta.) (Chia, 1999, p. 55).

A capacidade de reprodução desse padrão de integração social, cuja ordem repousava sob um sistema burocrático-agrário muito bem organizado, encontra escassos paralelos, se é que os encontra no retrospecto das civilizações humanas: por dois mil anos, desde a unificação imperial, a estrutura social da sociedade chinesa manteve-se essencialmente inalterada. A história desse país assim representa, salvo por esporádicas transições dinásticas, o perfeito “caso de estudo” de estabilidade política, atavismo econômico e rigidez sociocultural. Não havia como a dominação burocrática ser desafiada pela acumulação burguesa. O poder investido na camada burocrática e todo o sistema simbólico que se erguia para legitimar e operacionalizar tal poder simplesmente inviabilizavam qualquer contestação do *status quo* pelos demais segmentos sociais. Não havia, de todo, como florescer ali o espírito burguês tal qual o conhecemos. E aqui está o cerne do argumento de Weber. A máxima confucionista abaixo selecionada ilustra e testemunha o posicionamento do sociólogo alemão: “Quem age por considerar apenas seus lucros e interesses próprios despertará muitos ressentimentos” (Confúcio, *Os analectos*, IV, 12).

Em linhas gerais, Confúcio empreende uma veemente condenação da busca direta de bens materiais ou de poder. Ao contrário, ele defendia o aperfeiçoamento pessoal desinteressado e o respeito às hierarquias, familiares ou sociais. Nas palavras de Luiz Lauand, Confúcio partilhava da visão de que “aquilo que se busca diretamente não se obtém; há bens que só alcançamos como dons, por assim dizer, como fruto de uma procura endereçada para outra finalidade”². Nesse sentido, Confúcio defende uma hierarquia social rígida, incitando a retidão moral dos governantes e a resignação dos que ocupam posições dominadas na hierarquia social: “Que o

2. Comentário de Luiz Jean Lauand sobre *Os analectos*, apud Chia (1999, p. 42).

príncipe seja príncipe; o ministro seja ministro; o pai, pai; o filho, filho” (Confúcio, *Os analectos*, XII, 11).

Ao lermos Confúcio hoje, sua aberta rejeição ao autointeresse aquisitivo parece elevar-se como um paradoxo diante da pujança capitalista ora vivenciada pela Ásia oriental. Ao lermos Weber hoje, seu persuasivo ceticismo com respeito à compatibilidade entre esse acervo cultural e a prática capitalista contrasta com a realidade material asiática. Por isso, é importante advertir: Weber discorria sobre as condições de desenvolvimento independente do capitalismo na China, a respeito das quais demonstrou grande descrença. Mas ele não considerou, senão superficialmente, as chances de difusão do capitalismo internacional para a China. Quando ocasionalmente se posicionou sobre esse último questionamento, como no caso do excerto que acima transcrevemos, não desabonou a exequibilidade da infiltração do capitalismo desde o exterior³.

Max Weber inconscientemente semearia, assim, uma relevante agenda para a compreensão da integração capitalista das sociedades do Extremo Oriente. Qual seja, o exame de como os elementos prevalentes da tradição intelectual e cultural confucionistas dialogariam com o inexorável avanço do capitalismo para dentro das fronteiras asiático-orientais. Tardariam, porém, muitas décadas para que se delineassem linhas precisas de investigação sociológica sobre essa temática, somente ganhando força à medida que a percepção do dinamismo do capitalismo asiático foi se consolidando. Adiante, abordaremos essa proposta investigativa.

Tu Wei-Ming e o confucionismo como elemento dinamizador da difusão do capitalismo na Ásia oriental

Na virada do século XIX para o XX, era corriqueira a desesperança com relação às possibilidades de progresso material dos países do Leste asiático, à exceção talvez do Japão⁴. É nesse contexto que Max Weber publica *Confucionismo e taoísmo*, procurando alumiar os freios da sociedade à eclosão de um processo endógeno de transformação capitalista na Ásia confucionista. Segundo sua argumentação, o molde sociocultural da sociedade chinesa, impregnado por 2 mil anos de reflexão confu-

3. Uma referência justa com relação ao posicionamento de Max Weber sobre o dilema da difusão do capitalismo para a Ásia pode ser encontrada em Hamilton e Kao (1987).

4. Evidências dessa descrença generalizada podem ser encontradas em muitos relatos de viagem à Ásia publicados então no Ocidente. Apenas para citar alguns: *La Corée*, de Paul Tornafond, 1884; *The soul of the far east*, de Percival Lowell, 1888; *Korea, or Cho-sen, the land of the mourning calm*, de Henry Savagelandor, 1894; *Korea & her neighbors: a narrative of travel*, de Isabella Bird-Bishop, de 1904. Todos são cétricos em relação às possibilidades de transformação socioeconômica na Coreia e seus vizinhos.

cionista, seria marcadamente obstrutivo ao desencadeamento de práticas burguesas com vistas à acumulação de capital.

Contudo, nos anos que se seguiram à publicação do clássico weberiano, os países da região seriam sacudidos por processos históricos intensos, culminando com uma acelerada transformação político-social até 1945. Com a Restauração Meiji de 1868, o Japão, país onde nunca fora constituída uma ordem social burocrático-confucionista⁵, envereda por um acelerado processo de reforma social, assimilando consciente e planejadamente moldes ocidentais e precipitando sua industrialização acelerada. O equilíbrio regional de poder é drasticamente alterado, culminando com a colonização da Coreia, da ilha de Formosa, de substancial porção da China continental etc. A ocupação japonesa interrompe, então, o rito dos exames para o serviço civil, bloqueando a reprodução da ordem confucionista. Repentinamente, uma ordem social marcada pela estabilidade se viu cercada por forças exóticas – exércitos, ideias, novos padrões de organização da produção e do Estado –, a tal ponto que a coerência de seu sistema de valores foi completamente esgarçada.

Contudo, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, as sociedades pertencentes à região confucionista – como Coreia do Sul, China continental e insular e, mais recentemente, o Vietnã – passaram a ser comumente referidas como casos paradigmáticos de acelerada transformação econômica. Nesse contexto, a “tese weberiana da incompatibilidade entre *ethos* confucionista e capitalismo empresarial racional foi desafiada pelos ‘milagres econômicos’ de muitos países asiáticos” (Chung *et al.*, 1989). Como reconciliar essa nova realidade com os persuasivos escritos de Max Weber? O principal esforço de pesquisa em torno dessa questão está ligado à chamada escola da “Nova ética confucionista”, liderada pelo chinês Tu Wei-Ming. O domínio de sua proposta investigativa pode ser demarcado pelo seguinte questionamento: “Como a tradição confucionista, em crença, atitude e prática, continua a impedir, facilitar e guiar a moderna transformação da Ásia oriental e, neste processo, como ela está sendo rejeitada, revitalizada e fundamentalmente reestruturada?” (Tu, 1996, p. 6).

Ou seja, qual a relação entre o passado tradicional marcadamente confucionista da Ásia oriental, a profunda transformação sociocultural que ocorre na região durante a primeira metade do século XX e a rápida modernização capitalista dos chamados “Tigres asiáticos” no pós-guerra? Seria possível argumentar que o confucionismo,

5. No Japão o *status* social era tipicamente transmitido pela descendência. O filho de um samurai era samurai. Além disso, conformou-se uma camada de senhores de terra, os *daimyō*. O ideário confucionista até foi difundido durante o xogunato Tokugawa, regência centralizada que se seguiu à unificação nacional, precipitando a criação de um aparato estatal mais sofisticado. Mas isso não bastou para erigir no Japão os pilares de uma ordem social confucionista: exames abertos para o serviço civil e um princípio social de hierarquização dependente desse sistema de exames.

apesar de já ter sido associado ao bloqueio da emergência endógena do capitalismo asiático, estaria agora associado à aceleração da acumulação após a difusão do capitalismo pela região?

Essa agenda de investigações weberiana revisionista receberia aportes de pesquisadores que se seduziram pela provocação de Tu Wei-Ming; entre eles: Keum Jang-Tae, Koh Byong-Ik, Lee Ho-Chul e Kim Kwang-Ok. Em conjunto, eles procuraram identificar traços comportamentais relacionados com o acervo intelectual confucionista no moderno cotidiano asiático oriental. E a conclusão comum a todos eles foi que “a cultura confucionista ainda está presente no cotidiano [...], e segue agora em processo de renovação ou reprodução” (Kim, 1996, p. 203). Retomemos alguns argumentos que emergem desse conjunto de contribuições:

- Primeiro, o confucionismo seria a matriz filosófica original dentro da qual os padrões morais modais daquela região teriam historicamente se desenvolvido. Nesse contexto, após um conjunto de agressões externas que acabaria impondo a modernização em termos capitalistas, é razoável propor que o padrão de conduta do emergente homem de negócios sul-coreano ou taiwanês carregaria traços inegavelmente originados em um distante passado confucionista. Dentre estes, podemos destacar: a ênfase na hierarquia rígida, a responsabilidade no trato dos subalternos, a frágil separação entre o mundo do trabalho e a vida privada etc. Todos esses ingredientes teriam sido, cada qual a seu turno e a seu modo, funcionais à consolidação do moderno capitalismo industrial asiático.
- Segundo, o padrão de desigualdade de gênero, associado à criação de uma superoferta de trabalho feminino barato, teria sido funcional à acumulação capitalista na Coreia do Sul, Taiwan, China continental, Vietnã, Cingapura e Hong Kong. Isso se evidenciaria notadamente durante as primeiras décadas de deslanche das exportações desses países, quando o trabalho feminino barato constituiu um importante ativo para a indústria têxtil exportadora.
- Terceiro, o enorme peso do Estado na vida empresarial local e a aceitação de sua preponderância pelos agentes privados locais são mais compreensíveis se retivermos um longo curso histórico-cultural em que, nos marcos da antiga sociedade burocrático-agrária confucionista, era atribuído ao Estado um papel central na vida social.
- Quarto, não seria tarefa simples estabelecer as causas da apregoada “sede” das famílias asiáticas por educação, ingrediente sempre lembrado nas tentativas de elucidação do processo de modernização regional, sem recorrer às explicações que focam a tradição confucionista.
- Quinto, a ênfase na etiqueta, rito originalmente confucionista que se evidencia

no hábito de frequentemente se curvar e no uso de níveis de discurso distintos de acordo com a posição social e hierárquica do falante, impregna as relações trabalhistas e de classe na região, com diversas consequências políticas e distributivas. É razoável propor alguma relação entre esse traço comportamental e o tipo de vínculo capital-trabalho historicamente ali vigorante.

Em termos precisos, o objetivo dos autores da *nova ética confucionista* não é atribuir o acelerado desenvolvimento do Leste asiático exclusivamente a uma “herança cultural confucionista” metamorfoseada após um punhado de décadas conturbadas. Na realidade, esses autores apenas procuram demonstrar que a referida “herança cultural”, ventiladas algumas de suas características originais, estas sim ferrenhamente anticapitalistas e antiacumulação, teria facilitado sobremaneira a difusão do capitalismo global para o interior da região confucionista. Nisso, sua hipótese subjacente é: “O confucionismo oferece um mecanismo paralelo ao capitalista-ocidental para a incitação à busca do lucro” (Chung *et al.*, 1989).

Examinemos essa hipótese com maior aprofundamento. Na seção “Herança confucionista e educação na Coreia do Sul”, buscaremos na atual Coreia do Sul – depositária de pesada herança cultural daquilo que, entre 1392 e 1910, fora um modelo de sociedade confucionista – práticas em que se possa testar tal hipótese. Iluminaremos, para tal, duas atividades humanas que redundam em acumulação, respectivamente, de capital “humano” e “físico”: o impulso de se educar e o empreendedorismo. Pela análise de dois casos contundentes, veremos como a tradição confucionista contribuiria, hoje ainda, para excitar as duas motivações, substituindo ou amoldando a pulsão racionalista-capitalista de assegurar “ganhos futuros”. Antes, porém, na seção subsequente, é preciso determinar quais os marcos da dissolução do quadro institucional analisado por Weber, especificamente naquilo que concerne à Coreia.

A ventilação da ordem confucionista: o caso coreano

A península coreana começa a receber investidas agressivas do Japão “esclarecido”, ou *meiji*, no fim do século XIX. Por força de legítimo exemplo de diplomacia canhoneira, a assinatura do tratado de Kanghwa, em 1876, marca a abertura dos portos coreanos ao comércio japonês. No contexto da tradicional agricultura praticada no país, na qual a oferta reagia de modo muito imprevisível à demanda, os preços internos do arroz – que constituía a base da dieta local – subiriam vertiginosamente, pois a pressão exercida pela crescente demanda japonesa pelo produto era enorme. Para completar esse quadro, houve severas secas na Coreia em 1876-1877 e 1888-1889, atingindo em cheio a então próspera região agrícola de Chölla. Estava criado o

cenário para o explosivo crescimento do movimento camponês Tonghak⁶. Vila após vila, a região de Chölla cairia nas mãos de rebeldes (Cumings, 1997, pp. 115-118).

Em 1894, o rei Kojong, sem meios de controlar o próprio território, solicita ajuda chinesa. O Japão intervém e eclode a Guerra Sino-japonesa de 1894-1895, que termina com a derrota chinesa. A vitória japonesa, determinando o afastamento do rei Kojong, sela o preciso momento em que se definem os alicerces do processo de modernização na Coreia. É implantada a Reforma Kabo⁷, conduzida sob agressiva tutela nipônica. Entre as medidas da reforma, figuravam:

- A reorganização da administração pública: foram criadas pastas ministeriais modernas como educação, exterior, comércio, agricultura e indústria. Foi feita uma reforma fiscal gerida por um Ministério das Finanças. O exército passaria a ignorar a origem social dos alistados.
- Fim dos Exames [confucionistas] do Serviço Civil.
- Reforma política: foi dada autonomia ao poder Judiciário e a tortura foi proibida.
- Reforma social: foi abolido o sistema vigente de estratificação e o trabalho escravo, proibido. Foi instituída uma limitação etária para casamentos. Proibiu-se o uso de vestimentas discriminando a origem social. Os homens foram obrigados a usar cabelos curtos, eliminada sua função distintiva estamental. Os nobres foram proibidos de fumar seus longuíssimos cachimbos característicos, um antigo prazer ocidental que, séculos antes, se havia tornado comum entre a classe letrada. Também foram banidos os *kat* – chapéus tradicionais de pelo de cauda de cavalo usados pelos letrados.
- Uma reforma monetária: o *yen*, moeda japonesa, passa a ser o meio de troca na Coreia. Até aí, ressaltava-se, o Estado coreano não cunhava moeda.
- Reforma no ensino: criaram-se ciclos nos moldes da educação ocidental. Defendia-se o acesso de pessoas potencialmente talentosas ao sistema educacional, qualquer que fosse a origem social individual.

Resumindo, as Reformas Kabo operaram uma verdadeira revolução institucional no país, promovendo a dissolução das bases da sociedade que por vários séculos vigorara na Coreia – um passo imposto autoritariamente, por uma força exógena à dinâmica de poder interna, e cristalizado por décadas de ocupação estrangeira.

6. *Tonghak* significa “aprendizado oriental”.

7. Note que esse pacote de reformas também aparece na bibliografia como Reformas Kapo ou Reformas Gabo, o que pode gerar muita confusão, pois todos esses termos são, na verdade, formas distintas de romanizar a pronúncia coreana dos ideogramas utilizados para representar, no tradicional calendário sexagesimal, o ano de 1894.

Além das reformas institucionais, foi transferido à Coreia um substancial parque industrial pesado, uma vez que o arquipélago carecia da energia que esses empreendimentos requisitam⁸. Essa expansão manufatureira foi acompanhada da implantação de uma considerável infraestrutura financeira⁹, sem a qual a indústria, especialmente a pesada, não poderia operar. Para Dennis MacNamara (1990, pp. 50-51), foi instituído na Coreia um capitalismo ao molde japonês, com o Estado e suas agências desempenhando um papel absolutamente central. Nesse contexto, o Estado colonial desenhava políticas econômicas objetivando a operação dos *zaibatsu* na colônia coreana¹⁰.

Do complexo parque industrial erigido na península pelo Japão, pouco sobreviveria à descolonização e à Guerra da Coreia. O mesmo pode ser afirmado com respeito à infraestrutura física implantada pela metrópole. Mas isto não deve, de modo algum, ser encarado como evidência da insignificância do legado colonial, pois a experiência colonial teria desempenhado papéis cruciais: 1) ventilar uma ordem estamental confucionista estanque, que até então havia falhado em se autor-reformular; 2) modernizar de veras o arcabouço institucional daquela economia; e 3) impingir drásticas e dolorosas mudanças à vida cotidiana, material, cultural e intelectual do país. Em síntese, o cenário analisado por Weber desvanece-se ali logo nas duas décadas que ladeiam a publicação de *A ética econômica das religiões mundiais: o confucionismo*. Restava aos analistas sociais seguirem o exemplo do sociólogo de votos historicistas, compreendendo que cada quadro histórico particular deve ser alvo do necessário esforço de análise sociológica.

Herança confucionista e educação na Coreia do Sul

Para qualquer ocidental em visita à Coreia do Sul, um dos traços culturais locais que mais costumam emular curiosidade transcultural é o papel assumido pela educação no país. Açuça os sentidos de virtualmente qualquer estrangeiro, quanto a isso,

8. Como evidência, note que a recém-fundada República da Coreia herdaria um espólio nada desprezível de 2.500 empreendimentos ainda em condições de operação (Jones, 1980, p. 30).
9. Em 1878, logo após a assinatura do tratado de Kanghwa, é aberta na Coreia uma filial do japonês First Bank, primeira instituição bancária moderna na Coreia. Pouco depois, em janeiro de 1891, seria aberta no país uma filial da japonesa Imperial Life Insurance, primeira seguradora do país. Em outubro de 1909, após estabelecido o protetorado, os japoneses criariam o Bank of Korea, que mais tarde viraria o Bank of Chōsen (em 1911). Essa instituição seria o primeiro Banco Central Coreano, retirando do First Bank o direito de emitir moeda. Em junho de 1918 seria criado o Banco Industrial de Chōsen – embrião do futuro Korea Development Bank –, para atuar no segmento de crédito de longo prazo.
10. Aliás, o próprio termo *chaeböl*, usado em referência ao moderno conglomerado industrial sul-coreano, nada mais é do que a pronúncia coreana para os dois ideogramas que, em japonês, são lidos como *zaibatsu* (um denotando “propriedade” ou “riqueza”, e o outro “clã”).

a visível deferência que os sul-coreanos parecem devotar aos educadores de todos os níveis. Para um professor universitário que ali aporta, em especial, costuma ser translúcida a mudança de postura de qualquer interlocutor ao tomar ciência de estar diante de um “professor”, palavra cuja tradução coreana é *sönsaeng*. Esse substantivo é, naquela língua, imediatamente ajuntado a uma partícula designadora de tratamento honorífico, *nim*, sendo o conjunto dos dois vocábulos, *sönsaengnim*, tipicamente empregado dali adiante na conversação, em substituição ao nome próprio ou a qualquer pronome pessoal que se refira ao professor. Simultaneamente, é provável que o interlocutor alterne a conjugação dos verbos que proferir para um modo mais formal, realçando a superioridade hierárquica do mestre.

Se nossa atenção se volta à postura dos pupilos dos ensinos médio e fundamental diante de seus professores, curiosidade semelhante costuma ser excitada. O estrangeiro perceberá um nítido “senso hierárquico” e um alto grau de deferência ao docente, em dosagem improvável em qualquer país ocidental. Com efeito, ao topar com jovens alunos sul-coreanos em excursão, o estrangeiro dificilmente deixará de comentar que eles formam filas relativamente estáveis, murmuram sem atravessar a fronteira do desrespeito e, talvez mais fascinante, não se verá ali nenhum professor a clamar por silêncio. Ademais, causará certa angústia ao estrangeiro que o professorado sul-coreano não pareça prevenido quanto ao possível extravio de algum pupilo. De fato, suas calmas explicações escapam de seus típicos amplificadores portáteis, com microfones fixados junto à lapela, sem topar com significativas interferências sonoras até se dissiparem ao vento.

As imagens 1 e 2 foram recolhidas em um experimento etnográfico dessa natureza, em meio a um relativamente silencioso enxame pré-adolescente que, em meados do outono, invade os sítios históricos junto à cidade de Gyeongju.

Nessa época do ano, costuma repetir-se uma temporada de excursões para escolas públicas do país. O leitor brasileiro, especialmente se já tiver lecionado, não tardará a identificar nas imagens a ora aludida deferência sul-coreana ao professorado. Como explicar esse padrão de comportamento? Uma possibilidade interpretativa, com a qual se choca a perspectiva weberiana aqui examinada, consiste em atribuir tal interesse pela educação a pulsões aquisitivas que vitimariam em elevadíssimo grau os jovens daquele país. Trocando em miúdos: os pupilos ouviriam diligentemente seus mestres, pois, como agentes racionais exercitando cálculos intertemporais, antecipam que isso lhes renderá um bom emprego e um bom salário no porvir, e assumem que o *trade-off* é justificável.

Evidentemente, não há notícia de nenhuma pesquisa acadêmica desenhada para fundamentar tal hipótese comportamental, especialmente sob o ponto de vista pedagógico. No entanto, ela é uma presunção filosoficamente muito ajustada a uma



Imagem 1. Adolescentes em excursão escolar. Gyeongju, outono de 2011.



Imagem 2. Adolescentes em excursão escolar. Gyeongju, outono de 2011.

interpretação economicista-liberal sobre as bases do progresso material do Oriente. E, nesse sentido, um estrangeiro com ferramentas intelectuais insuficientes para compreender a vida social na Ásia oriental pode acabar fazendo exatamente essa leitura das animadoras estatísticas educacionais sul-coreanas. O excerto abaixo, extraído do semanário brasileiro de maior tiragem, não nos deixa mentir:

A Coreia do Sul é uma sociedade obcecada pelo estudo, como revela uma visita a uma de suas escolas. A que o menino Jae-Ho Lee cursa em Seul, por exemplo, exige dos alunos que cheguem meia hora antes das aulas para estudarem a lição do dia anterior. Aos catorze anos, Lee obedece a uma disciplina de soldado. Sai de casa às sete horas e volta às dezesseis. Tem tempo apenas para fazer os deveres e correr para um novo turno de aulas vespertinas. Além de um curso de inglês, o menino frequenta um instituto especializado em matemática, onde fica internado quatro horas e meia por dia praticando cálculo e do qual só sai perto da meia-noite. Não porque seja um aluno ruim. Pelo contrário: ele é o primeiro da turma da escola em matemática, onde está na sétima série do ensino fundamental. Faz aulas extras para adiantar a matéria. No curso, Lee resolve questões do primeiro ano do ensino médio. Competir nos estudos é, para ele, como praticar um esporte. Quando vai ao computador depois das provas, para conferir se continua no pódio, tem câimbra e dor de barriga. “Eu sou para manter minha liderança, é a minha vida que está em jogo”, diz. A quatro anos da formatura escolar, ele perde o sono preocupado em conseguir entrar em uma universidade de prestígio e arranjar um bom emprego (Weinberg, 2005, p. 62).

Sabemos de antemão que essa conjectura psicopedagógica é chocantemente irrealista, especialmente em se tratando dos pupilos mais jovens. Entretanto, se é no mínimo arriscado atribuir a pré-adolescentes um comportamento pautado por um padrão ultra-abstrato de racionalidade instrumental orientada aos fins, como então explicar sua efetiva devoção aos estudos e ao professorado? Vejamos como a abordagem weberiana ventila esse debate. Vamos subdividir nossa pergunta em duas:

- Como explicar o elevado *status* do professorado?
- Como fundamentar a ênfase que famílias e jovens ali depositam na educação?

Começemos pelo primeiro questionamento. Devemos reter que o núcleo duro da mensagem de Confúcio é o respeito à ordem familiar. Ou seja, a reverência dos mais jovens pelo modo de vida dos mais velhos, que seria o princípio fundador de toda a ordem social. Assim, o filósofo chinês dedicou àquilo que se convencionou chamar de “piedade filial” – isto é, a conduta esperada de um filho ante seus pais –

muitas de suas atenções. Esta máxima é elucidativa: “A única vez em que um filho devotado faz com que seus pais se preocupem é quando está doente” (Confúcio, *Os analectos*, II, 6).

Para ele, todas as demais hierarquias sociais derivariam dessa hierarquia interna ao núcleo familiar. Essa seria a célula central, cuja projeção e reprojeção nas demais formas de relacionamento humano padronizariam todo o molde proposto de integração social. De acordo com a ordem confucionista, um varão seria o topo hierárquico dentro de uma estrutura macrofamiliar. Tomando o conjunto da sociedade, porém, os letrados seriam os “preceptores da nação” – como espiritualmente observou, no século XIX, o viajante francês Paul Tournafond. Filhos obedeceriam aos pais, mas pais deviam observar os comandos de seus superiores – como o irmão mais velho, ou um líder de clã. E esses varões deveriam deferência, por sua vez, ao letrado local, cuja posição social se justificava pela suposta posse de ferramentas intelectuais de asperíssima aquisição. Mais ainda, o letrado local prestaria deferência a seu superior burocrático, idealmente portador de ferramentas culturais ainda mais preciosas, e assim sucessivamente até o monarca. O próprio monarca, nesse contexto cultural, devia adotar modos e se guiar pelos princípios dos mais elevados membros da classe letrada, de cujos elementos era composto seu séquito de conselheiros.

Não é difícil inferir que, com o correr do processo de modernização, muito daquilo que se depositava e esperava dos letrados, que na Coreia eram chamados *yangban*, passaria a ser direcionado aos modernos professores. Claro, esses teriam sim que dividir seu carisma com os novos burocratas, com os políticos, e com os ocupantes das posições empresariais mais proeminentes. Em conjunto, todos esses atores sociais passariam a reivindicar algo da veneração antes direcionada aos mandarins. Mas os modernos professores constituiriam, à luz da tradição sociocultural confucionista, o segmento profissional de perfil mais ajustado à escala simbólico-hierárquica tradicional. Não é sem razão que, na atual Coreia do Sul, os poderosos apreciem ser chamados de “professores”, *sönsaengnim*, exercendo eles efetivamente tal *métier* ou não. Em síntese, dadas as características da história social dessa península, perturbador seria se aos professores não fosse atribuído tamanho *status*.

Examinemos então a segunda pergunta, sobre a conduta dos alunos. Não é inverossímil que os pais sul-coreanos contemporâneos tentem argumentar com seus filhos em termos racional-utilitaristas: estude para ter uma boa vida futura. Tampouco é improvável que estes projetem a educação de seus filhos como um investimento capaz de alavancar a renda familiar futura. Mas, ainda que os pais assim se comportem, o que faz com que seus apelos sejam efetivamente ouvidos? E, nesse caso, não é razoável aceitarmos a hipótese de que pessoas de 8 ou 10 anos de idade sejam capazes de cálculos temporais probabilístico-abstratos a se justificarem dali a

vinte anos. Precisa haver algo mais, uma atmosfera onde a educação seja entendida como algo essencialmente positivo.

Novamente, o confucionismo nos ajuda a compreender como esta dinâmica teria se instaurado. Claro, temos desde já o carisma atribuído à condição docente, o que certamente faz enorme diferença na receptividade do corpo discente à proposta escolar. Mas há ainda algo de mais profundo. A educação moral confucionista questiona o foco nos objetivos, dando mais ênfase aos processos necessários para que alguém se qualifique a eles. Nisso, ela procura desabonar o autointeresse diretamente aquisitivo, valorizando o autoaperfeiçoamento, que é apenas indiretamente aquisitivo, como um objetivo relevante a ser cultivado.

Nesse contexto, de questionável valia se torna a mera posse de bens, sem que se angarie paralelamente a necessária legitimidade para possuí-los. Com efeito, um sul-coreano que alcance proeminência sem enfrentar cada etapa do rito educacional terá sempre algo a justificar¹¹. A máxima a seguir, selecionada dos diálogos de Confúcio, parece descortinar as raízes desse ponto de vista: “Eu não me afligiria por não ter um cargo, mas sim se não tivesse qualidades para tal. Eu não me preocuparia por não obter reconhecimento, mas sim em ter méritos para tal” (Confúcio, *Os analectos*, IV, 12).

Com efeito, emerge uma hipótese muito precisa sobre a postura do alunado sul-coreano diante de seus mestres: a moral confucionista contribuiria a inculcar neles, ainda hoje, algo sobre a importância do processo educacional em si mesmo, colaborando proporcionalmente para estes relativizarem a atração exercida pelas finalidades externas, ou conseqüentes, do rito educacional. Isso não equivale a negar que os cálculos abstratos orientados para tais finalidades estejam completamente ausentes das mentes dos jovens sul-coreanos, pois o racionalismo utilitarista faz sim parte de seu cotidiano. Contudo, no dia a dia escolar, tal sorte de cálculo orientado aos fins soa pedagogicamente muito menos efetiva do que a percepção, já firmemente inculcada no alunado, de que todos estudam já que simplesmente é preciso estudar.

E essa hipótese pode ser estendida ao Estado sul-coreano. As oportunidades educacionais não teriam constituído ali algo como um estratagema desenvolvimentista visionário. Ao contrário, da ótica weberiana aqui examinada, o Estado teria erigido escolas e contratado bem-remunerados professores, pois, da perspectiva dos administradores públicos sul-coreanos, é assim que as coisas simplesmente devem ser.

11. A história coreana é rica em casos de poderosos que sentiram a falta do “carisma dos letrados”. Por exemplo, temos o caso do presidente Roh Moo-hyun, que não frequentou nenhuma universidade antes de passar no concorridíssimo exame profissional para advocacia. Apesar da proeza intelectualmente extraordinária, muitos o desabonavam por não ter passado por essa etapa e não possuir a típica rede de contatos acadêmico-profissionais que um sul-coreano forma durante os anos na academia. Isso se agravava ainda mais devido ao fato de sua esposa, igualmente, não ter educação superior.

Herança confucionista e gestão empresarial na Coreia do Sul

Quem visita atualmente a cidade de Ulsan, ao sul da península Coreana, provavelmente sentirá que ali todas as referências parecem remeter ao grupo Hyundai. São postos de gasolina da Hyundai Oilbank, um comércio de varejo com sólida presença da Hyundai Department Store, ginásios esportivos com o nome do grupo, o time de futebol Ulsan Hyundai F.C., além da imensa planta Hyundai Motor Co., que se advoga o título de maior instalação industrial do mundo. Em sua vizinhança, localizam-se ainda os colossais estaleiros da Hyundai Heavy Industries, ladeados por um magnífico porto com pátios lotados de carros da marca Hyundai para exportação.

A onipresença desse conglomerado instiga, forçosamente, uma sequência de questionamentos: Quem controla seu poder? O que garante que esse grupo não exorbite de seus limites, aproveitando-se da imensa fatia de mercado sob seu controle para adotar práticas capitalistas prejudiciais ao próprio processo de acumulação? Quem controla as consequências socioeconômicas de suas práticas cartelizadas? Afinal, à luz da microeconomia neoclássica, um empresário atuando em regime de monopólio e monopsonio, com ampla integração vertical e horizontal – configurando o que a lei norte-americana denominaria “truste” –, teria estímulos concretos para investir agressivamente contra os atores econômicos circundantes. Ou seja, contra os fornecedores externos e os trabalhadores, atados a um regime de monopsonio. E, paralelamente, contra os consumidores, sujeitos a um regime comercial monopolista (ou oligopolista).

De antemão, pode-se pressupor que a legislação e as instituições sul-coreanas não se provam efetivas na promoção de limites jurídico-tributários que cerceiem tal nível de concentração de mercado. Caso contrário, o quadro descrito seria impraticável da ótica dos negócios. Entretanto, Ulsan não possui “favelas”, sequer há bolsões de pobreza significativos. A cidade não ostenta taxa de desemprego digna de nota; ao contrário, veem-se por toda parte sinais de uma economia muito pujante. Além do mais, o local é aprazível, com ruas bem urbanizadas e conservadas, onde transita uma população educada e visivelmente bem provida. Com efeito, e por alguma razão obscura, Ulsan não é a Manchester de Engels.

Precisamos, assim, buscar respostas não usuais para compreender esse aparente paradoxo. Precisamos nos indagar, quanto a isto, sobre a existência de limites que transcendam os meros freios jurídico-administrativos contra práticas econômicas lesivas à economia popular daquele país. Nesse esforço, topamos com outro tópico para o qual pode ser particularmente fecunda a perspectiva weberiana, enfatizando as implicações hodiernas da tradição sociocultural confucionista como obstáculo societário às pulsões antissociais de um capitalista que se beneficie de uma posição de mercado desproporcionalmente vantajosa.

Como compatibilizar o cenário de Ulsan com as previsões da microeconomia neoclássica? Parece razoável, naquilo que diz respeito a tais hipotéticos freios, propor que a prevalência de algum princípio de natureza filosófico-moral deitaria consequências positivas sobre esse caso concreto, constringendo virtuosamente a postura especificamente capitalista desse conglomerado e re-harmonizando assim, com considerações sociomateriais mais amplas, seu poder econômico desproporcional.

A chave para formularmos uma hipótese nesse sentido parece residir no princípio confucionista da “reciprocidade”. Logo acima, quando mencionamos a estrutura hierárquica de uma sociedade ideal confucionista, foi omitida uma importante informação a respeito dela. A margem ideal de escolha e manobra daqueles que nela exerciam o poder era, do prisma da proposta confucionista, muitíssimo limitada. Dos subalternos eram sim esperadas completa devoção e obediência. Mas, reciprocamente, era aguardado certo padrão “virtuoso” de conduta por parte de elementos dominantes. E esses não tinham muita alternativa senão observar essa expectativa. Primeiramente, emerge aqui como elemento norteador uma ótica bidirecional do exercício do poder: “O que um homem desgosta em seus superiores, que ele não demonstre no tratamento de seus inferiores; o que ele desgosta em seus inferiores, que ele não repita no serviço a seus superiores” (Confúcio, *A grande escola*, Livro X, n. 2); “Não façam aos outros o que não queiram que façam a si” (Confúcio, *Os analectos*, XV, 23).

Mas esse tipo de convite aos dominadores para que enxerguem os conflitos do prisma dos subordinados, e vice-versa, não é exatamente um atributo essencialmente confucionista, sendo comum também na cultura oral dos cristãos. E, diga-se de passagem, trata-se de um princípio tão geral que custa ser transmutado em mandamento prático. Mas Confúcio foi cuidadoso em esmiuçar o que ambos, dominados e dominadores, deveriam esperar um do outro. Em linhas gerais, dominados prestariam obediência e lealdade; dominadores, especificamente os letrados dominadores, deveriam incorporar a suas práticas austeridade, desapego, retidão moral e ponderação. O príncipe confucionista jamais será, ao menos idealmente, um déspota egoísta e voluntarioso. Os dois excertos abaixo selecionados ajudam sobremaneira a caracterizar essa perspectiva:

O senhor deve tratar seus vassallos com cortesia; os vassallos devem obedecer a seu senhor com fé (Confúcio, *Os analectos*, III, 18).

Tzu Ch'in pergunta a Tzu-kung: “Ao visitar um país o mestre sempre ouve como é governado; ele pergunta ou apenas lhe é dito?”. Tzu-kung responde: “O mestre apreende por seu calor e honestidade, por educação, modéstia e consentimento” (Confúcio, *Os analectos*, I, 10).

Como agravante, a ordem social preconizada por Confúcio atribuía muito relevo à senioridade como critério de avanço hierárquico. Esse detalhe sugere certa dose de indulgência por parte dos mais poderosos no trato dos inferiores imediatos, sempre ligeiramente mais jovens. Motivava, ainda, certo senso de corresponsabilidade de ambos quanto à manutenção das hierarquias, que a seu tempo determinariam que também o mais jovem se alçasse a uma posição de maior relevo. Hendrik Hamel, funcionário holandês que naufragou na península coreana no século XVII, capturou com muita argúcia esse atributo distintivo da ordem social do Choson Moderno (1392-1919): “Os pais são muito tolerantes com as crianças e em retorno são muito respeitados por eles. Ambos dependem do bom comportamento um do outro; e se um dos dois recua após uma ação imprópria, o outro faz o mesmo” (Hamel, 1981).

Em conjunto, a observação simultânea dos princípios de moderação e senioridade serviria como boa alavanca ao surgimento de uma ótica coletivista nas instituições contaminadas pelo ver-o-mundo confucionista. O *literato*, idealmente, tendia a confundir seu sucesso individual com a prosperidade ostentada, com a medida pertinente a cada posição hierárquica, por todos os demais membros de sua comunidade. Esta máxima é esclarecedora: “Um homem de humanidade, tentando demonstrar seu próprio caráter, também demonstra o caráter dos outros, e desejando ser ele mesmo proeminente, ajuda que os outros adquiram proeminência” (Confúcio, *Os analectos*, VI, 28).

Se proceder a hipótese levantada anteriormente a respeito do *status* do professorado na moderna Coreia do Sul, também precisaremos descrever qual contrapartida outros segmentos sociais estariam dispostos a oferecer para angariar, como os modernos professores, certa dose do antigo carisma dos letrados. Isso porque, da ótica confucionista, o *status* não pode ser reivindicado por si mesmo: os ocupantes das posições dominadas tenderiam a esperar dos dominantes a tradicional “reciprocidade”: algo de virtude e retidão. As imagens 3 e 4, nesse sentido, são sugestivas.

Qualquer pesquisador que queira realizar uma visita às atuais instalações da Hyundai Heavy Industries, em Ulsan, se deparará ali com uma postura muito receptiva e uma estrutura competentemente montada. Logo após ultrapassar a portaria, um colossal galpão reclamará sua atenção, pois nele está grafada uma sentença em letras garrafais, capturadas pela Figura 3. Se o hipotético pesquisador tiver algum conhecimento de coreano, saberá que uma boa tradução portuguesa para a referida frase poderia ser: “Nós prosperamos, nossa nação prospera; nossa nação prospera, nós prosperaremos”.

Rapidamente, uma funcionária proficiente em inglês virá advertir com simpatia o recém-chegado de que fotografias não são admitidas no interior da companhia, e ciceroneará o interessado por um grande memorial erigido em homenagem ao fun-



Figura 3. Lema grafado em galpão da Hyundai Heavy Ind., em Ulsan.



Figura 4. Sapato de Chung Ju-yung, exposto no Memorial Asan, em Ulsan.

dador do grupo, o norte-coreano Chung Ju-yung, falecido em 2001. Pelos corredores desse memorial, um verdadeiro culto à imagem desse notável empresário certamente atizará a curiosidade transcultural de qualquer estrangeiro.

Em várias galerias, serão ressaltadas as motivações nacionais mais amplas de Chung. Ou seja, sua devoção pela causa da reunificação peninsular, seu esforço por construir fábricas do grupo na Coreia do Norte, seu entusiasmo pelos programas espacial e energético-nuclear coreano e o esforço por ele realizado para trazer à Coreia os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. Além disso, a presença global dos capitais coreanos será destacada em um belo mapa-múndi luminescente, orgulhosamente repleto de escritórios e fábricas do grupo em todos os mais relevantes países.

Paralelamente, seus esforços como benemérito serão lembrados pela falante funcionária, que ressaltará os esforços educacionais e científicos da Fundação Asan. Ela destacará a infância difícil de Chung e mencionará o quanto ele, mesmo havendo apenas concluído o nível mais elementar de ensino, se ressentia por não ter tido oportunidades educacionais mais amplas. Os esforços de inclusão educacional da fundação serão apontados, além de seus programas de apoio a centros de desenvolvimento científico-tecnológico.

Coroando a exposição, as virtudes pessoais mais amplas de Chung serão pontuadas: seu talento esportivo será exibido em fotografias antigas, seu apreço por sua família e por sua esposa será mencionado e dois pares de sapatos desgastados, exibidos na Figura 4, serão evocados como prova extrema da moderação do multi-bilionário Chung.

Ao relatar a colegas sul-coreanos a experiência no interior da Hyundai, é quase certo que estes comentem com nosso hipotético visitante o contraste por eles percebido entre o comportamento de Chung Ju-yung e aquele exibido por seu arquirrival, Lee Byung-chull, o fundador da Samsung. Este último, de ascendência *yang-ban*, e educado durante a ocupação japonesa na Universidade Waseda, em Tóquio, é costumeiramente apontado pelos sul-coreanos como alguém muito menos “reto”, por assim dizer, do que o malnascido e pouco instruído Chung Ju-yung.

Como se defrontar com esse tipo de experiência e não rememorar as máximas confucionistas? Como negar que a presença do ideário de Confúcio impregna o ambiente que circundou a experiência de vida do principal capitalista da história industrial sul-coreana? Como não relacionar, sociologicamente, a enfática observação por Chung Ju-yung dos princípios tradicionais de “reciprocidade” e “moderação” e o fato de esse riquíssimo capitalista ser um norte-coreano de origem camponesa e sem títulos educacionais, perenemente condenado à busca de legitimação ante pares educados?

Esses fortes elementos permitem que acatemos a hipótese aqui levantada, qual seja, de que princípios filosófico-morais inescapáveis teriam contribuído significa-

tivamente para harmonizar a atividade desse imenso truste com interesses nacionais mais amplos dos sul-coreanos. Se tais freios societários continuarão a operar no porvir, é uma questão em aberto. Mas difícil tarefa seria refutar sua funcionalidade com respeito à difusão do capitalismo internacional para os limites peninsulares.

Comentários conclusivos

A forma como Weber expõe seus argumentos torna sua obra extremamente persuasiva. “Confucionismo e taoísmo”, em especial, é um texto incrivelmente burlado. Ali, a pena de Max Weber produz encantamento capaz de transportar o leitor à conturbada China do final do século XIX, sacudida pelo empuxo da civilização capitalista e, ainda assim, incapaz de absorvê-la em sua plenitude.

Desse modo, a principal objeção que se faz a Weber acerca de “Confucionismo e taoísmo” emerge na realidade de uma cabal imprecisão que frequentemente reincide entre aqueles que aludem ao ponto de vista do sociólogo alemão. Seus frequentes críticos, assim, costumam provocar que, caso a abordagem culturalista weberiana procedesse, a Coreia do Norte seria uma nação tão pujante quanto a Coreia do Sul, já que ambas compartilham a mesma herança cultural. Mas o que Weber analisava não era a relação entre tradição confucionista e dinâmica capitalista, e sim a relação entre a primeira e o florescimento de instituições burguesas primordiais. Assim, Weber nunca examinou a fundo a questão da difusão forçada do capitalismo para o Oriente desde o exterior, fenômeno que acabou ocorrendo na China, em Taiwan e na Coreia do Sul, em sobreposição à sedimentada herança confucionista.

Em que pese o refinamento das descrições de Weber, quando seu livro é posto de lado, sensação inevitavelmente contraditória emerge: primeiro, um deslumbramento com a erudição da narrativa de Weber, impressão logo acompanhada de certo desconforto resultante da tentativa de integrar as conclusões ainda em digestão com as imagens mentais dos atuais arranha-céus de Xangai e Hong Kong.

Nesse nicho, Tu Wei-ming e seus seguidores foram muito competentes em fomentar uma verdadeira sinologia em moldes sociológico-weberianos. Leitores fluentes de chinês tradicional, tal como das contemporâneas línguas do Leste asiático, esse grupo de intelectuais pôde evitar algumas das alegadas imprecisões de Max Weber, que nunca se pretendeu um sinólogo. Puderam, ademais, trazer o convite weberiano para termos atuais, mostrando a enorme vitalidade daquele paradigma analítico. Da ótica de qualquer cientista social latino disposto a compreender o cotidiano do Extremo Oriente para além da casca superficial, esse conjunto de análises surgido ao redor do professor Tu parece um ponto de parada mandatário.

Referências Bibliográficas

- CHIA, Ho Yeh. (1999), *Antropologia filosófica e fundamentos da educação nos Analectos de Confúcio: subsídios para um estudo comparativo intercultural*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CHUNG, Chen H. *et al.* (1989), “Max Weber revisited: some lessons from East Asian capitalistic development”. *Asia Pacific Journal of Management*, 2 (6): 307-321.
- CUMINGS, Bruce. (1997), *Korea's place in the sun: a modern history*. Nova York, W. W. Norton & Cia.
- GUERRA, Joaquim A. de Jesus. (1984), *Quadrivolume de Confúcio*. Macau, Jesuítas Portugueses.
- HAMEL, Hendrik. (1981), “An account of the shipwreck of a Dutch vessel on the coast of the isle of Quelpaert together with the description of the kingdom of Corea”. In: HAMEL, Hendrik. *Corée – Korea: 1653-1666*. Bangkok, White Orchid Press, pp. 69-106.
- HAMILTON, G. G. & KAO, C. S. (1987), “Max Weber and the analysis of East Asian industrialization”. *International Sociology*, 3 (2): 289-300.
- JONES, Leroy P. (1980), *Government, business and entrepreneurship in economic development: the Korean case*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- KIM, Kwang-Ok. (1996), “The reproduction of confucian culture in contemporary Korea: an anthropological study”. In: TU, Wei-Ming. *Confucian traditions in East Asian modernity: moral education and economic culture in Japan and the four mini-dragons*. Cambridge, MA, Harvard University Press, pp. 202-227.
- MCMANARA, Dennis L. (1990), *The colonial origins of Korean enterprise: 1910-1945*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TOURNAFOND, Paul. (1884), *La Corée*. Paris, Téquie.
- TU, Wei-Ming. *Confucian traditions in East Asian modernity: moral education and economic culture in Japan and the four mini-dragons*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- WEBER, Max. (1951), *The religion of China: confucianism and taoism*. Glencoe, Illinois, Free Press.
- WEINBERG, Monica. (2005), “Sete lições da Coreia para o Brasil. *Veja*, 16 fev. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>, consultado em 14/12/2015.

Resumo

Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana: reflexões empíricas sobre o caso sul-coreano

Nas últimas décadas, a Coreia do Sul vivenciou notável crescimento econômico. No início do século XX, porém, era difícil projetar a integração dessa região à civilização capitalista. Max Weber, pioneiro na análise das obstruções ao desenvolvimento capitalista da “Ásia confucionista”, duvidou do florescimento endógeno do capitalismo naquelas longitudes. Mais recentemente, sob circunstâncias históricas muito distintas, seus comentários seriam rediscutidos, culminando

com a emergência de uma nova agenda weberiana sobre a difusão do capitalismo para o Levante. Por isso, este artigo busca: (a) retomar os comentários de Weber; (b) visitar a proposta de análise neoweberiana sobre a “nova ética confucionista”; e (c) ilustrar a viabilidade dessa agenda com dois casos observados na Coreia do Sul.

Palavras-chave: Max Weber; Industrialização; Coreia do Sul; Confucionismo; Desenvolvimento.

Abstract

Capitalism, confucianism and Weberian theory: empirical reflections on the South-Korean case

During the last four decades, South Korea has experienced remarkable economic growth. In the early 20th century, however, it was hard to project the integration of this region to the capitalist civilization. Max Weber, pioneer in the analysis of the obstructions to capitalist development in the “Confucian Asia”, doubted of the endogenous flourishing of capitalism in those longitudes. More recently, his comments have been re-discussed, leading to the emergency of a new Weberian agenda about the diffusion of capitalism to the East. Hence, this article aims: (a) to recover Weber’s comments; (b) to visit this proposal of neo-Weberian analysis concerning a “new Confucian Ethics”; and (c) to illustrate the feasibility of that agenda with two cases observed in South Korea.

Keywords: Max Weber; Industrialization; South Korea; Confucianism; Development.

Texto enviado em 14/5/2014 e aprovado em 24/3/2015. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.107998.

Rodrigo Luiz Medeiros da Silva é professor-adjunto de economia internacional na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), na Tríplice Fronteira Paranaense. *Fellow* da Korea International Foundation em 2011. E-mail: rodrigo.silva@unila.edu.br.

Resenhas

Jürgen Kaube. *Max Weber: Ein Leben zwischen den Epochen*. Berlim, Rowohlt, 2014. 494 pp.

Sérgio da Mata

Professor do Departamento de História da
Universidade Federal de Ouro Preto.

Max Weber não é o único a reclamar para si, como disse certa vez Wilhelm Hennis, o privilégio de ter uma “indústria” de publicações a seu serviço (Hennis, 2003, p. 160). Os números impressionam, sobretudo se pensarmos neste gênero sempre tão demandado, importante e difícil como é o das biografias. A história das histórias de vida do autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* se inicia na Alemanha com Marianne Weber e Eduard Baumgarten, passa às mãos de autores norte-americanos como Reinhard Bendix, Fritz Ringer e Guenther Roth, para então retornar à sua terra natal com os livros de Joachim Radkau, Dirk Käsler e Jürgen Kaube.

Depois de uma verdadeira avalanche de publicações, precipitada pelo jubileu dos 150 anos de nascimento de Weber, o leitor tem o direito de se

perguntar o que se pode encontrar de novo em mais uma biografia. No que diz respeito ao livro de Kaube, um competente jornalista do diário *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, a resposta, infelizmente, não é das mais animadoras. Formado em sociologia e influenciado pela obra de Niklas Luhmann, Kaube escreveu uma biografia previsível e, sob muitos pontos de vista, monótona. Nele faltam a paixão devota de Marianne Weber (2003), o esforço de documentação de Baumgarten (1964), o gosto pela minúcia e pelas conexões intelectuais de Roth (2001), a elegante sobriedade de Bendix (1986) e os saltos interpretativos de Radkau (cf. Mata, 2010).

Não que a vida pessoal de Weber contenha episódios extraordinários a oferecer. Por que ele haveria de fugir ao padrão médio dos eruditos em geral, tanto os de ontem como os de hoje? O desafio para o autor estaria justamente em encontrar o nexos entre vida e obra, pois – tal como em Immanuel Kant – o que sobra de extraordinário em uma está inteiramente ausente na outra. O biógrafo que assume para si o risco de percorrer caminhos já tão frequentados como os que compõem a trajetória de Weber não deveria dar-se por satisfeito senão quando estivesse em condições de surpreender o leitor.

O *timing* e os interesses das grandes casas editoriais, evidentemente, conspiram contra tais pretensões. De forma que o livro de Kaube é apenas mais uma vítima de tudo o que se pode esperar de um livro produzido com os olhos postos no calendário. Tal como na biografia de Radkau, apenas de maneira ainda mais tímida, Kaube emprega amplamente os estudos críticos produzidos pelos editores da *Max Weber Gesamtausgabe*. Que a edição crítica das obras de Weber tenha colocado à nossa disposição uma quantidade de informação sem precedentes – basta pensar na imensa correspondência pessoal de Weber – e que, portanto, seja impossível ao biógrafo ignorar os avanços que se processam na *Weberforschung*, é ponto pacífico. A questão é saber até que ponto as últimas três biografias publicadas (Radkau, Kaube e Käsler) não se tornaram

demasiado dependentes dos “estudos weberianos”, a ponto de estabelecerem como seu horizonte último não uma vida, mas uma obra. Em vão o leitor fica à espera de algo que, supostamente, apenas o biógrafo lhe poderia dar.

Outro aspecto que a nosso ver prejudica o livro de Kaube é sua tendência, igualmente presente em Radkau, a superestimar as possibilidades da abordagem sociológica justamente ali – dada a natureza essencialmente idiográfica da *démarche* biográfica – onde ela menos tem a nos oferecer. Isso porque se algo violenta o gênero biográfico, é menos a “ilusão” de que falava Bourdieu, do que a ilusão holística. Não são poucas as perguntas que Kaube, como seus antecessores, deixa sem resposta. Em que pese o notável trabalho de pesquisa realizado há alguns anos por Roth (2001, pp. 371-445) a respeito de Max Weber *senior*, o que, na relação entre pai e filho, nos ajuda a entender a personalidade e até mesmo os dilemas do último? O que pensavam os políticos alemães das ambições políticas de Weber? Como entender as posições ambivalentes de Weber diante do esteticismo elevado à condição de visão de mundo, tal como representado pelo círculo do poeta Stefan George? Uma diferença relativamente banal de opiniões durante a Primeira Guerra Mundial seria suficiente para explicar o rompimento entre Weber e Ernst Troeltsch, um dos poucos a quem se referiu como amigo?

Em vez de tentar dar uma resposta a estas e muitas outras questões ainda pendentes, Kaube cumpre um figurino que se poderia chamar, sem o receio de parecermos injustos, de óbvio. As estações da vida de Weber são pacientemente percorridas: a juventude do rapaz pouco sociável mas extraordinariamente talentoso, o contexto familiar no âmbito do “protestantismo culto” e sua veneração ao ideal da *Bildung*, os excessos alcoólicos nos tempos da graduação em Heidelberg, a história algo artificiosa que envolve seu noivado e casamento com Marianne, as primeiras publicações, a precoce conquista da cátedra em

Freiburg, o rompimento com o pai, o advento da misteriosa crise nervosa a partir de 1897, e assim sucessivamente.

Mas como o acento muda de autor para autor, seria injusto dizer que a experiência de ler Kaube se resume a um simples *déjà-vu*. Ao narrar a primeira parte da vida de Weber, ele dá mais atenção ao papel desempenhado por Marianne, enquanto Radkau parece interessar-se mais pela figura de Hermann Baumgarten, tio de Weber e professor de história em Estrasburgo. A descrição do triângulo Paul Göhre-Weber-Marianne (pp. 92-93) é particularmente interessante e mostra como, no que toca à escolha do cônjuge, Weber nem de longe fez jus à fama de “individualista” com que se costuma brindar seu método sociológico. Outro ponto positivo é que Kaube explora com maior detalhe o importante estudo de Weber de 1892 sobre a situação dos trabalhadores agrícolas alemães.

Uma biografia de Weber não seria uma biografia de Weber caso não acenasse, em algum momento, com alguma hipótese inaudita, e também aqui Kaube se manteve fiel à tradição: a tese central da *Ética protestante* teria nascido não na capital da Prússia, em Heidelberg ou durante sua viagem à Escócia, mas em meio às suas longas estadias na capital do catolicismo, Roma (pp. 138-141). Tal hipótese, levantada há pouco também por Peter Hersche (2014, pp. 145-158), ampara-se, porém, mais em ilações que em evidências. Uma arqueologia bem-sucedida do surgimento da “tese da *Ética protestante*”, esse elo perdido dos estudos weberianos, ainda espera por seu Cristóvão Colombo.

Capítulos inteiros do livro poderiam ser deixados de lado, como, por exemplo, os de número 11 e 12. Num se exploram mais uma vez os contrapontos Weber × Simmel e Weber × Sombart; noutro, aprendemos uma vez mais o que são o ascetismo intramundano, o puritanismo, os efeitos econômicos da ética religiosa. No afã de tudo abarcar, mas carente da precisão cirúrgica dos tipos ideais, Kaube

comete algumas simplificações perigosas. Ele afirma que, na primeira parte de sua trajetória intelectual, Weber tivera por tema central o capitalismo (p. 257). Não nos parece que seus escritos apresentem àquele momento tal grau de homogeneidade temática. O capitalismo não desfruta ali de uma centralidade maior do que a dinâmica das estruturas agrárias, a análise comparada da evolução das formas de trabalho e até mesmo das liberdades políticas, ou ainda a história dos efeitos socioeconômicos das ideias religiosas. Em poucos autores como Weber a pluralidade no campo teórico-metodológico é acompanhada de forma tão impressionante pela pluralidade no plano temático. Nisso, pode-se dizer – e ao contrário de Marx – que Weber continua a ser um autor de nosso tempo. Provavelmente por estar demasiado preso à leitura da famosa monografia de Wolfgang Mommsen (1990), Kaube cede à tentação de incluir Robert Michels, Georg Lukács e Carl Schmitt entre os “discípulos” de Weber (p. 323). Todos os três, como se sabe, evoluíram para posições francamente antidemocráticas no período do entreguerras. Daí se depreende que o próprio Weber supostamente alimentaria convicções antidemocráticas, “decisionistas”. A construção desse tipo de filiação, evidentemente seletiva, é bem pouco inocente. Seu interesse é retrospectivo, já que, como reza o Evangelho de Mateus, é pelos frutos que se conhece a árvore. Teria sido importante lembrar, porém, que jovens como Paul Honigsheim e Karl Loewenstein, estes discípulos no sentido mais literal do termo, alimentavam posições diametralmente opostas às da tríade mencionada. De resto, basta a leitura dos escritos publicados por Weber entre 1904 e 1906 para que suas convicções liberais e perfeitamente burguesas se evidenciem com a clareza necessária (cf. Weber, 1982; Weber, 2005).

Como quer que seja, e não obstante a ausência de quaisquer elementos novos, é difícil não se sentir atraído pela narrativa dos impressionantes três últimos anos da vida de Weber. Estes talvez bastassem para justificar uma biografia. É quando têm início

os famosos encontros de intelectuais no castelo de Lauenstein, aos quais Weber se referiu como um verdadeiro “supermercado de visões de mundo” (p. 368). É quando ele profere a extraordinária conferência *Ciência como vocação* (1917) e quando produz os seus mais notáveis textos de intervenção política – culminando com “Parlamento e governo numa Alemanha reconstruída” (1918) e *Política como vocação* (1919). É quando Weber presencia a derrota alemã, se vê confrontado com a possibilidade de uma revolução socialista em seu país e quando decide retornar à atividade docente. As belas passagens da *Zwischenbetrachtung* (“Consideração intermediária”) sobre a paixão adquirem, aqui, seu sentido mais pleno, pois, como se sabe, um dos motivos para que aceitasse a nomeação para a Universidade de Munique atendia pelo nome de Mina Tobler. O leitor quase enrubesce diante do tom desajeitado e algo patético com que o grande erudito alemão se dirige à amada, valendo-se de um vocabulário que mais parece saído de *Tristão e Isolda*. Weber se declara um “vassalo” da jovem pianista, a quem declara sua “submissão absoluta”; o que leva Kaube a concluir com propriedade que “Weber, que colocou o desejo de submissão no centro de sua sociologia da dominação, faz um uso intensivo desta semântica em suas cartas de amor” (p. 399). É quando, enfim, ele tem seus encontros pessoais com duas estrelas em franca ascensão: o autodeclarado “apolítico” Thomas Mann (fins de dezembro de 1919) e o profeta da decadência Oswald Spengler (fevereiro de 1920).

Depois de ver frustradas todas as suas pretensões de participação no jogo partidário, assistindo à derrocada de um país em que tudo fora esperança mas que agora parecia cada vez mais enredado no irracionalismo político, na anomia social e na perda de senso de realidade dos intelectuais, é compreensível, ao menos para nós, brasileiros de 2015, que Weber tenha reagido como reagiu: “Da política, estou mais distante do que nunca. Enquanto eu viver, não há nada a se fazer ali – e com isso, basta” (p. 411). Com uma ressalva, ainda no mesmo contexto: “Mas se um dia o

que estiver em questão for reconduzir o *Reich* alemão à sua antiga glória, estou disposto a me aliar a todos os poderes da terra e até com o capeta em pessoa, só com a burrice é que não” (Baumgarten, 1964, p. 555).

Resta saber se ele se manteria fiel a estas palavras caso tivesse vivido três anos mais, o suficiente para assistir à súbita aparição de um ainda obscuro ex-combatente austríaco na arena política daquela mesma Munique que um e outro, Weber e Hitler, haviam elegido como *Heimat*.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.107465.

Referências Bibliográficas

- BAUMGARTEN, Eduard. (1964), *Max Weber. Werk und Person*. Tübingen, J. BC. B. Mohr.
- BENDIX, Reinhard. (1986), *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília, Editora UNB.
- HENNIS, Wilhelm. (2003), *Max Weber und Thukydides*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- HERSCHE, Peter. (2014), “Der Romaufenthalt (1901-1903) und Max Webers Verhältnis zum Katholizismus”. In: _____. *Max Weber in der Welt. Rezeption und Wirkung*. Herausgegeben von der Max Weber Stiftung. Tübingen, Mohr Siebeck.
- MATA, Sérgio da. (2010), “Joachim Radkau tenta escrever a biografia ‘definitiva’ de Max Weber”. *História da Historiografia*, 4: 358-365.
- MOMMSEN, Wolfgang. (1990), *Max Weber and German politics (1890-1920)*. Chicago, University of Chicago Press.
- ROTH, Gunther. (2001), *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte 1800-1950*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- WEBER, Marianne. (2003), *Weber: uma biografia*. Niterói, Casa Jorge Editorial.
- WEBER, Max. (1982), “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha”. In: GERTH, Hans & MILLS, Wright (eds.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan.
- _____. (2005), *Estudos políticos: Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro, Azougue.